

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**GUILHERME DOS SANTOS AZEVEDO CARDOSO**

**TRABALHO E SOCIABILIDADE NO ENTORNO DA PENITENCIÁRIA NELSON  
HUNGRIA**

Belo Horizonte

2025

**GUILHERME DOS SANTOS AZEVEDO CARDOSO**

**TRABALHO E SOCIABILIDADE NO ENTORNO DA PENITENCIÁRIA NELSON  
HUNGRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia  
Área de concentração: Psicologia Social  
Linha de pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carolyne Reis Barros

Belo Horizonte

2025

150            Cardoso, Guilherme dos Santos Azevedo.  
C268t            Trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária  
2025            Nelson Hungria [recurso eletrônico] / Guilherme dos Santos  
                  Azevedo Cardoso. - 2025.  
                  1 recurso online (215 f. : il.): pdf.  
                  Orientadora: Carolyne Reis Barros.

                  Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
                  Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
                  Inclui bibliografia.

                  1. Psicologia – Teses. 2. Trabalho - Teses. 3. Sociabilidade  
                  - Teses. 4. Território - Teses. 5. Prisão - Teses. I. Barros,  
                  Carolyne Reis . II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
                  Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE GUILHERME DOS SANTOS AZEVEDO CARDOSO

Realizou-se, no dia 31 de março de 2025, às 15:00 horas, Sala 2060, Fafich, UFMG (Pampulha), da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria*, apresentada por GUILHERME DOS SANTOS AZEVEDO CARDOSO, número de registro 2023652990, graduado no curso de DIREITO/NOTURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Carolyne Reis Barros - Orientador (UFMG), Prof(a). Nelson Gomes de Sant Ana e Silva Junior (UFPB), Prof(a). Vanessa Andrade de Barros (UFMG), Prof(a). Maria Aline Gomes Barboza (Prefeitura de Belo Horizonte).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Carolyne Reis Barros, Professora do Magistério Superior**, em 06/05/2025, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aline Gomes Barboza, Usuária Externa**, em 07/05/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Andrade de Barros, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 05/06/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Gomes de Santana Silva Junior, Usuário Externo**, em 01/07/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4180844** e o código CRC **E8B5335F**.

Àquelas e àqueles que acreditam em um mundo  
sem prisões e sem manicômios!

## AGRADECIMENTOS

A construção da pesquisa, assim como da vida como um todo, acontece em conjunto. São muitos e muitas que passam por nós, nos atravessam, nos marcam.

Agradeço aos meus pais que me deram condições para trilhar os caminhos da pesquisa. Jujú, minha mãe e referência, é sempre lindo perceber traços meus que vêm de você e mais lindo ainda perceber que nós criamos esses traços juntos, sempre trocando e se ensinando.

Aos meus amigos Davi, Gabriel, Gabriela, Marcela e Nat. Meus companheiros de tantas jornadas e que trazem sentido, alegria e força para essa vida. Sou muitíssimo feliz em ter vocês do meu lado, que sorte a minha ter encontrado pessoas tão queridas.

À Bárbara, minha companheira de Mestrado (e de Culthis). Se tem algo que eu aprendi com sua companhia é que fazer pesquisa definitivamente não é um trabalho solitário. Foi muito importante ter tido uma amiga trilhando esse caminho tão de perto e poder compartilhar as angústias e as potências do fazer pesquisa militante e abolicionista.

Ao Arthur, o quão maravilhoso foi te reencontrar no Mestrado depois de nos conhecermos virtualmente nos grupos de estudo sobre abolicionismo penal. Obrigado por sempre ter sido um apoio nas leituras amigas, nas conversas difíceis, nos encontros gostosos.

À Carol, minha orientadora, dessa pesquisa e de tantas outras experiências. Mais do que orientadora, inspiração para uma outra forma de fazer ciência. À Isa, que apesar de não estar presente no dia a dia de pesquisa, também sempre foi inspiração para uma luta antiprisional e antimanicomial.

Ao Culthis, extensão universitária que me apresentou um mundo, o abolicionismo penal, um projeto de sociedade sem prisões. Um programa de extensão universitário, no entanto, é aquilo que as pessoas que estão nele fazem, então um muito obrigado a todos e todas os(as) extensionistas de graduação que tanto me ensinaram ao longo dos últimos anos. Em especial ao

Pedro Moreira, Rodrigo, Thayane e Victória, foi um prazer construir o dia a dia no Culthis com vocês.

Aos colegas do LabTrab, mais uma vez me mostrando que ciência se faz em conjunto. Em especial, um muito obrigado à Mari Oliveira e à Mary Jácome, companheiras de conversas sobre pesquisa, de viagens para apresentação em congressos, de ajudas com a vida acadêmica...

Aos colegas de Mestrado, em especial ao Pedro e à Monaliza, compartilhar o dia a dia da pós-graduação só fez sentido com a presença de vocês.

Aos(às) interlocutores(as) dessa pesquisa. Esse Mestrado só foi possível por causa dos nossos encontros e eu amei ter vivido todos eles.

Aos movimentos sociais abolicionistas penais, em especial ao movimento de familiares de pessoas presas de Minas Gerais, que, desde que entrei no Culthis, me mostram a força da luta e também a importância de a universidade estar ao lado.

Aos companheiros e companheiras do Bloco sem Manicômios e sem Prisões. A luta é árdua, mas também é muito alegre e bonita. Estar com vocês ajuda a manter a esperança por um mundo sem cárcere!

À banca, mais do que um agradecimento pelo aceite em ler esta Dissertação e estar juntos nessa fase de finalização do Mestrado, agradeço por serem inspirações. À Vanessa, por ter tornado possível essa extensão que eu tanto gosto. Ao Nelson, por compartilhar experiências extensionistas em filas de unidades prisionais, mostrando que, mesmo em lugares diferentes, estamos juntos nessa. À Maria Aline, pelas trocas nos encontros do LabTrab, especialmente pelas conversas sobre Teoria da Reprodução Social.

Ao Hiago, que muito prontamente elaborou os mapas que utilizei na Dissertação.

À Capes e à Formex, pelas bolsas de estudo que tornaram possível esta pesquisa em indissociabilidade com a extensão universitária.

“Três horas da manhã,  
Quase não dormi nesta noite.  
Na verdade, pouco durmo.  
Desde que chegamos, assumo:  
É duro aguardar o dia da visita.

Chegada e partida,  
Um grande tormento.  
Desafio  
Dar nome ao sentimento  
Que toma o peito.  
Desatino.  
(...)  
Não quero que nada falta  
Congelo a hora da chegada.  
Ansiedade,  
Quero ter felicidade.  
(...)  
Não quero que perceba,  
Não falo de tristeza,  
Deste dia, só quero a leveza.

Contida em mim, escondo a agonia  
Ao se abrir o portão.  
Nosso encontro, a cada passo,  
Busco somente nosso abraço,  
Nosso mundo, só nossa alegria”

Trecho do poema “Visita”, de Andreia Beatriz  
Silva dos Santos, no livro *Olhar por entre grades,  
vidas em poemas*

## RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos como objetivo geral compreender o trabalho e a sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria, localizada no bairro Nova Contagem, no Município de Contagem, em Minas Gerais. A pesquisa se iniciou a partir de atividades de extensão universitária, no Culthis, de ida até as filas em unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte para fazer acolhimento psicossocial com familiares de pessoas presas nos dias em que elas vão até as prisões para visitar ou entregar kits para seus entes encarcerados. Ali, de forma particular ao que usualmente ocorre nos arredores de outras prisões, o trabalho de reprodução social das familiares, em sua maioria mulheres, se articula com o trabalho nos trailers e, dessa forma, na particularidade da Penitenciária Nelson Hungria, o território em seu entorno é centralmente constituído pela, mas também transborda o espaço-tempo das filas. Nesse sentido, para ajudar a nos aproximar do objetivo geral de pesquisa, traçamos três objetivos específicos: 1) discutir a relação entre trabalho, sociabilidade e território, 2) conhecer a história da Penitenciária Nelson Hungria e 3) analisar a realidade do trabalho de familiares de pessoas presas e do trabalho nos trailers. Baseamos a metodologia centralmente nas conversas situadas no cotidiano do campo-tema com interlocutores(as) de pesquisa, seja com familiares de pessoas presas, trabalhadoras dos trailers, moradores(as) da região de Nova Contagem ou outras pessoas que circulam pelo território. Nas discussões, nos fundamentamos em alguns referenciais teóricos, com destaque para o Materialismo Histórico Dialético, a Geografia de Milton Santos - em especial sua construção do conceito de território -, a Criminologia Crítica, a Economia Política da Pena e a Teoria da Reprodução Social. Destacamos como a ideologia da defesa social tem contribuído para a construção de um território punitivo no qual a exploração capitalista do trabalho alcança a esfera da reprodução social realizada pelas familiares de pessoas presas e que, na particularidade do entorno da Nelson Hungria, tem se articulado também com o trabalho nos trailers. Indicamos as potencialidades e os desafios de uma pesquisa militante que se baseia centralmente no abolicionismo penal e na esperança na busca por um território não punitivo.

Palavras-chave: Trabalho; Sociabilidade; Território; Cárcere; Pesquisa-militante

## ABSTRACT

In this research, the general objective was to comprehend work and sociability in the surroundings of the Nelson Hungria Penitentiary, located in Nova Contagem neighborhood, in the municipality of Contagem, in Minas Gerais. The research began from university extension activities at Culthis, where we went to the rows at prison units in the Belo Horizonte Metropolitan Region to provide psychosocial support to family members of prisoners on days when they go to the prisons to visit or deliver kits to their incarcerated ones. There, in a particular way to what usually happens around other prisons, the social reproduction work of the family members, most of whom are women, is linked to the work in the trailers and, in this way, in the particularity of the Nelson Hungria Penitentiary, the territory around it is centrally constituted by, but also overflows the space-time of the rows. In this sense, to help us get closer to the general objective of the research, we outlined three specific objectives: 1) to discuss the relationship between work, sociability and territory, 2) to learn about the history of the Nelson Hungria Penitentiary and 3) to analyze the reality of the work of family members of prisoners and work in the trailers. We based the methodology centrally on conversations situated in the daily life of the theme-field with research interlocutors, be they family members of prisoners, trailer workers, residents of the Nova Contagem region or other people who circulate in the territory. In our discussions, we based on a number of theoretical references, in particular Historical and Dialectical Materialism, the Geography of Milton Santos - especially his construction of the concept of territory - Critical Criminology, the Political Economy of Punishment and the Theory of Social Reproduction. We highlight how the ideology of social defense has contributed to the construction of a punitive territory in which the capitalist exploitation of labor reaches the sphere of social reproduction carried out by the families of prisoners and which, in the particular surroundings of Nelson Hungria, has also been articulated with work in the trailers. We point out the potential and challenges of militant research that is centrally based on penal abolitionism and hope in the search for a non-punitive territory.

Keywords: Work; Sociability; Territory; Prison; Militant research.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa de ônibus no Centro de Belo Horizonte.....	16
Figura 2 - Fotos de trecho entre Belo Horizonte e Nova Contagem.....	25
Figura 3 - Mapa de localização da área de estudo: Belo Horizonte - Contagem - Nova Contagem..	32
Figura 4 - Mapa com os espaços densos do campo-tema.....	33
Figura 5 - Pracinha e ponto de ônibus.....	52
Figura 6 - Nelson Hungria vista da Vila Ipê Amarelo.....	56
Figura 7 - Foto de placa na rua VP-1, em Nova Contagem.....	64
Figura 8 - Foto da placa da Rua VP-1.....	69
Figura 9 - Notícia do G1 sobre interdição da Nelson Hungria.....	80
Figura 10 - Rebelião na Penitenciária Nelson Hungria (2013).....	99
Figura 11 - Cartaz dentro do ônibus 6820.....	109
Figura 12 - Foto da obra da construção da UBS.....	117
Figura 13 - Muro próximo aos trailers com propaganda de serviço de entrega de kit.....	118
Figura 14 - Jornal da Universal no chão próximo aos trailers.....	122
Figura 15 - Foto dos panfletos do Culthis pregados no trailer.....	159

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Apac	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BH	Belo Horizonte
Capes	Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CPNH	Complexo Penitenciária Nelson Hungria
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Depen	Departamento Penitenciário
DPMG	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
EPP	Economia Política da Pena
Formex	Formação em Extensão
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LabTrab	Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos
LAI	Lei de Acesso à Informação
LEP	Lei de Execuções Penais
MG	Minas Gerais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAN	Penitenciário Agrícola de Neves
PJMA	Penitenciária José Maria Alkimin
PNH	Penitenciária Nelson Hungria
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
ReNP	Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEJDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Sejusp	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Sigpri	Sistema Integrado de Gestão Prisional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TRS	Teoria da Reprodução Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
VC-5	Via Coletora 5
VP-1	Via Principal 1

## SUMÁRIO

<b>1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....</b>	<b>15</b>
1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	21
<b>2 METODOLOGIA: OS CAMINHOS PARA O ENTORNO DA NELSON HUNGRIA.....</b>	<b>24</b>
2.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	24
2.1.1. O Materialismo Histórico Dialético.....	26
2.2 PONTOS DE PARTIDA: CULTHIS E A EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	28
2.3 O CAMPO-TEMA.....	30
2.3.1. Solicitação de dados acerca do perfil sociodemográfico das pessoas que visitam na Nelson Hungria.....	38
2.4 O PESQUISADOR CONVERSADOR NO COTIDIANO.....	39
2.4.1. Diários de campo e a produção dos enxertos.....	43
2.4.2. Conversas, extensão e devolutivas: pesquisa-militante.....	47
<b>Enxerto I - Coincidências de pesquisa: os encontros com Pedro e Cristina.....</b>	<b>51</b>
<b>3. TERRITÓRIO DO ENTORNO DA NELSON HUNGRIA.....</b>	<b>59</b>
3.1 TERRITÓRIO: QUADRO DE VIDA.....	60
3.2 O QUE VEIO PRIMEIRO: O BAIRRO OU A PRISÃO.....	64
3.3 AS REPRESENTAÇÕES DO TERRITÓRIO FRAGMENTADO.....	70
3.3.1. Periferia: segregação territorial.....	71
3.3.2. As representações da violência.....	73
3.3.3. Segurança pública: resposta às representações do território periférico e violento... 75	
3.3.4. Viver no entorno da Penitenciária Nelson Hungria.....	78
<b>4. CÁRCERE: A PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA.....</b>	<b>80</b>
4.1 A IDEOLOGIA DA DEFESA SOCIAL E A EFICÁCIA INVERTIDA DO SISTEMA PENAL.....	84
4.1.1. A totalidade e a Economia Política da Pena: o racismo estruturando o sistema penal brasileiro.....	88
4.2 A PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA E A SUPOSTA CRISE DO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO.....	91
4.2.1. A crise estrutural do sistema prisional mineiro como projeto político.....	94
4.3 AS CONTRADIÇÕES DA PRISÃO E O TERRITÓRIO PUNITIVO.....	101
4.3.1. Prisão: a escolha pelo caminho “errado”.....	102
4.3.2. Trabalho: a escolha pelo caminho “certo”.....	105
4.3.3. Território punitivo: “cadeia não é bom para ninguém”.....	108
4.3.4. Abolicionismo penal e a constelação de estratégias.....	113
<b>Enxerto II - A fila: um palco é criado.....</b>	<b>116</b>
<b>5. TRABALHO E SOCIABILIDADE: O ENTORNO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA.....</b>	<b>124</b>

5.1 AS CATEGORIAS TRABALHO E SOCIABILIDADE.....	124
5.2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	129
<b>Excerto III - A fila começa bem antes.....</b>	<b>135</b>
<b>Excerto IV - Os encontros com Sofia.....</b>	<b>140</b>
<b>6 “NÃO É FÁCIL CONCILIAR CADEIA E SERVIÇO”: O TRABALHO DE FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS.....</b>	<b>144</b>
6.1 QUEM SÃO AS FAMÍLIAS NO ENTORNO DA NELSON HUNGRIA?.....	144
6.2 O TERRITÓRIO PUNITIVO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS.....	146
<b>Excerto V - Paula e seu trailer.....</b>	<b>158</b>
<b>Excerto VI - O término da fila.....</b>	<b>163</b>
<b>7 “AQUI SÓ EXISTE POR CAUSA DA PRISÃO”: O TRABALHO NOS TRAILERS....</b>	<b>167</b>
7.1 A HISTÓRIA DOS TRAILERS NO ENTORNO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA.....	168
7.2 O TRABALHO NOS TRAILERS EM ARTICULAÇÃO COM O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMILIARES.....	172
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DO TERRITÓRIO NÃO PUNITIVO.....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>182</b>
APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	194
APÊNDICE B - PEDIDO VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	196
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES.....	198
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADORAS DOS TRAILERS.....	199
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES(AS) DO BAIRRO.....	201
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM HENRIQUE.....	202
ANEXO A - PORTARIA DE INTERDIÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA...	203
ANEXO B - DECISÃO JUDICIAL DE INTERDIÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA.....	205
ANEXO C - INFORMATIVO SOBRE VISITA NA NELSON HUNGRIA (2023).....	211
ANEXO D - INFORMATIVO SOBRE CALÇA JEANS.....	212
ANEXO E - INFORMATIVO DA NELSON HUNGRIA SOBRE A PROIBIÇÃO DOS CIGARROS NAS UNIDADES PRISIONAIS DE MINAS GERAIS.....	213

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS<sup>1</sup>

Foram diversas as formas que pensei<sup>2</sup> para iniciar esta Dissertação. Iniciar textos é sempre muito difícil. Antes de as ideias começarem a fluir na escrita, é preciso escolher algo para dar o pontapé. E não é como se não houvessem opções de por onde iniciar, pelo contrário, elas são muitas e escolher uma delas significa a renúncia de tantas outras. Foi a partir do trabalho de campo, indo para Nova Contagem, que vislumbrei um possível caminho para as minhas primeiras palavras.

Nova Contagem é um bairro situado na Regional Vargem das Flores no Município de Contagem, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e é onde se encontra a Penitenciária Nelson Hungria<sup>3</sup>. Das primeiras vezes que fui até lá - quando o projeto de pesquisa ainda não dizia respeito àquele território -, reparei pouco no trajeto. Foram poucas vezes e espaçadas. Além disso, fui de carro, então a preocupação maior era em acompanhar o mapa para saber se estava no caminho certo. Até então, eu não conhecia o bairro, mas conhecia um pouco de outros locais da cidade, mais próximos às fronteiras com Belo Horizonte (BH) e em regiões mais centrais.

Depois de delimitado o objetivo da pesquisa, passei a ir com mais frequência. E também passei a ir de ônibus. O ponto de ônibus fica no centro de BH e, com o tempo, comecei a reparar na placa com os números das linhas que passavam ali. Eu circulo constantemente pela região central da capital de Minas Gerais, mas nunca havia esperado naquele ponto. Não conhecia as linhas de ônibus nem para onde elas iam. Ir para Nova Contagem de ônibus exigia, então, que eu me deslocasse até um ponto que eu não conhecia para pegar uma linha que eu também não tinha hábito, além de que ela me deixaria, cerca de uma hora e meia depois, em um lugar que eu não circulo usualmente.

---

<sup>1</sup> Para iniciar esta dissertação, pego emprestado as *primeiras palavras* de Paulo Freire, termo usualmente usado por ele para introduzir seus livros.

<sup>2</sup> Ao longo desta Dissertação, privilegiamos a escrita na primeira pessoa no plural a fim de demarcar que a construção do conhecimento trazido neste texto se deu de forma coletiva. No entanto, em alguns momentos, usarei a primeira pessoa no singular a fim de demarcar experiências particulares. Ainda, “o escrever na primeira pessoa em um texto acadêmico objetiva ser coerente com a ideia de que não há um sujeito indefinido, pelo contrário, há uma pesquisadora em carne e osso que viveu e elaborou a pesquisa em texto” (Rabelo, Barros, Cunha, 2016, p. 396).

<sup>3</sup> Também chamada de Complexo Penitenciário Nelson Hungria ou Penitenciária de Contagem. Ao longo desta dissertação, também vou me referir a ela como Nelson Hungria.

Figura 1 - Placa de ônibus no Centro de Belo Horizonte



Fonte: autoria própria

As duas linhas de ônibus com destino para Nova Contagem - 6820 (Recanto Verde) e 6780 (Ipê Amarelo) - nem sempre passavam no horário. Em algumas idas, ouvi de outras pessoas no ponto que os ônibus ali demoravam muito. Certa vez, uma mulher me perguntou se ela conseguiria pegar o 6780 ou o 6820 para ir para Nova Contagem, pois ela estava andando pelo Centro há um tempo e não conseguia encontrar o lugar. Respondi, que sim, pois, coincidentemente, ela perguntou do único destino que eu saberia naquele contexto. Ela contou que mora em Nova Contagem e que os ônibus para lá são muito difíceis, passam pouco e não há muitas opções.

Mesmo depois de fazer o trajeto Belo Horizonte-Nova Contagem algumas vezes, ainda sentia um frio na barriga toda vez que me deparava com aquela placa no ponto de ônibus. Eu

ficava pensando para onde iriam as outras linhas. Ver aquela placa me fazia sentir que a pesquisa estava se concretizando. A pesquisa em si já estava acontecendo há mais tempo, mas aquela placa trazia uma materialidade que eu não havia percebido até então. E a situação se tornava ainda mais concreta quando eu via dobrar na esquina o 6820 ou o 6780.

Das primeiras vezes que fui para Nova Contagem, antes de conhecer as linhas de ônibus, fui enquanto extensionista de pós-graduação<sup>4</sup> do Culthis<sup>5</sup>. Eu estava no Culthis desde 2020, quando era graduando em Direito. Na extensão, nossa principal atividade é fazer acolhimento psicossocial com pessoas impactadas pela prisão, especialmente com familiares de pessoas presas e sobreviventes do cárcere. São várias as formas como fazemos esse acolhimento, mas a mais importante consiste na ida até as filas de unidades prisionais. As filas ocorrem em dois contextos: nos dias que as familiares<sup>6</sup> vão até as prisões para visitar seus entes presos ou para levar itens de necessidade básica - que, em Minas Gerais, são chamados de kits.

Em relação à visita, um dos direitos previstos para as pessoas presas diz respeito à possibilidade de serem visitadas por suas famílias e amigos em dias específicos<sup>7</sup>. Em Minas Gerais, há duas modalidades de visita<sup>8</sup>: a social, que pode ser feita por qualquer familiar ou amigo, e a íntima, realizada por esposas ou por companheiras que possuam escritura pública registrada em cartório ou em sentença judicial declaratória de reconhecimento da união estável. As visitas ocorrem em dias predeterminados, sendo as sociais usualmente aos finais de semana e as íntimas durante a semana<sup>9</sup>.

Em relação à entrega de itens básicos, o ReNP estabelece que as famílias poderão entregar os *itens de complementação* - como são denominados na normativa - para as pessoas presas. Normalmente, os itens que compõem os kits são alimentos, roupas, materiais de estudo,

---

<sup>4</sup> Bolsista pelo Edital Proex nº 02/2023 - Fomento à formação em extensão universitária no âmbito da pós-graduação.

<sup>5</sup> O Culthis será apresentado no capítulo 2.

<sup>6</sup> Nesta Dissertação, vamos nos referir às familiares de pessoas presas no feminino - bem como às trabalhadoras dos trailers -, pois, como apresentaremos, elas são majoritariamente mulheres.

<sup>7</sup> Conforme previsto no art. 41, X, da Lei nº 7.210/1984 (LEP - Lei de Execução Penal)

<sup>8</sup> As regras e procedimentos relacionados às visitas e a entrega dos kits estão previstos no Regulamento de Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP).

<sup>9</sup> O horário oficial das visitas sociais é entre 8h e 15h; o das visitas íntimas, é das 18h de um dia até as 6h do dia seguinte.

cigarros<sup>10</sup>, remédios, dentre outros - ou seja, itens que compõem aquilo que a pessoa presa utiliza para reproduzir sua vida dentro da prisão.

Por uma leitura estritamente jurídica, quando uma pessoa vai presa, ela apenas perde o seu direito de ir e vir, além de ter seus direitos políticos suspensos. Assim, todos os outros devem ser garantidos e seria papel do Estado assegurar o seu cumprimento. No entanto, essa não é a realidade, uma vez que as famílias são convocadas a assumir esse papel, como vemos em diversas pesquisas (Dandrea; Silva Junior; Tannus, 2020; Jeremias, 2022; Lago, 2019; Pádua, 2021; Tannus; Silva Junior; Oliveira, 2018).

Dessa forma, além de realizarem periodicamente as visitas, as famílias enviam (por correio) ou entregam (presencialmente) os kits. Nesse contexto, o ReNP, ao se referir aos kits como *itens de complementação*, infere que o Estado garante o mínimo para a população encarcerada e oferece a oportunidade de as famílias fazerem complementações. No entanto, vemos, nas filas e em outras atividades do Culthis, que as pessoas presas que não recebem kits encontram-se em situações mais vulnerabilizadas. Portanto, os kits não são meros *itens de complementação*, como faz crer o discurso oficial, mas são o que sustenta a já precária possibilidade de reprodução da vida das pessoas encarceradas nas prisões.

Tanto nos dias de visita quanto nos dias de entrega de kits, as familiares chegam com antecedência no espaço externo das unidades prisionais e se organizam no que se convencionou chamar de filas (Barros; Cardoso; Dias, 2024; Lago, 2019; Tannus; Silva Junior; Estrela, 2017). Cada fila é única, ocorre em espaços geográficos particulares, seja em função da localidade em que se situam ou por causa da forma como cada unidade foi se relacionando com o seu entorno imediato. Não obstante, podemos considerar alguns fatores em comum nas filas da RMBH: são um *espaço-tempo*<sup>11</sup> no qual familiares de pessoas presas aguardam, do lado de fora dos muros prisionais, para adentrar nas prisões, seja para visitar um ente preso ou para entregar o kit.

---

<sup>10</sup> Por meio do Memorando.SEJUSP/SSEG.no 1000/2024, de 4 de julho de 2024, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) instituiu protocolo para a retirada e proibição dos cigarros nas unidades prisionais de Minas Gerais. Desde então, as famílias não podem mais enviar cigarros nos kits. Ao longo do capítulo 5, apresentaremos algumas reflexões acerca de como essa medida trouxe impactos para o trabalho reprodutivo das famílias de pessoas presas.

<sup>11</sup> Pegamos o termo “espaço-tempo” emprestado de Milton Santos (2014), conforme abordaremos no capítulo 3. Aqui, contudo, nos referimos às filas como “espaço-tempo” a fim de indicar esse contexto marcado tanto pelo lugar em que ocorrem, mas também pelo período, tendo em vista que elas não ocorrem em todos os lugares, nem em todos os momentos - apesar de, como discutiremos ao longo da Dissertação, elas terem repercussões em outros “espaços-tempos”.

Grande parte das unidades prisionais da RMBH está afastada dos centros urbanos<sup>12</sup> e, dessa forma, as filas também ocorrem em locais afastados. Elas acontecem no espaço imediatamente externo às prisões, porém não há qualquer estrutura para acolher as familiares nesse momento antes da entrada no espaço físico do cárcere. Normalmente, as filas ocorrem na beira de estradas, longe de pontos de transportes públicos, afastadas de quaisquer comércios ou outros serviços que possam ser necessários (Barros; Cardoso; Dias, 2024). Ainda, em função da localização das unidades prisionais, muitas familiares têm que viajar distâncias consideráveis para chegar até às prisões e, não raro, chegam com dia(s) de antecedência. Se precisarem, por exemplo, de ir ao banheiro nesse *espaço-tempo*, é provável que não tenham acesso a qualquer estrutura para tal. Além disso, devem passar um longo período, inclusive de noite e na hora de dormir, sob ameaça de possíveis animais nocivos ou de alterações climáticas, como chuvas, vento, calor e frio.

Nesse contexto, no dia 3 de junho de 2023, fui, junto com extensionistas de graduação do Culthis, na fila da Penitenciária Nelson Hungria. Lá, nos chamou a atenção o fato de, no entorno do presídio, haver uma movimentação muito particular em comparação com as outras filas que estávamos habituados. Apesar de afastada das regiões centrais de Contagem, município em que está localizada, a unidade está situada no centro de um bairro, circundada por casas residenciais, pontos comerciais e de prestação de serviços, além de estar localizada em um dos extremos da Via Principal-1 (VP-1), principal rua do bairro.

Antes da entrada da unidade, há um espaço, que remete a uma praça<sup>13</sup>, rodeado, de um lado, por uma mata e por um córrego e, do outro lado, por vários elementos, como um campo de futebol e residências, que seguem circundando a unidade prisional pela sua parte de trás. No meio desse espaço, que também conta com duas ruelas que descem para dentro do bairro, é onde temos localizado o entorno da penitenciária.

Do lado da mata, há algumas casas que, depois de conversas com os(as) interlocutores(as) de pesquisa, fomos informados que parte delas não possuíam a finalidade de moradia, mas de hospedagem para familiares que aguardavam o dia de entrar na unidade prisional. Assim, as

---

<sup>12</sup> Silva (2024) discute o processo de interiorização das prisões em Minas Gerais.

<sup>13</sup> Ao longo da Dissertação, apresentaremos fotografias que foram tiradas no decorrer da pesquisa. No entanto, optamos por não incluir fotos do espaço no entorno da Penitenciária a fim de não identificar os(as) interlocutores(as) da pesquisa, tendo em vista que, no território, há diversos elementos que poderiam resultar na identificação. Assim, optamos por apresentar o território a partir de outros recursos, como a descrição por escrito e por mapas (no Capítulo 2).

mulheres chegavam no território com dia(s) de antecedência, seja para evitar eventuais problemas no trajeto ou para pegar um bom lugar na fila, e ficavam hospedadas nessas pensões.

Em frente às pensões, há alguns trailers cuja finalidade é comercializar itens específicos destinados às familiares, além da prestação de serviços, também com o foco nas mulheres que compõem as filas. Nos trailers, são vendidos, por exemplo, os produtos que podem compor os kits<sup>14</sup>, as embalagens para esses kits, as marmitas que as familiares podem levar para dentro da prisão - com os alimentos permitidos, no peso permitido, na embalagem permitida -, as roupas que as familiares são autorizadas a usar<sup>15</sup>. Neles, também são comercializados alimentos e outros produtos para as familiares consumirem durante o *espaço-tempo* da fila. Oferecem, também, alguns serviços, como ducha para as mulheres tomarem banho, alugam produtos de maquiagem, secador de cabelo, toalhas, etc.

É a partir da confluência entre as atividades das familiares e nos trailers que a movimentação do entorno do presídio acontece. São três deles no total, sendo dois um do lado do outro e um terceiro um pouco mais afastado dos primeiros, mais próximo da entrada do presídio. Do lado de fora deles, havia cadeiras e mesas, quase todas ocupadas por familiares. Fomos em um sábado de manhã, momento de confluência das possíveis formas de as familiares entrarem na prisão: havia esposas e companheiras que acabaram de sair da visita íntima do dia anterior, familiares se organizando para entregar o kit e outras que já estavam ali aguardando a visita social da manhã do dia seguinte, no domingo.

Em conversa com as famílias e com as trabalhadoras dos trailers, elas nos contaram que ali era sempre movimentado, alguns dias mais do que outros. Os dias do final de semana eram mais movimentados em razão da visita social de sexta-feira e de domingo, mas, de segunda a sexta, havia entrega de kits e visita íntima, então sempre havia pessoas por ali e, por esse motivo, os trailers abriam todos os dias.

Em filas de outras unidades prisionais da RMBH, também havia alguma movimentação de pessoas no entorno da prisão, inclusive algumas com carrinhos vendendo café e lanches, mas esse fluxo se desfazia por completo assim que dava o horário de as familiares entrarem. Na Nelson

---

<sup>14</sup> No ReNP, há uma lista de itens permitidos e proibidos nos kits. Ainda, como apresentaremos no Capítulo 5, cada unidade prisional, de forma arbitrária, define quais serão esses itens, o que pode, inclusive, variar a depender de qual policial penal está responsável pela fiscalização no dia da entrega dos kits.

<sup>15</sup> O ReNP também prevê as roupas permitidas para as famílias entrarem na prisão e, assim como ocorre com os kits, há arbitrariedades de unidade para unidade. O ReNP também prevê as roupas permitidas para as famílias entrarem na prisão e, assim como ocorre com os kits, há arbitrariedades de unidade para unidade.

Hungria, apesar de o fluxo diminuir com a entrada na prisão, os trailers permaneciam abertos, seja com pessoas que estão aguardando a familiar retornar, pessoas que estão aguardando para de alguma forma entrar, além das próprias trabalhadoras, que tinham diversas tarefas de trabalho para além do *espaço-tempo* das filas.

Ao redor dos trailers, há outros fluxos: comércios, um lava-jato, um ponto de ônibus - muito utilizado pelas familiares nos dias de filas -, trabalhadores de obras que ocorrem no território, bem como moradores do bairro que transitam por ali, além de motoristas contratados para levar e/ou buscar as famílias. As pessoas passam, sentam-se nos trailers, conversam, tomam um café, fumam um cigarro, comem algo, bebem uma cerveja, interagem com as crianças - normalmente filhas e netas que também vão para a visita ou estão acompanhando as mulheres adultas que vão adentrar na prisão.

Foi a partir dessa confluência de acontecimentos naquele território, tão particular em relação às filas de outras unidades prisionais que conhecíamos, que vislumbramos o objetivo geral desta Dissertação: compreender o trabalho e a sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria. Para ajudar a nos aproximar desse objetivo geral, traçamos três objetivos específicos: 1) discutir a relação entre trabalho, sociabilidade e território, 2) conhecer a história da Penitenciária Nelson Hungria e 3) analisar a realidade do trabalho de familiares de pessoas presas e do trabalho nos trailers.

Nas discussões realizadas na pesquisa, nos fundamentamos em alguns referenciais teórico-metodológicos, com destaque para o Materialismo Histórico Dialético, a Geografia de Milton Santos - em especial sua construção do conceito de território -, a Criminologia Crítica, a Economia Política da Pena e a Teoria da Reprodução Social.

## 1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Nestas Primeiras Palavras, Capítulo 1, apresentamos, de forma introdutória, as discussões que serão realizadas ao longo da Dissertação, evidenciando os contextos e experiências que deram base para a construção do objetivo geral e dos objetivos específicos desta pesquisa.

No Capítulo 2 (Metodologia: os caminhos para o entorno da Nelson Hungria), apresentaremos a memória da pesquisa. Assim, faremos uma discussão sobre o Materialismo Histórico Dialético e como ele é utilizado como base para toda a pesquisa; o programa Culthis e

as relações entre extensão e pesquisa na pós-graduação; a noção de campo-tema; ética e afetações na pesquisa; as estratégias metodológicas, com destaque para as conversas situadas no cotidiano e o registro em diário de campo; e a discussão acerca do que pretendemos com os enxertos - como apresentaremos a seguir.

No Capítulo 3 (Território do entorno da Nelson Hungria), iniciaremos a discussão sobre o entorno da Penitenciária Nelson Hungria, com foco para a história do bairro Nova Contagem, onde a prisão está localizada. Utilizaremos de base a noção de território para Milton Santos. Ao final do Capítulo 3, faremos uma reflexão sobre as representações de Nova Contagem como um bairro violento.

No Capítulo 4 (Cárcere: a Penitenciária Nelson Hungria), apresentaremos a história da PNH e discussões sobre as funções da prisão com base na Criminologia Crítica e na Economia Política da Pena. Nesse Capítulo, também refletiremos sobre a ideologia da defesa social, a articulações entre cárcere e trabalho, bem como as contribuições e potencialidades do(s) abolicionismo(s) penal(is).

No Capítulo 5 (Trabalho e sociabilidade: o entorno da Penitenciária Nelson Hungria), exporemos nossos referenciais para se pensar em trabalho e sociabilidade, com aporte na Teoria da Reprodução Social.

No Capítulo 6, (“Não é fácil conciliar cadeia e serviço”: o trabalho de familiares de pessoas presas) traremos as discussões acerca da realidade do trabalho de familiares de pessoas presas.

No Capítulo 7 (“Aqui só existe por causa da prisão”: o trabalho nos trailers), apresentaremos as discussões sobre a realidade do trabalho nos trailers.

Por fim, no Capítulo 8 (Considerações finais: em busca do território não punitivo”, apresentaremos as considerações finais.

Além disso, entre alguns capítulos, apresentaremos seis enxertos, que são textos que mesclam alguns dos materiais de pesquisa, em especial os diários de campo, com fins de apresentar com mais detalhes os contextos em que se deram os encontros e as conversas de pesquisa, além de apresentar os(as) interlocutores(as).

Nesse sentido, o Enxerto I (Coincidências de pesquisa: os encontros com Pedro e Cristina) está após o Capítulo 2; o Enxerto II (A fila: um palco é criado) está após o Capítulo 4; o Enxerto III (A fila começa bem antes...) e o Enxerto IV (Os encontros com Sofia) estão após o

Capítulo 5; o Enxerto V (Paula e seu trailer) está após o Capítulo 6; e, por fim, o Enxerto VI (O término da fila) está após o Capítulo 7.

Comecei essas primeiras palavras compartilhando as inquietações em iniciar a pesquisa, os receios do desconhecido. Ir até a Nova Contagem foi um desafio, tanto por circular em um território que eu não tinha hábito, mas principalmente pelos vínculos e conversas que desenvolvidos em razão da pesquisa. Desde o início, eu tinha alguma ideia do que pretendia fazer tanto porque construí, em conjunto com a orientadora, um objetivo de pesquisa quanto porque eu tinha alguma familiaridade com o campo-tema relacionado ao entorno das prisões pelas experiências em extensão universitária. Contudo, o caminho da pesquisa não estava dado, ele ainda seria percorrido ao longo dos meses que se seguiram. Assim, no próximo capítulo, apresentaremos justamente esse caminho percorrido, a memória da pesquisa, enfim, a metodologia.

## **2 METODOLOGIA: OS CAMINHOS PARA O ENTORNO DA NELSON HUNGRIA**

### **2.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA**

Nas primeiras palavras, apresentamos de forma introdutória as discussões que serão realizadas ao longo desta Dissertação e, neste capítulo, o propósito é expor, de forma mais detalhada, os caminhos que nos levaram a essas discussões.

Dessa maneira, quando delimitamos a proposta da pesquisa, tínhamos algumas ideias em relação ao que faríamos para nos aproximar dela em função dos acúmulos teórico-metodológicos de outras experiências de pesquisa e extensão. No entanto, apostamos que o método não diz respeito a um “planejamento antecipado da estratégia de pesquisa, com a identificação precisa de objetivos e a escolha deliberada de métodos de investigação e análise” (Spink, 2003, p. 20) mas que a pesquisa se inicia por meio de pontos de partida e, depois disso, o caminho vai se formando. Assim, concordamos com Hissa quando ele afirma que

a pesquisa não é o resultado da ligação entre dois pontos, previamente concebidos. É uma rota que, por sua vez, “não é uma estrada, nem um atributo físico; é uma direção, uma linha imaginária ligando um ponto de partida com uma destinação”. Entretanto, esses pontos - de partida e de destino - vão se descobrindo ou se fazendo ao longo do processo de construção da própria rota (Hissa, 2019, p. 26).

Abaixo, apresentamos duas fotos tiradas no trajeto entre Belo Horizonte e Contagem.

Figura 2 - Fotos de trecho entre Belo Horizonte e Nova Contagem



Fonte: autoria própria

As imagens da Figura 2 foram registradas dentro de um ônibus em um momento em que eu estava indo para Nova Contagem. Durante o trajeto - que poderia durar entre uma hora e meia e três horas -, eu passava por diversos lugares que, das primeiras vezes, eram desconhecidos. Eu costumava acompanhar o trajeto por aplicativos de mapas no celular, pois não sabia me localizar muito bem, nem sabia em quanto tempo eu deveria dar o sinal para descer do ônibus. Nas imagens, há algumas casinhas, cada uma com uma cor, que, das primeiras vezes, eu não conhecia. Elas chamavam a minha atenção justamente por serem coloridas, se destacando das outras casas, edifícios e espaços. Com o tempo, elas passaram a ser referência no meu trajeto. Depois que eu passava por elas, sabia que estava próximo à Igreja Matriz de São Gonçalo, em Contagem, e que, logo depois, apareceria a primeira placa indicando que, em breve, eu entraria em Vargem das Flores, regional onde está localizado o bairro de Nova Contagem.

Nas primeiras palavras, eu conto do frio na barriga que sentia quando eu chegava no ponto de ônibus e avistava a placa com as linhas que me levariam para Nova Contagem, mas era durante o percurso que eu tinha mais tempo para pensar em como seriam os encontros da pesquisa. Enquanto eu passava pelos lugares ainda desconhecidos, tentava antecipar os assuntos que gostaria de conversar quando chegasse.

Mas o campo é sempre imprevisível, então buscamos uma entrada em campo despojado(a) de hipóteses e técnicas apriorísticas (Rabelo; Barros; Cunha, 2015). A partir disso, nos propomos a fazer uma pesquisa no cotidiano<sup>16</sup>, entendendo que “é no cotidiano que a vida acontece” (Coutinho; Oliveira; Sato, 2016, p. 293). A noção de cotidiano, neste Mestrado, então, é a defesa por uma outra forma de fazer pesquisa, como apresentaremos nas próximas páginas, a defesa por uma maneira de se estar no campo-tema mais aberto ao diálogo, à horizontalidade e às articulações entre teoria e práxis.

No subtópico a seguir, apresentaremos algumas reflexões sobre o materialismo histórico dialético, base metodológica desta pesquisa.

### 2.1.1. O Materialismo Histórico Dialético

A abertura ao cotidiano do campo que nos referimos anteriormente é coerente com as contribuições do materialismo histórico dialético, considerando que método não se restringe a um conjunto de regras que serão aplicadas no processo de conhecimento de uma determinada realidade (Netto, 2011), uma vez que, ao nos prendermos a essas regras previamente delimitadas, perdemos o contato com a realidade estudada como se a metodologia fosse desconectada dessa realidade (Lima, 2002a).

Assim, com base no materialismo histórico, entendemos que o processo de produção do conhecimento diz respeito à reprodução ideal do movimento real do objeto pesquisado, ou seja, é a forma como os pesquisadores apreendem uma determinada realidade no pensamento. Ainda, como indica Netto (2011), “esta reprodução (...) não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si” (p. 25).

Nesse contexto, Marx (2011) compreende que a realidade é a síntese de múltiplas determinações, ou seja, que as coisas são portadoras de determinações diversas que se expressam em sua aparência (Medeiros; Bonente, 2020). Dessa forma, o objetivo da pesquisa é superar essa aparência para buscar a essência da realidade, isto é, o conjunto de determinações que a

---

<sup>16</sup> Mais do que pesquisadores do cotidiano, somos pesquisadores no cotidiano, nos inserindo nele a fim de demarcar uma postura epistemológica e metodológica, pois, “se pesquisarmos o cotidiano, estabeleceremos a clássica separação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Mas, se pesquisarmos *no* cotidiano, seremos partícipes dessas ações que se desenrolam em espaços de convivência” (Spink, 2008, p. 7).

compõem (Netto, 2011). Nesse sentido, quando nos deparamos com uma determinada realidade a ser estudada, o primeiro contato se dá com sua aparência. Todavia, a realidade é resultado de diversas relações sociais que se deram - e se dão no momento mesmo em que ela é estudada -, então não é possível apreender essas relações de uma só vez.

A construção do conhecimento, dessa forma, diz respeito à busca pelas múltiplas determinações que compõem o tema estudado, portanto, a busca pela sua essência. Pelas limitações humanas e pelo caráter processual da realidade, no entanto, não é possível apreender essa essência de forma completa, então buscamos, na verdade, nos aproximar das realidades que estudamos. Por isso, nesta Dissertação, optamos por dizer que tentamos nos aproximar dos objetivos e da realidade estudada mais do que alcançá-los, pois compreendemos que, apesar de buscarmos a essência, não se trata de uma essência pura, mas constituída por diversas determinações.

Nesse contexto, a categoria da totalidade é central no fazer desta pesquisa, pois “significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (Löwy, 2003, p. 16). Assim, a busca pela totalidade, mais do que a articulação entre partes diferentes que compõem um todo, é a análise dialética entre partes que se relacionam contraditoriamente.

A compreensão da totalidade, nesse sentido, não diz respeito à soma das unidades particulares, mas de uma apreensão dialética da realidade contraditória. Assim, é

“a concepção de totalidade (...) o que permite entender a dimensão de cada elemento e a síntese desse conjunto (...). A relação do todo com as partes, das partes entre si e das partes com o todo alerta que os diversos aspectos da realidade estão entrelaçados constituindo unidades contraditórias” (Ferraz, 2010, p. 89).

Com base nessas categorias, buscamos nos aproximar da realidade a partir de uma análise dialética entre as dimensões singulares e universais que compõem a totalidade estudada. Nesse sentido, ressaltamos a potencialidade das pesquisas no cotidiano em desvelar os processos dialéticos entre singular e universal, tendo em vista que o “cotidiano refere-se aos acontecimentos corriqueiros do dia a dia, os quais, mesmo em sua singularidade, relacionam-se com os processos sociais mais amplos” (Coutinho; Oliveira, 2017, p. 83). Coube-nos, dessa forma, a tarefa de confrontar, ao longo da pesquisa, os acontecimentos e discursos do dia a dia do campo-tema -

conceito que será discutido neste capítulo - com a totalidade de que fazem parte a fim de, dessa forma, nos aproximarmos da realidade estudada superando as aparências.

Como apresentaremos ao longo da Dissertação, a noção de totalidade é central para as discussões. Como exemplos, a apresentação do território (Capítulo 3) se deu a partir da noção de formação socioespacial; a discussão sobre cárcere (Capítulo 4) ocorreu com base na Economia Política da Pena; e, por fim, as reflexões sobre trabalho e sociabilidade (Capítulo 5) se deram a partir da Teoria da Reprodução Social - todos conceitos e referenciais teórico-metodológicos que partem da categoria metodológica da totalidade. Portanto, buscamos apresentar a realidade singular do entorno da Penitenciária Nelson Hungria articulada dialeticamente com a universalidade.

O que pretendemos, neste capítulo, agora que a pesquisa terminou - pelo menos no que diz respeito ao tempo institucional do Mestrado - é apresentar a metodologia, os caminhos percorridos, os percalços, os encontros, os desafios, as conversas, os tropeços, os vínculos, as afetações, os(as) interlocutores(as) da pesquisa, enfim, a memória da pesquisa.

Afirmamos, no início deste tópico, que não tínhamos objetivos e técnicas de pesquisa prescritos previamente, mas pontos de partida. Apresentaremos, a seguir, a experiência extensionista no Culthis, um dos pontos de partida deste Mestrado.

## 2.2 PONTOS DE PARTIDA: CULTHIS E A EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Eu faço parte do Culthis desde 2020, quando estava na graduação em Direito. Quando ingressei no Mestrado em Psicologia Social, permaneci como bolsista extensionista de pós-graduação. O Culthis, como já apresentamos brevemente, é o Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos, programa de extensão vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No Culthis, organizamos nossas atividades em três eixos que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão: i) o eixo de acolhimento

psicossocial, que será comentado abaixo, ii) o eixo de articulações políticas<sup>17</sup> e iii) o eixo de formação<sup>18</sup>.

A atividade central do Culthis, no eixo de atenção psicossocial, é o acompanhamento de casos a partir da construção de uma metodologia de acolhimento psicossocial para pessoas afetadas pelo cárcere. Em resumo, o acolhimento abarca quatro elementos-guias: i) a escuta engajada, ii) as orientações jurídicas, iii) as articulações com as políticas públicas e iv) o encaminhamento para a rede de Psicólogas(os) do programa<sup>19</sup>.

Os casos do Culthis chegam por diversos meios, seja pelos canais virtuais de comunicação do projeto, por encaminhamento dos parceiros - sejam eles as políticas públicas ou movimentos sociais - ou por cartas das pessoas presas. Mas a principal forma de termos contato com a realidade das pessoas impactadas pelo sistema penal, em especial as famílias, é por meio das filas em unidades prisionais em dias de visitação ou entrega de kits, como apresentamos nas Primeiras Palavras<sup>20</sup>.

Foi a partir dessa experiência extensionista de ida às filas que demos início ao percurso de trabalho de campo neste Mestrado. O fazer desta pesquisa se deu principalmente por conversas no cotidiano de pessoas que circulam pelo território do entorno da Penitenciária Nelson Hungria. Os modos de estar nos lugares, com quem conversar, como conversar, o que observar, quais vocabulários usar, enfim, tudo isso aconteceu de forma imbricada ao fazer metodológico do acolhimento psicossocial do Culthis, demarcando a indissociabilidade entre pesquisa e extensão.

A seguir, apresentaremos as reflexões sobre a noção de campo-tema.

---

<sup>17</sup> No eixo de articulações políticas, buscamos fazer incidência nas discussões e ações relacionadas ao sistema penal. Nesse eixo, administramos a Plataforma Desencarcera!, site para as pessoas fazerem denúncias de violações de direitos nos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais ([www.desencarcera.com](http://www.desencarcera.com)). Além disso, compomos alguns espaços de representação, como o Conselho da Comunidade da Comarca de Ribeirão das Neves, além de que fazemos parcerias com órgãos públicos e movimentos sociais, como a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais.

<sup>18</sup> No eixo de formação, organizamos atividades formativas para discutirmos as temáticas que perpassam a atuação extensionista. Por exemplo, temos Grupos de Estudo sobre Criminologia Crítica e Abolicionismo Penal, formações internas, o Diálogos sobre o Cárcere - evento aberto no qual exibimos algum filme ou outra obra e convidamos referências para conversar sobre o sistema penal - e disciplinas ofertadas pela professora coordenadora do programa.

<sup>19</sup> Para um maior aprofundamento sobre a metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis, ver Cardoso; Moreira, 2024. Para mais informações sobre a extensão como um todo, ver: Barros; Cardoso; Faria, 2024.

<sup>20</sup> Os(as) extensionistas do Culthis vão até as filas de unidades prisionais da RMBH para fazer acolhimento psicossocial com as famílias durante esse tempo em que elas esperam para entrar no espaço físico das prisões nos dias de visita e de entrega de kits. Por vezes, nas filas, o acolhimento acontece de forma pontual, mas também pode se estender, casos em que um(a) extensionista ficará responsável por acompanhar a familiar ao longo de um período. Após as idas às filas, os(as) extensionistas elaboram diários de fila - de modo similar aos diários de campo em contextos de pesquisa - a fim de melhor sistematizar essa atividade, bem como refletir sobre ela e ter mais elementos para as próximas idas. Ainda, discutimos as experiências de ida às filas em nossas reuniões semanais. Para saber mais sobre o acolhimento psicossocial do Culthis nas filas, ver: Reis; Cardoso; Dias, 2024.

### 2.3 O CAMPO-TEMA

As conversas situadas no cotidiano, que estiveram no centro do trabalho de campo, se iniciaram em junho de 2023, primeira vez que fui para a fila da Nelson Hungria. Fui enquanto extensionista de pós-graduação, junto com outros(as) extensionistas de graduação, para fazer acolhimento psicossocial com as familiares que estavam ali. Naquele momento, os objetivos da pesquisa ainda não diziam respeito ao trabalho e à sociabilidade no entorno da prisão, mas já estavam relacionados aos impactos do cárcere na vida das famílias de pessoas presas.

Durante as idas às filas da Nelson Hungria como extensionista, eu conversava com as familiares, do modo como estava habituado a fazer em outras filas. Contudo, conversava também com outras pessoas, sejam as trabalhadoras dos trailers, do lava-jato, moradores(as) da região ou outras pessoas que circulavam pelo espaço. Como já descrito anteriormente, a dinâmica da fila na Nelson Hungria era diferente do que estávamos acostumados nas filas de outras prisões da RMBH. Ali, além da presença de outras pessoas que não as familiares, nós não precisávamos ficar em pé o tempo inteiro, podíamos nos sentar nas cadeiras dispostas nos trailers, tomar um café, passar mais tempo mesmo depois que as familiares entravam na prisão e, enquanto tudo isso acontecia, nós fazíamos o acolhimento psicossocial.

Então, nos meses que se seguiram à primeira ida, direcionamos o objetivo da pesquisa para o trabalho no entorno da Nelson Hungria e cogitamos, desde então, ir mais vezes naquele lugar para conversar com as pessoas. Tradicionalmente, nas pesquisas, essa prática de interagir com as pessoas e estar nos lugares - fora dos espaços formalmente acadêmicos como as salas de aula, os laboratórios de pesquisa ou os momentos de entrevista - tem sido chamada de trabalho de campo.

Todavia, consideramos que o papel do pesquisador não se reduz a ir em algum lugar - o campo - a fim de coletar dados para que, posteriormente, já fora desse lugar, ele possa interpretar esses dados e produzir conhecimento. Pelo contrário, entendemos que estamos sempre potencialmente no campo de pesquisa, pois

campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto - como se fosse um animal no zoológico - mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (Spink, 2003, p. 36).

Nesse contexto, a noção de campo-tema tem sido central para essa pesquisa, considerando que nos vinculamos a um campo a partir da vinculação com um tema (Spink, 2003). O campo-tema, então, abarca diversas situações que usualmente não são lidas enquanto contextos de pesquisas, como encontros entre amigos, tempo gasto dentro de transporte público, intervalo entre aulas, etc. Todos esses contextos podem potencialmente ser nosso campo.

Não obstante, não são todos os encontros, conversas ou lugares que vão ter repercussões diretas na pesquisa. Ao longo do percurso, nós vamos elegendo as partes densas do campo-tema<sup>21</sup>. Densidade, nesse contexto, não diz respeito à quantidade de vezes que eu fui em algum lugar ou que conversei com alguém. Está, de outra forma, relacionada a uma certa exigência que algumas partes do campo-tema demandam do pesquisador, seja de preparação, de atenção e concentração no momento em que ocorrem, bem como das reverberações nas reflexões e discussões da pesquisa.

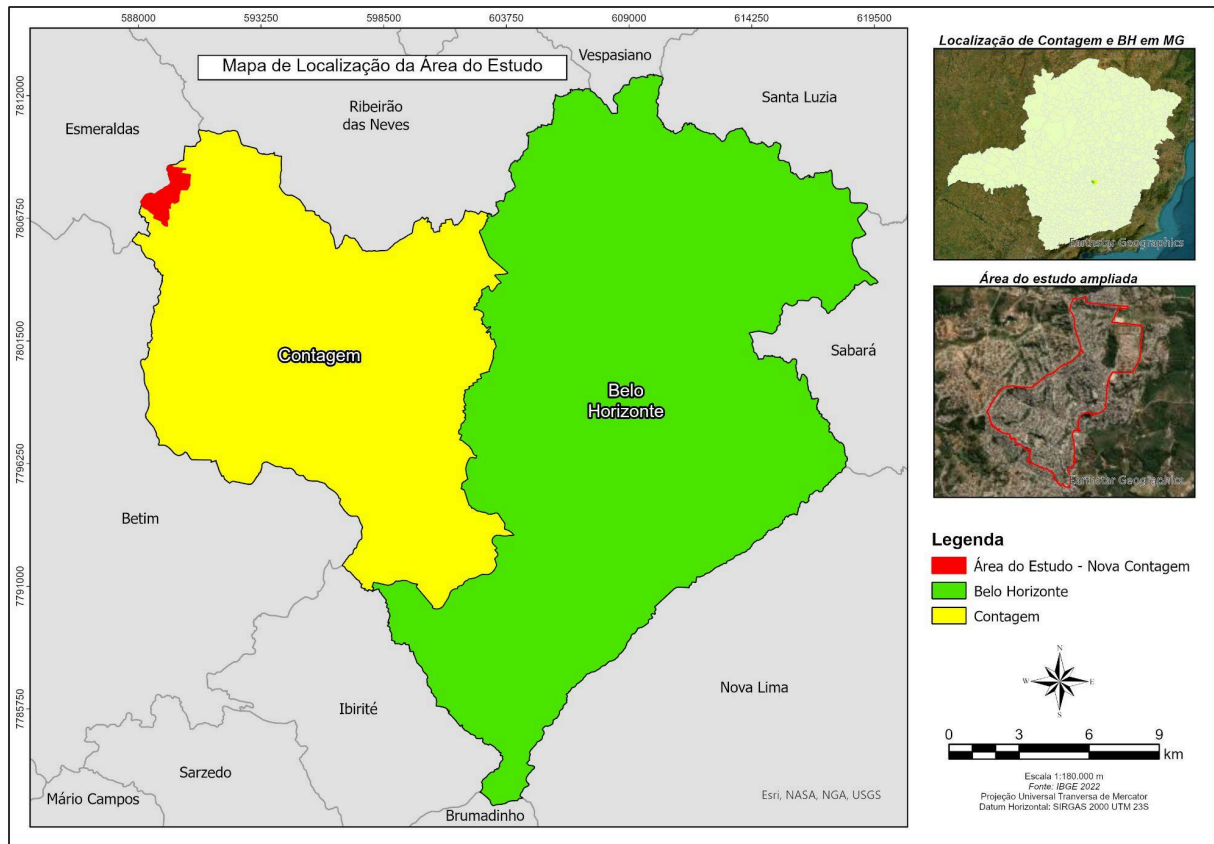
Ainda, as partes densas não estão dadas a priori, mas vão se desenhando na medida em que a pesquisa ocorre. Dessa maneira, como indicamos, as idas nas filas da Nelson Hungria pelo Culthis foram mostrando que ir para o entorno da prisão poderia constituir uma parte densa da pesquisa.

Nesse contexto, o mapa a seguir nos ajuda a localizar onde está o bairro Nova Contagem - parte densa do trabalho de campo - em relação à Belo Horizonte, pois, apesar de o município de Contagem ser limítrofe à capital mineira, o bairro em questão se encontra mais afastado.

---

<sup>21</sup> A noção de densidade vem de Spink (2003), quando nos chama a atenção de que “campo, entendido como campo-tema, não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações” (...). Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um senso de estar mais presente na processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos” (p. 28).

Figura 3 - Mapa de localização da área de estudo: Belo Horizonte - Contagem - Nova Contagem

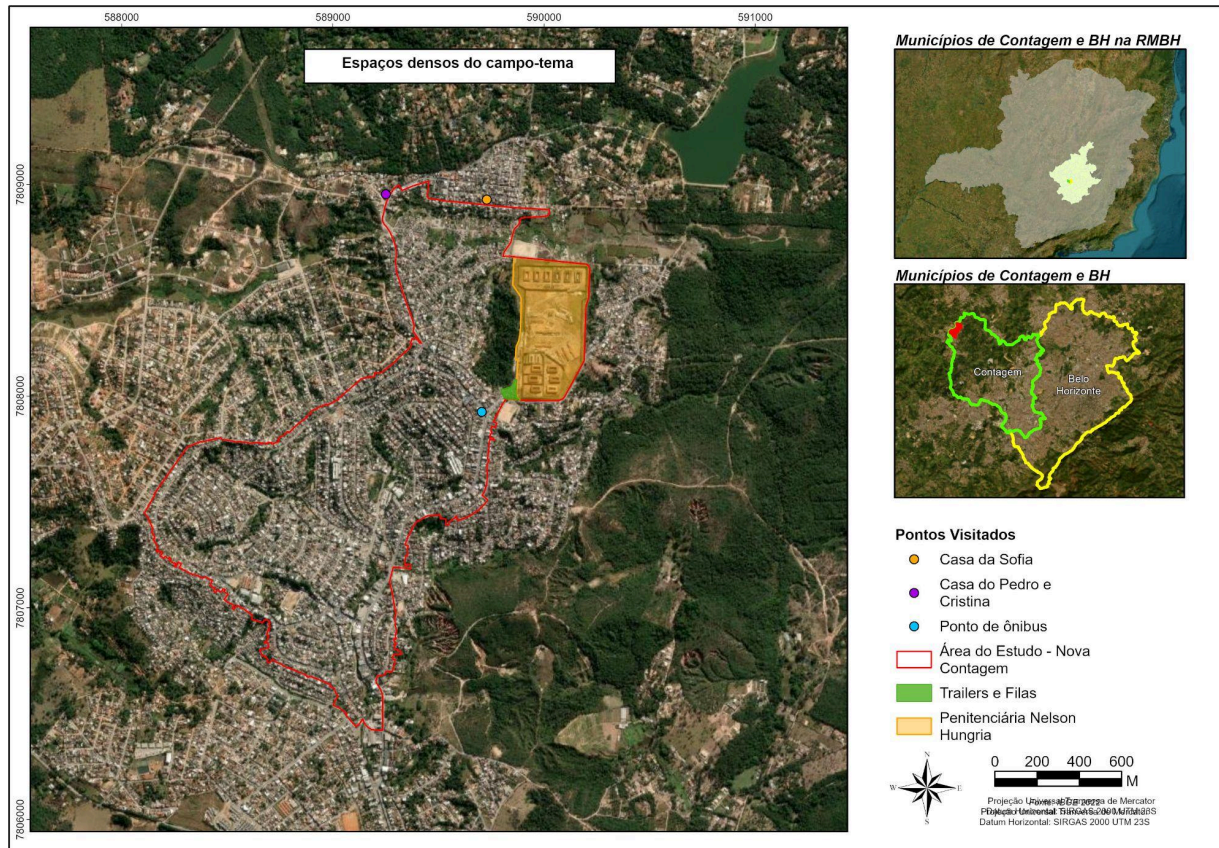


Fonte: mapa elaborado por Hiago Figueiredo (Instituto de Geociências - IGC/UFMG)

Nesse contexto, entre março e novembro de 2024, após ter delimitado o tema de pesquisa, eu fui, em média, duas vezes por mês para a região de Nova Contagem - a depender do momento da pesquisa, eu ia semanalmente ou com intervalos maiores de tempo -, seja para conversar com as familiares nos dias de visita ou de entrega de kits, para conversar com as trabalhadoras dos trailers ou outras pessoas que passavam por ali, para andar pelo bairro e para ir na casa de pessoas que moram nas proximidades da prisão. Na maior parte das vezes, fui sozinho, porém, em algumas dessas idas, fui junto com os(as) extensionistas de graduação do Culthis.

No mapa a seguir, apresentamos alguns dos espaços densos do campo-tema na região de Nova Contagem.

Figura 4 - Mapa com os espaços densos do campo-tema



Fonte: mapa elaborado por Hiago Figueiredo (Instituto de Geociências - IGC/UFMG)

Compõem esses espaços densos: o entorno imediato da Penitenciária Nelson Hungria, onde estão localizados os trailers e onde se formam as filas; o percurso no ônibus e andanças pelo bairro; a casa de Sofia, na Vila Ipê Amarelo, limítrofe com Nova Contagem; e a casa de Pedro e Cristina, no município de Esmeraldas, também limítrofe com o bairro em questão<sup>22</sup>.

Em nosso caso, não houve um período propriamente de familiarização com o campo-tema, uma vez que, antes de me apresentar como pesquisador, eu já estava indo para o entorno da Nelson Hungria enquanto extensionista do Culthis, portanto já conhecia algumas das pessoas que circulavam pelo espaço, o que contribuiu para a minha abertura para o trabalho de campo. Além disso, por toda a experiência extensionista e pela inserção no campo-tema prisional, eu também estava, de certa forma, familiarizado com os vocabulários e dinâmicas desse cotidiano.

<sup>22</sup> Ressaltamos que os pontos visitados indicados na legenda da Figura 4 foram posicionados a partir de coordenadas aproximativas do lugar em que realmente se encontram com fins de não identificação.

Nesse sentido, um desafio que tive inicialmente foi justamente o de apresentar um novo motivo para eu estar ali, não mais primordialmente para fazer acolhimento psicossocial, mas para fazer uma pesquisa. A imagem do extensionista permaneceu principalmente nos primeiros encontros do trabalho de campo, pois, mesmo depois de eu ter apresentado os objetivos da pesquisa e as minhas intenções de estar no lugar, quando eu chegava, as trabalhadoras dos trailers chamavam as familiares para conversar comigo e diziam “contem para ele sobre as dificuldades da prisão, ele vai poder te ajudar”.

Inicialmente, essa junção - e possível confusão - entre a imagem de extensionista e de pesquisador provocou alguns questionamentos éticos, pois eu tinha o desejo de explicitar, desde o início das conversas, sobre as minhas intenções em estar no campo. Com o tempo, no entanto, foi-se explicitando que não é possível dissociar as duas imagens. A partir disso, minha principal estratégia quando eu era provocado a fazer acolhimento psicossocial nas filas foi intermediar as familiares e os(as) extensionistas de graduação do Culthis para que eles pudessem seguir com o atendimento enquanto eu seguiria conversando com as familiares pela pesquisa. Essa intermediação era tanto no sentido de apresentar o acolhimento psicossocial do Culthis como passar os meios de contato que as familiares poderiam procurar caso quisessem ser atendidas pelo programa. Além disso, o Culthis sempre surgia nas conversas, pois as pessoas me perguntavam por que eu estava pesquisando a Nelson Hungria e por que o entorno dela, então eu contava sobre a atividade extensionista de ida até as filas para fazer acolhimento psicossocial com familiares.

Esse desafio nos ajudou a compreender que o conflito entre me apresentar como extensionista ou como pesquisador era apenas aparente, pois não era possível dissociar as duas imagens. Ainda, a minha experiência na extensão potencializou os encontros e as conversas, em especial com as familiares, justamente porque eu já estava habituado às temáticas relacionadas ao sistema prisional e aos impactos na vida das famílias.

Outra estratégia metodológica utilizada para lidar com esse conflito aparente foi a elaboração de uma carta de apresentação (Apêndice A) a ser entregue para as pessoas com quem eu conversava. Nessa carta, estavam descritos os objetivos geral e específicos da pesquisa - da forma como estavam no projeto de qualificação -, bem como algumas considerações éticas. Há diversos entendimentos acerca do que é ética e, nesta pesquisa, buscamos enfatizar seu caráter dialógico e relativo (Cordeiro; Freitas; Conejo; Luiz, 2014) em detrimento de um caráter estritamente prescritivo. Nesse sentido, compreendemos que não há valores transcendentais que

se manifestam numa ética a ser seguida por todos da mesma maneira. As situações de pesquisa - e o que pretendemos com elas - estão sempre em disputa, tanto com os(as) próprios(as) interlocutores(as), mas também com o mundo acadêmico e com as normativas acerca do fazer ético na pesquisa.

Nesse contexto, optamos, na pesquisa, por não solicitar que os(as) interlocutores(as) assinassem a carta de apresentação no estilo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por considerar que essa assinatura poderia comprometer as interações ocorridas no cotidiano. No trabalho de campo - que, como apresentamos, ocorreu de forma indissociável à atividade extensionista -, pedir que as pessoas assinassem uma folha de papel parecia muito destoante com o contexto.

Nós submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - que teve parecer favorável -, porém solicitamos a dispensa do registro do TCLE. Justificamos a dispensa pela compreensão de que o contexto prisional - mesmo que seu entorno - é marcado por diversas violações de direitos que faz com que as pessoas - sejam familiares, trabalhadores(as) ou moradores(as) do entorno - não se sintam confortáveis para assinar documentos institucionais. Em relação às familiares de pessoas presas, apesar de elas não serem as pessoas privadas de liberdade, são constantemente criminalizadas pelo sistema prisional (Pádua, 2021). Como discutiremos no Capítulo 5, há, pelo menos, três formas recorrentes de punição de familiares por parte da administração prisional: i) por meio da transferência arbitrária de seus entes presos para unidades distantes, inviabilizando as visitas, ii) por meio da suspensão do direito de visitar e iii) por meio das revistas vexatórias (Lago, 2019)<sup>23</sup>.

Em relação às trabalhadoras e os(as) moradores(as) do entorno da prisão, não obstante essas pessoas não estarem diretamente subordinadas ao sistema prisional, entendemos que o fato de circularem pelo espaço do entorno da prisão já é, em si, um motivo de cautela. Como exemplo, as trabalhadoras podem ter receio de sofrer restrições em suas atividades de trabalho por terem sido identificadas na pesquisa.

---

<sup>23</sup> Ademais, em nossas atividades de extensão, são diversas as familiares que contam que preferem não fazer denúncias, pois já receberam ameaças por parte da administração prisional de terem seu direito de visita suspenso. De acordo com o art. 588, do Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais - ReNP -, “os visitantes que venham a praticar condutas não permitidas serão suspensos, mediante ato fundamentado do Diretor Geral da Unidade Prisional, por período que poderá variar de 01 (um) dia a 06 (seis) meses, dependendo da gravidade da ilicitude cometida”. Não obstante, ressaltamos que, apesar de o ReNP definir quais condutas são ou não vedadas às familiares, na prática elas ficam sujeitas à arbitrariedade da administração prisional, que pode alegar qualquer motivo - por exemplo, desacato aos policiais penais - para suspender a visita. Dessa forma, por vezes, elas optam por não denunciar as violações de direitos pelo receio da retaliação.

A partir disso, nos primeiros momentos do trabalho de campo, entreguei a Carta de Apresentação apenas para as pessoas com quem eu já conversava anteriormente. Depois, também passei a entregar para as familiares nos dias de fila, mesmo que eu conversasse com elas por poucos minutos. Com o tempo, na medida em que reencontrava com as pessoas, eu perguntava o que elas tinham achado da carta, se tinham ficado com alguma dúvida. Elas, não raro, respondiam não terem lido ou não se lembrarem do conteúdo da carta. No entanto, isso não parecia prejudicar a participação delas na pesquisa, pois elas continuavam conversando comigo, além de passarem a me fazer perguntas como “como está pesquisa?”, “o que eu conversei com você no outro dia ajudou?” e “quando eu vou poder ler alguma coisa que você escreveu?”.

Então, fomos cada vez mais entendendo as possibilidades abertas pela pesquisa no cotidiano, em especial acerca de uma certa inserção horizontal nos encontros e nas conversas. Por horizontalidade, não dizemos que estávamos todos naquele contexto em situações iguais, mas que estávamos todos(as) disponíveis ao diálogo.

Recorremos, dessa forma, ao caráter dialógico da ética, tendo em vista que os encontros, mais do que prescrições, foram a base para pautarmos formas éticas de se fazer a pesquisa<sup>24</sup>. Entendemos, por exemplo, que, no nosso caso, a mera entrega da Carta de Apresentação, mesmo que acompanhada de uma explicação oral sobre o que estava escrito, era insuficiente - e, por vezes, desnecessária - para que os(as) interlocutores(as) fizessem parte do processo de pesquisa.

Além disso, a ética também não dizia respeito a uma certa postura imparcial da minha parte durante as conversas, pois concordamos com Spink quando ele diz que “virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção ordinária e corriqueira - diferente da daquela do especialista e do observador imparcial” (2008, p. 71). Assim, durante as conversas, eu não buscava me abster de posicionamentos e visões de mundo para assegurar uma certa rigorosidade científica da pesquisa, pois, ao contrário de um abstrato participante neutro nos encontros, eu tinha pontos de vista acerca da prisão, do trabalho, do território e de outras temáticas que surgiam ao longo das conversas.

---

<sup>24</sup> Batista, Bernardes e Menegon também utilizam do termo dialogia para dizer de um dos princípios norteadores das conversas como metodologia. Dialogia, para elas, significa “um bom prosear”, ou seja, a pressuposição de que o conhecimento é construído no diálogo, junto das pessoas e, “para que haja diálogo, é necessário que as pessoas estejam de acordo. Assim, o aspecto primordial da pesquisa com conversas no cotidiano é a autorização para participar ou não da conversa” (2014, p. 104).

Assim, as discussões sobre ética se relacionam também com as formas como a pesquisa nos afeta. O trabalho de campo, da forma como o encaramos, possibilitou um maior contato com as pessoas que circulam pelo entorno da Nelson Hungria a ponto de, a partir de um determinado momento, minha presença no espaço onde ficam os trailers e na casa das pessoas não ser um fator visivelmente estranho.

Ao longo dos encontros, foram diversos os momentos que fui provocado para falar de mim, sobre quem sou, onde moro, por que pesquiso o que pesquiso, etc. Em uma das idas na casa de Pedro,

[ele] falou que eu era advogado, então Sofia pediu desculpas por estar falando mal de advogados. Eu expliquei que sou formado em Direito, mas não sou advogado. Ela, então, me perguntou por que eu não advogava, sendo do Direito, e por que eu estava fazendo uma pesquisa na Psicologia. Conteí que, ao longo da graduação, entrei no Culthis, expliquei sobre o programa, sobre as idas às filas e também comentei que um dos elementos do acolhimento psicossocial da extensão é a orientação jurídica, então eu ainda trabalhava com Direito, porém não como advogado (Trecho do Diário de Campo, 3 de julho de 2024).

Nesse sentido, concordamos com Favret-Saada quando ela apresenta suas inquietações com o seu trabalho de campo pela etnografia: “no começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho [de pesquisa]; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar” (2005, p. 157). Durante o trabalho de campo, fui construindo vínculos com os(as) interlocutores(as) e, como passávamos um tempo considerável juntos(as), podíamos conversar sobre assuntos diversos que não dissessem respeito diretamente à pesquisa, além de criarmos laços que também poderiam extrapolar os limites tradicionais da pesquisa.

Consideramos, então, a importância da discussão constante sobre ética na pesquisa justamente para evitar que o “ser afetado” se transforme em “risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer” (Favret-Saada, 2005, p. 160). Dessa forma, ao longo das reuniões de orientação, eu e a orientadora conversávamos sobre o trabalho de campo, sobre minhas reflexões, mas também sobre os vínculos que estavam sendo criados e como eu estava lidando com eles.

Assim, por mais que compartilhemos das inquietações da etnógrafa francesa acerca das afetações do trabalho de campo e de seus riscos para a pesquisa, consideramos que as pesquisas no cotidiano buscam justamente romper com as formas hegemônicas de fazer ciência e, portanto, para além das discussões teóricas sobre o tema do Mestrado, buscamos, ao mesmo tempo, tecer

discussões sobre a própria noção de construção do conhecimento, como faremos ao longo deste capítulo.

### 2.3.1. Solicitação de dados acerca do perfil sociodemográfico das pessoas que visitam na Nelson Hungria

Nesta pesquisa, o campo-tema centrou-se nas conversas situadas no cotidiano. Não obstante, antes de mostrarmos as formas como se deram essas conversas, apresentaremos outro caminho também percorrido a fim de analisar a realidade do trabalho de familiares de pessoas presas.

Especificamente em relação às familiares de pessoas presas na Nelson Hungria, obtivemos alguns dados por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI) à Sejusp (Apêndice B) cujo pedido foi realizado no dia 25 de julho de 2024. Solicitamos informações como: a quantidade de pessoas cadastradas para visitar na unidade, o gênero e a raça dessas pessoas, qual o grau de parentesco delas em relação às pessoas presas e qual o município de residência.

A resposta ocorreu no dia 6 de agosto de 2024, no entanto, não obtivemos todas as informações solicitadas. Ainda, como esse não era o foco metodológico da pesquisa, não nos preocupamos, naquele momento, em recorrer da decisão com fins de buscar mais informações. Portanto, não obtivemos informações, por exemplo, em relação à raça das pessoas que estão cadastradas para visitar na Nelson Hungria e também não houve explicação no sentido se esse dado não existe, se não está sistematizado ou se apenas não foi respondido.

A Sejusp forneceu uma planilha com a resposta, mas, a fim de obtermos algumas informações, foi necessário cruzar dados da planilha. Por exemplo, na coluna de grau de parentesco apresentada pelo órgão, não havia diferenciação de gênero, assim, tivemos que cruzar uma coluna com a outra a fim de saber quantas mães e quantos pais estão cadastrados para visitar na Nelson Hungria. Além disso, em relação ao município de residência das familiares cadastradas, não havia informações se as referidas cidades compunham a RMBH, então buscamos uma lista com as cidades que compõem essa região a fim de extrair essa informação da planilha.

No capítulo 6, apresentaremos algumas discussões com base nas informações destacadas da planilha.

## 2.4 O PESQUISADOR CONVERSADOR NO COTIDIANO

Como adiantamos, as conversas com as pessoas que circulam no território do entorno da Nelson Hungria tiveram centralidade nos modos de se fazer esta pesquisa. Ainda, essas conversas se davam no cotidiano e, portanto, não seguiam *scripts* ou prescrições acadêmicas, o que, por um lado, possibilitou diálogos mais horizontais e, por outro, exigia alguns esforços na articulação dessas conversas com a construção do conhecimento.,

Neste tópico, apresentaremos algumas discussões sobre as conversas no cotidiano enquanto metodologia de pesquisa e os desafios e potencialidades de registro desses encontros nos diários de campo.

Em um primeiro momento, antes de iniciar as idas para Nova Contagem no contexto propriamente de pesquisa, elaboramos três roteiros de entrevista: um voltado para as familiares, outro para as trabalhadoras dos trailers e um terceiro para moradores(as) da região<sup>25</sup> (Apêndices C, D, E e F). Os roteiros foram elaborados a partir dos referenciais teórico-metodológicos da pesquisa e das experiências relacionadas à inserção no campo-tema. Naquele momento, a ideia seria conversar com as pessoas no entorno da Nelson Hungria, apresentar a pesquisa e convidar para uma conversa-entrevista em outro momento. No entanto, apesar de muitas das pessoas aceitarem o convite, o diálogo já acontecia ali, durante o encontro, então, muitas vezes, não surgia uma convocação posterior para novas conversas. Outras pessoas, de formas mais diretas, me perguntavam “mas por que temos que conversar em outro momento? Não podemos conversar aqui?” ou, como me sugeriu certa vez uma trabalhadora de um dos trailers, “você pode vir aqui de segunda a quinta por volta de 14h que o movimento vai ser menor, então poderemos conversar mais”.

No entorno da Nelson Hungria, os encontros aconteciam de forma mais espontânea. Eu normalmente ficava sentado nas cadeiras em algum dos trailers e, então, as conversas se davam

---

<sup>25</sup> Inicialmente, havíamos elaborado os três referidos roteiros. Não obstante, depois de alguns meses de trabalho de campo, elaboramos um quarto roteiro que serviria de base para a conversa com Henrique, um dos interlocutores da pesquisa. Eu já conhecia um pouco da história de Henrique a partir do que outras pessoas haviam contado, então, depois que do meu primeiro encontro com ele, elaboramos o roteiro a partir do que eu já sabia.

entre familiares, entre elas e as trabalhadoras dos trailers ou com outras pessoas que iam aparecendo. A partir dos encontros da pesquisa, então, fomos repensando a utilização dos roteiros de entrevista, que seriam usados como norteadores das conversas mais do que prescrições<sup>26</sup>.

Ainda, como as conversas se davam no cotidiano, havia uma profusão de assuntos conversados em campo, sendo que, por vezes, não era possível ficar em um mesmo assunto por tanto tempo, pois outros surgiam, pessoas entravam e saíam da conversa, alguma situação ocorria, enfim, eram diversos os elementos que guiavam os rumos das conversas.

Essa profusão de assuntos, apesar de apresentar muitas possibilidades de construção do conhecimento, convoca os pesquisadores a um desafio: como não se distanciar dos objetivos da pesquisa? No nosso caso, lidamos com esse desafio a partir de duas estratégias. A primeira delas foi pela possibilidade de uma inserção mais prolongada no campo, o que me possibilitou estar no entorno da Nelson Hungria de forma mais espontânea, sem que as conversas tivessem que se esgotar em um único encontro. Foi possível, por exemplo, passar manhãs ou tardes sentado nos trailers ou na casa das pessoas, participando das conversas e movimentações cotidianas.

A segunda estratégia para lidar com o desafio de não se afastar da pesquisa foi justamente o uso dos roteiros de entrevista, não para fazer as entrevistas propriamente ditas, mas como um leque de assuntos e referências que eu tinha e que guiavam as conversas. Portanto, não obstante não termos utilizado o recurso da entrevista, as perguntas do roteiro - e as reflexões que deram base para a construção desses roteiros - estavam presentes nos encontros.

Dessa forma, a metodologia de pesquisa consistiu centralmente nas conversas situadas no cotidiano, o que apresentou diversas potencialidades e também desafios, como temos demonstrado<sup>27</sup>. Batista, Bernardes e Menegon (2014), nesse contexto, apresentam algumas

---

<sup>26</sup> Apesar da ausência de técnicas e instrumentos previamente estabelecidos, um dos elementos que constitui nosso método em pesquisa é justamente o diálogo com as memórias de pesquisas de outros(as) pesquisadores(as). Ao longo dos meses de interações em campo, foi muito importante o contato com outras pesquisas que utilizaram dessa metodologia, como a Dissertação de Menegon (1998) a partir de conversas sobre menopausa no cotidiano, bem como a Dissertação de Batista (2005) acerca da cotidianidade de trabalhadores desempregados na cidade de São Paulo - por meio de conversas que, coincidentemente, também se davam densamente em filas, porém não de familiares de pessoas presas, mas filas de desemprego da Força Sindical em alguns bairros paulistanos.

<sup>27</sup> Os desafios, apesar de inerentes a qualquer processo de pesquisa, parecem mais presentes nas conversas como metodologia, pois não estamos habituados a discutir o cotidiano como elemento central na construção do conhecimento. Nesse sentido, “ao entrar na universidade, os princípios cartesianos enrijecem a conversa, que passa a ser controlada, negada ou mesmo eliminada das relações entre participantes da pesquisa, pesquisadoras/es e os fenômenos a serem estudados. A conversa, normalmente, é aprisionada e cristalizada sob a égide de um *script* materializado por nomes diversos: entrevista, questionário, grupo focal, testes, dinâmicas e correlatos” (Batista; Bernardes; Menegon, 2014, p. 100).

discussões sobre as conversas como metodologia e apontam cinco princípios<sup>28</sup> que norteiam esse modo de se fazer ciência e que estiveram presentes nas reflexões desta pesquisa: campo-tema, cotidiano, dialogia, longitudinalidade<sup>29</sup> e hipertextualidade.

Nesse contexto, um dos principais desafios que acompanhou todo o trabalho de campo foi sobre o(s) contexto(s) em que se davam os encontros. Inicialmente, nos preocupávamos com onde se dariam as conversas e quem participaria delas, assim, tentávamos combinar com os(as) interlocutores(as) os momentos de encontro. No entanto, com o passar da pesquisa, esses combinados foram diminuindo, pois, no entorno da Nelson Hungria, não era possível ter tanta previsibilidade do que aconteceria.

Como exemplo, por mais que eu combinasse horários para me encontrar com as trabalhadoras dos trailers, os encontros eram pautados a partir do que estava acontecendo no lugar, se tinha muita movimentação de familiares, se havia tarefas pendentes, se havia outras pessoas circulando pelo espaço. Assim, não necessariamente a trabalhadora poderia se sentar comigo para ter uma conversa nos moldes mais usuais. Além disso, mesmo que elas conseguissem dedicar um tempo especificamente para a conversa, muitas pessoas participavam dos encontros, sejam outras trabalhadoras, familiares que estavam por ali ou outras pessoas que, por um ou outro motivo, também participavam.

Por vezes, isso trazia uma certa frustração com o trabalho de campo, pois não era raro eu ir para Nova Contagem com intenções predefinidas, porém, ao chegar, outras conversas e outras situações aconteciam. Com o tempo, todavia, fui entendendo que os encontros poderiam se dar de forma mais espontânea. Assim, como indicamos, uma das estratégias que possibilitou as conversas no cotidiano foi a inserção mais prolongada no campo. Dessa forma, foi possível estar nos espaços e ter conversas sobre a pesquisa sem que os(as) interlocutores(as) tivessem necessariamente que agendar um horário para isso.

Essa disponibilidade em fazer a pesquisa no cotidiano, apesar dos desafios, se mostrou muito potente no processo de construção do conhecimento. Estar em campo de forma mais

---

<sup>28</sup> Campo-tema e cotidiano já foram discutidos ao longo do capítulo. Os princípios da dialogia e da hipertextualidade serão comentados em outros momentos.

<sup>29</sup> Em relação ao princípio da longitudinalidade, as autoras indicam que, nas conversas no cotidiano, temos que nos atentar aos diferentes tempos que se presentificam: “*tempo histórico* - formações discursivas de diferentes épocas; *tempo vivido* - conteúdos derivados dos processos de socialização; e *tempo presente* - o aqui e agora, em que se torna possível a ruptura entre o instituído e o instituinte, possibilitando a atividade criativa e a construção de outros sentidos” (Batista; Bernardes; Menegon, 2014, p. 116). Assim, com base no materialismo histórico, a análise das conversas foi permeada pela noção de que os discursos são atravessados por esses tempos, de que a pessoa que conversa está inserida em relações sociais que a precedem, em uma totalidade mais ampla.

espontânea possibilitou tanto as conversas sobre assuntos que eu havia planejado, mas também diversas situações que eu não havia planejado e que foram centrais na construção desta pesquisa<sup>30</sup>.

Ressaltamos que a disponibilidade, aqui, inclui tempo e remuneração. A estratégia de uma inserção mais prolongada no campo, nesta pesquisa, só foi possível porque, como bolsista de Mestrado e de extensão na pós-graduação, eu pude dedicar horas para ir para Nova Contagem, inclusive aos finais de semana. Além disso, recebi apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG para realizar o trabalho de campo.

Não obstante essa disponibilidade ao cotidiano, alguns dos encontros foram mais planejados. Das vezes que fui na casa de alguns(as) dos(as) interlocutores(as) de pesquisa, houve combinados prévios em relação ao dia e horário que nos encontraríamos, mas esses encontros também se aproximavam mais das conversas no cotidiano do que de entrevistas tradicionais. Usualmente, enquanto eu estava nas casas, todos(as) os(as) moradores(as) ou outras pessoas que estavam no espaço participavam dos encontros, mesmo que, em princípio, não fossem participar. Certa vez, na casa de Pedro e de Cristina,

já era cerca de 17h e eu havia me planejado pegar o ônibus que saía às 18h, cujo ponto inicial é próximo da casa. Eu comentei isso, no que Sofia disse que pararia de conversar sobre outros assuntos. Em vários momentos ao longo da tarde, Cristina e Carina brincaram que deixariam Sofia responder as perguntas, que não atrapalhariam, no que eu falava que não me importava com as conversas, que nós não precisávamos esgotar os assuntos apenas em uma tarde, que poderíamos nos encontrar novamente (Trecho do Diário de Campo, 3 de julho de 2024).

Portanto, assim como ocorria nos trailers, nas casas também acontecia de eu ter experiências que não havia planejado, mas que contribuía para a pesquisa, seja por situações que eu não havia considerado ou pela criação de vínculos com os(as) interlocutores(as).

A seguir, discutiremos os diários de campo como forma de registrar as conversas de pesquisa.

---

<sup>30</sup> Um exemplo que ilustra essa abertura ao campo se deu nos meus encontros com Poliana, a dona de um dos trailers. Já havia um tempo que eu queria conversar com Poliana, mas ela não estava indo tanto para o trailer durante o meu período de campo. Por vezes, eu passava lá e deixava o recado para as trabalhadoras de que eu retornaria em um dia específico para encontrar Poliana, mas não era possível eu ter certeza de que ela estaria lá. Meus encontros com ela se deram, então, em dias que eu não havia me planejado especificamente para conversar com ela, apenas aconteceu de eu estar lá em algum momento e ver que ela também estava, então aproveitei a situação. Ainda, outro caso foi em relação a Henrique, dono do lava-jato. Henrique passava pouco tempo no entorno da Nelson Hungria por causa de outro trabalho que tinha fora dali. Eu havia tentado combinar com ele algumas vezes por mensagens em aplicativo de celular, mas não era possível. A primeira vez que conversei com ele presencialmente ocorreu quando eu estava sentado no trailer, então uma das trabalhadoras comentou “acho que vi o Henrique entrando na casa dele, por que você não vai lá conversar com ele?”.

#### 2.4.1. Diários de campo e a produção dos enxertos

Outro desafio que se apresenta para a conversa situada no cotidiano enquanto metodologia diz respeito às formas de registrar os encontros. Algum registro desses encontros era fundamental para servir de base para as discussões feitas na pesquisa, no entanto, os modos como se deram os registros, como parte da metodologia, foram se construindo no percurso.

Ainda quando estávamos planejando realizar conversas-entrevistas a partir de roteiros de perguntas, consideramos utilizar gravadores a fim de registrar as conversas. Alguns dos(as) interlocutores(as) de pesquisa, inclusive, concordaram com a gravação. No entanto, como as conversas se davam, em geral, ao longo de diversos encontros e com a presença de múltiplas vozes<sup>31</sup>, entendemos que a gravação poderia dificultar mais do que auxiliar.

A partir disso, optamos por realizar apenas registros por escrito. As estratégias para escrever durante as conversas eram alteradas a depender do contexto e de com quem eu estava conversando. Por exemplo, nas conversas que se davam durante as filas, enquanto eu estava sentado nos trailers ou enquanto eu estava andando a pé ou no ônibus, não havia a possibilidade de registrar no momento, então, em intervalos ou após o término da conversa, eu escrevia em blocos de nota do celular e também gravava áudios. Por outro lado, quando as conversas se davam na casa das pessoas, era mais fácil de eu fazer anotações pontuais em folhas de papel ao longo do encontro.

Após, quando eu já não estava mais nos lugares onde se davam as interações, eu escrevia os diários de campo. Assim, um desafio que se apresentou foi sobre como lembrar das conversas num momento posterior para fins de registro. Nesse sentido, concordamos com Batista, Bernardes e Menegon quando afirmam que

querer eternizar ou replicar as conversas existentes, por meio de gravações, vídeos etc., na esperança de apresentar a *prova* de que a mesma existiu, não faz sentido. O relato da conversa é compartilhado entre pesquisador/a e participantes

---

<sup>31</sup> Nesse contexto, Batista, Bernardes e Menegon (2014) defendem que a hipertextualidade é um dos princípios que guiam as conversas como metodologia e se refere ao fato de que “muitas vozes e conexões produzem as conversas” (p. 110). Batista (2005), por exemplo, narra como, nas filas de desemprego na cidade de São Paulo, as conversas sobre os trabalhadores desempregados não se davam apenas com esses trabalhadores, mas também com outras pessoas que participavam de alguma forma do campo-tema, como o homem que vendia lanche nessas filas. Da mesma forma, como apresentaremos ao longo da Dissertação, as conversas normalmente se davam entre muitas pessoas, inclusive algumas que, apesar de presentes, não falavam ativamente. Ou pessoas que entravam na conversa por alguns instantes e logo se retiravam.

a todo o momento, sendo um de nossos melhores companheiros de pesquisa o diário de campo (2014, p. 108).

Com o tempo, fomos construindo estratégias a fim de facilitar na elaboração dos diários. Uma delas era, além de fazer anotações pontuais nos intervalos das conversas, gravar áudios depois que eu me despedia dos(as) interlocutores(as). Nas gravações, eu conseguia resumir os encontros, comentar os assuntos mais centrais, bem como fazer comentários para me lembrar posteriormente. Outra estratégia foi planejar um horário para a escrita dos diários logo quando eu chegasse em casa ou pouco tempo depois, pois os registros logo após os encontros sempre eram mais ricos, tanto pela memória ainda recente, mas também porque era um momento em que eu ainda estava afetado pelo trabalho de campo. Assim, como a escrita dos diários demanda tempo, era necessário planejar a ida em campo articulada com a escrita do diário.

Nos diários de campo, a partir da noção de campo-tema, eu registrava as interações, as conversas, os espaços que passei, as reflexões durante o trajeto no ônibus e também algumas conversas que tive com as pessoas por aplicativos e redes sociais virtuais. Muito do que foi escrito nos diários constitui o texto desta Dissertação, seja de forma direta a partir da citação de trechos, como base para as discussões feitas aqui ou, como ainda apresentaremos, como fonte para a produção dos enxertos.

Assim, conforme defendem Medrado, Spink e Mello (2014), os diários não são meros receptores passivos de nossas observações e conversas em campo, pois eles também atuam na construção do processo de pesquisa. Enquanto eu escrevia os diários, na confrontação do que eu estava relatando com os meus referenciais teóricos, eu passava a refletir sobre minha inserção no campo-tema, além de que, nesses momentos, novas curiosidades e desejos de pesquisa iam surgindo.

Outra maneira pela qual os diários de campo atuaram na pesquisa se deu enquanto eu fazia anotações durante os encontros - para posterior elaboração do diário - e essa ação se transformava em assunto da própria conversa, tendo em vista que “a conversa e o bloco de anotações não são acontecimentos independentes; o bloco de anotações é também parte da conversa” (Spink, 2003, p. 29-30).

Certa vez, enquanto eu estava na casa de alguns(as) interlocutores(as) da pesquisa, os assuntos eram diversos e, como as pessoas que compunham o diálogo se conheciam, não era raro que começassem a falar sobre temáticas que se desviassem dos propósitos mais anunciados da

conversa. Então, em um desses momentos, enquanto algumas mulheres que estavam na conversa falavam sobre os tipos de comidas e chás que davam para seus filhos pequenos,

eu estava tomando notas, e Cristina perguntou o que eu estava escrevendo, tendo em vista que nós não estávamos conversando sobre a prisão há algum tempo. Elas perguntaram se eu estava escrevendo sobre chás. Eu disse que estava fazendo anotações de várias partes da conversa, independentemente do assunto, e que só não faria anotações caso elas não quisessem que eu escrevesse sobre algo específico. Comentei que, se elas quisessem, também poderiam ver minhas anotações depois. Expliquei que as notas me ajudavam a lembrar das conversas depois e auxiliavam na elaboração dos diários de campo. Após, elas fizeram algum comentário sobre a forma como Sofia cuidava de seu filho, disseram que “Sofia era fresca, mas não é mais”. Sofia riu e perguntou se eu anotaria essa frase. Eu perguntei se ela queria que eu anotasse e ela disse que sim, então anotei. Ela falou que queria que eu registrasse para frisar que ela está ficando menos fresca para cuidar do filho. Depois disso, elas passaram a rir e comentar sempre que eu fazia anotações em momentos que o assunto não era a prisão (Trecho do Diário de Campo, 3 de julho de 2024).

A partir dessas conversas sobre o que eu anotava durante os encontros, eu passei a conversar com as pessoas sobre os diários de campo. Eu contava que, quando chegava em casa, passava um tempo escrevendo sobre as interações que eu tinha vivenciado, que isso me ajudava a pensar na pesquisa e que seria importante para, posteriormente, no momento de escrita da Dissertação, eu me lembrar das conversas e reflexões que tive ao longo do tempo. Certa vez, Sofia, uma das interlocutoras da pesquisa, me perguntou se poderia ler um diário de campo de um de nossos encontros, no que eu concordei. A partir de conversas com a orientadora, decidimos tirar os trechos do diário de campo que pudessem identificar pessoas que não haviam participado das interações e, depois disso, enviamos o texto para ela. Após a leitura, ela me mandou mensagens comentando sobre o que tinha achado e sugerindo algumas correções, pois ela se lembrava de algumas informações de forma diferente das que eu havia registrado no diário.

Além disso, enquanto eu elaborava os diários de campo, eu tinha a possibilidade de refletir sobre os encontros que eu estava registrando. Assim, os registros não se resumiam a uma descrição dos meus encontros, mas também o que eu estava pensando sobre os assuntos e em como eles se relacionam com a pesquisa. Com o tempo, passou a ser um hábito, também, iniciar a escrita dos diários antes dos encontros, pois, dessa forma, eu já registrava o que estava preparando para os encontros, se havia perguntas específicas que eu gostaria de fazer e como eu estava me sentindo em relação ao trabalho de campo. Também retornava aos diários depois de passado algum tempo e escrevia mais a partir de reflexões posteriores. Dessa maneira, os diários

de campo também atuavam no sentido de sistematizar o que eu já havia feito na mesma medida em que eu conseguia planejar os próximos passos da pesquisa.

Ainda, após o término do trabalho de campo, elaborei um quadro com categorizações temáticas dos assuntos abordados nos diários de campo. As categorias foram a base para as discussões desta pesquisa<sup>32</sup>, bem como auxiliaram na estruturação do texto.

Além disso, os diários de campo também serviram de base para a produção dos enxertos<sup>33</sup> que serão apresentados ao longo da Dissertação. Escolhemos o termo “enxerto”, pois é um termo comumente utilizado na área biológica para se referir a procedimentos que combinam partes de plantas diferentes a fim de dar origem a uma nova planta. Nesta Dissertação, os enxertos são uma combinação entre trechos dos diários de campos e também alguns relatos enviados pelos(as) interlocutores (as) de pesquisa para se apresentarem.

Como apresentamos nas Primeiras Palavras, serão seis enxertos narrados a fim de descrever com mais detalhes os contextos em que se deram os encontros e as conversas de pesquisa, bem como as afetações e os vínculos criados. Os enxertos são mosaicos de diversos encontros, conversas e pessoas, e não apresentam, necessariamente, uma linearidade cronológica. Também servirão como forma de apresentar com mais detalhes os(as) interlocutores(as) da pesquisa.

Nesse contexto, com inspiração em Oliveira (2020)<sup>34</sup>, perguntamos a alguns(as) dos(as) interlocutores(as) se gostariam de se apresentar. Informamos que elas poderiam optar por dizer o que quisessem e ressaltamos que elas não precisavam se identificar, pois, ao longo do texto da pesquisa, nós não as identificaríamos de qualquer forma. Ainda, apresentamos alguns questionamentos que elas poderiam usar de base, caso quisessem, para se apresentar: “Me conte um pouco sobre você (gênero, idade, raça, onde você nasceu, onde mora atualmente, com quem você mora, com que você trabalha, o que você gosta de fazer, como foi para você participar dessa pesquisa, como você enxerga sua vida daqui cinco anos?)”.

---

<sup>32</sup> Por exemplo, uma das categorias descritas no quadro é “violência no bairro”, que reúne trechos dos diários de campo que descrevem conversas com interlocutores(as) sobre o assunto ou reflexões que eu registrei no diário a partir de outras leituras. Esses trechos serão utilizados especialmente no tópico 3.3 desta Dissertação, nomeado “as representações do território fragmentado”.

<sup>33</sup> Enxerto é um termo comumente utilizado na área da biologia para se referir a procedimentos que combinam partes de plantas diferentes a fim de dar origem a uma nova planta.

<sup>34</sup> Em sua Dissertação de Mestrado, solicitou que as participantes de pesquisa se apresentassem, então uma delas se apresentou por meio da letra de uma música e a outra se apresentou por meio de uma carta.

Alguns(as) dos(as) interlocutores(as) responderam, seja se apresentando pessoalmente ou mandando mensagem por escrito ou por áudio posteriormente<sup>35</sup>. Nesse sentido, em vez de apenas transcrever a resposta dessas pessoas, optamos por apresentá-las nos enxertos, - com base em suas respostas e nos trechos dos diários de campo em que elas aparecem<sup>36</sup>.

Assim, nosso intuito com os enxertos é apresentar, de forma mais livre, um panorama tanto sobre o que foi conversado ao longo da pesquisa, mas também as formas como ela foi feita. Dessa maneira, utilizaremos os enxertos como base para nossas discussões na Dissertação, porém a intenção não é esgotar os elementos apresentados. A localização de cada um deles ao longo do texto é estratégica tanto no sentido de apresentar, aos poucos, a realidade estudada, bem como situá-los nas reflexões feitas nos capítulos. Nesse sentido, ao longo da Dissertação, ao discutirmos um determinado assunto, faremos referências aos enxertos que apresentam situações relacionadas.

A seguir, apresentaremos uma reflexão sobre devolutivas de pesquisa no campo das pesquisas-militantes.

#### 2.4.2. Conversas, extensão e devolutivas: pesquisa-militante

Um questionamento que sempre aparece para pesquisadores e pesquisadoras diz respeito a qual o objetivo da pesquisa. Não aquele objetivo traçado no projeto de pesquisa, mas como ela retornará para o território onde ocorreu de forma densa ou para as pessoas que participaram de sua construção. Em especial nas ciências humanas e sociais, esse uso tem sido vinculado a uma certa prescrição ética de o(a) pesquisador oferecer devolutivas para os(as) interlocutores(as), o que, não raro, se resume à entrega da Dissertação para as pessoas que participaram da pesquisa ou a realização de rodas de conversa sobre o que foi estudado.

---

<sup>35</sup> Consideramos relevante indicar que, ao longo da pesquisa, os(as) interlocutores(as) não se identificaram no que diz respeito à raça. Ainda, quando solicitamos que as próprias pessoas se descrevessem - conforme nota de rodapé anterior -, nenhuma delas fez referência à raça. Dessa forma, optamos por não fazer uma heteroidentificação ao longo dos enxertos, não fazendo referência à raça caso ela não tenha sido feita pelos(as) próprios(as) interlocutores(as). Indicamos, entretanto, a necessidade de estudos sobre as possibilidades e os impactos de se realizar (ou não) heteroidentificação racial em pesquisas, principalmente considerando contextos em que o tema é tão central, como no caso do sistema penal brasileiro.

<sup>36</sup> Lima (2013) fez algo similar, quando, a partir de trechos de diários de campo, produziu histórias a fim de apresentar os(as) interlocutores(as): a produção das histórias é um recurso para apresentar as participantes da pesquisa sem utilizar, pelo menos de forma recorrente, as transcrições literais de suas falas. Como isso, pretende-se evitar usar a literalidade como forma de comprovar as análises desenvolvidas, como se essas fossem uma apreensão menos mediada, mais pura, das participantes (p. 34).

Nesse contexto,

antes de nos despedirmos, Henrique [dono do lava-jato] disse que gostaria de conversar outro dia, mas me perguntou o que eu queria com a pesquisa, como a pesquisa ajudaria as pessoas que estão ali [em Nova Contagem]? Eu perguntei para ele como ele achava que a pesquisa poderia ajudar, no que ele disse que pensaria (Trecho do diário de campo, 10 de novembro de 2024).

Henrique não chegou a me dar uma resposta específica sobre como a pesquisa poderia auxiliar os(as) interlocutores(as). Porém, entendemos que não há uma resposta definitiva e não tem um(a) ou outro(a) interlocutor(a) que poderá dizer definitivamente sobre a devolutiva. Assim como ocorreu nas conversas, a construção da devolutiva, como parte da metodologia também deve ser feita de forma dialógica, sendo negociada entre as pessoas ao longo do processo e não precisa aparecer como um momento pontual e desarticulado de todo esse processo.

Em geral, as devolutivas tradicionais ocorrem após o término institucional da pesquisa, ou seja, após a defesa. Compreendemos, todavia, que a pesquisa como processo e como troca dialógica entre pesquisador(a) e interlocutores(as) pressupõe que o que temos chamado de devolutiva acontece durante esse processo e também não se limita ao período institucional da pesquisa.

Ao longo do processo de pesquisa, percebemos que há, pelo menos, dois grupos de possibilidades de devolutivas, aquelas mais imediatas no sentido de resolução de problemas pontuais<sup>37</sup>, e a pesquisa como construção de uma teoria orientada a uma práxis social militante que vise à transformação da realidade de forma radical. Usualmente, as devolutivas de pesquisa se restringem ao primeiro grupo, deixando as propostas do segundo grupo em segundo plano.

Dessa maneira, situamos este Mestrado no campo das pesquisas-militantes<sup>38</sup>. Compreendemos, não obstante, que toda pesquisa é militante, uma vez que as duas coisas andam juntas, que não é possível desvincular a pesquisa da militância. Assim, mesmo que os processos de produção do conhecimento não se intitulem como militantes, eles servem a um propósito que

---

<sup>37</sup> Por exemplo, ao longo do período de campo, conversei com as familiares nas filas sobre como fazer denúncias na Plataforma Desencarcera! (site que é administrado pelo Culthis); auxiliiei as familiares na leitura do termo de referência do contrato do Estado com a empresa fornecedora de marmitas para os presos a fim de compreender as possibilidades de término do contrato, tendo em vista a alimentação frequentemente estragada; ajudei Paula a entender algumas pendências nas contas bancárias de seu pai idoso; auxiliiei Sofia em relação ao processo de execução penal de Vinícius.

<sup>38</sup> Há diversas abordagens teórico-metodológicas de pesquisas-militantes, que articulam a produção do conhecimento com a demanda por transformações na realidade e, no geral, elas priorizam metodologias que possibilitam uma construção do conhecimento mais coletivizada e que não se reduzam aos contextos formais acadêmicos (Varella; Jaumont, 2016).

ultrapassa os objetivos delineados nos projetos. Nesta Dissertação, o uso do termo “pesquisa-militante” demarca uma abordagem crítica acerca das funções que as universidades ou outros espaços formais de conhecimento têm assumido, seja no sentido de se colocarem em uma posição hierarquicamente superior na elaboração das verdades sobre o mundo ou na produção de conhecimentos que servem à manutenção das relações sociais em que vivemos.

Nesse sentido, um dos desafios - e, ao mesmo tempo, potencialidade - das conversas como metodologia diz respeito a uma aproximação da “ciência do dia a dia da pessoa comum”<sup>39</sup> e instituir o cotidiano, com suas conversas, como imprescindível à construção do conhecimento” (Batista; Bernardes; Menegon, 2014, p. 108). Assim, as pesquisas no cotidiano, por seu caráter eminentemente dialógico e pela inserção horizontal dos(as) interlocutores(as) nas conversas, possibilitam também uma abertura para que as pessoas, em conjunto, construam outros conhecimentos na mesma medida em que constroem projetos de sociedade.

Ressaltamos, então, o caráter coletivo da construção do conhecimento das pesquisas-militantes. A coletivização, no entanto, não se restringe à participação dos(as) interlocutores(as) de pesquisa, mas também à forma como nos vinculamos ao nosso campo-tema. Assim, uma estratégia potente da pesquisa-militante diz respeito à articulação entre pesquisa na pós-graduação e extensão universitária<sup>40</sup>.

A realização desta pesquisa, em concomitância com a experiência de extensão na pós-graduação no Culthis possibilitou essa maior vinculação ao campo-tema na medida em que eu pude me inserir em contextos relacionados ao sistema prisional mineiro que não se limitassem à pesquisa em si, tendo contato, por exemplo, com realidades do entorno de prisões para além da Nelson Hungria. Ainda, possibilitou a construção de uma práxis orientada pelas discussões realizadas ao longo do processo de pesquisa.

Essa inserção no campo-tema e realização de pesquisas ditas militantes, no entanto, apresentam muitos desafios, em especial no que diz respeito ao tempo e ao financiamento que a pesquisa recebe. Nesse sentido,

---

<sup>39</sup> Pessoa comum, aqui, no sentido de pessoas que não estão formalmente vinculadas às instituições acadêmicas.

<sup>40</sup> Não será o foco desta Dissertação, mas apontamos a necessidade de maiores discussões acerca do que temos compreendido como extensão universitária. Em geral, entende-se que extensão seriam as experiências em que a universidade vai até a sociedade, que os(as) extensionistas universitários prestam serviços à comunidade a partir de um suposto conhecimento técnico adquirido na academia. Compreendemos, todavia, que a extensão pode ser um espaço importante para repensarmos e problematizarmos as funções da universidade moderna, situando-a em um caráter dialógico com a sociedade mais ampla, como propõe Freire (1983).

Muitas e muitos pesquisadores militantes se encontram, hoje, vinculados a universidades e sofrem, cotidianamente, os limites desta instituição que, apesar de oferecer certa estrutura para a pesquisa e a extensão, inclusive, crítica e militante, lança mão de diversos mecanismos de controle para dificultar o trabalho comprometido e distanciar das causas populares. A disputa do papel e dos rumos da universidade são um destes desafios que requerem a construção de espaços amplos de articulação, debate, crítica e ação capazes de reunir as forças necessárias para conquistar avanços por uma universidade, de fato, a serviço da transformação social (Varella; Jaumont, 2016, p. 455).

No nosso caso, essa pesquisa só pode ser feita da forma como foi, porque fui mestrando bolsista<sup>41</sup> e pude me dedicar para o Mestrado. Ir para Nova Contagem e conversar com as pessoas em seus contextos cotidianos, por exemplo, é algo que demandou bastante tempo e que não teria acontecido se eu tivesse que me dedicar a outras atividades a fim de ser remunerado. Além disso, também fui bolsista de extensão na pós-graduação<sup>42</sup>, o que permitiu a realização desta pesquisa em articulação com as atividades extensionistas.

Assim, fazer uma pesquisa-militante demanda mais do que um comprometimento ético do(a) pesquisador(a). Demanda possibilidades concretas de realização da pesquisa, remuneração por meio de bolsas, financiamento para trabalho de campo, participação em congressos e outras atividades acadêmicas, tempo para a articulação com o campo-tema e com pessoas que não estejam formalmente vinculadas às instituições acadêmicas, etc.

Ao longo deste capítulo, apresentamos a memória da pesquisa, os modos como fomos construindo as estratégias metodológicas no cotidiano, bem como reflexões sobre as possibilidades e os desafios deste tipo de pesquisa, situada no campo das pesquisas-militantes.

A seguir, apresentaremos o Enxerto I, primeiro desta Dissertação. Após, no Capítulo 3, apresentaremos as discussões sobre o território do entorno da Nelson Hungria.

---

<sup>41</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

<sup>42</sup> Formação em Extensão (FORMEX) - Pró-reitoria de Extensão (PROEX).

### ***Excerto I - Coincidências de pesquisa: os encontros com Pedro e Cristina***

*Muito do que acontece nas pesquisas surge a partir de coincidências.*

*Uma delas foi que, logo após a qualificação, Vanessa<sup>43</sup> - professora da UFMG -, sugeriu que eu procurasse um perfil nas redes sociais que conta, com base em pesquisas acadêmicas, a história de prisões brasileiras, pois poderia encontrar algo sobre a Nelson Hungria. A responsável pelo perfil respondeu dizendo que seu foco são prisões do século XIX e início do século XX, o que não incluiria a Nelson Hungria, mas ela indicaria um professor que possivelmente ajudaria. Me apresentei para o professor por meio de uma mensagem, quando descobrimos que ele participou alguns anos atrás do mesmo grupo de pesquisa que eu. Se disse empolgado em ajudar, conhecia pessoas que moravam perto da Penitenciária, eu poderia conversar com elas.*

*Pedro, que mora perto da prisão, foi uma dessas pessoas. Depois que me apresentei e contei da proposta de pesquisa, ele me convidou para ir até sua casa para conversarmos. Disse que eu poderia ir de 6820 - Recanto Verde - ou 6780 - Ipê Amarelo -, descer nos mesmos pontos que eu descia para ir nas filas e seguir pelo celular a localização que ele havia compartilhado. O 6780 era melhor, me deixava na Vila Ipê Amarelo, mais próximo da casa. Dessa vez, contudo, primeiro passei nos trailers da Nelson Hungria e, depois, fiz uma caminhada não muito longa, algo próximo de 15 minutos, para a casa de Pedro.*

*No caminho, pude reparar algo que já havia me chamado a atenção quando passava pelo bairro chegando em Nova Contagem: a quantidade de pequenas pracinhas, praticamente uma em cada esquina. Certa vez, conversando com um morador do bairro no ponto de ônibus, ele contou que “antigamente, mas não tão antigamente”, no lugar das pracinhas, havia fontes onde as pessoas buscavam água na época que a canalização e outros serviços de saneamento básico da região não estavam implantados. Uma dessas pracinhas, a que mais frequentei, ficava bem próxima de onde estão os trailers. Além dessa proximidade, era também onde eu descia ou esperava pelo 6820.*

---

<sup>43</sup> Nome real.

*Figura 5 - Pracinha e ponto de ônibus<sup>44</sup>*



*Fonte: autoria própria*

*Fui seguindo pelo mapa e, quando cheguei, por volta de 10:45 em uma sexta-feira, Pedro estava do lado de fora do portão da casa. Nos cumprimentamos e, ao entrar, conheci os(as) outros(as) moradores(as): Cristina, sua esposa; suas duas filhas crianças; Fernanda, mãe de Cristina; Carina, irmã de Cristina; e o filho bebê de Carina.*

*Eles(as) me apresentaram a casa e me convidaram para ficarmos nos fundos, próximo ao quintal. Na parte de trás do muro do quintal, fora da casa, havia uma área imensa, não construída, cheia de árvores. Aquela área, como eles(as) contaram um dia, dava para uma rodovia que vai para Ribeirão das Neves e é o caminho que os presos da Nelson Hungria passam quando fogem da prisão.*

*Do lado de dentro do muro, no quintal, também havia árvores. Em especial, um abacateiro, bem carregado. No chão, tinha uma bacia com vários abacates lindos. Também tinha uma cachorra presa em uma casinha, não parava de latir no início, mas depois diminuiu. Ela latia porque, em*

<sup>44</sup> O ponto de ônibus da Figura 14 pode ser localizado no mapa apresentado na Figura 4 desta Dissertação.

*cima do muro, tinha muitos miquinhos. Eles entravam no quintal para pegar algumas frutas e pedaços de pão que os(as) moradores(as) da casa deixavam. Todo mundo, inclusive eu, estava gostando de olhar os miquinhos pulando de uma árvore para a outra, pegando os pães e comendo. Só a cachorra não gostava, mas não podia fazer muita coisa além de latir.*

*A parte do quintal é aberta, mas é contígua a outro espaço, coberto por telhas, onde há uma grande mesa e várias cadeiras em volta. Foi ali que nos sentamos e aquele foi o espaço que abrigou a maior parte das conversas das vezes que fui até lá. Todos(as) nos sentamos, mas Cristina levantava a todo momento, ia até a cozinha, mexia algo nas panelas com a colher, retornava, depois pegava algum legume para picar enquanto conversava e, por fim, acendeu um fogão que fica do lado de fora, onde estávamos sentados(as), e começou a fritar algumas batatas.*

*O horário do almoço se aproximava, mas a mesa estava montada com um café da manhã de biscoitos, pães e café, que eles(as) me ofereceram. Eu aceitei o café, comentei que sou vegano. Me perguntaram por que, desde quando e se é difícil. Cristina me perguntou se, por ser vegano, eu tinha que preparar minha própria comida. Eu disse que é mais fácil se eu mesmo preparar, pois não há tantas opções na rua, mas que, de qualquer forma, eu gosto de cozinhar. Ela perguntou o que eu gostava de fazer, respondi que gosto muito de fazer bolo e que, quando eu retornasse outro dia, levaria um bolo de coco. Seria ótimo comê-lo enquanto tomava aquele café. Quando retornei em outro dia, com o bolo, Pedro sugeriu que Cristina fizesse café, no que ela disse: “vou fazer mesmo, lembro que ele gosta de café”. Ri e perguntei se eu tinha tomado muito das outras vezes, no que eles disseram que sim e, além disso, repararam que tenho uma tatuagem com a imagem de uma xícara de café. Nesse dia, Cristina perguntou como fazia para o bolo crescer sem leite e sem ovo. Eu não sabia exatamente qual dos ingredientes fazia crescer, mas dava certo, inclusive com outros sabores e que eu não costumava usar nenhum ingrediente específico e incomum. Ela comentou que aprenderia a fazer um bolo sem leite e sem ovo para a próxima vez que eu fosse lá.*

*Enquanto estávamos sentados ao redor da mesa, o bebê, filho de Carina, brincava com os bottoms na minha mochila. Um deles era do Bloco sem Manicômios e sem Prisões. Pedro*

perguntou: “é nisso que você acredita, num mundo sem manicômios e sem prisões?”. Pouco menos de 30 minutos que eu estava ali, estávamos conversando sobre abolicionismo penal. Eu disse que sim, é nisso que acredito, que as prisões, todas elas, não cumprem com os objetivos que anunciam e, além disso, provocam, de forma seletiva, muito sofrimento na vida das pessoas. Cristina refletiu um pouco, depois contou que achava que concordava, que as prisões não costumam ressocializar, mas que ela gostava das Apacs<sup>45</sup>, pois seriam prisões humanizadas. Comentou que entendia a ideia de fim das prisões, mas não sabia se concordava tanto com o fim dos manicômios. Falei que existem outras formas de lidarmos com conflitos e com saúde mental sem ser prendendo pessoas, no que ela compartilhou a história de uma tia que frequenta o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da região e que gosta muito, tem diversas atividades ao longo dos dias e ela considera que o equipamento de saúde é muito importante para sua tia e para a família como um todo.

Com essa conversa, me perguntaram por que eu estava pesquisando a Penitenciária Nelson Hungria. Contei um pouco sobre os objetivos da pesquisa, o que eu já tinha feito até ali e também como eu me aproximei do campo-tema das filas. Assim que eu mencionei o Culthis, Pedro me interrompeu e perguntou “é o Culthis da Vanessa?”. Eu ri e disse que sim, mas que a Vanessa não era mais a coordenadora há um tempo, que minha orientadora de Mestrado é a atual professora responsável. Perguntei como ele conhecia o Culthis, no que ele disse que vivenciou o que seria o surgimento da extensão. Outra coincidência da pesquisa.

Pedro é sobrevivente do cárcere, homem de 40 anos, nascido em Contagem. Morou em outros lugares ao longo da vida, inclusive na Vila Ipê Amarelo. Aos 20 anos foi preso. Em 2009, estava preso na Apac de Santa Luzia, no período em que alguns(as) alunos(as) do curso de Psicologia da UFMG estavam realizando atividades de estágio naquele local. Eles(as) iam para a Apac para ouvir a história de vida dos homens presos ali. Pedro foi uma das pessoas que contou sua história de vida. Ele disse, inclusive, que foi ele, junto com outro homem, que apresentou a Apac para a professora e alunos(as). Depois, os(as) estudantes continuaram acompanhando os homens mesmo depois que eles saíam da prisão e, a partir disso, o Culthis foi se construindo.

---

<sup>45</sup> Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

*Pedro, inclusive, contou que, ao longo dos anos, já foi chamado para participar de eventos com pessoas que passaram pelo Culthis.*

*Ele, então, me explicou que, na verdade, ele e sua família não moravam em Nova Contagem. Não moravam nem em Contagem. Moravam no município de Esmeraldas, na divisa com Contagem, onde fica a Vila Ipê Amarelo. Eles(as), todavia, se referiam a onde estávamos como Nova Contagem: “aqui em Nova Contagem, é difícil, quando chove, fica impossível de transitar, não é asfaltado” ou “aqui em Nova Contagem nós chamamos o bairro de “fim do mundo”, temos pretensão de mudar em algum momento”. Cristina me perguntou se onde eu morava também tinha esses problemas, Pedro brincou que não, que eu provavelmente morava no Sion<sup>46</sup>. Eu disse que não era no Sion, mas não era tão longe.*

*Comentaram que não sabiam se poderiam ajudar muito na pesquisa, pois, da casa, não dava para ver a prisão. Contaram dos momentos que costumam passar lá perto, mas que não é sempre. Carina disse que, aos domingos, quando vai à igreja, vê mulheres carregando sacolas e sabe que elas estão indo para a visita. No geral, não costumam pensar tanto sobre a Nelson Hungria. O momento em que pensam mais é quando há notícias de rebeliões ou de fugas, apesar de, de acordo com eles(as), as rebeliões não serem tão frequentes. Quando há notícia de fuga, as escolas da região param, as pessoas evitam sair de casa sem necessidade. Cristina contou que recentemente teve um caso de um homem que fugiu e passou pela mata do lado de fora do quintal, parece que entrou em uma casa vizinha para pegar roupa e poder tirar o uniforme vermelho da prisão e, depois, seguir caminho até chegar na rodovia.*

*Falaram que melhor mesmo seria se eu conversasse com a tia de Cristina, pois ela morava no Ipê Amarelo e, de lá, dá para ver a parte de trás da prisão.*

---

<sup>46</sup> Bairro da região Centro-Sul de Belo Horizonte.

*Figura 6 - Nelson Hungria vista da Vila Ipê Amarelo*



*Fonte: autoria própria*

*A visão é da parte de trás da Nelson Hungria. A imagem, apesar de mostrar a proximidade, não traduz a imponente da prisão no espaço. Cristina e Carina contaram que passavam muito tempo na casa dessa tia e disseram que a Nelson Hungria fazia parte da rotina. Dava para ouvir os barulhos da prisão, dos presos gritando, viam eles jogando bola. Um momento que também reparavam na prisão era quando a luz do bairro acabava - contaram que é frequente -, porque a penitenciária era a única parte da região a continuar iluminada. Cristina comentou que, se eu quisesse, poderia conversar outro dia com sua tia.*

*Cristina é uma mulher de 31 anos, nasceu na região do Eldorado em Contagem. Assim como Pedro, morou em vários lugares, tendo passado dois anos na Suíça com sua mãe enquanto esta trabalhava. Foi morar em Nova Contagem aos 20 anos. Ela é cabeleireira, faz os seus atendimentos em casa, em um salão montado na garagem. Lembro de um dia que fui até sua casa e ficamos conversando enquanto ela fazia o cabelo de uma cliente. Essa, todavia, não foi a única vez que conversei com Cristina enquanto ela fazia outras coisas. Já comentei do dia que ela estava fritando batatas durante a conversa. Outro dia, quando eu cheguei, nos sentamos no sofá da sala e, durante a conversa, ela seguia dobrando as roupas que parecia ter acabado de tirar do varal. Dias depois, quando retornei, ela passou a tarde se equilibrando entre conversar*

*comigo e as outras pessoas e também cuidar do bebê de sua tia que frequenta o CAPS. Contou que sempre cuida dele, que gosta muito, mas somente por alguns períodos, pois já tem suas duas filhas, também crianças. Ela comentou, um dia, que Pedro gostaria de ter um(a) terceiro(a) filho(a), e ela também, mas sabe que isso significaria mais trabalho, então prefere não. Também comentou que sabe como foi cuidar de uma criança sem a presença do marido, na época que ele estava preso.*

*Cristina, assim como muitas das mulheres com quem conversei na pesquisa, foi diretamente impactada pelo cárcere a partir da prisão de seu marido. Ela contou que, quando conheceu Pedro, ele já havia saído da Apac de Santa Luzia, mas que, alguns anos depois, receberam a notícia de uma nova condenação. No entanto, não tinha nenhum mandado de prisão e, mesmo depois de Pedro ter procurado regularizar sua situação, foi informado de que não seria preso sem a referida ordem. Os anos se passaram, o casal decidiu engravidar e, nesse momento, saiu o mandado de prisão. Cristina, então, passou um tempo cuidando da criança sem a parceria de Pedro. Falou que, além dos desafios de, por um período transitório, ser a única responsável, também tinha os desafios de ter um esposo preso, as atividades de visita, de entrega dos kits, de busca pelos órgãos do judiciário. Passou por isso sem contar com o apoio financeiro advindo do trabalho de Pedro e também sem contar com o auxílio-reclusão, que teve que entrar com um processo judicial para conseguir o que tinha direito quando o marido estava preso.*

*Conversamos um pouco sobre o auxílio-reclusão, comentei que, se precisasse, eu poderia ajudar, pois havia trabalhado com Direito Previdenciário quando estava na graduação em Direito e fiz pesquisa sobre. Eles me perguntaram se eu era advogado, pois achavam que minha pesquisa era na Psicologia. Eu expliquei que a pesquisa era na Psicologia, eu não era advogado, mas era formado em Direito. Perguntaram se eu ainda trabalhava com Direito, no que contei um pouco sobre as orientações jurídicas do Culthis, que não atuamos como advogados, mas lidamos com isso o tempo todo.*

*Pedro atualmente trabalha na Apac de Betim. Disse que gosta de trabalhar lá, porque, por ter passado por uma Apac, acredita no potencial dessa prisão em ressocializar. Disse que o trabalho às vezes é difícil, no entanto, pois ele tem que ser duro com os homens presos. Ele também é*

*pastor e tem um projeto em sua igreja no qual vai nas escolas para conversar com os jovens sobre sua trajetória de vida. O objetivo é ensiná-los a trilhar o “caminho certo” na vida, evitar o “caminho errado” que leva à prisão. Além disso, também é motorista de aplicativo e roda de carro nas noites que não está na Apac.*

*Ao longo das conversas, eles(as) comentaram de diversas pessoas que poderiam me indicar para conversar. Uma delas foi Sofia, amiga de Cristina e de Carina, que morava no Ipê Amarelo e é esposa de Vinicius, homem que está preso na Nelson Hungria. Quando conheci Sofia, inclusive, foi na casa de Pedro e Cristina, quando passamos uma tarde tomando café e conversando ao redor da mesa próxima ao quintal.*

*Por volta das 18h, naquela sexta-feira, primeira vez que fui na casa de Pedro, falei que se aproximava a hora de eu ir embora, pois o ônibus seguinte demoraria muito para passar, então eu não poderia perder. Nos despedimos, fizemos planos e promessas de bolo e café para os encontros seguintes. O ponto do 6780 era muito perto da casa, ficava bem na divisa entre Esmeraldas e Contagem. Pedro foi comigo até o ponto para esperarmos, ele comentou que estava feliz de ver alguém do Culthis indo em sua casa e conhecendo sua família. Pediu para que eu contasse para algumas pessoas que eu havia conhecido. Eu disse que não conhecia todas as pessoas que ele falou, mas que procuraria saber e daria o recado.*

*Quando eu já estava no ônibus retornando para Belo Horizonte, lembrei que eu queria ter pedido um abacate para levar para casa, já que havia muitos na bacia no chão. Pensei que seria uma pena não experimentar, pois eles estavam realmente muito bonitos. No encontro seguinte, Fernanda me chamou na cozinha e disse que tinha separado alguns abacates, era para eu ter levado da outra vez, mas ela esqueceu de falar. Comi o abacate no dia seguinte no café da manhã e o gosto estava à altura da sua aparência.*

### 3. TERRITÓRIO DO ENTORNO DA NELSON HUNGRIA

No Enxerto I, contamos dos encontros com Pedro e Cristina - e com outros(as) interlocutores(as) - e o objetivo, além de apresentá-los(as) e mostrar com mais detalhes os contextos das conversas, foi evidenciar alguns dos percursos feitos pelo território. Ao longo desse Enxerto e dos primeiros capítulos, contamos sobre como foram os meus primeiros contatos com Nova Contagem, por meio da ida à fila da Penitenciária Nelson Hungria pelo Culthis. Desde então, quis pesquisar mais sobre a história da prisão a fim de compreender a particularidade que se dá em seu entorno, considerando, naquele momento, entorno enquanto o espaço físico limitado à imediaticidade externa à prisão, onde estão os trailers e onde se forma a fila de familiares nos dias de visita ou de entrega de kits. Nesse contexto,

nos últimos meses de 2023, (...) lembro que um dia, depois de uma aula na parte da tarde, fui para a cantina da Fafich com Arthur<sup>47</sup> [colega de Mestrado] e comentei que eu estava fazendo uma revisão de literatura sobre a história da Nelson Hungria, pois queria compreender quais os impactos da chegada de uma prisão no território (...). Arthur, então, contou de sua experiência em um estágio de graduação que se deu em Nova Contagem. Ele comentou que, nos relatos dos(as) moradores(as) do bairro, havia uma certa disputa narrativa acerca do que havia surgido primeiro: o bairro ou a prisão (Trecho do diário de campo, 16 de março de 2024).

Foi primordialmente a partir dessa conversa que consideramos ampliar o escopo para, além da história da prisão em si, conhecer a história do bairro e de sua região, tendo em vista que elas pareciam conectadas de alguma forma. E, após, o simples fazer da pesquisa foi indicando essas conexões e revelando outros espaços para além da imediaticidade do exterior da Nelson Hungria.

A começar pelo próprio trajeto que eu realizava para chegar até o local, conforme mostramos no mapa da Figura 3 desta Dissertação. Eu saía da área central de Belo Horizonte e percorria uma distância de cerca de 40 Km (considerando o percurso realizado de ônibus). Nessas idas, encontrei diversas pessoas que realizavam aquele mesmo trajeto, dentre moradores(as) de Nova Contagem, pessoas indo e voltando do trabalho ou familiares que estavam no caminho para a prisão.

Como relatamos nas Primeiras Palavras, além da distância, havia o fator tempo: o percurso não era dos mais rápidos, mas o principal componente da demora era a incerteza acerca

---

<sup>47</sup> Nome real.

do transporte público. Não são muitas as linhas de ônibus que fazem o trajeto BH-Nova Contagem e seus horários são reduzidos. Além disso, os ônibus têm um ponto de partida e de chegada apenas na região próxima a Nova Contagem, portanto saem de lá, vêm para Belo Horizonte, depois retornam para o bairro. Então, era comum eles atrasarem a chegar por causa do trânsito no caminho ou até chegavam no ponto, porém não pegariam mais passageiros por estarem indo para a garagem. Eu tentava me guiar pelos horários dos aplicativos de ônibus, mas quase não havia precisão.

Ao longo da pesquisa, tive contato com outros pontos do bairro para além de onde se situavam os trailers e as filas, seja pelas andanças ou indo na casa de pessoas com quem conversei. Ainda, como apresentado no Enxerto I, algumas dessas pessoas não moravam propriamente no bairro, mas em bairros e vilas próximas ou até mesmo na limítrofe entre os municípios de Contagem e Esmeraldas. Apesar de não morarem oficialmente no bairro, se relacionavam com ele, bem como com a prisão.

Assim, ao fazer o percurso BH-Nova Contagem, andar pelos bairros e vilas próximas à prisão e conversar com as pessoas, fui percebendo que estudar um espaço geográfico, como o entorno de uma prisão, vai muito além de entendê-lo enquanto algo fixo e geograficamente delimitado. Envolve, por outro lado, compreender o espaço como “condição, meio e produto da reprodução da sociedade” (Nogueira, 2009, p. 74) e, portanto, como nosso “quadro de vida” (Santos, 1996, p. 15).

### 3.1 TERRITÓRIO: QUADRO DE VIDA

Para Milton Santos, a Geografia, como estudo do espaço geográfico, é uma Geografia da Ação, considerando o seu campo de estudos um sistema híbrido e indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2014). O autor realizou um esforço teórico na elaboração de

conceitos<sup>48</sup> que ajudassem a compreender como o espaço geográfico está articulado com outras instâncias sociais, como a economia e a política, na configuração de uma totalidade<sup>49</sup>.

A noção de totalidade, como trouxemos no capítulo anterior, é de extrema relevância em pesquisas que partem do materialismo histórico dialético. Santos, nesse sentido, sintetiza a noção de totalidade para falar sobre um espaço geográfico ao afirmar que “todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (2014, p. 115). Neste capítulo, buscaremos apresentar algumas das partes - contraditórias e dialéticas - que compõem a formação socioespacial do espaço geográfico estudado, articulando-as, assim, com a *Totalidade-Mundo*<sup>50</sup>.

Assim, um dos principais conceitos para Milton Santos é o de território. Contudo, em contraposição às teorias geográficas tradicionais, ele afirma que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1996, p. 15). Portanto, não seria possível dissociar o território da análise dos processos que o conformam e das pessoas que circulam por ele - sendo constituídas por ele ao mesmo tempo em que, dialeticamente, o constituem. Assim, Santos (1996) propõe o termo *território usado*, evidenciando justamente aquele caráter híbrido entre sistemas de objetos e de ações, o campo de vida das pessoas. Ao longo deste capítulo, e de toda esta Dissertação, utilizaremos os termos *espaço* e *território*, então, como equivalentes a espaço geográfico e de território usado nos termos de Milton Santos.

Retomando a tese central de que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos considera que o espaço é produzido e reproduzido - e, portanto, caracterizado - pela técnica, ou seja, pela forma como se dá a relação entre o ser humano e a natureza, que ocorre pelo trabalho (Santos, 2014) e que, assim, “a natureza vai sendo progressivamente transformada em espaço geográfico” (Trindade, 2022, p. 272). Vemos, nesta citação, uma contraposição entre natureza, de um lado, e espaço geográfico, de outro, o que

---

<sup>48</sup> Não é tarefa simples compreender a teoria de Milton Santos, principalmente porque o autor lança mão de diversos termos que, apesar de possuírem certa autonomia conceitual, só atingem a máxima complexidade quando interrelacionados entre si ao longo de toda a sua obra. Então, ressaltamos que, o que importa aqui, mais do que a apresentação de um estudo aprofundado dos conceitos do autor, é compreender o entorno da Penitenciária Nelson Hungria, não como um lugar estático, mas como território, território usado, como será discutido.

<sup>49</sup> Milton Santos fala sobre totalidade, principalmente nos estudos sobre formação socioespacial, a partir da base teórica marxista. No entanto, ele expande as discussões por meio da utilização de outros referenciais (Santos, 2014). Nesta Dissertação, ao nos referirmos à totalidade, partimos da base marxista.

<sup>50</sup> Termo usado por Milton Santos (2014) para designar o conjunto de todos os espaços geográficos.

pressupõe a historicidade humana nas análises sobre o espaço geográfico, que pode ser considerado, então, trabalho materializado (Nogueira, 2009).

Em suas análises, ainda, Santos indica a importância de pensarmos na relação entre espaço e tempo, na sucessão dos eventos que vão transformando o espaço e, de forma didática, ele elabora uma periodização desse *espaço-tempo* a partir do grau de técnica utilizado na relação sociedade/natureza. Resumidamente, ele indica três meios geográficos: i) o meio natural<sup>51</sup>, ii) o meio técnico<sup>52</sup> e iii) o meio técnico-científico-informacional. Assim,

tal qual os modos de produção, os meios geográficos estão submetidos à mesma lógica que define cada época histórica não pelo o que se produz, mas pelo *como* se produz (...). Este *como* se produzir está vinculado aos meios de trabalho, às técnicas empregadas, às forças produtivas que transformam a natureza e que, por conseguinte, interrogam os próprios sujeitos da ação, do trabalho, a modificarem-se a si mesmos (Machado, 2019, p. 101).

O meio técnico-científico-informacional é o *espaço-tempo* atual em que vivemos, sendo “a feição geográfica da globalização” (Trindade, 2022, p. 273). É marcado, predominantemente, pelo desenvolvimento das técnicas e da ciência e da expansão global do capitalismo monopolista. Sucintamente, o meio técnico-científico-informacional é

o mundo global como apanágio dos interesses dos atores hegemônicos que atuam na escala planetária, mas contando com as concessões que se dão nas escalas nacional e local; afinal, o capital para se realizar plenamente faz uso do território em qualquer lugar onde existam condições para sua ampliação. Dessa forma, é possível afirmar que as contradições e disparidades socioespaciais resultam justamente do jogo de interesses econômicos, que selecionam determinados espaços para uso e instalação de fluxos produtivos, deixando outros espaços à margem do processo de reprodução com uso dos nexos modernos da globalização” (Trindade, 2022, p. 273).

Em decorrência dos processos de reestruturação produtiva ocorridos principalmente a partir da década de 1970, observamos uma intensa “destruição do espaço pelo tempo dada a necessidade de aceleração do tempo de circulação do capital” (Machado, 2016, p. 78). Esse

<sup>51</sup> De forma ampla, sem levar em consideração as especificidades de cada contexto, o meio natural seria o período entre os primórdios da humanidade até o século XVIII. O termo *natural* não significa ausência de técnica, uma vez que a existência do espaço geográfico pressupõe a existência do ser humano que, de forma ontológica, se relaciona com a natureza (Lessa, 2007; Lukács, 2012; Marx, 2013). Diz mais de uma primazia dos processos da natureza, em especial de uma necessidade de respeito ao tempo natural das coisas. Por exemplo, no cultivo de determinados itens alimentícios, seria necessário aguardar o tempo da própria natureza, sem uma influência intensa e significativa de técnicas como máquinas agrícolas e agrotóxicos.

<sup>52</sup> O meio técnico - ou os diversos meios técnicos -, por sua vez, seria o período entre o século XVIII, marcado pela revolução industrial nas regiões de capitalismo central, até meados dos anos 1950. Período marcado pela intensificação nos processos de produção capitalista a partir de técnicas como uso de máquinas, invenção do motor à combustão, do navio e da locomotiva à vapor, etc. Dessa forma, “os sucessivos meios técnicos implicam na progressiva transformação material de uma ordem “natural” para uma ordem “artificial”” (Machado, 2019, p. 107).

período é marcado pelo que ficou conhecido como capitalismo de acumulação flexível, no qual, com o apoio do avanço tecnológico, permitiu que as empresas produzissem a maior quantidade de lucro empregando a menor quantidade de trabalhadores, além de ter possibilitado o surgimento de diversas modalidades precarizadas de trabalho usualmente referidas como trabalho informal (Barros, 2019).

Nesse contexto, Milton Santos formula o conceito de formação socioespacial ao inserir o elemento do espaço geográfico nas discussões marxistas acerca da formação social (Machado, 2019). O conceito nos ajuda a evidenciar o caráter dialético dos territórios com base nos constantes processos que, de forma contraditória, os constituem. A compreensão do território, dessa maneira, exige o seu enquadramento dentro da *Totalidade-Mundo* e das diversas totalidades parciais que, de diferentes formas, se articulam com o particular na sua constituição.

O território não se resume, então, a uma área geometricamente dimensionável. É, por outro lado, um híbrido entre sistemas de objetos e de ações, um palco constantemente construído pelas pessoas que circulam por ele e, para compreendê-lo, é necessário analisar sua formação socioespacial. Nesse sentido, concordamos com Nogueira:

As imagens da cidade prescindem do olhar do observador. Para desvendar a realidade é necessário compreender como são formadas essas imagens, de quem são esses olhares. Trata-se de fazer a leitura da cidade não como imagem fixa - posto que não o é, mas como a *materialidade da vivência subjetiva*, a escrita da história humana no espaço, e, naturalmente, pensando o movimento de inscrição desse espaço na constituição do sujeito que nele transita (Nogueira, 2004, p. 70).

Neste capítulo, pretendemos olhar para imagens de Nova Contagem, porém destacando como são formadas essas imagens. Olhar e simplesmente descrever uma imagem estaria mais condizente ao que Milton Santos chama de *paisagem*, que é a apreensão sensível da configuração territorial, dos objetos técnicos ou naturais presentes no espaço, de algo que é fixo e estático (Santos, 2014). Portanto, apreender a paisagem, com base no materialismo histórico dialético, seria o primeiro passo, é o primeiro contato sensível que temos com o espaço geográfico. Para compreender a realidade desse espaço, entretanto, é necessário ultrapassar a paisagem a fim de se alcançar o território.

No tópico a seguir, apresentaremos o bairro Nova Contagem a partir de sua história, dos processos de formação socioespacial que construíram o território.

### 3.2 O QUE VEIO PRIMEIRO: O BAIRRO OU A PRISÃO

Como havíamos trazido nos primeiros capítulos, o contato com o bairro pela pesquisa não foi o meu primeiro contato com a cidade de Contagem. Sendo alguém que nasceu e ainda mora em Belo Horizonte, eu já fui muitas vezes para Contagem, em especial para visitar familiares que moram ali. No entanto, eu havia conhecido apenas as regiões mais centrais da cidade, as regionais Industrial e Eldorado, mais próximas de BH. O bairro Nova Contagem, por sua vez, está localizado na extremidade noroeste do Município de Contagem, na divisa com os Municípios de Esmeraldas e Ribeirão das Neves - como demonstrado no mapa da Figura 2, e está localizado na Regional Vargem das Flores<sup>53</sup>, a cerca de 20 km dos lugares que eu já conhecia.

Figura 7 - Foto de placa na rua VP-1, em Nova Contagem



Fonte: autoria própria

---

<sup>53</sup> A regional leva esse nome em razão da bacia de mesmo nome, que está entre os municípios de Contagem e Betim e tem parte do seu curso represado para a formação do reservatório Vargem das Flores com o objetivo de abastecer tanto a população que reside e trabalha na RMBH, mas principalmente as indústrias da região (Azevedo; Costa, 2022).

Indo para Nova Contagem de ônibus, eu chegava no bairro diretamente pela sua rua principal: a VP-1 (Via Principal 1). O início dessa rua é, na verdade, a continuação da Avenida Retiro dos Imigrantes, no bairro Retiro. Quando o nome da via se altera, há uma placa - apresentada na Figura 7 - com os dizeres “Bem vindo a Nova Contagem”, no estilo de placas que usualmente ficam na entrada de cidades, porém, nesse caso, para demarcar a entrada de um bairro. Certamente, há placas de boas vindas em outros bairros, mas, em Nova Contagem, ela assume uma simbologia significativa, qual seja, a relevância desse lugar para a região em que se encontra.

Retornando, um dia, de Nova Contagem,

(...) já que o horário do meu ônibus se aproximava, (...) fui em direção ao ponto que fica em frente à pracinha. Eu havia levado um sanduíche, então comi enquanto aguardava o ônibus. Eu estava ouvindo música no fone de ouvido, quando percebi que um senhor estava conversando comigo. Ele me perguntou se eu sabia se “desceria” algum ônibus. Eu comentei que o 6820 chegaria em pouco tempo, pois seu ponto final era 11:20 e depois ele demorava apenas 10 minutos para chegar onde estávamos. Ele, então, me perguntou se eu morava em Nova Contagem, pois havia um rapaz ali muito parecido comigo. Eu respondi que não e perguntei se ele morava no bairro, no que ele disse que sim. Perguntei desde quando e ele contou que desde que Nova Contagem surgiu, nos anos 1980. Disse que chegou ali quando tinha 13 anos e que hoje está “na casa dos 50”. Comentou que o Newton Cardoso ajudou muito as famílias nos anos 1980. Perguntei o que ele achava que mais tinha mudado no bairro desde que ele foi morar ali. Ele contou que antes não tinha nada, “era tudo mato” e havia apenas algumas casinhas. Apontou para uma casa que fica ao lado da pracinha e comentou que ela é uma das casas que está quase do mesmo jeito de como era nos anos 1980, que os moradores mudaram apenas o telhado (Trecho do diário de campo, 18 de outubro de 2024).

Formalmente, o bairro surgiu apenas em 1997<sup>54</sup> quando o então prefeito de Contagem, Newton Cardoso, criou o distrito de Nova Contagem. Isso ocorreu, todavia, em um contexto no qual a população da região já estava crescendo, pelo menos, desde a década anterior, em função da implantação de diversas políticas habitacionais destinadas às pessoas retiradas das áreas de expansão industrial do município (Santos, 2016).

A cidade de Contagem, entre as décadas de 1960 e 1970, era o principal polo industrial da RMBH e estava inserida no contexto de industrialização tardia em Minas Gerais a partir de um intensivo investimento público no setor industrial com fins de modernização do estado, considerado atrasado em relação a outros polos como São Paulo e Rio de Janeiro. A industrialização, no entanto, ocorreu com base na entrada de capital estrangeiro, demarcando a

---

<sup>54</sup> Por meio da Lei Municipal nº 2.951.

posição periférica e dependente da indústria brasileira em relação às regiões de capitalismo central<sup>55</sup> (Magalhães, 2014).

Nesse contexto, já no final da década de 1930, Contagem foi a escolhida para abrigar um parque industrial que seria o principal polo produtivo da RMBH, pois, além de estar próxima à capital, foi considerada uma região propícia para a indústria em razão da proximidade com linhas férreas, rodovias e regiões produtoras de matéria-prima (Contagem, 2009). Anos depois, em 1941, o governo mineiro declara a utilidade pública para fins de desapropriação da área que seria denominada Cidade Industrial Coronel Juventino Dias<sup>56</sup>. Magalhães, nesse sentido, elabora uma descrição imagética sobre a cidade de Contagem nas décadas de 1950 e 1960: “fumaças, chaminés e os grandes galpões (...). Vulcano a martelar (barulho, vapores, fogo, metais sendo transformados pela indústria)” (2014, p. 248).

O discurso de modernização via industrialização veio acompanhado de uma promessa de empregabilidade e, por (suposta) consequência, melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora. Não obstante, os principais impactos da industrialização para os(as) trabalhadores(as) foi a negação de acesso ao trabalho industrial e à moradia.

Em relação ao trabalho, a indústria recém-forjada no espaço não conseguiu absorver toda a população, além de que o trabalho industrial era precarizado, com altas jornadas, insalubridade e baixos salários (Magalhães, 2014). Em relação à moradia, os centros industriais de Contagem não foram planejados para abrigar os(as) trabalhadores(as) das fábricas, que foram se adensando em vilas e favelas dentro e no entorno da Cidade Industrial, afastados não somente de boas condições de trabalho e de habitação, mas dos serviços públicos de forma geral. Resumindo a dinâmica entre trabalho e moradia na cidade,

aqueles que recebiam os menores salários e que faziam parte da reserva de mão-de-obra construía suas habitações, quase sempre precárias, em vilas e favelas, situadas em sua maioria no interior da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. Os trabalhadores que possuíam empregos mais permanentes, mas que não possuíam poder aquisitivo suficiente para adquirir imóveis no seu entorno, residiam em vilas operárias implantadas pelas próprias indústrias ou em

---

<sup>55</sup> Guardadas as devidas particularidades da formação socioespacial de cada região brasileira, o país, em meados do século XX, “passou de uma sociedade rural-agrária para uma sociedade urbano-industrial. Movimentos migratórios intensos redesenharam a organização espacial brasileira, especialmente aqueles relacionados ao adensamento populacional nas grandes cidades da região Sudeste” (Trindade, 2017, p. 88). Nesse contexto, Belo Horizonte passou a ser a capital de Minas Gerais em 1897, tendo como principal bandeira a modernização via industrialização (Magalhães, 2014).

<sup>56</sup> Decreto Lei n. 770/1941. Além disso, ressaltamos que “o processo de industrialização metropolitana não afetou Contagem somente quando da implantação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, pois a ampliação da fronteira industrial, ao longo do eixo oeste, não foi finalizada com a sua implantação” (Ferreira, 2002, p. 51).

loteamentos mais periféricos em Contagem ou em municípios vizinhos como Ibirité e Betim. Somente os trabalhadores com maiores salários e com empregos mais estáveis puderam construir e ou adquirir suas residências nas proximidades do núcleo industrial, ainda assim, muitas vezes por meio de financiamento habitacionais de longo prazo e alto comprometimento de renda. Ou seja, a dinâmica imobiliária resultou na expulsão de uma parcela significativa dos trabalhadores para áreas periféricas, que eram pouco diferentes das favelas, pois também abrigavam residências com baixa qualidade ou mesmo precárias e que não possuíam acesso à infra-estrutura urbana básica e serviços de uso coletivo (Ferreira, 2002, p. 46-47)<sup>57</sup>.

A cidade de Contagem, entre as décadas de 1970 e 1980, passa por um novo processo de organização do espaço, marcado, principalmente, pelas investidas estatais na retirada de populações habitantes de vilas e favelas das áreas centrais. Assim como ocorreu no processo inicial de forjar uma base industrial na região, o espaço sofreu as influências de demandas econômicas e políticas que não diziam respeito às necessidades da população que de fato vivia e trabalhava no lugar.

No início dos anos 1980, no contexto de execução de políticas estatais com o objetivo de erradicar as já referidas vilas e favelas das áreas industriais, sob o argumento de que elas se localizavam em lugares precários, “a prefeitura [de Contagem] desapropriou um terreno no seu extremo oeste, a cerca de 15 Km da Sede Municipal, em uma área de preservação ambiental, nas adjacências do povoado do Retiro. Após um ano, iniciou-se a construção do conjunto residencial” (Ferreira, 2019, p. 231), que era o Conjunto Residencial Nova Contagem<sup>58</sup>.

A partir dessa história, percebemos o território como meio técnico-científico-informacional, uma vez que os espaços geográficos foram submetidos de forma mais intensa às verticalidades, que, para Santos, “seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (1996, p. 16). As verticalidades, assim,

---

<sup>57</sup> Não obstante, destacamos que a cidade de Contagem, naquele período, vivenciou um momento de movimentações sociais e políticas, uma vez que “os trabalhadores e os moradores não assistiram passivamente à negação de seus direitos. A Cidade Industrial foi palco de intensas mobilizações pelo direito ao trabalho e também pelo direito à cidade, sobretudo nos contextos de intensificação da repressão política dos militares contra as diversas formas de organização social. Assim, o final da década de 1960 e final dos anos de 1970, ficaram marcados pelas respostas organizadas dos trabalhadores, sobretudo nas Greves de 1968 e a organização operária e popular no final dos anos 1970” (Magalhães, 2014, p. 251-252)

<sup>58</sup> Ferreira (2002) conta que a concepção do Conjunto Habitacional Nova Contagem “estava inserida no Programa de Desenvolvimento de Nova Contagem, que objetivava iniciar o processo de erradicação da sub-habitação no Município e previa obras e um número de beneficiários em proporções significativas (...). A meta do Programa era remover a população das favelas do Município, cuja localização oferecesse perigos ou riscos de vida a seus moradores, para assentamentos em Nova Contagem e na Região dos Perobas (...) o Conjunto Habitacional Nova Contagem foi concebido para abrigar 3.534 famílias, ou seja, aproximadamente 19.000 moradores. Tendo em vista o seu porte, o empreendimento geraria forte impacto no Município. Sua implantação foi rápida, mas, em proporções inferiores e com características diferentes das previstas, o que não minimizou, contudo, seus impactos” (p. 54).

dizem respeito aos impactos provocados diretamente nos territórios - e, portanto, nas pessoas que se relacionam com ele - por agentes externos em um contexto de globalização e de imposição do modo de produção capitalista em todos os lugares. Esses atores hegemônicos são representados pelos agentes que detêm o poder político, econômico e sociocultural e podem ser, dessa forma, tanto os setores capitalistas, nacionais e internacionais, e também o próprio Estado.

Em relação à formalização do bairro de Nova Contagem pelo então prefeito de Contagem, no final da década de 1990, no contexto das sucessivas políticas habitacionais, Magalhães (2014) diz que se tratava

de uma jogada política que visava “matar dois coelhos com uma só cajadada”. De um lado, atendia às demandas do segmento imobiliário que almejava a desocupação das áreas centrais para novos investimentos; de outro, numa jogada populista, atendia às demandas crescentes em torno da luta pela moradia (...), passando-se como o benfeitor da população empobrecida, o que, conseqüentemente, lhe rendeu dividendos políticos posteriores (p. 255-256).

Retomando o trecho do diário de campo trazido no início deste tópico, é interessante ver a percepção de moradores do bairro acerca da figura de Newton Cardoso. Nesse contexto, Silva, em pesquisa na qual conversou com alguns(as) moradores(as) de Nova Contagem, apresenta o seguinte trecho de entrevista:

O candidato a prefeito na época, Newton Cardoso naquele tempo eles iam fazer uma doação. Como eu morava em invasão, né? E aí ele prometeu que ele ia construir uma nova contagem e me dá um lugarzinho para mim morar aqui. E aí ele ia fazer doação para as pessoas carentes, para as pessoas que não tinha moradia e ele criando a contagem para tirar as pessoas de lá daquelas de invasão, tirar as pessoas da área de risco, aí ele criou então a Nova Contagem. O Newton é muito querido pela cidade de Contagem (2024, p. 92).

Essa percepção é interessante, pois, de certa forma, esconde todo o processo de formação socioespacial de Nova Contagem, destacando apenas uma faceta, qual seja a construção de habitações para abrigar pessoas que, não obstante precisarem de um lugar para morar, estavam em situações de moradia precária justamente em razão de políticas estatais prévias que as excluíram das áreas centrais e industriais planejadas da cidade.

Em conversa de pesquisa com um morador de Nova Contagem, ele contou que, quando foi morar no bairro, nos anos 1980, “não tinha nada, mas, hoje, tem tudo”. Ele relatou que muitas pessoas saem cedo para trabalhar nas indústrias, mas muita gente também consegue trabalhar no próprio bairro, tendo em vista o aumento do setor de serviços na região. Nesse sentido, Ferreira

afirma que Nova Contagem é “simultaneamente um espaço dormitório e um polo comercial e de prestação de serviços regional” (2019, p. 234).

Ao longo do trabalho de campo, percebemos que há uma movimentação de comércios e de prestação de serviços em Nova Contagem e que seu centro se localiza na rua VP-1<sup>59</sup>.

Figura 8 - Foto da placa da Rua VP-1



Fonte: autoria própria

A VP-1 é uma rua muito movimentada. Há muitos pontos ali, inclusive uma prisão: a Penitenciária Nelson Hungria fica em uma das extremidades da rua, do lado oposto ao bairro Retiro. A prisão fica mais próxima das Vilas Estaleiro I e II e da Vila Ipê Amarelo. No próximo capítulo, apresentaremos a história da Penitenciária Nelson Hungria e as discussões sobre

<sup>59</sup> Em uma das idas para Nova Contagem, enquanto eu passava pela Rua VP-1, anotei os tipos de comércios/serviços presentes: autoescolas, pracinhas, casas de ração, sacolões, lanchonetes, oficinas de mecânica, lojas de colchão, igrejas evangélicas, óticas, consultórios médicos, escritórios de advocacia, lojas de tinta, lojas de roupa, madeireiras, estúdios de tatuagem, bares, confeitarias, spas, cabeleireiros, vidraçaria, borracharias, entrega de pizza, entrega de bebida, hamburguerias, churrascarias, supermercados, lojas de conserto de celular, assistência técnica de aparelhos eletrônicos, barbearias, mercearias, açougues, academias, farmácias e bancos. O plural nas palavras é para demarcar que havia mais de um de cada um desses comércios/serviços.

cárcere, mas adiantamos que ela foi inaugurada em 1988, sendo a sua construção iniciada já nos primeiros anos da década de 1980. Assim, ela surge no território no mesmo período em que o bairro, apesar de ainda não ser oficialmente bairro, vivia um processo de aumento populacional, intensificado pelas referidas políticas habitacionais.

Pelas conversas de pesquisa com pessoas que circulam na região, bem como pelo processo de formação socioespacial de Nova Contagem apresentado ao longo deste tópico, apontamos que a prisão chega no bairro em um momento em que já estava ocorrendo processos de ocupação, tanto espontâneos quanto incentivados via políticas habitacionais. Assim, a origem da prisão no espaço está vinculada à própria história de fundação do bairro, o que, de certa forma, impossibilita a separação do que era o bairro antes e depois da Nelson Hungria.

No próximo tópico, traremos algumas reflexões acerca de imagens do bairro de Nova Contagem como um lugar violento, sendo essa violência por vezes percebida em associação com a presença de uma prisão no local.

### 3.3 AS REPRESENTAÇÕES DO TERRITÓRIO FRAGMENTADO

Nova Contagem é conhecida, especialmente por meio de notícias midiáticas, por ser tanto o lugar que abriga a maior prisão de Minas Gerais quanto por ser um espaço periférico e violento. Os discursos acerca da violência se misturam com fatores de cunho socioeconômicos da região e geralmente associam questões como pobreza, falta de acesso à moradia de qualidade e inserção precarizada no mercado de trabalho com um certo modo de vida violento.

Parece haver uma correlação, nesses discursos, entre território, pobreza, violência, criminalidade e prisão. As pessoas que circulam pelo espaço são vistas como potenciais criminosas pelo simples fato de estarem ali, seja porque podem fazer parte de “gangues”, estar de alguma forma vinculadas a elas, ou por serem familiares de pessoas presas, o que também já seria suficiente para enquadrá-las como um grupo perigoso. Ainda, a presença da prisão no território demarca a principal forma como a sociedade tem respondido aos discursos da violência, ou seja, por meio da segurança pública, com destaque para as ações policiais e do encarceramento.

No subtópico abaixo, traremos breves considerações sobre o conceito de periferia, articulando-o com os processos de formação socioespacial de Nova Contagem.

### 3.3.1. Periferia: segregação territorial

Quando pensamos em lugares tidos como periféricos, temos diversas representações sobre esses espaços, imagens sobre o que são e quem são as pessoas que circulam por eles. Essas representações, em geral, estão associadas a uma noção de desigualdade, de que as pessoas se encontram em situações de vulnerabilidade e de violência. Essas percepções, não raramente, situam as periferias como resultado lastimável, porém inevitável da vida em sociedade, como se, ao longo da história, não fosse possível que os territórios se constituíssem de outras maneiras. Nesse sentido,

em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação (Rolnik; Bonduki, 1979, p. 147).

Os autores, contudo, explicam que o afastamento dos centros urbanos é apenas um dos elementos que podem caracterizar as periferias. Discutindo a produção do espaço no capitalismo - que tem nos processos de urbanização, surgimento das cidades e metropolização suas principais consequências -, Bonduki e Rolnik afirmam que o território urbano “se configura [n]uma cidade ocupada diferencialmente pelas classes, que se apropriam de parcelas do território de acordo com o nível de renda a que têm acesso” (1979, p. 79).

No território urbano, a terra não está à disposição para que as pessoas a usem a fim de satisfazer suas necessidades vitais e culturais, mas é monopolizada pela propriedade privada e, a fim de acessá-la, é preciso pagar um preço. A terra apresenta, assim, uma renda para seu proprietário, que ele adquire de forma absoluta por meio da cobrança de alugueis ou pela venda. Contudo, há outra possibilidade de o proprietário obter renda, de forma relativa, a partir da localização do terreno, ou seja, a depender do quanto aquele espaço incorporou determinada quantidade de trabalho, seja a partir da infraestrutura implementada (por exemplo, pelos equipamentos de serviços públicos) ou acesso aos centros de produção e consumo (principalmente pela abertura de vias e pelo transporte público) - ambos capitaneados pelo Estado. Resumidamente, essa diferença entre o preço adquirido pelo proprietário e a renda absoluta a partir da renda relativa é chamada de renda diferencial e, dessa maneira,

a elevação da renda diferencial de um terreno torna-o cada vez mais inacessível às parcelas menos remuneradas da força de trabalho, cujos rendimentos são

insuficientes para pagar seu preço. Assim as camadas de menor renda são “expulsas” para periferias cada vez mais carentes - o território que lhes cabe para habitar na metrópole será sempre sua parcela menos urbanizada e mais carente (Bonduki; Rolnik, 1979, p. 80).

No caso de Nova Contagem, com base no processo de formação socioespacial apresentado anteriormente, percebemos que a história de ocupação do território está intimamente atrelada ao contexto de expulsão dos(as) trabalhadores(as) ocupantes de favelas<sup>60</sup> das regiões industriais, que, por questões inerentes ao modo de produção de um país de capitalismo periférico e dependente, não foram contemplados(as) com as promessas de trabalho e de moradia supostamente trazidas pela inserção planejada das indústrias.

As políticas habitacionais que ocorreram em Nova Contagem, com base em discursos políticos falaciosos de melhoria nas condições de moradia da classe trabalhadora, resumem esse processo - que também ocorreu e ocorre em outras regiões do país - de empurrar a parcela menos remunerada dos(as) trabalhadores(as) para as periferias. Vemos, assim, que algumas das múltiplas determinações que dão base para o que hoje é o território de Nova Contagem ocorreram a partir de algo intrínseco à produção capitalista dos espaços urbanos: “a existência de duas cidades: uma, legal e oficial; a outra, ilegal e clandestina” (Neves, 1994, p. 43), ambas necessariamente coexistindo e mutuamente se produzindo a partir de processos de inclusão desigual de grande parte da classe trabalhadora.

Os discursos hegemônicos sobre a periferia, todavia, não abarcam essa discussão. Por outro lado, partem de uma noção fragmentada da cidade, noções que vamos construindo sobre os espaços a partir de alguns fragmentos, sem considerá-los em sua relação com a totalidade. Essas noções fragmentadas, apesar de não dizerem respeito ao real, se restringem a determinados atributos dele, colocando-os em evidência como se fossem a própria realidade.

A seguir, apresentaremos uma discussão sobre as representações da violência como noções fragmentadas do território.

---

<sup>60</sup> Kowarick (1993) explica que favela e periferia não são a mesma coisa, apesar de se produzirem mutuamente nas particularidades de cada contexto histórico. A favela, de forma muito resumida e sem levar em conta outras características, seria uma forma de habitação que afronta a propriedade privada das terras, ao contrário do que ocorre com as casas construídas ou alugadas em áreas periféricas. O autor, assim, explica que “a reprodução da força de trabalho, no que diz respeito à moradia, tem se operado mais frequentemente através da casa de periferia do que em torno dos cortiços ou das favelas, não obstante tais moradias também se constituírem em fórmulas de que os trabalhadores de menores rendimentos precisam lançar mão para subsistir na cidade” (p. 81-82).

### 3.3.2. As representações da violência

Um dos elementos que é colocado em destaque quando nos referimos às periferias diz respeito à violência. Quando falamos sobre territórios considerados violentos, precisamos problematizar o que estamos considerando como violência, buscar os processos que deram e dão causa a essas realidades, bem como as formas como temos lidado em sociedade com elas. Nesse contexto, “as matérias dos jornais datadas dos anos finais da década de 1990 demonstraram o quanto Nova Contagem foi estigmatizada como um local de crescimento e ocupação urbana desordenada” (Silva, 2024, p. 95) e, ao longo da década de 2000, as reportagens acerca do bairro diziam respeito aos altos índices de violência.

Santos, nesse sentido, situa Nova Contagem como uma região periférica, marcada por “aglomerados desprovidos de segurança, saneamento, rede de drenagem pluvial e transporte público, além do descaso com a coleta e depósito final dos rejeitos sólidos” (2016, p. 41) e que as periferias, como Nova Contagem, são normalmente caracterizadas pela ausência do poder público, o que propiciaria a presença marcante de ações criminosas. Nesse contexto, Magalhães apresenta um certo panorama sobre a região:

O bairro Nova Contagem, criado na década de 1980 por meio de política pública de habitação, abrigou uma grande concentração de pessoas advindas de outras áreas da cidade e de outros municípios, em razão das dificuldades de moradia causadas pelo processo de industrialização do município. O abandono do poder público ao longo dos anos contribuiu com o processo de segregação urbana e acúmulo de violência, que apresentou pico em 2015, quando foram contabilizados 106 homicídios na região. Isso significa uma média de 8,8 crimes ao mês. No ambiente de pobreza e violência, verificou-se também o mercado ilegal de drogas e a posse/porte de armas de fogo. A regional é local de acumulação de violência, porém, no período de 2011 a 2015, observou-se um aumento nos registros de homicídio que contrariou os números observados no município, em Belo Horizonte e no Estado, de modo geral, que apresentaram constante redução a partir de 2013 (2019, p. 10)

A violência descrita na citação está associada a ações de grupos denominados como “gângues” que, diferente do que ocorreria com as grandes facções criminosas do Rio de Janeiro e de São Paulo, teriam atuação restrita a determinados territórios. A conceituação do que seriam as “gângues” parece articular elementos como juventude, exclusão social, “subcultura da violência”, além do envolvimento com atividades tidas como criminosas (Magalhães, 2019).

Os discursos sobre a violência, por vezes, também vêm associados à presença de uma unidade prisional no espaço, em especial por uma suposta presença de familiares de pessoas

presas nos arredores. Como exemplo, de acordo com pessoas entrevistadas em Dissertação de Mestrado de Silva (2024), elas afirmam que, “após a instalação da penitenciária Nelson Hungria, ocorreu uma ocupação desordenada dos territórios no entorno das vias, principalmente no crescimento das vilas estaleiro, esperança e Ipê Amarelo” (p. 96). Essa ocupação teria ocorrido por causa da chegada de familiares de pessoas presas na Nelson Hungria advindas de outros municípios e estados, que, para ficarem mais próximas de seus entes presos, buscaram moradia nos arredores da prisão.

Gilberto Velho discute a noção de violência com base na ideia de que a vida em sociedade é marcada pela diferença entre as pessoas, diferença que é “simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito (2000, p. 11). Dessa forma, a violência seria uma das possibilidades de expressão dessas diferenças, podendo ser caracterizada como a ameaça ou uso da força física de indivíduos ou grupos contra outros. O uso ou ameaça da violência, então, se manifesta de diferentes maneiras nas relações sociais e devemos buscar na materialidade a forma como ela se dá.

Não é possível afirmar de antemão se um ato violento será valorado como positivo ou negativo pela sociedade, pois as diferentes manifestações da violência têm representações e impactos muito diversos. Apesar dessa profusão de abordagens, o discurso sobre violência que parece predominar no Brasil como um todo, principalmente desde os anos 1980, com o aumento populacional e a intensificação da urbanização, é relacionado à criminalidade, em especial aquela restrita aos crimes patrimoniais e no chamado tráfico de drogas.

Essa forma de focalizar a violência tem se articulado com a construção dos territórios, em especial de territórios segregados e periféricos, pois

podemos perceber a fragmentação da cidade, pensando-a em sua materialidade histórica, nas representações criadas pela retórica do crime e da violência, assunto comum às mais diversas situações – o que mobilizamos e movimentamos, em nós e na sociedade, ao repetirmos esse mesmo discurso? E é, de fato, interessante percebermos como o discurso da violência é levantado sob justificativas pacificadoras, um enorme paradoxo e uma grande falácia se pensarmos na história e olharmos a cidade como contorno e concretização da história (Nogueira, 2004, p. 72-73).

Nogueira, no trecho acima, nos convoca a refletir quais são os impactos dessas representações sobre a violência articuladas aos territórios. No subtópico a seguir, pretendemos responder à pergunta: o que temos feito, enquanto sociedade, a partir dessa visão fragmentada do território violento?

### 3.3.3. Segurança pública: resposta às representações do território periférico e violento

Retomando as inquietações acerca das representações da violência: se falamos de Nova Contagem como um espaço violento, é importante nos perguntarmos o que desse espaço é considerado violento? Não há, então, violência em outros espaços? Nos outros espaços, há outros tipos de violências que não merecem tanta atenção? São outras as pessoas que praticam essas violências? Se as violências estão articuladas com a ideia de criminalidade, então o que é criminalidade? Quem é considerado criminoso? Onde se encontram essas pessoas consideradas criminosas?<sup>61</sup> Quais as formas de lidar com essas pessoas consideradas criminosas e com os espaços em que elas circulam?

Os discursos sobre a violência, como indicamos, têm se resumido à noção de criminalidade. Por outro lado, todo o processo de expulsão de grande parte das pessoas das oportunidades de trabalho e do acesso à moradia, como apresentamos, não costuma ser lido como violência. As ações estatais e de empregadores de repressão às mobilizações da classe trabalhadora das fábricas da Cidade Industrial também não são lidas como violências<sup>62</sup>. Mas, são considerados como violências os conflitos relacionados ao comércio de drogas em Nova Contagem entre as denominadas gangues.

A principal resposta para essas representações sobre a violência tem sido via segurança pública, que, como lembra Andrade (2013), tem se resumido à atuação do sistema penal<sup>63</sup>. Assim,

---

<sup>61</sup> No capítulo seguinte, apresentaremos de forma mais aprofundada nossos referenciais acerca de noções como crime e pena.

<sup>62</sup> Por exemplo, em sua *Memória Operária*, Hernandez relata o cotidiano do trabalho nas fábricas na Cidade Industrial ao longo dos anos 1960 e 1970, período marcado, em Contagem, pela mobilização da classe trabalhadora industrial em favor de melhorias nas condições de trabalho - e de vida, de forma ampla -, bem como as repressões sofridas pelos empregadores e pelo Estado. Em uma das passagens, um dos personagens faz o seguinte discurso: “Companheiros, os patrões negaram todas as nossas propostas. Isto mostra que são insensíveis aos problemas e à miséria em que vive o trabalhador. Só lhes interessa o aumento de seus lucros e a expansão de suas indústrias. Eles fecham o caminho do diálogo com sua intransigência. Eles usam a violência que mata pouco a pouco, além dos salários que não dão para viver. Das propostas que nós fizemos, a de delegados de fábricas tem que ser conquistada, imposta pela nossa força, que é nossa organização. Eles nunca aceitarão discutir isso ao redor de uma mesa, nós desarmados e eles armados com a força do dinheiro e do poder, com o poder de nos matar de fome, porque atrás deles está o poder das armas” (2004, p. 130).

<sup>63</sup> Por exemplo, Magalhães (2019), em Dissertação de Mestrado, buscou compreender como as modificações nas relações de dominação dos territórios pelas “gangues” em Nova Contagem impactaram na incidência dos crimes de homicídio entre 2013 e 2017, período em que, de acordo com registros policiais, teria ocorrido um crescimento na taxa de crimes violentos na região. Como justificativa para a pesquisa, a autora afirma que “a compreensão mais

todo o aparato estatal que visa à garantia de uma certa ordem social volta a sua atuação para a repressão - e, de certa forma, como veremos, a prevenção - à criminalidade. A autora afirma que

no marco do mesmo positivismo que emoldurou o paradigma punitivo, preconizava-se, nas suas versões sociológicas mais avançadas, a utilização dos substitutivos penais e das políticas sociais relativas à saúde, à educação e ao emprego como medidas necessárias à prevenção da criminalidade, vez que esta era vista, a partir daquela identificação, como prática de crimes próprios da pobreza. Nasce, assim, como resultado do positivismo antropológico e sociológico, a dualidade políticas penais criminalizadoras versus políticas sociais assistenciais prevencionistas, como remédios para a repressão e prevenção da criminalidade, respectivamente. Neste último sentido, a assistência não aparece como devida em função do dever estatal de prestação de segurança a cidadãos marginalizados nos seus direitos, mas em função do dever de prestação de proteção da sociedade contra criminosos potenciais (Andrade, 2013, p. 340).

Atualmente, muito em função das notícias de violência policial, das condições insalubres das prisões e do aumento da violência urbana, as políticas de segurança pública, pelo menos em um determinado nível, têm sido encaradas com certas ressalvas, tendo em vista o seu fracasso em alcançar seus objetivos anunciados de garantir a ordem social. Em consequência, os discursos políticos, como forma de suavizar as propostas e mostrar que estão preocupados com “questões sociais”, indicam, em paralelo com medidas repressivas, medidas de prevenção à criminalidade.

Em Nova Contagem, a partir do contexto de aumento da violência ao longo da década de 2000, foram propostas diversas medidas, voltadas tanto para a repressão como para a prevenção à criminalidade:

Em Nova Contagem, o programa Fica Vivo foi implantado no ano de 2006, alguns meses após a Polícia Militar destinar um grupo composto por 18 (dezoito) policiais militares com treinamento específico para atuar em áreas de risco, por meio do GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco). Trata-se de um serviço da Polícia Militar implantado em áreas de vulnerabilidade social onde há concentrações históricas de homicídios, tráfico de drogas, circulação de armas de fogo e associação infanto-juvenil, que possam caracterizar situação de descontrole social com a evolução para o crime organizado. Os policiais empregados nessa atividade são orientados por três pilares: a mobilização social, a prevenção e a repressão qualificada da violência, com vistas a melhorar a prestação do serviço de segurança pública nas áreas de vulnerabilidade socioeconômicas” (Magalhães, 2019, p. 69).

Além, então, das já conhecidas medidas repressivas - abordagens policiais, investigações criminais e encarceramento -, são aliadas a isso as políticas de prevenção que, sob o discurso de

---

ampla possível sobre tais relações de dominação territorial é importante para orientar as estratégias dos órgãos de segurança pública, bem como os serviços sociais” (p. 8).

se voltarem para “questões sociais”, acabam por legitimar, mais uma vez, práticas seletivas, racistas e violentas ao indicar quais são os grupos perigosos que devem ser alvos das ditas políticas de prevenção. Esses grupos são os mesmos alvos das polícias e do encarceramento e, assim, passam a ser abarcados pelo Estado como potenciais criminosos mesmo sem a prática de qualquer conduta tida como criminosa. São as pessoas que circulam pelos territórios considerados periféricos. São as pessoas, por exemplo, que moram, trabalham ou circulam por Nova Contagem.

Essas pessoas, todavia, inseridas nesse território, se articulam de diferentes formas com a violência presente - ou presente de forma fragmentada - no espaço. Em uma conversa com Paula, por exemplo, ela

contou que antes o bairro era muito violento, tinha muita matança. Ela comentou que as pessoas em Nova Contagem “davam de justiceiros”. Eu pedi para ela me explicar um pouco mais sobre o que estava chamando de violento, no que ela começou respondendo que pelo contrário, que, na verdade, antes o bairro era mais seguro para os(as) moradores(as), não tinha assaltos e os comércios - inclusive os trailers - não eram roubados. Mas que os “bandidos” eram muito violentos entre si, que havia muitas disputas entre eles e que eles resolviam tudo se matando (...). Gustavo se sentou com a gente. Ele comentou algo sobre a favela do Rato Molhado e me perguntou se eu sabia por que tinha esse nome, no que eu disse que não. Ele explicou que tinha um “bandido” que as pessoas conheciam como “Rato” e que um dia ele foi assassinado e seu corpo jogado em um córrego próximo à Nelson Hungria, então as pessoas passaram a se referir a ele e à favela como “Rato Molhado” (Trecho do diário de campo, 1 de novembro de 2024).

Nesse trecho, trazemos um encontro que ocorreu enquanto eu estava passando uma manhã em um dos trailers, conversando com algumas das trabalhadoras - que moram na região - e com Gustavo, motorista de aplicativo. Nessa conversa, as percepções dos(as) interlocutores(as) acerca da questão da violência são múltiplas e contraditórias. Se, de um lado, afirmam que Nova Contagem é um lugar perigoso, de outro, defendem que é esse mesmo perigo que, por vezes, traz alguma segurança para o lugar<sup>64</sup>.

Essas contradições, no entanto, não são explicitadas, colocadas em discussão a fim de alcançar a raiz dos problemas. Enquanto isso, a ideia hegemônica acerca da violência segue estruturando a sociabilidade daqueles(as) que circulam pelo território, especialmente aqueles daqueles que moram em Nova Contagem. No próximo capítulo, trataremos discussões mais

---

<sup>64</sup> Essa contradição nos lembrou das discussões de Feltran (2007) quando ele apresenta a história de uma família que, por um lado, demonstra certo orgulho em ter vivido uma mobilidade psicossocial em função do envolvimento de alguns membros com o tráfico de drogas e, por outro, sente a tristeza e o sofrimento em razão do encarceramento desses membros.

pormenorizadas sobre o cárcere - que tem sido a principal resposta da sociedade para a questão da violência -, mas, antes, apresentaremos algumas conversas com os(as) interlocutores(as) sobre como é viver em um território constituído pela presença de uma penitenciária.

#### 3.3.4. Viver no entorno da Penitenciária Nelson Hungria

Da mesma forma como apresentamos as percepções sobre a violência no território pelas pessoas que circulam por ele, as ideias sobre morar em um território onde há uma unidade prisional também são atravessadas por contradições. No Enxerto I, apresentamos momentos dos encontros com Pedro e Cristina nos quais os(as) interlocutores(as) comentaram não pensar na prisão no seu dia a dia. Por outro lado, relataram diversos contextos em que a Nelson Hungria estrutura o seu cotidiano, especialmente ao trazer um certo sentimento de medo quando há notícias sobre fugas ou rebeliões. Nesses momentos, o bairro - ou, no caso, as áreas do município de Esmeraldas que fazem divisa com o bairro - é convocado a se posicionar em relação aos acontecimentos da prisão, por exemplo por meio da paralisação de atividades escolares a fim de diminuir a movimentação de pessoas pelas ruas. Eles também exemplificaram outros momentos em que a prisão é presente em suas vidas, como nos casos constantes em que a luz da região acaba e que, nesses momentos, a prisão fica em destaque, tendo em vista sua energia ser fornecida de forma separada dos demais lugares.

Ainda, conversando com Tiago, dono de uma lanchonete próxima aos trailers da Nelson Hungria, e com sua esposa,

eles contaram que se sentem mais seguros para trabalhar próximo da Nelson Hungria, que não sabem como é em outras prisões, mas que ali tem muitas câmeras e vigilância, então têm a segurança, por exemplo, de deixar o carro na rua à noite (Trecho do diário de campo, 4 de outubro de 2024).

Por fim, em uma conversa que tive dentro do ônibus enquanto retornava de Nova Contagem, Júlio, um rapaz de 21 anos, relatou como era, para ele, morar no bairro e, durante a conversa,

eu retomei o assunto da pesquisa e perguntei a Júlio como era para ele morar em um bairro que tem uma prisão. Ele comentou que não tem muita diferença, que a prisão não tem muito impacto em sua vida. Ele disse que só lembra da prisão quando alguém pergunta para ele, mas que, em regra, é como se fosse um vizinho recém-chegado que, depois de um tempo, todo mundo acostuma e passa a ser apenas um vizinho. Assim é com a prisão, ela está ali todos os dias e as pessoas não conversam tanto sobre ela. Além disso, ele disse que as pessoas não

costumam sentir medo por ter uma prisão por perto, pois não há ameaça dos presos aos moradores. Ele contou que, há mais tempo, quando as rebeliões eram mais frequentes, os moradores conseguiam ver os presos em cima do telhado da unidade, mas que não havia muita interação entre os presos e os moradores. Além disso, contou que, se um preso fugir, o máximo que ele vai fazer vai ser entrar na casa de um morador e pedir para ser abrigado lá dentro por um tempo ou pegar uma roupa para usar, mas não vai agredir ou matar ninguém por isso (Trecho do diário de campo, 18 de outubro de 2024).

É interessante como há diversas percepções acerca da violência e dos impactos de se morar nos arredores de uma prisão por aqueles(as) que circulam pelo entorno da Nelson Hungria. Para algumas pessoas, a proximidade com a prisão significa riscos em casos de fuga ou de rebeliões. Para outras, a presença da prisão, pelo contrário, traz mais segurança, tendo em vista que dificultaria a ocorrência de assaltos e roubos na região. De qualquer forma, as imagens da prisão e da violência estão presentes no cotidiano das pessoas. No dia a dia, os acontecimentos violentos não são vistos como excepcionais, mas constituintes da sociabilidade no território que é constituído por uma prisão.

A intenção, neste tópico, não é negar a existência da violência no território, mas enquadrar essa violência dentro da totalidade a fim de superar as representações do território fragmentado em busca de uma compreensão mais próxima da totalidade. Ao longo de todo este capítulo e, em especial, deste tópico, buscamos compreender um pouco mais do território do entorno da Nelson Hungria a partir das lições de Nogueira (2004) de que “a consistência vai ser encontrada no todo, não em leituras descontextualizadas de algumas partes, de fragmentos. Diversas leituras da cidade hoje são realizadas sobre fragmentos específicos desse todo, sem compreendê-los como parte desse universo anterior” (p. 72).

No próximo capítulo, seguiremos na busca pelas múltiplas determinações que conformam o território do entorno da Nelson Hungria a partir de discussões sobre a prisão em si, sua história e as percepções das pessoas sobre ela.

#### 4. CÁRCERE: A PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA

Figura 9 - Notícia do G1 sobre interdição da Nelson Hungria



Fonte: site do G1

No dia 17 de dezembro de 2024, foi noticiado que a justiça determinou a interdição parcial da Penitenciária Nelson Hungria<sup>65</sup> sob o argumento de que haveria a previsão de exoneração de 142 agentes de segurança prisional da unidade em janeiro de 2025, o que representaria um decréscimo de 23,75% do quadro de policiais penais. Dessa forma, considerando o contexto de superlotação da unidade - com 61,3% mais pessoas presas do que a capacidade prevista -, a referida exoneração implicaria na obstaculização da garantia da ordem dentro do estabelecimento e dos direitos das pessoas presas.

Em contato nas redes sociais com uma das jornalistas que noticiou o fato, conseguimos o número do processo<sup>66</sup> relativo à interdição e, dessa maneira, tivemos acesso aos procedimentos, justificativas utilizadas para basear a decisão, bem como às respostas - ou ausência delas - por parte dos órgãos responsáveis.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/12/17/justica-determina-interdicao-parcial-da-maior-penitenciaria-de-minas-gerais.ghtml>, <https://www.otempo.com.br/cidades/2024/12/17/penitenciaria-nelson-hungria-e-parcialmente-interditada-pela-justica> e <https://bhaz.com.br/noticias/bh/nelson-hungria-maior-prisao-de-mg-e-iterditada-por-falta-de-servidores-e-superlotacao/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2024.

<sup>66</sup> 4401001-64.2024.8.13.0079, que pode ser acessado pela consulta pública no Sistema Eletrônico de Execução Unificado, o SEEU.

A interdição de unidades prisionais é ato administrativo de competência do juízo da execução penal de cada Comarca e deve ocorrer, de acordo com o art. 66 da LEP, quando o estabelecimento penal estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos legais. A interdição, portanto, é uma das formas de fiscalização do Poder Executivo no que diz respeito a sua obrigação de executar as políticas prisionais e, nesse sentido, somente seria possível em casos excepcionais<sup>67</sup> e após o juiz cumprir diversos procedimentos<sup>68</sup>.

Nesse contexto, em 18 de novembro de 2024, o juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Contagem instaurou procedimento para apurar possíveis violações de direitos dentro da Penitenciária Nelson Hungria a partir da notícia de que 142 agentes da segurança pública seriam exonerados da unidade em janeiro de 2025. O juiz afirmou que a penitenciária já tem operado com efetivo aquém do indicado e que a unidade atualmente está superlotada, abrigando quase 2700 pessoas presas em um espaço projetado para 1640. De acordo com o magistrado, essas circunstâncias podem prejudicar, por exemplo, os atendimentos, o banho de sol e a visitação de familiares, colocando a unidade em situação de perigo, inclusive para os seus servidores.

A partir disso, determinou que fossem oficiados alguns órgãos para que dessem esclarecimentos quanto à situação. À direção da unidade, requisitou informações acerca da lotação atual e capacidade projetada da unidade, do número atual de servidores, da média de faltas e da previsão de exoneração. À Sejusp e ao diretor geral do Departamento Penitenciário (Depen) de Minas Gerais, solicitou informações acerca do planejamento de reposição dos quadros da penitenciária.

Apenas a direção da unidade apresentou uma resposta<sup>69</sup>, sendo que a Sejusp e o Depen não se manifestaram<sup>70</sup>. A partir disso, no dia 16 de dezembro de 2024, foi emitida a Portaria

---

<sup>67</sup> De acordo com Mirabete, a interdição “somente se justifica na hipótese de graves irregularidades ou deficiências, que não possam ser sanadas por outros meios menos drásticos, já que a interdição, principalmente nos estabelecimentos penais de grande porte, provoca sérios problemas de acomodação da população carcerária” (1992, p. 205).

<sup>68</sup> Em Minas Gerais, além do previsto na LEP, os juízes devem seguir o Provimento nº 355/2018 do TJMG. Em geral, eles devem apresentar diversos documentos comprobatórios das condições do estabelecimento, inclusive laudos técnicos e fotografias, além de encaminhar o processo para que outros órgãos se manifestem a respeito da necessidade e conveniência da interdição.

<sup>69</sup> De acordo com o diretor da unidade: Capacidade projetada conforme o Sistema Integrado de Gestão Prisional (Sigpri, portal para que as pessoas acessem informações sobre pessoas privadas de liberdade): 1779; Lotação atual: 2573; Número de servidores atual: 646 servidores, sendo 598 Policiais/Agentes; Previsão de término contratual em Janeiro 2025: 142 Agentes; Média de faltas diárias: entre 40 a 50 faltas.

<sup>70</sup> Inclusive, na decisão judicial que determinou a interdição, o juiz aponta que já havia comunicado a Sejusp acerca da situação da Nelson Hungria pelo menos desde março de 2024 e nunca houve resposta. Em nota oficial após a

05/2024 (Anexo A) interditando parcialmente a Penitenciária Nelson Hungria, tendo como principal consequência a proibição de entrada de mais pessoas presas na unidade sempre que o número de presos chegar a 2200 - número ainda muito superior aos 1640 previstos para o espaço. Na decisão que deu base para a interdição (Anexo B), o juiz elenca diversas situações problemáticas que já estão acontecendo dentro da unidade, como a ausência de médico para atendimentos, a falta de banho de sol diário e o não funcionamento do sistema de câmeras.

A notícia sobre a interdição da unidade parece se referir a uma situação excepcional. A interdição de fato é considerada uma medida drástica, principalmente por trazer impactos no sistema prisional de todo o estado, tendo em vista que as pessoas presas terão que ser realocadas nas outras unidades, demandando ações por parte do Poder Executivo.

No entanto, esta não é a primeira interdição da Nelson Hungria. Em abril de 2018, ela foi parcialmente interditada<sup>71</sup>; em dezembro de 2018, foi totalmente interditada<sup>72</sup>; em agosto de 2019, foram restabelecidos os efeitos da decisão anterior acerca da interdição<sup>73</sup>; em dezembro de 2020, apesar de não ter sido formalmente interditada, houve decisão judicial no sentido de impedir a chegada de novos presos após pedidos de interdição por parte da Defensoria Pública e do Ministério Público<sup>74</sup>.

Em todas essas ocasiões, as justificativas para a intervenção foram as mesmas: superlotação, déficit de profissionais da segurança pública ou de equipe técnica, péssimas condições de infraestrutura, violações estruturais de direitos das pessoas presas e das suas famílias, enfim. E esse contexto de aparente excepcionalidade não se restringe à Nelson Hungria: de acordo com relatório divulgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no período

---

comunicação da interdição, a Sejusp se manifestou publicamente informando que está ciente da decisão e que possui plano de contingenciamento para a resolução do problema da falta de servidores, porém não apresentou qual seria esse plano.

<sup>71</sup> Disponível em: <  
<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/justica-suspende-a-entrada-de-novos-presos-na-nelson-hungria-na-grande-bh.ghhtml>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2025.

<sup>72</sup> Disponível em: <  
[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/24/interna\\_gerais,1015925/justica-determina-interdicao-total-da-penitenciaria-nelson-hungria-em.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/24/interna_gerais,1015925/justica-determina-interdicao-total-da-penitenciaria-nelson-hungria-em.shtml)>. Acesso em: 9 de janeiro de 2025.

<sup>73</sup> Disponível em: <  
[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/08/interna\\_gerais,1075955/penitenciaria-nelson-hungria-interdita-da-e-nao-pode-receber-presos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/08/interna_gerais,1075955/penitenciaria-nelson-hungria-interdita-da-e-nao-pode-receber-presos.shtml)>. Acesso em: 9 de janeiro de 2025.

<sup>74</sup> Disponível em: <  
<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/18/colapso-justica-impede-novos-presos-na-nelson-hungria-e-descobre-erro-em-numero-de-policiais-penais-na-unidade.ghhtml>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2025.

entre 2014 e 2019, mais da metade das unidades prisionais mineiras foram interditadas, além de que, em 2019, mais de 90% dos estabelecimentos estavam superlotados (TJMG, 2019).

Em geral, a superlotação é apresentada como o principal problema das prisões ou como desencadeadora de outros problemas. Ainda, outro discurso comumente associado às problemáticas do cárcere diz respeito à reincidência, ou seja, à quantidade de pessoas que, depois de soltas, voltam para a prisão em função da prática de supostos novos crimes e, nesse sentido, o que seria a principal função do cárcere - a ressocialização - falhou. Não raro, a superlotação é anunciada como a principal causa da reincidência, pois não seria possível ressocializar em espaços superlotados.

Assim, o anúncio da superlotação e de questões como a reincidência vêm acompanhados do discurso acerca da necessidade de criação de mais vagas, pois, se o problema é visto como a falta de vagas, a solução seria, conseqüentemente, a construção de mais unidades prisionais. A construção de mais prisões é apresentada, inclusive, sob o véu da humanização dos estabelecimentos, como forma de melhorar as condições de vida das pessoas presas, pois, em uma prisão com menos pessoas, seria possível respeitar todos os direitos e, dessa maneira, garantir a ressocialização. Afinal de contas, “qualquer pessoa que se preocupe com a situação dos presos concorda que a superlotação é prejudicial aos que ali estão” (Vaz, 2015, p. 325).

Esses discursos levam a um ciclo no qual a prisão, apesar do constante contexto de crise, comumente é relegitimada pelas propostas de aumento do número de vagas prisionais. Angela Davis (2020), no início do século XXI, demonstrava preocupação com as propostas de construção de mais vagas no sistema prisional estadunidense - que, naquela época, já contava com uma população prisional de duas milhões de pessoas. A autora argumentou que, apesar do crescimento vertiginoso da quantidade de pessoas presas nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XX, a política de encarceramento não parecia apresentar resultados quanto à diminuição da violência e, portanto, não estava alcançando seus objetivos anunciados.

Apesar da diferença numérica em relação aos Estados Unidos, o Brasil também apresenta uma grande população prisional e, nesse contexto, Vaz (2015) argumenta que os enunciados acerca de um suposto déficit de vagas no sistema prisional brasileiro não passam de um discurso ancorado na ideologia da defesa social, pois, se, ao contrário, partíssemos de teorias deslegitimadoras da pena, veríamos que temos, na verdade, um superávit de vagas.

#### 4.1 A IDEOLOGIA DA DEFESA SOCIAL E A EFICÁCIA INVERTIDA DO SISTEMA PENAL

A população prisional no Brasil é de 663.387 pessoas, sendo que 65.545 delas estão presas em Minas Gerais<sup>75</sup>. Atualmente, o estado mineiro é a unidade da federação com a maior quantidade de estabelecimentos penais, totalizando 222<sup>76</sup>, apresentando capacidade de 45.711 vagas e suposto déficit de 19.834 vagas (Brasil, 2024). Com uma população encarcerada dessa magnitude e com o perene contexto de crise do sistema, nos perguntamos por que ainda estamos propondo a construção de mais prisões?

As políticas criminais - assim como os discursos midiáticos, jurídicos e do dia a dia - partem hegemonicamente da noção de defesa social para pautar a prisão e o sistema penal como um todo. O conteúdo desta defesa social é profuso e, por vezes, contraditório, tendo em vista que, ao longo da história e da construção do pensamento penal, diversos foram os discursos produzidos acerca da pena e de suas funções. Apesar disso, podemos afirmar que o “o conceito de defesa social corresponde a uma ideologia caracterizada por uma concepção abstrata e aistórica de *sociedade*, entendida como uma totalidade de valores e interesses” (Baratta, 2021, p. 47).

Baratta, partindo do arcabouço teórico marxista, afirma que ideologia é a “*falsa consciência*, que legitima instituições sociais atribuindo-lhe funções ideais diversas das realmente exercidas” (2021, p. 240). Nesse sentido,

o fenômeno ideológico é comparado a uma câmara escura que inverte o real, de forma a mascarar as contradições entre os homens e legitimar relações de dominação e exploração. A ideia subjacente é que a ideologia criaria uma penumbra no interior da qual seria velada a nitidez das contradições sociais, permitindo às classes dominantes a reprodução de sua dominação (Lessa, 2007, p. 64).

As discussões marxistas, principalmente a partir da obra de Lukács (2012), superam a noção de ideologia enquanto mera “falsa consciência”. Autores como Lessa (2007) e Vaisman (2011) argumentam que ideologia é uma forma de resposta ao desenvolvimento da sociabilidade a partir do qual alguns conjuntos de ideias cumprem uma função na organização da práxis social. A teorização de Baratta acerca da ideologia da defesa social, apesar de não avançar tanto nas

<sup>75</sup> Minas Gerais é o segundo estado que mais prende no Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo.

<sup>76</sup> Atrás, está São Paulo, com 182 estabelecimentos prisionais.

discussões sobre o que é o conceito de ideologia em si, não se afasta dessas discussões mais amplas, principalmente porque o conjunto de ideias acerca do sistema penal, de fato, tem apresentado um aspecto de falsificação da realidade que molda uma visão de mundo legitimante desse sistema.

Nesse contexto, Baratta (2021) indica que os primórdios da construção da ideologia da defesa social podem ser encontrados nas teorias de pensadores europeus da Escola Clássica Liberal e do Positivismo Criminológico que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, se dedicaram a produzir teorias que dessem base e legitimidade para a atuação penal dos Estados modernos<sup>77</sup>.

Essas teorias baseiam-se em visões parciais da sociedade, desconsiderando as reais funções que os estabelecimentos penais desempenharam desde o seu surgimento como método de punição. Assim, essas teorias compartilham entre si uma forma de enxergar o sistema penal e suas relações sociais e exercem influência até os dias de hoje, não só na construção das políticas criminais, mas também no dia a dia das pessoas.

O criminólogo apresenta um quadro de princípios<sup>78</sup> que, em geral, resumem a ideologia da defesa social. Ele afirma que é um conjunto de ideias que situa a punição enquanto inerente à vida em sociedade, como prática necessária para que as pessoas vivam em harmonia. Parte da noção de que a vida em sociedade é regida por um conjunto de valores sociais compartilhados entre as pessoas e que a violação desses valores representa um dano social. Assim, o Estado, por meio de seu aparato jurídico-penal (e, no caso brasileiro, podemos acrescentar a atuação policial), estaria legitimado a interferir na vida das pessoas a fim de, por meio da punição, garantir a defesa da sociedade, a defesa social.

A ideologia da defesa social, nesse sentido, estabelece uma noção ontológica e imutável de crime, como se ele existisse em qualquer contexto histórico, tendo em vista que seria a materialização de comportamentos contrários àqueles valores sociais que seriam compartilhados entre os membros da sociedade. A defesa social, então, pressupondo o crime, tem como objetivo o seu combate por meio da aplicação de uma pena, também pressuposta nas relações sociais.

Na sociabilidade complexa em que vivemos, a ideologia nos permite dar respostas concretas à nossa práxis cotidiana a fim de torná-la aceitável e natural (Vaisman, 2011; Morais;

---

<sup>77</sup> Sobre a Escola Clássica Liberal e o Positivismo Criminológico, bem como a recepção dessas teorias nos contextos latino-americanos: Castro, 2015; Olmo, 2017; Batista, 2018; Baratta, 2021; Rauter, 2021.

<sup>78</sup> De acordo com o autor, são seis princípios articulados entre si: a) princípio da legitimidade, b) princípio do bem e do mal, c) princípio de culpabilidade, d) princípio da finalidade ou da prevenção, e) princípio de igualdade e f) princípio do interesse social e do delito natural (Baratta, 2021, p. 42)

Santana; Catão, 2023). No dia a dia do funcionamento do sistema penal, esquecemos que fomos nós enquanto sociedade que construímos as noções de crime e suas respostas penais. O esquecimento, aqui, não é literal, não é no sentido de não ter lembrança, mas no sentido de que não pautamos as contradições do sistema. A ideologia da defesa social, em cada contexto histórico específico, tem cumprido com essa função de naturalizar, no dia a dia, a existência e necessidade das prisões<sup>79</sup> e, nesse sentido, “o punitivismo ideológico dominante tanto entre os operadores do sistema como no senso comum perpetuam (...) socialmente sua existência, enquanto camufla, por outro lado, suas reais funções” (Andrade, 2018, p. 125).

A discussão sobre as reais funções do sistema penal referida por Andrade na citação acima se deu no bojo do que ficou conhecido como Criminologia Crítica<sup>80 81</sup>, que, a partir dos anos 1960 e 1970, com base no método materialista histórico dialético, busca a compreensão do sistema penal em suas verdadeiras funções. Nesse contexto, a obra de Rusche e Kirchheimer (2004<sup>82</sup>) é considerada pioneira, pois os autores fizeram um resgate histórico dos métodos de

---

<sup>79</sup> Ainda sobre ideologia, Lessa diz que “a distância entre a relação social objetivamente existente e a subjetividade que está na base dos atos teleologicamente postos que fundam e reproduzem estas mesmas relações sociais faz com que, na vida cotidiana, as relações sociogenéricas exibam uma *dureza* semelhante à da natureza” (Lessa, 2007, p. 128). No mesmo sentido, Moraes, Santana e Catão afirmam que “(...) por meio da ideologia, uma forma histórica particular de sociabilidade ou concepção de mundo é tornada absoluta. É assim que uma ideologia disfarça seus interesses e determinações particulares sob uma roupagem de verdade universal” (2023, p. 13). Logo, como as relações sociais que dão base para o sistema penal já estão postas, a sua existência, na práxis cotidiana, se assemelha a uma relação da natureza, como se as prisões fossem inerentes à vida em sociedade, desconsiderando o seu caráter social.

<sup>80</sup> Baratta (2021) apresenta diversas teorias que, ao longo da história do pensamento criminológico do século XX, problematizaram alguns dos princípios da ideologia da defesa social. Ele indica, entretanto, que essas teorias se limitaram à crítica a um ou outro princípio, não problematizando a ideologia em si. Ainda, essas teorias teriam mantido o paradigma etiológico, isto é, uma criminologia que se preocupava essencialmente em buscar as causas da criminalidade - sejam elas inerentes (bio ou psicologicamente) à pessoa do criminoso ou advindas de causas sociais. Indica, ainda, que foi a partir do *labeling approach* que houve uma ruptura no pensamento criminológico, inaugurando o paradigma da reação social, no qual, em vez de se buscar as causas da criminalidade, a criminologia passa a focar nas instituições responsáveis pelos processos de criminalização, demarcando uma crítica mais robusta à noção ontológica de crime e à legitimidade da pena. Após, a união entre *labeling approach* e o método materialista histórico dialético marca o surgimento do que temos considerado Criminologia Crítica.

<sup>81</sup> Uma das principais contribuições do *labeling approach* - que, depois, foi usado como base para a Criminologia Crítica - foi a discussão sobre os processos de criminalização e a seletividade penal, desconstruindo a noção ontológica de crime, pois “na perspectiva da criminologia crítica, a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. A criminalidade (...) é um “bem negativo”, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos” (Baratta, 2011, p. 161).

<sup>82</sup> A obra foi originalmente publicada em 1939, no entanto, só foi amplamente difundida a partir de sua republicação em 1968 (Medrado, 2021).

punição que foram utilizados em contextos europeus dos séculos XVII ao XIX, no momento de surgimento das relações capitalistas e da prisão enquanto principal método de punição, demonstrando as articulações entre modos de produção de uma determinada sociedade e suas respectivas penas. Dessa forma, a tese central dos autores é a de que “todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção” (p. 20).

A partir disso, os autores alemães mostram que “a pena não é nem uma simples consequência do delito, nem o reverso dele, nem tampouco um mero meio determinado pelo fim a ser atingido (...). A pena como tal não existe; existem somente sistemas de punição concretos e práticas penais específicas” (2004, p. 19). A crítica dos autores é justamente às teorias criminológicas produzidas hegemonicamente até então, que se baseavam no caráter ideológico da defesa social e, dessa maneira, consideravam a pena enquanto inerente à vida em sociedade. Portanto, essas teorias não problematizavam a pena, mas partiam do pressuposto de sua existência e necessidade para, dessa forma, teorizar acerca de suas funções. A proposta de Rusche e Kirchheimer, assim, é de “despir a instituição social da pena de seu viés ideológico e de seu escopo jurídico e, por fim, trabalhá-la a partir de suas verdadeiras relações” (p. 19).

Andrade, nesse sentido, defende que o sistema penal apresenta uma eficácia invertida, pois

enquanto suas funções declaradas ou promessas apresentam uma eficácia meramente simbólica (reprodução ideológica do sistema), porque não são e não podem ser cumpridas, o sistema penal cumpre, de modo latente, outras funções reais, não apenas diversas, mas inversas às socialmente úteis declaradas por seu discurso oficial, que incidem negativamente na existência dos sujeitos e da sociedade (2017, p. 135).

A eficácia invertida do sistema penal, assim, significa que ele não cumpre com suas funções, por exemplo, de prevenção à criminalidade e ressocialização. No entanto, cumpre com outras funções e, nisso, ele tem sido eficaz. Por esse motivo, como trouxemos no final do subtópico anterior, Vaz (2015) argumenta que o sistema prisional brasileiro não está em crise e, dessa forma, não há déficit de vagas, mas um superávit, pois há outras maneiras de lidar com os problemas do sistema prisional sem ser pela via do encarceramento e de sua expansão.

Pela lógica da eficácia invertida do sistema penal, nos perguntamos, então, quais são as reais funções das prisões no Brasil? De quais formas o encarceramento e a expansão do sistema como um todo são eficazes? No subtópico abaixo, pretendemos nos aproximar dessas questões.

#### 4.1.1. A totalidade e a Economia Política da Pena: o racismo estruturando o sistema penal brasileiro

Não é novidade afirmar que as prisões brasileiras servem para a exclusão social e que atuam de forma seletiva expressando uma sociedade fortemente racista. No entanto, mais do que reafirmar o caráter excludente e discriminatório do sistema prisional brasileiro, é importante compreendê-lo em suas articulações com outras instâncias sociais.

Nesse contexto, há uma corrente de pesquisas denominada Economia Política da Pena (EPP) que, “inserida hoje no escopo de uma Criminologia Crítica (...) busca, em substituição a um enfoque ideológico, compreender a pena em suas verdadeiras relações, investigando sua gênese e suas funções sociais em meio à totalidade da reprodução social” (Medrado, 2021, p. 21-22). Essas pesquisas têm avançado nas discussões propiciadas pela Criminologia Crítica principalmente ao centralizarem os debates sobre as funções do sistema penal a partir da materialidade de seus contextos históricos - e, indissociavelmente, geográficos - específicos (Serra, 2009).

A EPP, nesse sentido, parte do legado aberto por Rusche e Kirchheimer - com base na tese de que todo modo de produção tende a descobrir seus métodos de punição - para desideologizar as discussões sobre a pena. Entende, assim, que a pena, tal como a noção de crime, não é ontológica, é uma construção social que se dá de forma contraditória e dialética com as demais relações sociais em contextos históricos específicos. Nesse contexto, os(as) autores(as) da EPP em contextos latino-americanos têm avançado na referida tese, compreendendo que

a sua transplantação, sem maiores mediações, para as mais variadas regiões e épocas históricas, ou pior, a dedução pura e simples de pretensas leis gerais a partir de um estudo que é, antes de tudo, sobre uma região (a Europa ocidental) e uma época (a transição do feudalismo para o capitalismo) bastantes específicas, conduz a inevitáveis erros (Alemany, 2019, p. 17).

Portanto, investigar as reais funções das prisões, por exemplo, na realidade latino-americana é muito diferente das análises feitas pelos criminólogos críticos com base em contextos europeus e estadunidenses. Ainda, a realidade penal brasileira, apesar de compartilhar

características com outros contextos da América Latina, também apresenta particularidades que não se resumem a eles<sup>83</sup>.

No Brasil, pelas lentes da EPP, a investigação sobre as reais funções do sistema penal passa pela análise sobre seu surgimento, uma vez que as prisões não são ahistóricas, ou seja, surgem (e se mantêm) como método de punição, porque, de alguma forma, se articulam com o modo de produção vigente. Com base nas contribuições da teoria marxista da dependência, os(as) autores(as) brasileiros da EPP têm investido na busca pelas reais funções da pena com base na ideia de que a dependência é a forma pela qual o capitalismo se desenvolveu nas economias periféricas e, nesse sentido, “sendo dependentes, as economias latino-americanas têm a sua riqueza repartida entre as classes dominantes internas e externas, e isso implica extrair mais riquezas do suor e do sangue daqueles/as latino-americanos/as que trabalham” (Souza, 2023, p. 20).

Nos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, a classe dominante, então, busca estratégias com fins de contornar a situação de dependência. Ela se preocupa em enriquecer a partir do mais-valor produzido pela exploração da força de trabalho, porém, deve explorar ainda mais, pois parte desse mais-valor é assimilado não por ela, mas pelas elites econômicas de países do centro do capitalismo.

Assim, com destaque para Marini (2000), alguns(as) autores(as) vão dizer que ocorre, nos países dependentes, o fenômeno da superexploração. Nesses contextos, além da exploração da força de trabalho intrínseca ao modo de produção capitalista, deve haver mecanismos para assegurar que a classe burguesa nacional, além da internacional, obtenha lucro. Dessa forma, a partir de diversos mecanismos<sup>84</sup>, garante que a classe trabalhadora trabalhe muito mais - e em condições muito mais precarizadas - com péssimas condições de reprodução de sua vida em função da manutenção dos salários abaixo do seu valor real, tendo em vista que parte desse salário é apropriado pelos capitalistas nacionais.

---

<sup>83</sup> Nesse sentido, Martins diz que “o diálogo com esses pioneiros [europeus] não pode ser petrificado, devendo ser composto pelo questionamento do quê, até onde e se este método de compreensão do fenômeno se aplica diante da função político-econômica do sistema penal na atualidade e, mais ainda, na realidade brasileira” (2021, p. 122).

<sup>84</sup> Franklin, analisando o conceito de superexploração de Ruy Marini, explica que “superexploração é o pagamento de salários em um patamar inferior ao valor da força de trabalho que não é compensado nem - em um dado momento - por uma parcela de trabalhadores “subexplorados”, e nem - ao longo de um ciclo - por uma inversão dessa diferença”. Assim, “o resultado dessa queda do valor da força de trabalho é que o ganho de superexploração - associado com uma usurpação do tempo de trabalho necessário, uma “violação” da justa troca mercantil - desaparece, cedendo lugar para uma ampliação permanente na taxa de exploração” (Franklin, 2019, p. 711-712).

Essa reflexão leva ao questionamento acerca de quais os mecanismos utilizados pelos capitalistas para efetivar a política de superexploração. Nesse sentido, autores(as) brasileiros da EPP têm defendido que o sistema penal tem sido a principal ferramenta pela qual, através do Estado, a classe dominante consegue garantir a obtenção de mais-valor.

No Brasil, então, de forma muito diferente do que ocorreu nos sistemas penais europeus ocidentais na passagem do feudalismo para o capitalismo, nunca houve a necessidade de disciplinamento da mão de obra para o trabalho, tendo em vista que, durante séculos, essa força de trabalho foi predominantemente escravizada, isto é, o trabalho da população negra e indígena era explorado sem a necessidade da punição estatal. Depois, com a abolição formal da escravidão, não houve qualquer processo político no sentido de integrar a população negra à produção capitalista da vida<sup>85</sup>.

Desde a importação colonialista das noções de punição, a população então escravizada sempre foi seu público-alvo prioritário<sup>86</sup>. Em um primeiro momento, os métodos de punição se limitavam ao controle privado de cada “senhor de escravo”<sup>87</sup> e, paulatinamente, com o desenvolvimento industrial caracterizado pela inserção de capital estrangeiro e pelos processos capitalistas de urbanização do espaço geográfico, foi se desenvolvendo um sistema prisional propriamente dito. Esse sistema prisional tem cumprido, no Brasil como um todo, com a função política de impor o fenômeno da superexploração.

A classe trabalhadora, dessa forma, é o alvo do sistema penal, mas ela não é atingida de forma homogênea, tendo em vista que “a racialização das relações sociais, com a criação de identidades sociais e raciais atravessadas pela dominação ideológica, estabeleceu a classificação e a alocação dos indivíduos nos processos de trabalho e nas relações sociais” (Souza, 2023, p. 25). Na particularidade brasileira, o sistema alcança, prioritariamente, “os membros dessa classe de *superexplorados dentre os superexplorados*, distinguíveis pela cor da pele - trata-se, em geral, de trabalhadores negros - e por sua disposição territorial - trata-se, igualmente, dos moradores das periferias e das favelas das grandes cidades” (Alemany, 2019, p. 303).

---

<sup>85</sup> Dessa forma, “a abolição não garantiu a humanização e reconhecimento do contingente populacional negro porque não implicou em mudanças reais nas relações sociais estabelecidas no modo de produção. Aos negros escravizados e a seus filhos o que restou pós-abolição foi a marginalização total, o que impedia inclusive a venda da força de trabalho nos moldes formais. Com isso, a população negra não integrou o proletariado em formação composto na época pela classe trabalhadora vinda da Europa” (Campos; Morais, 2021, p. 215).

<sup>86</sup> Sobre o assunto, ver: Flauzina, 2006; Duarte, 2017.

<sup>87</sup> Apesar de os métodos punitivos privados serem prioritários nesse período histórico, eles conviviam com a existência de prisões públicas, que já eram instituídas nas regiões onde havia um maior grau de desenvolvimento urbano.

Lélia Gonzalez, sobre essa discussão, afirma que “pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho” (2022, p. 23) e, dessa forma, é possível aos grupos capitalistas nacionais a efetivação da superexploração. Essa superexploração garantida pelo sistema penal, como veremos no capítulo seguinte, não se resume à população encarcerada, mas extrapola os muros das prisões e tem afetado diretamente a vida das familiares de pessoas presas - e, na particularidade da Nelson Hungria, também as trabalhadoras dos trailers.

Por tudo o que trouxemos até aqui, vemos que a prisão como método de punição por excelência é algo recente na história do Brasil, pois a forma principal de controle dos(as) trabalhadores(as), em especial da população trabalhadora negra, foi realizada, desde os tempos coloniais, majoritariamente de maneira privada, por meio de prisão privada ou castigos corporais. É só a partir do processo de industrialização e de produção do espaço urbano que as prisões, geridas pelo Estado, passaram a ter centralidade no cenário punitivo.

Se esse processo é recente no Brasil, em Minas Gerais, um estado de industrialização tardia em relação a outros locais do país, é mais recente ainda. Essa informação é motivo de muita preocupação, tendo em vista que, de pouco tempo para cá, a quantidade de pessoas afetadas diretamente pelas prisões brasileiras, e em Minas Gerais, cresceu exponencialmente. Nesse contexto, a Nelson Hungria foi construída no final do século XX, inaugurando, consigo, o processo de encarceramento em massa no país e no estado, como apresentaremos a seguir.

#### 4.2 A PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA E A SUPOSTA CRISE DO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO

A Penitenciária Nelson Hungria é uma unidade prisional relativamente recente na história das prisões de Minas Gerais. Ela foi inaugurada no dia 9 de abril de 1988, 61 anos após a inauguração do primeiro estabelecimento especificamente prisional do estado. Seu surgimento é tão recente que a memória dos seus primeiros anos ainda aparece como referência para os(as) moradores de Nova Contagem. Em conversa na casa de Pedro,

Cristina contou que, da próxima vez que eu voltar lá, vai chamar uma vizinha que mora no bairro há mais de 30 anos, pois ela lembra de muita coisa. Contou que, esses dias, estavam conversando e que essa vizinha comentou que, 30 anos atrás, a Nelson Hungria era bem pequena, havia apenas algumas construções e não havia muro (Trecho do diário de campo, 10 de maio de 2024).

Ainda, em um encontro nos trailers, conversando com um morador do bairro - que compartilhou já ter feito trabalho religioso com as pessoas presas na Nelson Hungria no início dos anos 2000 -,

ele também contou que, há 25 anos, não tinha nada em volta do presídio, era tudo mato, não tinha nem agente penitenciário, era só policial (Trecho do diário de campo, 16 de maio de 2024)

Ao longo dos meses de pesquisa, ouvi de diversas pessoas, tanto de moradores(as) quanto de familiares, que a prisão não era tão grande como é hoje em dia e que “não tinha nada em volta do presídio”. Conversando com Rosana, familiar que visitava na Nelson Hungria em 2008 e que, atualmente, está trabalhando em um dos trailers,

[ela] contou que já visitou muito na Nelson Hungria. Que seu falecido esposo foi preso em 2008, época que ela mais visitava. Antes que eu perguntasse, ela contou que, naquela época, não tinha nada, “era tudo mato”. Contou que não tinha trailers, que eles vieram bem depois e que, inclusive, não tinha as casas que ficam na parte de trás da penitenciária, que ali realmente era tudo mato e que, com o tempo, as pessoas foram ocupando, seja comprando os lotes ou ocupando de forma irregular (Trecho do diário de campo, 1 de novembro de 2024).

Essas impressões acerca dos anos iniciais da Nelson Hungria contrastam com a forma como ela foi apresentada na notícia de dezembro de 2024 trazida no início deste capítulo: “[a] maior penitenciária de Minas Gerais”. De acordo com a decisão judicial que determinou a mais recente interdição da unidade, ela possui uma muralha externa de aproximadamente 4 Km, tem 12 pavilhões em seu interior, além de quatro anexos e outros edifícios. A lotação da unidade, em dezembro de 2024, era de 2690 pessoas presas, fazendo a Nelson Hungria a prisão com a maior quantidade de pessoas presas em Minas Gerais.

A construção da unidade foi iniciada já no início dos anos 1980 e, a partir de análise de notícia de 1985 em um jornal da cidade, Silva comenta que

inicialmente, o estabelecimento penal era chamado de Centro de Reeducação de Segurança Máxima de Contagem, e referenciado como o estabelecimento mais seguro e moderno da América Latina, pois possuía dispositivos de segurança modernos como circuito interno de televisão, células fotoelétricas, viaturas, guardas e cães treinados para evitar fugas e entrada de ilícitos (2024, p. 97).

De acordo com site do Depen-MG, a unidade se chama “Penitenciária de Contagem I - Nelson Hungria<sup>88</sup>” e seu endereço é a Avenida (ou rua) VP-1, sem número, no bairro Nova Contagem, no Município de Contagem<sup>89</sup>.

De forma geral, as pesquisas que mencionam o surgimento da Nelson Hungria situam a construção de uma prisão naquele espaço como um empreendimento estatal que, além de atrair supostos(as) moradores(as) para a região, também traria maior oferta de emprego. Ou, pelo menos, esse seria o discurso anunciado que legitimaria a construção de unidades prisionais em locais afastados dos centros urbanos, dando início a um processo, que se potencializou ao longo dos anos 2000, de interiorização das prisões (Silva, 2024). Como exemplo desse discurso, o Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural (Contagem, 2009) indica que “Nova Contagem foi construído para acomodar a população expulsa das regiões periféricas da Cidade Industrial e abrigar a Penitenciária de Segurança Máxima “Nelson Hungria”” (p. 53).

Muitos desses discursos, como podemos ver nas pesquisas de Magalhães (2019) e Silva (2024), indicam que, após a chegada da Penitenciária Nelson Hungria no bairro, houve um aumento exponencial da população residente no espaço, tendo em vista que as famílias teriam ido morar nos arredores da prisão para ficarem mais próximas das pessoas presas. No entanto, em conversas com moradores(as) do bairro, mesmo com aqueles(as) que residem ali há muitos anos, não há um consenso sobre essa afirmativa, pois eles(as) contaram que não conhecem tantas familiares que foram morar na região por causa da prisão. Mas o desconhecimento sobre quem são as familiares que moram ali não significa que elas não estão, de fato, ali. Conversando com Sofia, esposa de um homem preso na Nelson Hungria:

Eu perguntei se ela conhecia outras familiares que visitavam na Nelson e que moravam no entorno. Ela contou que não conhece muitas familiares, apenas uma que morava no Darcy Ribeiro (que é um pouco mais afastado, mas ainda assim é um bairro próximo de Nova Contagem, que eu passo por ele quando vou de ônibus). Mas ela disse que acha que não conhece muito porque nenhuma familiar fica contando para as pessoas que tem um parente preso, que ela mesma não conta para ninguém, que ninguém da rua sabe disso. Disse que, quando perguntam para ela sobre o “pai do neném”, ela fala que ele está resolvendo as coisas dele e que prefere fazer dessa forma, pois “vizinho é tudo fofoqueiro (Trecho do diário de campo, 27 de outubro de 2024).

---

<sup>88</sup> Nelson Hungria é considerado um dos penalistas brasileiros mais influentes. Ele foi professor, delegado, juiz e ministro do Supremo Tribunal Federal. Além disso, escreveu diversos livros sobre Direito Penal, além de ter participado da elaboração do Código Penal de 1940 e do Código de Processo Penal de 1941, ambos ainda vigentes.

<sup>89</sup> Disponível em: < <https://depen.seguranca.mg.gov.br/unidades/unidades-prisionais> >. Acesso em: 16 de janeiro de 2025.

A dificuldade em indicar se realmente uma grande quantidade de familiares foi morar no entorno da prisão ocorre pelo que foi apresentado no capítulo anterior sobre a história do surgimento do bairro ter ocorrido de forma paralela à construção da Nelson Hungria. Portanto, o território, num momento de crescimento demográfico, passou a ser vivido também por familiares de pessoas presas que, para visitar ou levar os kits na prisão, se mudaram para a região ou, pelo menos, iam até lá em alguns dias da semana.

De qualquer forma, o discurso político apresentado na época para justificar a construção da Nelson Hungria se baseou em uma suposta crise no sistema prisional mineiro que, ao longo da década de 1980, teria sido marcado por rebeliões em algumas unidades prisionais do estado nas quais as pessoas presas denunciavam as precárias condições das prisões - com destaque para a questão da superlotação - e reivindicavam direitos<sup>90</sup>.

A seguir, apresentaremos a forma como a PNH integra a história do sistema prisional de Minas Gerais.

#### 4.2.1. A crise estrutural do sistema prisional mineiro como projeto político

Em 1988, ano de inauguração da Nelson Hungria, o sistema prisional mineiro era muito diferente do que temos atualmente, 37 anos depois. No momento em que a unidade foi construída, havia apenas 13 estabelecimentos penais em todo o estado, número muito distante dos 222 estabelecimentos que temos atualmente<sup>91</sup>.

Em 1927, menos de 100 anos atrás, ocorreu a construção da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), que foi oficialmente inaugurada apenas em 1939 e hoje é denominada

---

<sup>90</sup> “Na década de 1980, o sistema penitenciário mineiro passou por um grave período de ebulição. Em novembro de 1984, os presos da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) fizeram um motim para reivindicar melhorias na alimentação e revisão das medidas administrativas relacionadas à restrição de saídas regulares dos presos beneficiados pelo regime progressivo de pena (...). No ano seguinte (1985), na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, os presos passaram a escolher os companheiros de cela considerados mais fracos e os indicaram a serem mortos, prática conhecida nas cadeias como “ciranda da morte” (...). A essa crueldade, somaram-se novos motins, tentativas de rebelião e assassinatos orquestrados por custodiados nas carceragens policiais, que assim denunciavam as condições aviltantes às quais estavam submetidos em decorrência da superlotação” (Diniz; Oliveira; Duarte; Ribeiro, 2023, p. 8).

<sup>91</sup> Como pode se depreender da linha do tempo disponível em: < [https://www.crisp.ufmg.br/linha\\_do\\_tempo\\_unidades\\_prisionais.html](https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo_unidades_prisionais.html) >. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

Penitenciária José Maria Alkimin (PJMA)<sup>92</sup>, considerada a primeira verdadeira penitenciária de Minas Gerais<sup>93</sup>, que se localiza no Município de Ribeirão das Neves, na RMBH.

Entre a inauguração da PJMA no final da década de 1930 e a inauguração da Nelson Hungria, nos anos 1980, Minas Gerais não apresentava um sistema penal com as características atuais, pois o estado contava com poucos estabelecimentos penais. Durante esse período,

(...) o sistema penitenciário mineiro fora caracterizado pela duplicidade de gerenciamento dos encarcerados. A maioria dos criminosos, condenados ou não, encontrava-se sob a custódia da Polícia Civil nas carceragens das delegacias e somente uma pequena parcela estava encarcerada no sistema penitenciário propriamente dito” (Oliveira, 2018, p. 416).

Assim, ao longo do referido período, havia espaços de privação de liberdade vinculados tanto à Polícia Civil quanto ao sistema penitenciário, sendo que a maior parte das pessoas, condenadas ou não, eram encaminhadas para as carceragens e delegacias civis.

Até meados dos anos 1980, a segurança pública não era pautada como prioridade para os governos, pois entendiam que a violência relacionada à criminalidade não era um problema de relevância. Nesse contexto, ao longo do século XX, a principal modalidade de punição direta pelo Estado se dava por meio das prisões correcionais, nas quais os policiais apenas detinham as pessoas suspeitas de praticarem crimes por alguns dias para fins de interrogação<sup>94</sup>, sem a necessidade da estrutura carcerária e de agentes penitenciários. Não obstante,

Com o avanço da industrialização associada à entrada do capitalismo brasileiro em sua fase superior, subimperialista, e a consequente expansão do exército industrial de reserva decorrente da introdução de maquinaria estrangeira poupadora de mão de obra nos setores mais dinâmicos da economia - além (...) do aumento da circulação de bens e dinheiro associados ao desenvolvimento dos serviços urbanos, prestados, via de regra, pelos membros dessa superpopulação

<sup>92</sup> Atualmente, há o Desativa PJMA, movimento social composto por moradores (as) do Município de Ribeirão das Neves e outros(as) militantes, que pautam o fechamento dessa unidade prisional e a construção, em seu lugar, de uma universidade. Para conhecer mais sobre o movimento: @desativapjma. Em dezembro de 2024, como uma vitória do movimento, a PJMA foi declarada, pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como patrimônio do estado.

Disponível em: <  
<https://www.em.com.br/politica/2024/12/7009756-grande-bh-penitenciaria-e-declarada-pela-almg-patrimonio-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2024.

<sup>93</sup> Entre o período de início da construção da PAN e a sua inauguração, houve um estabelecimento penal inaugurado em 1929, qual seja o Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena. Não é considerado, todavia, a primeira penitenciária, pois o manicômio judiciário tem a especificidade de receber apenas pessoas que, além de condenadas pela prática de crimes, apresentam alguma questão de sofrimento mental. Em 2024, a partir de política encabeçada pelo Conselho Nacional de Justiça e outros órgãos, e em atenção ao que prescreve a Lei da Reforma Antimanicomial de 2001 (Lei nº 10.216/2001), o manicômio de Barbacena está em processo de fechamento.

<sup>94</sup> De acordo com o autor, são um “tipo de prisão ilegal, dita “para averiguação”, empregada para “reativar” os vínculos que uniam o “mundo da lei” e o “mundo do crime”, numa peculiar relação de troca de extorsões, propinas, em suma, parte dos proventos do crime, e a liberdade “roubada” pela polícia (Alemany, 2019, p. 317).

relativa em expansão -, as economias criminais passariam por grandes transformações (Alemany, 2019, p. 318).

As transformações se deram, principalmente, pelo crescimento da criminalidade relacionada ao patrimônio (crimes de roubo, furto, receptação etc.) e, depois, o aumento do comércio varejista de drogas - momento em que a concepção de violência hegemônica passa a se resumir praticamente àquela da dita criminalidade urbana.

Nesse contexto, desde a década de 1980, com base no estabelecimento de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina - pelo contexto de impactos globais da reestruturação produtiva -, a superexploração é intensificada em todo o continente e tem no encarceramento sua principal ferramenta política de atuação (Alemany, 2019). Nesse período, em Minas Gerais, ocorreu uma frente política em favor da construção de estabelecimentos penais com o objetivo anunciado de desafogar as carceragens civis.

Essas unidades, então, já surgem como resposta reformista a um sistema penal superlotado e em crise. Nesse contexto, “inaugurado em 1988 com o propósito de desafogar as carceragens policiais e responder à emergência dos novos tipos de criminosos, em especial daqueles considerados de elevado perigo pela justiça, o CPNH foi a primeira prisão de segurança máxima<sup>95</sup> em Minas Gerais” (Diniz; Oliveira; Duarte; Ribeiro, 2023, p. 8). Silva descreve sobre o imaginário acerca do que a Nelson Hungria representava para o sistema prisional mineiro da época:

A partir de características como grau de periculosidade, sistema moderno que evitava fugas e a extensão territorial do estabelecimento, a penitenciária Nelson Hungria se fortaleceu no cenário do sistema penitenciário mineiro como prisão de segurança máxima, recebendo presos das facções PCC e Comando Vermelho (CV), que eram presos no estado de Minas, além de traficantes com grande influência no estado e outras tipologias” (2024, p. 100).

Outras unidades também foram construídas em Minas Gerais no decorrer da década de 1980, mas a Nelson Hungria, sendo a maior em extensão e tendo sido projetada como uma unidade de segurança máxima, carregava um protagonismo nas promessas reformistas das políticas penais do período. Nesse contexto, a característica de abrigar presos faccionados do

---

<sup>95</sup> As unidades prisionais de segurança máxima são voltadas para pessoas condenadas ao cumprimento de pena em regime fechado e que, para o sistema de justiça criminal, são consideradas mais perigosas, como pessoas classificadas como pertencentes a alguma organização criminosa ou que tenham sido condenadas por crimes hediondos.

PCC em Minas Gerais tem sido apresentada como central nos discursos acadêmicos, midiáticos e políticos sobre a Nelson Hungria, como demonstra Silva (2024)<sup>96</sup>.

A crise no sistema prisional mineiro, no entanto, não foi solucionada com a construção das prisões na década de 1980. Nem mesmo a Penitenciária Nelson Hungria, colocada, em sua inauguração, como a grande salvadora desse sistema, foi capaz de resolver os problemas de sempre das prisões em Minas Gerais: superlotação, altas taxas de reincidência, violações dos direitos das pessoas presas e de suas famílias, práticas de tortura, aumento das fugas e das rebeliões.

Na virada para os anos 2000, o discurso sobre a crise do sistema prisional mineiro retornou com mais vigor, como é apresentado pelo Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Prisional, de 2002, que tinha como objetivo “apurar o funcionamento do sistema prisional do Município de Ribeirão das Neves e outros Municípios, verificando a possível participação do poder público, com grupos criminosos organizados, no esquema de facilitação de fugas, tráfico de droga, liberdade e soltura extralegal” (Minas Gerais, 2002, p. 1).

A CPI foi instituída por Deputados (as) estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e, como justificativa, relatou-se que “o ano de 2001 foi marcado por um expressivo aumento do número de fugas e rebeliões nas penitenciárias do Estado, notadamente nas Penitenciárias José Maria Alkimin e Nelson Hungria (Minas Gerais, 2002, p. 6)<sup>97</sup>. Como recomendações apontadas ao final do relatório, apresenta-se a necessidade de transferência das pessoas presas em delegacias ou cadeias públicas - ainda superlotadas - para unidades prisionais propriamente ditas e, para isso, seria necessária a construção de mais estabelecimentos penais.

---

<sup>96</sup> Os estudos encontrados sobre a Penitenciária Nelson Hungria no período mais recente têm o foco voltado para a discussão sobre a expansão do PCC nos presídios de Minas Gerais e no fato de que a Nelson Hungria seria a prisão que reúne a maior quantidade de presos faccionados (Diniz; Oliveira; Ribeiro, 2023; Duarte; Araújo, 2020). As pesquisas vão no sentido de demarcar as diferenciações realizadas no sistema prisional de perfis criminosos, de demarcar quem são os mais perigosos, os mais propensos a terem uma certa carreira criminosa e aqueles que estão integrados no PCC. Assim, os textos buscam como objetivo último apontar caminhos para que o Estado combata qualquer fato que esteja prejudicando um suposto devido funcionamento do sistema prisional. Os textos parecem buscar alternativas para esse sistema superar as condições em que se encontra nos últimos anos. Ademais, em relação a uma suposta presença problemática do PCC na Penitenciária Nelson Hungria, há a indicação de que uma das causas que possibilita a comunicação entre o PCC e o mundo externo é a presença descontrolada de aparelhos celulares dentre das unidades, indicando que o Estado deve investir em atenuar essa questão a fim de solucionar problemas relacionados ao PCC (Ribeiro; Oliveira; Bastos, 2019). São estudos, então, que partem da ideologia da defesa social, pressupondo a necessidade da prisão no combate a uma certa criminalidade. Ainda, com base no paradigma etiológico, os estudos argumentam em favor de uma hierarquização de supostos perfis criminosos a fim de que as políticas carcerárias construam suas prisões de forma a separar os presos a partir de graus de periculosidade.

<sup>97</sup> Apesar do destaque dado para a PNH nesse trecho, a unidade não recebe tanta atenção ao longo do relatório, sendo o foco em situações que ocorreram na PAN ou no sistema prisional de Minas Gerais de forma geral.

Outra aparente causa para os problemas do sistema prisional, seria a dupla pasta de gestão das pessoas encarceradas no estado. De acordo com Ribeiro, Cruz e Batitucci (2004), até 2003, havia duas secretarias responsáveis por administrar o sistema prisional: a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). À primeira, atribuía-se a administração das pessoas presas com sentença transitada em julgado, enquanto, à segunda, atribuía-se a administração de todas as outras pessoas presas, tanto provisoriamente quanto aquelas que aguardavam vagas no sistema penitenciário.

Em 2003, “a política do “Choque de Gestão”<sup>98</sup> do então governador Aécio Neves elencou frentes prioritárias para investimentos como a segurança pública” (Silva, 2024, p. 50). Nesse mesmo ano, ocorreu uma das principais políticas penitenciárias que alterou radicalmente a estrutura administrativa das prisões em Minas Gerais: a junção das duas secretarias sob um único comando, realizado por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) - nome em referência direta à ideologia da defesa social. A partir disso, houve a concentração da política prisional em uma só pasta e, portanto, iniciou-se um processo de homogeneização das regras aplicáveis para todos os espaços de privação de liberdade em Minas Gerais<sup>99</sup>.

Nesse contexto, uma das frentes prioritárias de investimento estatal relacionado à segurança pública diz respeito à expansão e modernização das unidades do sistema prisional cujo objetivo principal era “reduzir o déficit de vagas com a criação de novas penitenciárias, presídios e cadeias públicas destinadas a presos provisórios. Ademais, os detentos que estavam sobre custódia da polícia civil foram transferidos para a responsabilidade da administração penitenciária” (Silva, 2024, p. 51).

Ao longo de 37 anos, desde a inauguração da Nelson Hungria até hoje, foram construídos 209 estabelecimentos penais - ou seja, 16 vezes mais prisões do que o que foi construído no período de 61 anos entre o surgimento da PAN - a primeira penitenciária do estado - e a Nelson Hungria, de modo que podemos inferir que ocorre, em Minas Gerais, o fenômeno do encarceramento em massa.

Nesse período, o contexto de crise do sistema prisional mineiro, em vez de ser resolvido a partir das referidas políticas, apenas aumentou, tendo em vista que os problemas historicamente

---

<sup>98</sup> A política de Choque de Gestão pode ser caracterizada pela busca de “redução de gastos, com foco no planejamento, organização e gestão do então governo de MG, dando ênfase nos resultados” (Silva, 2024, p. 50).

<sup>99</sup> Incluindo a criação de uma carreira específica, qual seja a dos agentes penitenciários, que teriam atribuições e formas de ingressar na carreira legalmente delimitadas (Oliveira, 2018) e que, anos mais tarde, em 2019, passariam a ser designados policiais penais.

inerentes ao cárcere, como a superlotação, se expandiram. Durante esse tempo, a Penitenciária Nelson Hungria, ainda situada como uma prisão-exemplo para o sistema, foi marcada pelo agravamento da crise, principalmente por meio do aumento de rebeliões e fugas<sup>100</sup>.

Em 2013, como apogeu dessa crise, houve uma rebelião que durou dois dias, na qual uma das justificativas dadas pelos presos era se manifestar contra alterações nas regras de visitas por parte de familiares de pessoas presas<sup>101</sup>. Como apresentamos no capítulo anterior, ao longo das conversas com os(as) interlocutores(as) da pesquisa que moram ou circulam pelo entorno da Nelson Hungria, a rebelião de 2013 foi marcante para o território, sendo que as pessoas podiam ver nitidamente os presos em cima dos telhados da prisão.

Figura 10 - Rebelião na Penitenciária Nelson Hungria (2013)



Fonte: Reprodução/Globocop/TV Globo Minas

<sup>100</sup> Outra situação que perpassa o contexto de crise na Nelson Hungria diz respeito às práticas estruturais de tortura - que também estão presentes nos outros estabelecimentos penais do estado. Disponível em: <<https://apublica.org/2025/01/o-organograma-da-tortura-na-maior-penitenciaria-de-minas-gerais/?amp>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2025. Ainda: MNPCT, 2022.

<sup>101</sup> Para mais informações e imagens acerca dessa rebelião: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/02/apos-31-horas-termina-rebeliao-na-penitenciaria-nelson-hungria.html>> e <<https://g1.globo.com/minas-gerais/fotos/2013/02/veja-fotos-da-rebeliao-na-penitenciaria-nelson-hungria.html#F725132>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

A imagem acima é marcante, não só para a história da Penitenciária Nelson Hungria, mas para a história das prisões em Minas Gerais - e, guardadas as devidas particularidades, do Brasil. É a imagem de um sistema que não funciona para aquilo que anuncia, mas segue se expandindo e violentando a vida de tantas pessoas.

A história da Nelson Hungria - e do sistema prisional mineiro como um todo - é a história da crise das prisões. A penitenciária foi construída em um contexto de maior destaque para as políticas carcerárias no bojo da segurança pública no estado de Minas Gerais. Sua inauguração se deu sob o anúncio de promessa de um sistema prisional que funciona, que ressocializa, que não é superlotado, que garante os direitos das pessoas presas e que, no fim, cumpre com seu objetivo primordial de defesa social. O que se observou nos anos seguintes, todavia, foi a manutenção - e expansão - do contexto de crises, sendo que a Nelson Hungria foi palco de diversas rebeliões ao longo dos anos 2000.

Nos anos mais recentes, a situação não apresenta mudanças significativas no sentido de melhora. A Nelson Hungria, sendo termômetro do sistema prisional mineiro<sup>102</sup>, foi interdita judicialmente diversas vezes desde 2018<sup>103</sup>, culminando na recente decisão de interdição de dezembro de 2024. A superlotação na unidade atingiu um nível nunca visto e as pessoas presas, bem como suas famílias, seguem tendo seus direitos violados. Ou seja, podemos afirmar que a situação prisional tem piorado.

A crise, dessa forma, não é conjuntural, não diz respeito a determinadas circunstâncias que impedem o sistema de atingir os seus objetivos anunciados. Não é uma crise que pode ser resolvida por meio de propostas reformistas como a construção de mais prisões, mas uma crise estrutural que se perpetua com base no apagamento das contradições entre as funções declaradas e reais do sistema penal.

---

<sup>102</sup> A noção de que a Nelson Hungria é termômetro para o sistema prisional mineiro é do Presidente da Comissão de Assuntos Carcerários da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB/MG) na época da primeira interdição da unidade em 2018. Como ela é o maior estabelecimento penal do estado e foi construída como unidade de segurança máxima, tem-se a ideia de que seria a prisão-exemplo e modelo de gestão a ser seguido pelas outras. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/26/interna\\_gerais.954336/especialistas-creditam-problemas-na-nelson-hungria-a-reducao-de-agente.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/26/interna_gerais.954336/especialistas-creditam-problemas-na-nelson-hungria-a-reducao-de-agente.shtml)>. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

<sup>103</sup> Nesse período, a unidade perdeu o status de segurança máxima, porém, nesse contexto, Silva aponta que “os presos faccionados e de maior periculosidade foram transferidos para outras unidades do estado, como a Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá” (2024, p. 102).

As propostas estatais, na atualidade, têm sido no sentido de relegitimar o sistema com base na ideologia da defesa social<sup>104</sup>. Aumentam-se os discursos acerca do medo, da violência e da criminalidade e, a partir disso, também aumentam as respostas penais enquanto as únicas possíveis. Com isso, a violência se mantém, a população prisional aumenta e as condições das prisões piora. Indicamos, assim, que se trata mais de uma crise como projeto político, que segue cumprindo seu papel de apagar as contradições da prisão e suas reais funções, além de legitimar propostas de expansão do sistema, como vemos nos recentes acordos realizados pelo Governo Zema de construir mais vagas e fazer reformas na Penitenciária Nelson Hungria<sup>105</sup>.

Nesse contexto, a ideologia da defesa social, como resposta ao desenvolvimento de uma sociabilidade complexa, não se restringe aos contextos das políticas penais ou dos discursos midiáticos, mas é um conjunto de ideias que pauta a visão de mundo das pessoas no que diz respeito ao sistema penal e à forma como elas vão agir sobre esse mundo.

Nesse sentido, traremos no tópico a seguir algumas reflexões sobre essas visões de mundo a partir das conversas com pessoas diretamente afetadas pelo sistema.

### 4.3 AS CONTRADIÇÕES DA PRISÃO E O TERRITÓRIO PUNITIVO

Ao longo das conversas com os(as) interlocutores(as) da pesquisa, diversas se centraram na prisão. Um ponto que parece ser compartilhado pelas pessoas que circulam no entorno da Nelson Hungria é de que a prisão traz sofrimento, sendo que elas usam, inclusive, um verbo para descrever os impactos do cárcere em suas vidas: chapar. Em conversa com uma esposa que acabara de ser barrada de entrar para a visita social, ela disse “eu tô ficando chapada nessa Nelson Hungria” (Trecho do diário de campo, 24 de novembro de 2024, domingo). Quando ela falou isso, eu já havia escutado o termo outras vezes e, inclusive, em outra oportunidade, enquanto eu estava conversando com uma trabalhadora de um dos trailers,

---

<sup>104</sup> Não será possível aprofundar, mas indicamos que algumas das formas pelas quais a prisão tem sido bem sucedida em cumprir com suas funções reais diz respeito aos contextos em que, além de servir como base política de superexploração da classe trabalhadora, tem tido relação direta com a produção de mais-valia, ou seja, tem gerado lucro diretamente a partir do encarceramento e imposição de violência na vida das pessoas. Como exemplo, indicamos o contexto de privatização de unidades prisionais em Minas Gerais (Vallory, 2020; Disponível em: < [https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2009/10/Not\\_761009.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2009/10/Not_761009.html) >. Acesso em: 30 de janeiro de 2025) e o contexto de trabalho encarcerado análogo à escravidão (Fernandes, 2023).

<sup>105</sup> Como vemos nas recentes notícias acerca de acordo firmado pelo Governo de Minas Gerais para criar 22.039 vagas no sistema com o objetivo de “erradicar o déficit prisional”. Disponível em: < <https://www.em.com.br/gerais/2025/02/amp/7053640-governo-de-minas-assina-termo-para-ampliar-vagas-no-sistema-carcerario.html> >. Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

ela disse que “a cadeia chapou a gente”. Perguntei o que isso significava, no que ela disse que as famílias e os presos ficam chapados, ficam doidos, a ponto, inclusive, de se perder nos anos, na ordem em que as coisas aconteceram. Contou que uma familiar às vezes visita há tanto tempo que não sabe mais dizer se tem 10 ou 20 anos que faz a caminhada” (Trecho do diário de campo, 1 de novembro de 2024).

Mas as conversas sobre a prisão não se limitaram em como ela impacta diretamente a vida dessas pessoas, mas também sobre o que elas pensam sobre o sistema de forma geral, sobre quais são suas funções.

#### 4.3.1. Prisão: a escolha pelo caminho “errado”

Em uma das idas até a fila da Nelson Hungria junto de outros(as) extensionistas de graduação do Culthis,

conversamos com Sheila, que visita seu filho na Nelson, mas estava lá como motorista. Comentei que era a primeira vez que eu via uma motorista mulher no entorno da prisão, ela contou que era a única. Disse que a Nelson Hungria é uma faculdade melhor do que a UFMG, que as pessoas já saem com mestrado e doutorado no crime. Disse que sabe que a comida lá dentro é ruim, mas que seu filho não reclama, pois ela sempre ensinou o caminho certo e, ainda assim, ele quis escolher o caminho errado. Tem um caminho certo e um caminho errado. Ela disse que sabe que a prisão é muito ruim e, por isso, as pessoas que não querem ir para lá não podem escolher pelo caminho errado e, se forem presas, não podem reclamar, por exemplo, da comida estragada (Trecho do diário de campo, 10 de novembro de 2024).

No trecho do diário de campo trazido acima, Sheila, mãe de pessoa presa na Nelson Hungria, conta que sabe que a alimentação dentro da prisão é ruim e que, em alguma medida, isso é uma violência. No entanto, ela também afirma que alimentação ruim é característica inerente às prisões. Ela considera que, ao longo da vida, as pessoas podem escolher os seus caminhos, sejam eles os “certos” ou os “errados”. Caso, então, as pessoas escolham trilhar os caminhos “errados”, terão que sofrer as consequências dessas escolhas. Uma dessas consequências pode ser o encarceramento, que, em sua visão, inclui a alimentação ruim.

Nas conversas pela pesquisa, não foram raros os discursos que, apesar de reconhecerem certa falência do sistema penal, colocaram a prisão em uma posição de inevitabilidade. Inevitabilidade, todavia, se a pessoa escolher o caminho “errado”, como se houvesse uma relação direta e imediata entre a prática de crimes e a punição. A punição, nesse sentido, aparece nos discursos enquanto necessária para que a pessoa - criminosa - aprenda qual é o caminho “certo”.

Conversando na casa de Sofia, sua prima, Cássia, estava lá e participou de boa parte do encontro. Cássia contou que estava no primeiro período do curso de Direito e, então, conversamos sobre o que ela estava achando das disciplinas. Ela comentou que estava gostando de Direito Penal e, a partir disso,

conversamos um pouco sobre o papel da prisão na ressocialização da pessoa presa. Sofia havia me perguntado sobre as possibilidades de Vinicius [seu esposo] conseguir um trabalho quando for para o regime semiaberto. Cássia comentou que acha muito difícil de pessoas que passaram pela prisão conseguirem um trabalho, pois toda empresa pede o atestado de bons antecedentes. Ela disse que acha muito estranho esse pedido, pois, nenhuma empresa contrata egressos do sistema prisional, mas que a lógica deveria ser o contrário, pois a pessoa presa foi presa justamente para ser ressocializada. Então, como ela vai ressocializar se não conseguir um trabalho? Sofia disse que acha que depende de cada pessoa, que algumas pessoas presas realmente aprendem a lição e saem de lá ressocializadas e que outras saem da prisão e voltam para o crime (Trecho do diário de campo, 27 de outubro de 2024).

A ressocialização, nesse diálogo, aparece como uma das funções da pena. É um discurso que, apoiado na ideologia da defesa social, confere legitimidade para a existência da prisão. Nesse sentido, a noção de ressocialização está de acordo com uma concepção abstrata de sujeito que, tendo violado determinados valores supostamente compartilhados na sociedade, ou seja, por ter seguido o caminho “errado”, deve aprender o caminho “certo”.

A noção de escolher o caminho “certo” pressupõe que a pessoa que praticou o crime o fez a partir de um cálculo de custo e benefício, sendo que o sistema penal, nesse caso, seria um dos elementos considerados no intuito de dissuadir a decisão pelo crime, uma vez que a prisão representaria a certeza da imposição de uma pena (Leal; Jeremias, 2021). O sujeito que escolhe entre o caminho “certo” e o caminho “errado” seria dotado de livre-arbítrio. No entanto, apesar de as pessoas terem margens de liberdade para trilhar seus caminhos, elas não se apresentam como uma escolha racional e abstrata entre as possibilidades. As margens de liberdade, dessa forma, são restritas às possibilidades apresentadas pela sociabilidade, ou seja, as escolhas do indivíduo não estão desvinculadas das determinações materiais do modo de produção e reprodução da vida. Nesse sentido, entendemos com Marx que

os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (2011b, p. 25).

A partir dessa concepção materialista de sujeito, então, concluímos por uma crítica radical à noção de ressocialização, tendo em vista que, independente das condições de uma prisão, não há a possibilidade de ressocializar pessoas. As pessoas, sendo seres sociais, já passaram por diversos processos de sociabilização, sendo a prisão mais um deles. Logo, a instituição não é capaz de transformar a pessoa presa em um sujeito abstrato que retornará para um mundo livre ideal<sup>106</sup>. Por outro lado, o encarceramento é um dos elementos que vai moldar a sociabilidade das pessoas que são - seletivamente - afetadas por ele.

No entanto, a ideologia da defesa social segue cumprindo o seu papel de legitimar as prisões, pois,

mesmo que os mais conservadores não acreditem à pena de prisão a possibilidade de mudar (“para melhor”) a personalidade de alguém, o sonho da ressocialização continua ecoando em alguns discursos e práticas na prisão. Os discursos midiáticos, populares e acadêmicos concebem a prisão como lugar de transmissão de modelos desviantes (a chamada “escola do crime”), ao mesmo tempo em que alimentam a esperança de reinserir o indivíduo na sociedade por meio da prisão (Braga, 2012, p. 21).

A citação anterior resume a fala de Sheila trazida em trecho do diário de campo, no qual ela afirma que a Nelson Hungria é uma faculdade do crime e, ao mesmo tempo, o lugar onde seu filho encontrará o caminho “certo”. De modo similar, no trecho abaixo, em conversa com outra familiar, ela também constata o contexto de falência do ideal ressocializador na mesma medida em que o legitima, mesmo que isso signifique piora nas condições de vida da pessoa presa e das próprias familiares<sup>107</sup>:

A esposa cujo marido está na Nelson há 12 anos, falando sobre as violações de direitos - em especial relacionadas à comida -, disse que não faz sentido a unidade tratar as pessoas presas tão mal porque elas “não vão melhorar” dessa forma. Disse que, apesar de ser esposa, acredita que não deveria existir visita íntima, pois, se a pessoa presa soubesse que, encarcerada, não poderia transar, ela provavelmente pensaria duas vezes antes de fazer algo de errado. Ela disse que, em vez de a unidade maltratar a pessoa presa com alimentação ruim, deveria

<sup>106</sup> Ideal, aqui, utilizado no sentido de abstrato, contrário a um mundo material e concreto.

<sup>107</sup> Outro exemplo de discursos que, em nome da ressocialização, legitimam contextos de violência contra as familiares se deu em conversa com uma trabalhadora de um dos trailers na qual ela “comentou que, apesar das violências impostas às pessoas presas e às familiares, considera que muito é culpa das próprias familiares, que abusam de seus direitos, que entram na unidade com objetos ilícitos (principalmente com drogas) e que é por causa dessas pessoas que o sistema as trata mal” (Trecho do diário de campo, 28 de junho de 2024). Nesse caso, além de legitimar os procedimentos de revista vexatória e os impedimentos arbitrários de entrada na visita, esse discurso culpabiliza as próprias famílias pela entrada de “ilícitos” dentro do sistema. Sobre o tema das revistas vexatórias e impedimentos de entrada nas unidades prisionais, discutiremos mais no capítulo 5, mas também indicamos a Tese de Doutorado de Lago (2019).

maltratar com a privação de sexo, essa sim uma forma efetiva de ressocializar (Trecho do diário de campo, 5 de abril de 2024).

Pelas conversas, percebemos que há diversos entendimentos acerca de como deve ser o cumprimento da pena para que a prisão consiga cumprir seu objetivo ideológico de ressocialização. No trecho acima, por exemplo, a familiar defende a privação de sexo - mais do que a comida estragada - como forma de ensinar o caminho “certo”. Nesse contexto, um discurso que perpassou as conversas de forma constante foi acerca da centralidade do trabalho como meio de ressocialização, o trabalho como caminho “certo”, seja o trabalho durante o cumprimento da pena, os planos de trabalho - lícito - na vida pós-cárcere ou mesmo a ideia de que, se a pessoa estivesse trabalhando, não teria sido presa.

#### 4.3.2. Trabalho: a escolha pelo caminho “certo”

No subtópico anterior, apresentamos alguns discursos que situam a prisão como destino inevitável para aquelas pessoas que teriam trilhado o caminho “errado” ao longo da vida, ou seja, as pessoas que teriam optado por seguir a vida do crime. O crime costuma, nesse sentido, ser colocado como contraponto ao trabalho, pressupondo uma noção também abstrata de trabalho, nos seguintes termos:

Na ideologia vigente, o trabalho aparece como um valor em si mesmo, negando suas contradições e a natureza da atividade real, histórica e socialmente construída. Expressões como ‘o trabalho enobrece’, ‘o trabalho dignifica o homem’ e outras mais, assim o comprova (Barros; Nogueira, 2004, p. 160)

Em nossa realidade de economia capitalista periférica e dependente, especialmente no atual contexto de neoliberalismo, o acesso ao trabalho formal - forma por excelência de acesso pela classe trabalhadora aos meios de subsistência na sociabilidade capitalista - não se dá de maneira igualitária para todas as pessoas, sendo que grande parte delas encontra-se impedida de acessá-lo<sup>108</sup>. Ainda, para aqueles(as) que o acessam, esse trabalho, para além do caráter inerentemente desumanizador do capital, apresenta-se cada vez mais precarizado e, nesse sentido, percebemos uma “contradição marcante: enquanto parte significativa da classe trabalhadora é

---

<sup>108</sup> Por exemplo, no tópico 3.2 (O que veio primeiro: o bairro ou a prisão), discutimos que a chegada das indústrias na RMBH veio acompanhada da negação do acesso ao trabalho para grande parte da população que não seria absorvida nas fábricas.

penalizada com a falta de trabalho, outros sofrem com seu excesso” (Navarro; Padilha, 2007, p. 14).

Retomando as discussões sobre Economia Política da Pena, vemos que, nos países de capitalismo periférico e dependente, a prisão tem exercido papel central na (super)exploração da força de trabalho. Nesse sentido,

embora a punição volte-se exclusivamente contra os trabalhadores, nem todos os trabalhadores são afetados por ela da mesma maneira. Há uma lógica no exercício da punição, que a orienta prioritariamente contra os estratos estagnados do exército industrial de reserva, ou seja, os trabalhadores excluídos do emprego formal que transitam entre o desemprego e o subemprego e a busca pela sobrevivência no trabalho informal ou autônomo, cruzando, em muitos casos, a barreira da legalidade e se projetando para o interior das economias criminais, cujo principal exemplo na atualidade é o comércio varejista de drogas (Alemany, 2019, p. 302).

Assim, os discursos que contrapõem trabalho e crime - e, portanto, trabalhador e criminoso - têm sido relevantes na corroboração da ideologia da defesa social, pois sustentam aquelas noções de que há, na sociedade, valores compartilhados que devem ser protegidos a qualquer custo. Nessa sociedade maniqueísta<sup>109</sup>, a antinomia entre trabalho e crime vai constituindo a sociabilidade a ponto de, a todo instante, legitimar a necessidade da prisão como forma de reparação daqueles que optaram pelo caminho “errado”, mesmo que a prisão signifique violência extrema e mesmo que a realidade mostre incessantemente que as dificuldades em trabalhar formalmente - e em acessar esse trabalho - não se resumem a uma tomada de decisão racional e individual daquele(a) que deixa de trabalhar dessa maneira. Assim, “ser “trabalhador” ou ser “bandido” corresponde a formas distintas de inserção no sistema de relações de produção, que, por sua vez, correspondem a formas distintas de relação com as forças de repressão” (Alemany, 2019, p. 308).

Nesse contexto, em um dos dias em que eu estava sentado nos trailers no entorno da Nelson Hungria,

chegou uma mulher com uma criança de um ano e sete meses, como ela informou depois. Pelo que eu entendi, ela tem um marido preso, porém ele está em Betim. Ela estava ali para entregar o kit de uma amiga cujo marido está na Nelson Hungria. Ela se sentou com a gente para comer um salgado e tomar um suco. Paula comentou algo sobre uma pessoa presa que tirou total na redação do último Enem, então a mulher comentou que acha muito injusto que as pessoas presas tenham mais benefícios do que quem está do lado de fora. Eu perguntei quais são esses benefícios, no que ela respondeu que trabalho e estudo, que as

---

<sup>109</sup> Lembrando que um dos princípios da ideologia da defesa social, para Baratta (2021), é o do bem e do mal, no qual o delito seria o mal e a sociedade (ideal), o bem.

pessoas presas conseguem trabalho muito facilmente, que seu marido está trabalhando, e que ela tem muita dificuldade de conseguir trabalho e está tendo que pagar pelo seu estudo, que, se estivesse presa, poderia estudar gratuitamente. Eu comentei sobre a situação de empresas contratarem as pessoas presas, mas depois não contratarem quando elas são egressas do sistema prisional e Paula, nesse momento, disse que, mesmo presas, é muito difícil de conseguir trabalho. Eu comentei que, realmente, pelos dados que já tive acesso, são pouquíssimas pessoas dentro do sistema prisional que têm acesso a trabalho. A mulher repetiu que têm acesso a trabalho, que seu marido trabalha em um supermercado por causa da prisão. Disse que um homem, quando saiu da prisão, depois de ficar preso por cinco anos, tinha 70 mil reais de pecúlio. Eu comentei que, se isso aconteceu, é exceção, pois o salário que vai para a pessoa presa, quando ela recebe, é muito menor do que o salário que ela teria do lado de fora, uma parte é para o próprio sistema prisional, além de ser difícil a pessoa conseguir o pecúlio quando solta. A mulher respondeu que não é difícil, que é só procurar um advogado e fazer o pedido. Ela também disse que acha que a prisão não deveria ter nenhum benefício, que, inclusive, a administração prisional precisava fazer uma “análise psicológica” com os presos para determinar quem realmente quer ser ressocializado e quem não quer para, então, decidir quem vai poder trabalhar (Trecho do diário de campo, 16 de julho de 2024).

Os discursos manejados pela mulher não são tão diferentes de outros que trouxemos anteriormente, pois, apesar de reconhecerem as violências da prisão, também a situam como necessária. Nesse trecho, contudo, há a indicação de um fator que ainda não havíamos discutido diretamente: como o trabalho - ou a precarização/ausência dele - permeia não só a vida de quem está encarcerado - por meio do antagonismo trabalho/prisão -, mas também de quem está do lado de fora, em especial aquelas pessoas que, mesmo “livres” (de uma pena de prisão), não se sentem propriamente livres.

O diálogo descrito no trecho acima é complexo e duro, pois o que a mulher está apresentando é o cenário de trabalho no Brasil da atualidade, tendo em vista que ela não tem conseguido acessar o trabalho formal. Na visão dela, como poderia, então, uma pessoa presa - que teria abdicado do caminho certo pelo trabalho em prol do caminho errado do crime - ter acesso a trabalho no cárcere e ela não?

No caso, sabemos que o trabalho no cárcere é a exceção, são poucas as pessoas presas que o acessam, além de que esse trabalho costuma ser ainda mais precarizado em comparação com o mundo fora da prisão (Fernandes, 2023; Pádua; Barros, 2018). Mas a experiência singular da mulher de conhecer alguém preso que trabalha aparentemente torna sua frustração mais legítima. E, assim, os discursos da ideologia da defesa social passam a ser um recurso fundamental, pois, de certa forma, trazem algum alívio: pelo menos ela não está presa e, portanto, não se identifica como criminosa.

Contudo, também não tem se identificado como trabalhadora, pelo menos não no que diz respeito ao âmbito formal. Durante a conversa, a manifestação dessa contradição se deu a partir do momento em que ela contou ser favorável a uma restrição de direitos das pessoas presas - no que diz respeito ao acesso a trabalho -, incluindo de seu marido.

Nesse contexto, Alemany afirma que “há algo de insano num povo que aprova a violência contra si mesmo. A insanidade, contudo, não está no povo, mas no modo de produção que joga trabalhador contra trabalhador pela apropriação das migalhas deixadas dos espólios da burguesia” (2019, p. 309). A afirmativa parece correta, contudo, por uma leitura materialista desse contexto, entendemos que as relações sociais não são insanas, não são fatalistas, mas são a síntese das relações sociais que a precederam, são a forma como a sociedade construiu o seu território ao longo da história.

#### 4.3.3. Território punitivo: “cadeia não é bom para ninguém”

O que temos defendido ao longo dos últimos subtópicos é que esse algo de aparentemente insano em que vivemos é a nossa sociabilidade atravessada pela ideologia da defesa social e, nesse sentido, constituída por relações sociais punitivas, violentas e seletivas. Assim, não há que se falar em sujeitos abstratos que possuiriam uma determinada natureza humana desvinculada da materialidade. No caso, não poderíamos afirmar que as pessoas são essencialmente punitivas, violentas e seletivas, pois “não se trata (...) de uma *natureza* humana, mas da *natureza* - ou dos fundamentos - de determinada sociabilidade e suas consequências para a formação e desenvolvimento do indivíduo” (Paiva; Oliveira; Valença, 2018, p. 1806).

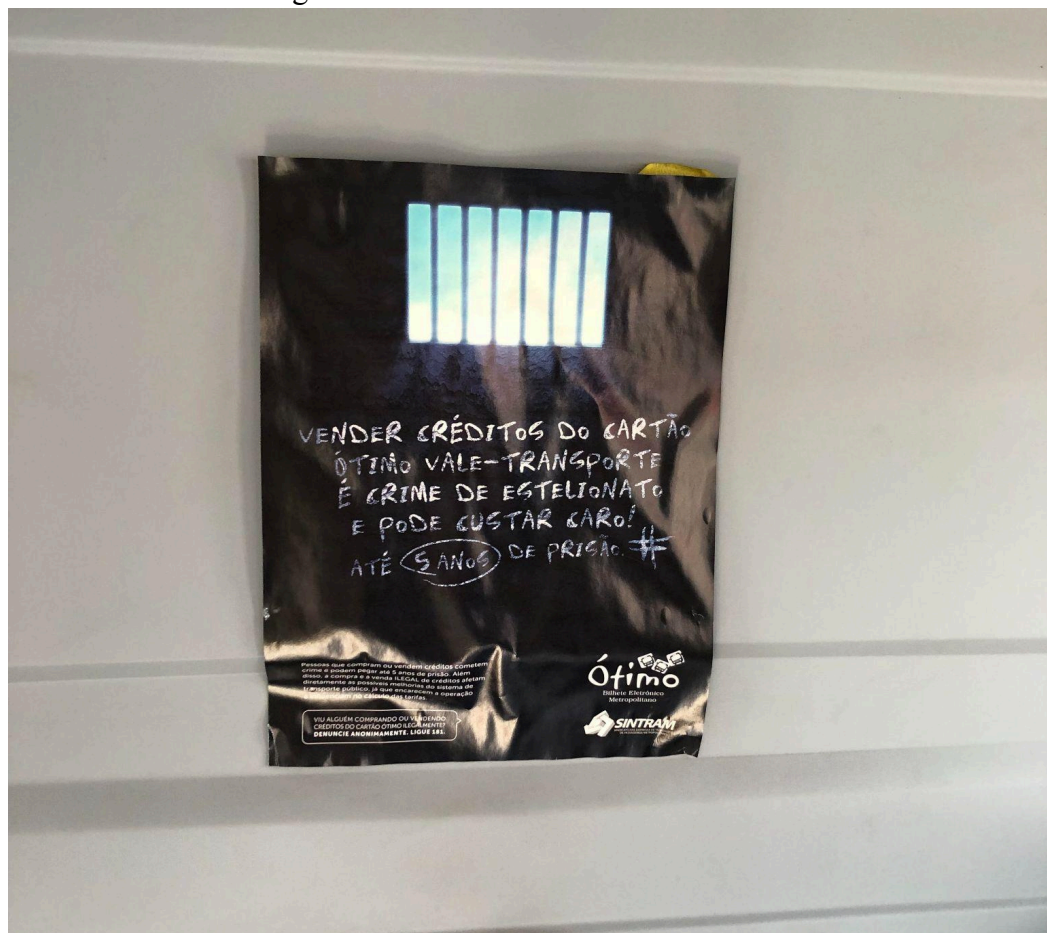
Frisamos, mais uma vez, que não estamos afirmando que as pessoas não possuem margens de liberdade para fazer suas escolhas, mas indicando que as escolhas singulares feitas se dão a partir de um intercâmbio dialético entre processos de subjetivação e objetivação; se dão, portanto, a partir das possibilidades propiciadas pelo meio concreto, pela sociabilidade. Ao agir no mundo com base nas possibilidades concretas, vão surgindo complexos que cumprem a função social de trazer estabilidade, coesão e sentido para a existência humana (Morais; Santana; Catão, 2023).

Esses complexos, como já indicamos, são as ideologias, que possuem a função social de moldar as subjetividades e pautar as visões de mundo das pessoas e como elas vão agir nesse

mundo a partir dessas visões. Assim, quando afirmamos que não há uma essência humana punitiva, estamos defendendo uma certa concepção de sujeito, de ser social, que, ontologicamente, possui como essência a historicidade e a possibilidade de mudança (Lessa, 1994). Quando afirmamos que não há uma natureza punitiva, estamos ressaltando que a punição não passa de uma relação social e, dessa forma, está presente não apenas nos discursos e ações individuais, mas na práxis social. Como exemplo, em um dos dias em que estava indo para Nova Contagem de ônibus,

quando me levantei para descer, vi uma imagem no fundo do ônibus - que eu já havia visto antes, mas não tinha reparado - com umas grades e, embaixo, escrito “vender créditos do cartão Ótimo vale-transporte é crime de estelionato e pode custar caro, até 5 anos de prisão (Trecho do diário de campo, 4 de outubro de 2024).

Figura 11 - Cartaz dentro do ônibus 6820



Fonte: autoria própria

A partir do trecho do diário de campo e da Figura 11, apresentamos um exemplo de como a lógica da punição permeia a vida em sociedade, mesmo que não sejam diretamente afetadas por ela - como são as pessoas presas, suas familiares, os sobreviventes do cárcere e os trabalhadores do sistema. Enquanto eu olhava para a imagem fixada no ônibus, pensei se outras pessoas, ao também olharem, questionariam a presença daquele cartaz ali, se questionariam a lógica punitiva que as levam a denunciarem umas às outras, mesmo que todas elas sejam alvo das violências produzidas pelo valor alto das passagens e as péssimas condições do transporte público. A punição como relação social perpassa nossa sociabilidade e, dessa maneira, mesmo que, por vezes, percebamos as contradições, somos convocados a agir de forma punitiva, pois, dentre as possibilidades concretas que temos, a punição tem sido a resposta<sup>110</sup>.

Nesse contexto, um elemento que nos chamou a atenção ao longo das conversas de pesquisa foi o papel da religião na legitimação das violências impostas pelo cárcere<sup>111</sup>. A religião, principalmente relacionada ao neopentecostalismo, aparece não necessariamente como forma de legitimar a prisão em si, mas se articula com o que apresentamos sobre a ideologia da defesa social no sentido de justificar e trazer algum alento para as violências vivenciadas. Assim, não era raro, após relatos pesados de familiares sobre os impactos do cárcere, elas finalizarem com frases como “mas Deus sabe o que faz” ou afirmarem que, quando seus homens presos saírem da Nelson Hungria, vão procurar a igreja, pois, assim como ocorre com o trabalho, a religião também seria uma das formas de trilhar o caminho “certo”<sup>112</sup>.

No Brasil, como apontamos anteriormente, uma das instâncias ideológicas que, desde a invasão colonialista, tem se articulado com o sistema penal é o racismo, demarcando e legitimando qual segmento dentro da classe trabalhadora será o público-alvo das violências penais<sup>113</sup>. Ainda, retomando as discussões que fizemos no tópico 3.3 acerca das representações do

---

<sup>110</sup> Algo similar ocorre nas discussões sobre criminologia crítica e abolicionismo penal feministas, tendo em vista que, apesar do reconhecimento de que as instâncias penais não têm garantido os direitos das mulheres nem diminuído as violências de gênero (Pereira, 2023), é possível que, nos casos concretos do dia a dia, não reste outra opção que não o agenciamento do sistema penal, incluindo a polícia através das delegacias especializadas de atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero.

<sup>111</sup> Não será possível, nesse momento, discorrer mais sobre o assunto, mas indicamos a relevância dessa discussão e necessidade de construção de mais pesquisas que busquem compreender as formas como os discursos religiosos se articulam com a ideologia da defesa social. Por agora, indicamos: Almeida, 2004; Leal; Rosa, 2020.

<sup>112</sup> No enxerto I, por exemplo, contamos sobre Pedro, um dos interlocutores de pesquisa, homem sobrevivente do cárcere que atualmente é pastor e tem um projeto em sua igreja para ensinar jovens, por meio da religião, a evitar o caminho da prisão. Ainda, no Enxerto II, descreveremos brevemente sobre a presença da Igreja Universal no espaço das filas da Nelson Hungria.

<sup>113</sup> Sobre o racismo como ideologia, Souza argumenta que, “para além do comando do modo como se produz a vida material, por meio da venda e da exploração da força de trabalho, a determinação das formas de consciência é

território fragmentado, percebemos como os discursos hegemônicos acerca da violência legitimam, de forma seletiva, a atuação do sistema penal nos territórios, conformando, assim, uma totalidade composta por diversas relações sociais que se articulam, contraditória e dialeticamente, no sentido de manter a lógica da punição como regente de nossas ações no mundo.

A partir dessas breves reflexões, retomamos o conceito de verticalidades de Milton Santos - como abordamos no capítulo anterior - para dizer de uma certa verticalidade punitiva na constituição dos territórios. De acordo com Trindade,

verticalidades são as regras, as ações geralmente exógenas, as normas “egoísticas e utilitárias” na perspectiva dos atores hegemônicos. Se constituem em determinações que visam a realização de interesses de alocação/ampliação de capital pelo uso do território onde quer que ele se localize (2022, p. 277).

Ao longo deste capítulo, argumentamos que as reais funções do sistema penal brasileiro têm sido no sentido de manter não somente uma exploração capitalista da força de trabalho das pessoas, mas, em um contexto de capitalismo periférico e dependente, manter o que tem sido chamado de superexploração. Nesse sentido, quando falamos da eficácia invertida do sistema, afirmamos que ele é efetivo, porém não naquilo que ele se anuncia, mas, de formas particulares, no sentido de reprodução do modo de produção capitalista e, portanto, da manutenção de uma parcela pequena da sociedade acessando de forma desenfreada os bens da vida na medida em que a maior parte das pessoas vive apartada desses bens, mesmo sendo as responsáveis pela sua produção direta.

O modo de produção capitalista, por sua natureza, pressupõe a expansão constante e consequente dominação de todos os territórios. Nesse processo, vai impondo e construindo dialeticamente suas relações sociais tanto de base econômica quanto política, o que tem incluído a necessidade da punição. Santos, dessa forma, fala que “a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares” (2014, p. 287), tendo em vista a integralização de todos os espaços geográficos na *Totalidade-Mundo*.

Como vimos, não é possível aos capitalistas manterem um regime de superexploração nos territórios sem a atuação de um controle político rígido e violento, instrumentalizado, no Brasil,

---

fundamental aos detentores da riqueza e do poder (...). Assim, é preciso observar que não apenas na contemporaneidade o racismo tem composto este campo de batalha contra a classe trabalhadora, mas também a própria invenção do racismo é parte dele: através da invenção da ideia de distintas raças humanas e da construção social de uma sociedade racializada e classificada hierarquicamente a partir disso, nos processos de invasão colonial, no modo de produção escravista” (2023, p. 17).

pelo sistema penal - desde as abordagens policiais, passando pelos massacres em territórios favelados e periféricos, pelo encarceramento, etc. A punição como relação social manifesta-se nessa *Totalidade-Mundo*, mas de formas particulares em cada lugar, tendo em vista que seu processo histórico é marcado pela imposição vertical - porém dialética - de exploração violenta de pessoas.

Santos, nesse sentido, afirma que, “nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical (...) está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas (Santos, 2014, p. 287). Como apresentamos ao longo do capítulo 3, o modo capitalista de produção do espaço pressupõe segregação e hierarquização territorial, tendo em vista que os espaços - e as pessoas que o ocupam - assumirão funções específicas dentro da *Totalidade-Mundo*<sup>114</sup>.

Ainda, a segregação e hierarquização territorial também diz respeito de quais pessoas serão selecionadas como alvos do sistema penal: “são os trabalhadores estagnados do exército industrial de reserva, identificáveis pela cor escura da pele e que podem ser encontrados habitando as periferias das grandes cidades. É sobre esse grupo de pessoas que o sistema penal brasileiro concentra o foco de suas ações” (Alemany, 2019, p. 215). A ideologia da defesa social, articulando-se de diferentes formas com a ideologia do racismo, da religião, etc., tem cumprido com sua função social de naturalizar esse território constituído pela punição, ou seja, o território punitivo.

Nesse contexto, as contradições sobre o cárcere apresentadas ao longo das conversas com os(as) interlocutores(as) de pesquisa são diversas, mas uma delas nos chamou a atenção. Em um dos momentos em que eu estava sentado nos trailers conversando com as trabalhadoras e com Gustavo, ele

comentou que o juiz de Contagem havia ido na Nelson Hungria um tempo atrás. Perguntei o que ele fora fazer ali, no que Gustavo respondeu que os juízes às vezes entram nas prisões e que têm coisas a fazer lá dentro. Perguntei como é o juiz da execução penal de Contagem, se as famílias gostam dele. Ele respondeu que ele gosta do juiz, acha ele justo, que ele toma decisões que os presos e as famílias não gostam, mas que ele age “dentro da jurisdição”. Eu comentei que achava que juiz tinha uma margem de liberdade para essa atuação dentro da lei, que muitas vezes as leis são vagas ou dão abertura para o juiz dificultar a vida dos presos e das famílias. Gustavo discordou, falou que não tem como um juiz

---

<sup>114</sup> Por exemplo, temos visto, em Minas Gerais, um processo de interiorização das prisões (Silva, 2024), tendo em vista que o cárcere, pela imagem que carrega e pelos sentimentos que provoca nas pessoas, não costuma ser quisto nos centros urbanos.

agir fora da lei (...) que o juiz não pode liberar todo mundo porque, apesar de ter presos bons, no geral eles “não querem nada com nada” (...). Então, Paula falou que o juiz toma decisões muito difíceis, que piora a vida dos presos. Gustavo respondeu que era sempre assim, de um lado, ficam as famílias e o preso e, de outro, ficam os policiais penais e os juizes. Que são lados que estão sempre opostos, que o sistema sempre será assim, não tem como mudar. Finalizou o assunto dizendo que “cadeia não é bom pra ninguém”, nem para os policiais nem para as famílias e os presos (Trecho do diário de campo, 18 de outubro de 2024).

Gustavo, de certa forma, sintetizou muitas das discussões deste capítulo ao afirmar que “cadeia não é bom pra ninguém”. Isso está explícito a partir das notícias de jornais, dos índices relacionados ao sistema e de estudos acadêmicos. No cotidiano do território do entorno da Nelson Hungria, a frase de Gustavo parece estar pressuposta, todo mundo ali sabe que a cadeia não é boa para ninguém. E, a ideologia, ao naturalizar essas relações, traz consigo uma noção de estabilidade, como se as prisões e seus impactos sempre tivessem existido na sociedade, logo “sempre será assim, não tem como mudar”.

Ignoramos, dessa maneira, o caráter ontologicamente histórico do ser social e o fato de estarmos, como seres humanos, constantemente agindo sobre o mundo e, na mesma medida, agindo sobre nós mesmos. Concordamos, assim, com Vaisman que “postular (...) a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana” (2011, p. 45), possibilidade de transformação do território punitivo em algo diferente.

#### 4.3.4. Abolicionismo penal e a constelação de estratégias

O território punitivo, como afirmamos, é constituído pelas pessoas que agem sobre ele. Fomos nós, em sociedade, que construímos esse território, e, portanto, também somos nós quem podemos transformá-lo. As contradições do sistema penal têm impactado a vida das pessoas de formas violentas a ponto de concordarmos com a citação de Gustavo de que “cadeia não é bom pra ninguém”. Essas contradições, todavia, têm sido deixadas de lado com base na ideologia da defesa social.

De outra forma, se colocássemos essas contradições em evidência nas nossas relações sociais cotidianas, elas não se sustentariam e talvez, assim, poderíamos pensar em outras visões de mundo que não incluam as prisões, em outros territórios que não sejam punitivos, outras formas de sociabilidade mais livres. Não estamos falando de um território livre de conflitos e de contradições, pois são inerentes à sociabilidade, constituída por indivíduos diferentes ligados a

um gênero compartilhado - o gênero humano -, porém com suas subjetividades particulares (Lessa, 1994). Estamos, por outro lado, concordando com Nogueira quando ela alude a essa “desigualdade estrutural de nosso sistema de produção que interdita a possibilidade da reciprocidade necessária à boa administração das diferenças intrínsecas aos seres humanos” (2004, p. 69).

Com base nessa citação, defendemos a radical possibilidade de transformarmos nossas relações sociais, inclusive as punitivas, que, no cotidiano, aparecem tão contraditoriamente e disfarçadas por uma naturalização ideológica que as colocam em uma posição de eternidade. Pelo contrário, nós podemos, em nosso cotidiano, buscar práticas guiadas por outras visões de mundo que não pela ideologia da defesa social.

O Abolicionismo Penal, nesse sentido, tem se apresentado como alternativa às propostas de expansão do sistema penal. Não nos cabe aqui apresentar os diversos abolicionismos penais - mais apropriado no plural do que no singular<sup>115</sup> -, mas afirmar que, apesar das determinações punitivas de nosso território, podemos pautar práticas abolicionistas em nosso dia a dia visando à transformação radical de nossas relações sociais que tanto excluem, violentam, oprimem e discriminam.

Davis, nesse sentido, apresenta uma reflexão importante sobre abolicionismos penais, indicando, inclusive, algumas possibilidades:

Uma abordagem abolicionista (...) exigiria que imaginássemos uma constelação de estratégias e instituições alternativas, com o objetivo final de remover a prisão das paisagens sociais e ideológicas de nossa sociedade. Em outras palavras, não buscaríamos substitutos para a prisão semelhantes à prisão, como a prisão domiciliar monitorada por tornozeleiras eletrônicas. Em vez disso, colocando o desencarceramento como nossa estratégia global, tentávamos imaginar um *continuum* de alternativas ao encarceramento - a desmilitarização das escolas, a revitalização da educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez de na punição e na retaliação (2020, p. 115-116).

Com base na noção de constelação de estratégias abolicionistas, Davis nos indica que a prisão não está desarticulada das demais relações sociais e, por isso, para compreender as reais funções da prisão, em cada particularidade histórica, precisamos compreender também o que está em seu entorno, compreendê-las como totalidade. Nesta pesquisa, buscamos compreender essa

---

<sup>115</sup> Zaffaroni explica que “na verdade, existem diferentes abolicionismos” (2018, p. 97). Para mais leituras sobre abolicionismos penais, recomendamos Passetti (2012), Góes (2017), Hulsman; Celis (2018) e Ávila (2023).

totalidade a partir do trabalho e da sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria, as formas como o território que circunda a prisão se articulam contraditória e dialeticamente com ela. Talvez, assim, possamos buscar práticas abolicionistas a partir da realidade das pessoas que trabalham nesse território.

Antes de passarmos para o próximo capítulo, apresentamos o Enxerto II.

## ***Enxerto II - A fila: um palco é criado***<sup>116</sup>

*É difícil dizer que horas começa a se formar a fila no entorno da Penitenciária Nelson Hungria. O horário de entrada estabelecido pela administração prisional é 8 horas da manhã, mas, antes disso, muito acontece. Entre 7h e 8h, principalmente nas sextas e aos domingos - dias de visita social -, é como se fosse o horário de pico da fila.*

*Para chegar no espaço onde ela ocorre, é só seguir pela Rua VP-1 até o final. Lá, há uma pracinha que desemboca em duas possibilidades: virando à esquerda, está a Rua VC-5 (Via Coletora 5), caminho para o bairro Ipê Amarelo; à direita, é onde termina a VP-1 na entrada da Penitenciária Nelson Hungria. No entanto, o espaço entre a pracinha e a entrada da prisão é um palco de muitos acontecimentos.*

*Ao entrar pela direita na pracinha, tem algumas residências, lanchonetes e uma igreja evangélica - que é a garagem de uma das casas. Na Lanchonete do Tiago, seu público prioritário não são as famílias, mas elas às vezes passam lá para comer um pastel frito antes da visita. Seu público são os(as) trabalhadores(as) de Nova Contagem, que saem todo dia muito cedo, horário em que Tiago e sua esposa já estão fritando pasteis. Ele conta que a melhor época é quando tem obra na Nelson Hungria, pois os trabalhadores sempre comem ali. Não tinha obra na prisão naquele momento, mas Tiago falou que a movimentação tem sido boa por causa das obras de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) de Nova Contagem, bem em frente à pracinha.*

---

<sup>116</sup> Inspiração a partir de Sato, quando ela diz, se referindo a uma Feira Livre de São Paulo, que “um palco é criado: a chegada dos feirantes na madrugada trazendo seus equipamentos, mercadorias e montando suas bancas vai, paulatinamente, construindo também suas vitrines” (2007, p. 97).

*Figura 12 - Foto da obra da construção da UBS*



*Fonte: foto tirada pelo autor*

*Passando da Lanchonete do Tiago, tem duas vendinhas, uma de cada lado da rua. Logo após, chega-se aos trailers. No espaço, também há algumas casas que, a depender do momento, servem como pensões para as familiares ficarem nos dias que antecedem a entrada na prisão. Há, também, um lava-jato que, apesar de ficar aberto ao longo de todo o dia, tem seu ápice de movimentação no meio da tarde, quando as famílias estão saindo da prisão. Na parte da manhã, os trabalhadores se revezam para lavar eventuais carros. De tempos em tempos, também chegam os motoristas que estão levando as mulheres até ali. Alguns são motoristas de aplicativo, apenas deixam as mulheres e retornam; outros, ficam na fila aguardando o horário da visita acabar para levar as famílias de volta para casa. Mais próximo da entrada da prisão, tem um ponto de ônibus, bastante utilizado pelas famílias e pelos próprios presos, quando são soltos. Ao redor do espaço, tem diversos cartazes divulgando serviços de entrega de kits. Tem uma propaganda, inclusive, em um dos muros.*

Figura 13 - Muro próximo aos trailers com propaganda de serviço de entrega de kit



Fonte: autoria própria

O palco da fila começa a se formar cedo: se você chegar no território do entorno da Nelson Hungria às 7h, especialmente nos dias de visita social, verá muitas mulheres, com roupas similares, em geral moletoms rosas ou azuis, todas de chinelo. Elas são, em sua maioria, mães, esposas e namoradas de homens que estão presos na unidade. Mas também tem algumas irmãs, avós, tias, primas e sobrinhas. Também verá muitas crianças. Homens são poucos, mas há alguns, em geral, irmãos.

Uma conversa frequente no território diz respeito à dúvida se as familiares que visitam na Nelson Hungria são “privilegiadas” em relação às que visitam em outras prisões. Apesar de afastada das regiões centrais da cidade, a penitenciária localiza-se no meio de um bairro, próxima a diversos serviços, especialmente ao longo da VP-1. Mas o que marca a particularidade da fila, ali, é a presença dos trailers.

São três trailers no entorno da Nelson Hungria: da Paula, da Poliana e da Priscila. Dois deles ficam um ao lado do outro, enquanto o terceiro fica um pouco mais afastado. Nos dois primeiros,

*tem um quarto pequeno na parte de trás, com alguns colchões espalhados, onde as familiares podem dormir quando chegam na fila com muita antecedência e, em todos eles, há banheirinhos. Eles são similares entre si: do lado de dentro, é onde fica a cozinha improvisada, o espaço para guardar os pertences das familiares, geladeiras com diversas bebidas e a vitrine exibindo produtos variados: salgados, pacotes de biscoito, sabonetes, aparelhos de barbear, cuecas, temperos em pó, sucos em pó, canetas, cigarros, isqueiros, sacolas plásticas; do lado de fora, ficam espalhadas cadeiras e mesas, que, durante o horário da fila, quase não ficam desocupadas.*

*Por causa da presença dos trailers no espaço, as mulheres que vão entrar na prisão têm um lugar para esperar, ir ao banheiro, se alimentar, deixar seus pertences, comprar itens que faltam para o kit. Elas não costumam montar o kit inteiro nos trailers, apenas compram alguns itens que faltam ou que descobriram na fila não serem permitidos. Também compram ali as garrafas de água e de refrigerante que podem levar para a visita, pois seria muito pesado carregar no trajeto, mesmo para quem mora perto. Sofia, que mora no Ipê Amarelo e vai para a fila andando, contou que, certo dia, no caminho, sua sacola rasgou e as garrafas rolaram morro abaixo, então ela teve que sair correndo, com seu filho pequeno no colo, para segurá-las.*

*De manhã, o espaço no entorno da Nelson Hungria tem cheiro de comida, de fritura, de mandioca e de batata frita. Muita comida é preparada nos trailers, pois as familiares podem encomendar as marmitas para levar para a visita social ou os lanches para levar para a visita íntima. A encomenda costuma acontecer ou no próprio dia da fila ou com antecedência, sendo que as trabalhadoras divulgam os preços em suas redes sociais ao longo da semana. No caso de encomendar na fila, corre-se o risco, no entanto, de não ter as opções desejadas. Na fila, elas também aproveitam para pesar as marmitas que levaram de casa ou as encomendadas nos trailers, pois, se passar um pouco do peso, elas podem ser barradas na entrada da prisão. De forma geral, os preços das marmitas e dos lanches, bem como dos outros produtos e serviços disponibilizados, não variam muito entre os trailers. Como exemplo, ao longo de 2024, as opções e os preços eram, em média, o seguinte:*

*Para as visitas sociais:*

- *Combo 1: 300g de batata, 500g de carne mista, 250g de arroz e 250g de macarrão, por R\$60,00;*
- *Combo 2: 1kg de carne de boi, 500g de arroz, 500g de macarrão, 300g de batata, 300g de salada e 4 ovos, por R\$115,00;*
- *Combo 3: 1kg de carne de boi e porco, 250g de arroz, 250g de macarrão, 300g de mandioca e 4 ovos, por R\$91,00.*

*Para as visitas íntimas:*

- *6 pedaços de carne (picanha), 6 pães, 1 salada, 2 batatas, 1 refrigerante e 1 água e 1 guarda-volume (durante a noite), por R\$85,00.*

*Além da organização dos kits e das marmitas, as mulheres se arrumam, tomam banho, descansam nos quartos dos trailers, dão comida para seus filhos pequenos, brincam com eles, relatam as dificuldades de ter um homem da família encarcerado, contam da alegria pelo iminente alvará de soltura, compartilham histórias acerca de seus trabalhos, de suas vidas.*

*As trabalhadoras dos trailers, também em sua maioria mulheres, participam ativamente da movimentação da fila. Elas conhecem os regramentos, o que pode e o que não pode, se a calça jeans, naquela semana, é ou não permitida. Só de elas olharem para uma familiar que chega na fila, sabem dizer das probabilidades de ela ser ou não barrada na prisão, dizem “com essa blusa aí, não entra não” ou, verificando a marmita, comentam “está com muito caldo, tem que tirar o caldo e não pode usar tempero com cheiro forte”.*

*Da primeira vez que fui na fila da Nelson Hungria, em meados de 2023, a entrada na unidade ocorria por ordem de chegada. Assim, não era raro as familiares chegarem com dias de antecedência, principalmente aquelas que viajavam distâncias maiores. Elas ficavam, em grande parte, nas pensões próximas aos trailers. As pensões eram administradas, em regra, pelas próprias donas dos trailers. Pouco tempo depois da primeira ida, no entanto, a administração da unidade publicou um Informativo (Anexo C) acerca de alteração na dinâmica de entrada. A partir de então, a ordem da visita ocorreria por meio de agendamento prévio. O agendamento ocorreria no final da visita anterior, ou seja, a familiar, ao sair de uma visita, já pegava a senha para a visita seguinte. Assim, para pegar uma boa senha, tinha que sair o mais cedo possível da*

*visita. No dia da fila, as familiares “com senha” e prioridade entram primeiro e, depois, entram as “sem senha”. Elas contam que nenhuma das duas dinâmicas é boa, seja a entrada por ordem de chegada ou por senha. Na primeira, de acordo com elas, é pior porque as obrigam a chegar com mais tempo de antecedência; a segunda, por outro lado, as obrigam a sempre sair mais cedo de uma visita para pegar uma senha melhor para a seguinte.*

*Na fila da Nelson Hungria, assim como ocorre em outras, a presença de obreiros(as) da Universal nos dias de visita social é certa. Eles(as) chegam cedo, por volta de 6:30. Montam algumas mesas cheias de lanches de café da manhã dentro de um pequeno galpão que fica ao lado da entrada da penitenciária. No entanto, eles(as) não ficam lá por muito tempo. Certa vez, uma das obreiras contou que eles(as) chegam, montam a mesa do café da manhã, passam na fila pegando os nomes das familiares que serão colocados na oração durante a semana. A oração é tanto pelas pessoas que estão presas, que elas possam encontrar o caminho “certo” ao serem livres, mas também pelas familiares, que elas tenham força suficiente para aguentar os sofrimentos de acompanhar um ente preso. Também aproveitam para distribuir materiais religiosos, como panfletos e jornais. Assim que pegam todos os nomes, entre 7:30 e 8h, recolhem tudo e vão embora.*

Figura 14 - Jornal da Universal no chão próximo aos trailers



Fonte: autoria própria

*Os policiais penais não participam tanto da dinâmica das filas. Eles ficam do lado de dentro da prisão, chamando as senhas. Certa vez, adentrei um pouco na unidade para tirar dúvidas sobre a visita com os policiais, e eles contaram que quase não frequentam os trailers, mas, de vez em quando, na pressa, compram algo de comer antes do horário de trabalho. Não frequentam os trailers, mas costumam deixar seus carros no lava-jato.*

*Na Nelson Hungria, como tem os trailers, as familiares não precisam ficar o tempo inteiro na entrada da prisão. Ali, elas só ficam quando se aproxima das 8h, quando elas formam uma fila propriamente dita, na ordem das senhas e das prioridades. Depois que elas passam pelo primeiro portão na entrada, formam novamente uma fila do lado de dentro. Depois disso, ainda passam por diversas etapas antes de finalmente encontrarem seu familiar: primeiro tem a conferência dos documentos para confirmar se o cadastro para fazer visita está válido, se não há alguma*

*anotação ou suspensão; após, elas passam pela revista das marmitas, momento em que as comidas preparadas ou encomendas nos trailers são arbitrariamente reviradas; tem também a revista de eventuais itens que elas tenham levado e, por fim, as mulheres passam pelo body scan. Por todos esses procedimentos, as familiares demoram muito para entrar na unidade. O horário de início é às 8h, mas elas ficam do lado de fora da unidade até por volta de 11h. Aquelas que só conseguem entrar às 11h só vão encontrar seu parente preso por volta das 13h.*

*Quando se aproxima das 9:30, a movimentação ao redor dos trailers já diminuiu bastante. Parte das familiares já entraram na prisão e aquelas que ainda aguardam estão na fila propriamente dita próxima à entrada. Ficam apenas as trabalhadoras, algumas crianças que não puderam entrar, familiares e amigos que foram apenas para acompanhar e os motoristas que estão aguardando o término da visita. A movimentação diminuiu, o trabalho continua.*

## **5. TRABALHO E SOCIABILIDADE: O ENTORNO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA**

No enxerto II, apresentamos a fila da Nelson Hungria como a construção de um palco. Diferente do que ocorre nas Feiras Livres de Sato (2007), contudo, esse palco, apesar de ser densamente vivido durante a fila, se mantém ao longo do(s) dia(s), mesmo quando ela se desfaz. O território do entorno da Nelson Hungria, assim, não se resume às filas, mas é construído a partir delas.

O território, como temos afirmado, é trabalho materializado. Por meio do trabalho, o ser humano interage com a natureza, que, então, deixa de ser natureza para se transformar em espaço geográfico. Como apresentamos no Enxerto II, o território do entorno da Nelson Hungria é materializado por diversos trabalhadores(as): atendentes de lanchonetes e dos trailers, motoristas - de transporte público ou privado -, trabalhadores de obras públicas, policiais penais, obreiros de igrejas evangélicas, trabalhadores de lava-jato e pensões. Nesta pesquisa de Mestrado, apesar de termos tido encontros com esse vasto mundo do trabalho, focaremos nossas reflexões, especialmente, a partir de duas formas: o trabalho das familiares e o trabalho nos trailers.

A seguir, apresentaremos com mais especificidade as categorias de trabalho e sociabilidade, em seus sentidos transistórico e histórico. Após, apresentaremos algumas discussões acerca da Teoria da Reprodução Social para, por fim, apresentar as reflexões sobre o trabalho das familiares e nos trailers. Ao longo do capítulo, resgataremos diversos elementos apresentados no Enxerto II para refletirmos sobre trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria.

### **5.1 AS CATEGORIAS TRABALHO E SOCIABILIDADE**

Conhecer o trabalho no entorno da Penitenciária Nelson Hungria - em especial, o trabalho das familiares e nos trailers - não se resume à compreensão das tarefas realizadas pelas trabalhadoras. Nesta pesquisa, consideramos a categoria trabalho em seu sentido ontológico, como a atividade especificamente humana de se relacionar com a natureza com o objetivo de produzir os bens necessários à vida (Marx, 2013).

O ser humano, apesar de possuir uma base natural - o corpo humano -, se relaciona com o seu meio de forma diferente do que ocorre com outros animais<sup>117</sup>. Estes, ao executarem atividades, o fazem com base na intuição, na medida em que os seres humanos possuem a peculiaridade de realizar um procedimento de elaboração prévia, na consciência, antes da ação. Essa prévia ideação é o que permite o ser humano não só agir sobre a natureza, mas compreender as leis gerais que regem o seu funcionamento e, dessa forma, desenvolver potencialidades antes latentes. Resumindo, Marx explica que

o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (...). A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (2013, p. 255).

Trabalhar, então, diz respeito à produção da vida, uma necessidade ontológica. Trabalhamos para produzir aquilo que supre as necessidades humanas, que não se restringem ao que costumamos considerar como necessidades vitais, como alimentação e abrigo. Também supre as necessidades sociais, aquelas criadas a partir dessa relação específica em que o ser humano, por meio de prévias ideações, age de forma consciente sobre a natureza, modificando-a.

Essa relação, todavia, não se dá de forma isolada entre um indivíduo e a natureza, mas de forma compartilhada entre diversas pessoas. O trabalho, antes de tudo, é uma atividade essencialmente social (Lukács, 2012). As pessoas trabalham em conjunto com o objetivo de produzir, no coletivo, sua existência, tanto como sujeitos particulares quanto como gênero humano. O conjunto de pessoas, nesse sentido, vai produzindo sua existência na medida em que também vai modificando essa existência, pois, “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 2013, p. 255).

Retomamos, aqui, as discussões realizadas ao longo do capítulo anterior, no qual trouxemos nossas concepções de sujeito, com base no marxismo, indicando que não há uma natureza humana propriamente dita, tendo em vista que a essência do ser humano é justamente a

---

<sup>117</sup> Lukács (2012), para explicar a passagem do ser natural para o ser social, utiliza a categoria “salto ontológico”, afirmando que, apesar de não ser possível indicar o momento histórico exato em que se realizou tal passagem, podemos entendê-la por um processo de comparação do antes e do depois. O ser social, assim, é essencialmente caracterizado pelo trabalho, por essa forma peculiar de se relacionar com a natureza, que diverge, na essência, da forma como ocorre com os seres naturais (Lessa, 2007).

sua possibilidade - e necessidade - ontológica de mudança<sup>118119</sup>. Lhuilier resume essa reflexão ao afirmar que “o sujeito não existe em si, mas existe como uma perseverança” (2017, p. 297). A perseverança diz respeito à necessidade constante de os seres humanos se relacionarem com seu meio e entre si a fim de produzir sua existência, processo que ocorre por meio do trabalho, que desencadeia mudanças. A mudança se dá nas relações das pessoas com a natureza e também entre elas, relações que vão também se modificando, fazendo surgir novas necessidades e, portanto, novas formas de se relacionar. Há, então, uma relação ontológica entre trabalho e sociabilidade e, dessa forma, não é possível falar sobre um sem considerar o outro.

Conhecer o trabalho, a partir de seu sentido ontológico, nos leva à discussão sobre a relação dialética que ocorre entre o momento da prévia ideação e o da exteriorização da consciência, ou seja, dos processos de subjetivação e objetivação. A separação entre os dois momentos, entretanto, é apenas didática, tendo em vista que eles ocorrem dialeticamente, um agindo sobre o outro. Assim, “a subjetividade - como a forma peculiar de apropriação do mundo social e material, se constroi sobre uma materialidade, sobre um contexto, uma história, um espaço - e o faz por meio, fundamentalmente, do trabalho” (Barros; Nogueira, 2004, p. 162) e, nesse sentido, há uma formação concomitante de subjetividades e sociabilidades.

As formas como as pessoas vão produzindo a sua existência não se restringe às interações exclusivas com a natureza a fim de criar bens para suprir as necessidades vitais, mas, dialeticamente, as pessoas também se relacionam umas com as outras a partir das necessidades essencialmente sociais que foram produzidas pelo trabalho.

Nesse contexto, na medida em que as pessoas vão produzindo sua existência, elas vão alterando suas relações, alterando, inclusive, as próprias formas de se trabalhar. O trabalho, assim, vai assumindo roupagens diferentes nos contextos históricos particulares com o avanço da sociabilidade e, dessa maneira, para compreendermos a realidade, é preciso distinguir duas perspectivas da categoria trabalho: sua perspectiva transistórica, ontológica, como temos

---

<sup>118</sup> A discussão em Lukács (2012), a partir de Marx, se dá em contraponto a teorias que vão pensar qual é a essência do ser humano (em contraposição ao fenômeno). Assim, essência seria aquilo que não muda (continuidade), enquanto o fenômeno é aquilo que vai sendo alterado com o tempo. A tradição de pensamento hegemônico busca teorizar sobre qual o “estado natural” do ser humano, como se fosse possível descrever um ser humano em abstrato. São essas teorias que defendem, por exemplo, uma natureza boa ou ruim ou, até mesmo, perigosa em determinadas pessoas, o que justificaria a incidência penal do Estado.

<sup>119</sup> Portanto, “não há em Marx (...) um ser indeterminado, atomizado, tomado em desconsideração ao seu meio, onde ele forja sua existência. Há, antes, um ser que transforma a natureza por meio de sua autoatividade e, com isso, transforma simultaneamente a sua própria natureza humana. Essa autoatividade se dá sempre em sua interrelação com o meio e com outros homens, estando necessariamente condicionada a um determinado resultado material histórico” (Medrado, 2018, p. 93).

apresentado neste tópico e, por outro lado, sua perspectiva histórica, que diz respeito justamente aos formatos que o trabalho assume em contextos específicos (Lima, 2002b).

Em nosso atual modo de produção capitalista, o trabalho, apesar de ainda ser produtor de bens com valores de uso, tem como objetivo primordial a produção de lucro para uma pequena parcela da sociedade. E, para que o trabalho produza esse mais-valor, é necessária a exploração humana (Marx, 2013). Dessa forma, o trabalho, no capitalismo, é convertido em trabalho abstrato, reduzindo-se à noção de força de trabalho, como se todas as atividades pudessem ser equalizadas a partir de seus valores de troca, perdendo, então, as possibilidades de produção da vida de forma livre<sup>120</sup>. Assim, trabalhar nesse modo de produção passa a carregar uma tensão constante, pois, “ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado, alienado, estranhado” (Navarro; Padilha, 2007, p. 15)<sup>121</sup>.

O capitalismo, de forma geral, opera uma divisão na sociedade em duas classes: de um lado, aquelas que dependem da venda de sua própria força de trabalho, ou a de familiares, para (sobre)viver e, de outro, aquelas que dependem da exploração da força de trabalho alheia. A classe trabalhadora, como discutiremos nas próximas páginas, não é homogênea, mas abarca uma quantidade incontável de formas de trabalhar no capitalismo.

Os capitalistas, nesse sentido, para seguirem gerando mais-valor para si próprios, dependem da expansão ilimitada desse modo de produção, especialmente para espaços geográficos que não produzem sua existência dessa maneira, como foi o caso das nações latino-americanas. Nesses países, e em especial no Brasil, o capitalismo foi imposto por meio dos processos de colonização, escravização de povos indígenas e da população negra e de imperialismo, situando o país, atualmente, no que temos considerado como economia de capitalismo periférico e dependente (Marini, 2000).

Em nossa realidade brasileira, o modo de produção capitalista coexistiu, em sua gênese no país, com outros modos de produção, como a escravidão indígena e negra, o que apresenta

---

<sup>120</sup> Antunes, refletindo sobre a noção de “trabalho abstrato”, explica que “a partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta tornam-se subordinados a outra condição, a de ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais-valor” (2010, p. 10).

<sup>121</sup> Lessa, ao comentar sobre a sociabilidade capitalista, explica: “as pessoas, aqui no sentido de humanidade, são o que elas fazem. Os seres humanos são as relações sociais que estabelecem entre si; os indivíduos são as conexões que estabelecem com a história da qual são partícipes. Como vivemos em uma sociedade que produz mercadorias, fazemos a nós próprios “guardiões de mercadorias”. Os da classe dominante são “guardiões do capital”, os assalariados são guardiões da sua força de trabalho, a única mercadoria que têm para vender (2006, p. 235).

repercussões em nossa sociabilidade de diversas formas até os dias atuais. Por exemplo, como indicamos no capítulo anterior, a população negra, submetida a séculos de escravidão, foi inserida na lógica do “trabalho livre” de forma marginalizada. No entanto, a marginalização não significa a não participação na (re)produção social capitalista, mas a sua participação a partir de formas específicas de exploração e opressão.

Ainda, na particularidade brasileira, nas últimas décadas do século XX, os processos de reestruturação produtiva<sup>122</sup> provocaram impactos no sentido de precarizar aquilo que já era precarizado. Ao contrário do que ocorreu com países do Norte Global em meados do século XX, no Brasil e em outras nações latino-americanas, não vivenciamos o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social, ou seja, não tivemos um período de pleno emprego no qual a classe trabalhadora pudesse acessar direitos e os diversos bens produzidos de forma capitalista. Pelo contrário, em nossa realidade, a história do capitalismo é uma história de superexploração da força de trabalho.

Ao discutirmos a Economia Política da Pena, no capítulo anterior, indicamos que o modo de produção capitalista se articula com a totalidade da vida para além da esfera especificamente produtiva. O capitalismo, por si só, pressupõe a exploração da força de trabalho humana, mas, em nossa realidade latino-americana, essa exploração tem se dado de forma particular por meio do conceito de superexploração. Com fins de garantir, então, a superexploração da população brasileira, em especial da população negra, o sistema penal tem exercido importante papel.

Não obstante, o trabalho das pessoas que passam pelo cárcere não é o único afetado pelo território punitivo, que tem criado diversas formas de trabalho<sup>123</sup>, mesmo que, por vezes, não muito conhecidos ou estudados. Sato, nesse sentido, nos adverte que “conhecemos muito pouco sobre os trabalhos criados cotidianamente pelas pessoas para dar conta de sua sobrevivência. Há um mercado de trabalho, invisível, mantido e reproduzido por pessoas que se vinculam a comunidades e redes de relações interpessoais” (2013, p. 106).

---

<sup>122</sup> A reestruturação produtiva se deu como resposta a uma crise estrutural e cíclica do capitalismo. Suas características principais relacionam-se ao abandono do fordismo-taylorismo em prol do toyotismo, da adoção de tecnologias que possibilitam produzir mais lucro com menor quantidade de trabalhadores (Antunes; Druck, 2014) e no investimento estatal e privado na produção de ciências em prol do capitalismo (Freitas, 2017). Como resultado no mundo do trabalho capitalista, ocorre uma flexibilização e diversificação nos formatos do trabalho abstrato, que deixam de centralizar a figura do emprego e coexistem como diversas modalidades, como os “bicos, terceirização, uberização, trabalho doméstico invisível, trabalho no campo” (Barros, 2019, p. 64).

<sup>123</sup> Além dos trabalhos centrais nesta Dissertação, indicamos outros que são produzidos a partir da prisão: o trabalho dos policiais penais, dos técnicos do sistema prisional, de produtores de filmes/séries/livros policiais, os diversos trabalhos relacionados ao sistema de justiça criminal - juízes, promotores, defensores públicos, advogados, policiais, etc.

Nesse contexto, antes de trazermos as reflexões acerca da realidade dos trabalhos das familiares e nos trailers, passaremos por uma breve discussão acerca da Teoria da Reprodução Social, que tem contribuído nas análises acerca do atual mundo de trabalho.

## 5.2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Neste tópico, apresentaremos brevemente o que tem sido considerado como Teoria da Reprodução Social (TRS) e suas principais contribuições que dialogam com esta pesquisa de Mestrado. Afirmamos, desde já, que a TRS segue o arcabouço teórico marxista para compreender nossa realidade e, nesse sentido, situa o trabalho humano como o centro da produção e reprodução de nossa existência (Bhattacharya, 2023a). Assim, o principal intuito da TRS é avançar na teoria do valor de Marx<sup>124</sup>, considerando a totalidade das relações sociais de reprodução da vida no capitalismo e, a partir disso, ampliar a noção de classe trabalhadora para além da tradicional imagem do proletariado.

Em Marx - e de forma hegemônica na tradição marxista -, as análises sobre trabalho no capitalismo tendiam a focalizar aquela atividade que ocorria propriamente no setor produtivo, em atividades restritas à noção de emprego ou de trabalho nas fábricas. Não aprofundam, contudo, naquilo que abordamos anteriormente sobre as articulações entre trabalho e sociabilidade, isto é, aos modos como o processo de trabalho, em seu sentido ontológico, impulsionam a criação de novas práxis sociais, não mais restritas ao trabalho em si. Assim, deixam de lado a compreensão de diversos trabalhos ou atividades em geral que ocorrem de forma não propriamente capitalista, o que tem sido tarefa prioritária das autoras da Teoria da Reprodução Social.

Nesse sentido, a TRS como um grupo que compartilha bases teóricas em comum é recente, apesar de suas primeiras elaborações estarem presentes em momentos anteriores<sup>125</sup>. Podemos situar a sua gênese nas discussões sobre o trabalho doméstico e sua relação com o trabalho produtor de mercadorias no capitalismo<sup>126</sup>. Assim, um dos principais pontos de discussão

---

<sup>124</sup> De forma resumida, a teoria do valor de Marx é a sua explicação acerca da exploração da força de trabalho no capitalismo com fins de geração de mais-valor. Assim, ele “nos apresenta os conceitos de tempo de trabalho necessário e excedente. O necessário é a parte da jornada de trabalho em que o produtor direto, o trabalhador, produz o valor equivalente ao necessário para sua própria reprodução. O tempo de trabalho excedente é o restante da jornada de trabalho, durante o qual ele gera valor adicional para o capital” (Bhattacharya, 2023b, p. 123).

<sup>125</sup> Machado, nesse sentido, apresenta um histórico que levou ao desenvolvimento da TRS (2023).

<sup>126</sup> Nesse contexto, “uma das inovações teóricas mais importantes em que contribuíram as feministas foi aquela relativa à definição do trabalho doméstico, pois foram elas as primeiras a romper com o uso da categoria trabalho

dizia respeito ao caráter produtivo ou improdutivo do trabalho doméstico, realizado de forma não assalariada, no âmbito privado das famílias e, predominantemente, executado pelas mulheres<sup>127</sup>. Contudo, o foco restritivo ao trabalho doméstico impedia a compreensão de diversas outras atividades que, apesar de não se enquadrarem nesses termos, também tinham como objetivo a reprodução da vida.

Nesse contexto, as autoras da TRS constroem seus estudos a partir da seguinte reflexão:

se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, então quem produz o trabalhador? Em outras palavras: quais processos permitem que a trabalhadora chegue às portas de seu local de trabalho todos os dias para produzir a riqueza da sociedade? Qual o papel do café da manhã em sua prontidão para o trabalho? E a relevância de uma boa noite de sono? Entramos em águas ainda mais turvas se estendermos as perguntas para incluir processos que se dão fora da casa dessa trabalhadora. A educação que recebeu na escola também não a “produz”, uma vez que a torna empregável? E o sistema de transporte público que a leva para o trabalho, ou aos parques públicos e bibliotecas que oferecem lazer a fim de que ela possa se sentir revigorada para retornar ao emprego? (Bhattacharya, 2023a, p. 18).

As autoras, dessa forma, avançam nas discussões sobre o trabalho doméstico feminino ao pautarem a construção de uma teoria unitária das relações sociais no capitalismo, ou seja, no entendimento de que, para uma compreensão mais próxima da realidade, não podemos desvincular as esferas da produção e da reprodução da vida. Elas, então, fazem um resgate da categoria de totalidade de Marx a fim de pautar que o capitalismo não se restringe às relações de trabalho abstrato, mas englobam as relações sociais de forma ampla, inclusive ao trabalho de reprodução da mercadoria força de trabalho (Ruas, 2020). Nesse sentido, a TRS

insiste que nossa compreensão do capitalismo é incompleta se o tratarmos apenas como um sistema econômico que envolve trabalhadores e proprietários, se não examinarmos as maneiras pelas quais uma reprodução social mais ampla do sistema - o trabalho reprodutivo diário e geracional que ocorre nas famílias, nas escolas, nos hospitais, nas prisões e assim por diante - sustenta o impulso (Ferguson *apud* Bhattacharya, 2023a, p. 19).

A citação acima traz duas informações relevantes para a compreensão da TRS: a primeira dela diz respeito ao trabalho de reprodução social, ou seja, às formas como o trabalhador, produtor de todas as riquezas da sociedade, é ele mesmo produzido todos os dias e também entre as gerações; a segunda diz respeito à ampliação da ideia de quem é responsável pelas tarefas vinculadas à reprodução social. Tradicionalmente, este trabalho, nas análises teóricas sobre o

---

como relativo exclusivamente às atividades de produção e afirmando que sim, o trabalho doméstico também é trabalho” (Luna, 2017, p. 109).

<sup>127</sup> Conforme discutido por Souza e Ferraz (2023).

tema, se resume àquele realizado pelas mulheres no âmbito privado, ou seja, o trabalho doméstico<sup>128</sup>. A TRS, por uma leitura mais ampla da sociedade, compreende que não é apenas o trabalho doméstico que reproduz a mercadoria força de trabalho, mas diversas instituições e relações sociais o fazem, mesmo que, em nosso contexto brasileiro, as mulheres ainda são responsáveis por grande parte dessas tarefas.

Ainda, uma parte importante dessa citação para a presente pesquisa diz respeito à ideia de que a prisão também é um espaço de reprodução social, uma vez que as pessoas presas, apesar de viverem em contextos extremamente precarizados e violentos, também seguem reproduzindo sua vida, mesmo que não estejam inseridas em algum tipo de trabalho formal dentro da prisão, ou seja, mesmo que não estejam diretamente produzindo mais-valor para o capital (Jeremias, 2022).

As teóricas da TRS, então, apontam que compreender a esfera da reprodução social é um importante elemento na luta contra o capitalismo, pois “as ações pelas quais a classe trabalhadora se esforça para atender às suas próprias necessidades podem servir de base para a luta de classes” (Bhattacharya, 2023b, p. 131). O trabalho de reprodução social, nesse sentido, evidencia as contradições do modo de produção capitalista, tendo em vista que, se por um lado, as atividades relacionadas à reprodução social dizem respeito a uma melhora na vida das pessoas, por outro, no capitalismo, elas estão submetidas à lógica do capital e têm como objetivo primordial a (re)produção de uma força de trabalho que será explorada.

Com base no que apresentamos acerca da TRS até aqui, indicamos que o propósito é resgatar o caráter humano do trabalho - tão desumanizado no modo de produção capitalista. A contradição apontada no parágrafo anterior diz respeito justamente a isso. No capitalismo, trabalho se resume à força de trabalho, a uma capacidade de trabalhar em abstrato, que teria como resultado esperado não a produção da vida, mas a produção de mais-valor para o capitalista. Concordamos, dessa forma, com as proposições da TRS ao afirmar que “em seu núcleo está a concepção de trabalho como amplamente produtivo - criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da *vida*) mesma” (Ferguson, 2017, p. 24).

---

<sup>128</sup> Bhattacharya afirma que “o campo historicamente mais duradouro para a reprodução da força de trabalho é, obviamente, a unidade que chamamos de família. Ela desempenha um papel fundamental na reprodução biológica - e na recuperação do trabalhador por meio de comida, abrigo e cuidados psíquicos, a fim de se preparar para a jornada laboral do dia seguinte. Ambas as funções, no capitalismo, são desproporcionalmente executadas pelas mulheres e são a fonte de sua opressão nesse sistema. Contudo (...), a força de trabalho (...) não é simplesmente reabastecida em casa nem reproduzida sempre de forma geracional. A família pode ser o local da renovação individual da força de trabalho, mas isso por si só não explica “sob quais condições e [...] com quais costumes e exigências de vida” a classe trabalhadora de qualquer sociedade em particular foi produzida” (2023b, p. 126-127).

A TRS, nesse sentido, se baseia na noção marxista de totalidade social para compreender como se dão as relações sociais no capitalismo de forma unitária (Ruas, 2020). Logo, busca superar análises que situam as opressões como sistemas de relações sociais independentes das relações capitalistas e, por consequência, defende a ideia central de que as relações sociais de opressão são coproduzidas de forma simultânea às relações de exploração pelo capital (Bhattacharya, 2023a)<sup>129</sup>.

Esse entendimento é fundamental para compreendermos quem é a classe trabalhadora atualmente, pois indica que a força de trabalho, categoria inerente ao modo de produção capitalista, não é abstrata, mas composta por seres humanos corporificados, heterogêneos no que diz respeito a gênero, raça, idade, sexualidade, nacionalidade etc. Assim, McNally explica que

em vez de enumerar eixos e vetores distintos, ela [a TRS] mostra as interrelações sistemáticas por meio das quais a dominação racial e de gênero estão totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista, de tal modo que não podem ser consideradas separáveis, ainda que permaneçam analiticamente distintas a certo grau aproximado de abstração (2023, p. 178)<sup>130</sup>.

Essas discussões são de extrema relevância ao se preocuparem em compreender as particularidades de como o modo de produção capitalista afeta a vida da classe trabalhadora, entendida não como um grupo homogêneo de pessoas - historicamente, associado a homens brancos operários em fábricas - mas como um conjunto muito diverso que trabalha de diferentes maneiras. Por exemplo, no caso brasileiro, temos discutido como o racismo tem desempenhado um papel central na (super)exploração da classe trabalhadora, atingindo, então, de forma específica a população negra - o que tem se articulado indissociavelmente à atuação do sistema penal.

A discussão sobre o racismo no que diz respeito à exploração da classe trabalhadora, no entanto, não se esgota no trabalho dos homens negros, haja vista as especificidades para as

---

<sup>129</sup> A autora afirma que “o processo de acumulação, portanto, não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias, que, por sua vez, agem sobre a forma determinada de extração de trabalho excedente. A relação salário/trabalho impregna os espaços da vida cotidiana não remunerada” (Bhattacharya, 2023b, p. 147).

<sup>130</sup> O autor exemplifica essa reflexão ao afirmar que “essa é uma das razões pelas quais debates abstratos como “o racismo é necessário para o capitalismo?” são decididamente falhos. Não se pode conhecer essas coisas antecipadamente, com base em princípios abstraídos da vida histórica concreta. O que podemos dizer é que o processo histórico real pelo qual o capitalismo emergiu em nosso mundo envolveu, de modo integral, relações sociais de raça e dominação racial. Do ponto de vista do efeito - capitalismo racializado -, podemos dizer definitivamente que o racismo é uma característica necessária ao capitalismo histórico em que vivemos. O efeito tornou-se assim uma causa, e é reproduzido, de modo sistemático, na e por meio da reprodução do modo de produção capitalista” (McNally, 2023, p. 173).

mulheres negras. Como afirma González, “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (2020a, p. 56).

Nesse contexto, o feminismo hegemônico produzido no Norte Global em meados do século passado foi essencial para o desenvolvimento do que hoje chamamos de Teoria da Reprodução Social, no entanto, por ter sido elaborado majoritariamente por mulheres brancas, as análises, por vezes, restringiam as experiências das mulheres trabalhadoras àquelas que, até então, se encontravam predominantemente no lar e fora dos espaços produtivos do mundo do trabalho capitalista.

As discussões vinculadas a essas abordagens do feminismo, por vezes, centravam-se na crítica a uma certa ideologia patriarcal, ou seja, a uma visão de mundo que, além de reduzir gênero ao sexo biológico, associa a noção de feminilidade com as tarefas de reprodução social como se esses encargos fossem naturalmente de responsabilidade das mulheres.

Avançando nessa discussão, Angela Davis, no primeiro capítulo de *Mulheres, raça e classe* (2016), desconstrói a ideia de mulher enquanto categoria abstrata e homogênea ao contar a história das mulheres negras escravizadas no sul estadunidense e indica que, diferente da visão ideológica que associa o trabalho da mulher ao âmbito doméstico e privado, as mulheres negras escravizadas acumulavam os trabalhos nas esferas da produção e da reprodução<sup>131</sup> e como esse histórico apresenta consequências para a atual configuração do mundo do trabalho.

No Brasil, guardadas as particularidades em relação ao contexto estadunidense, a história acerca do trabalho da mulher negra parece seguir um caminho similar ao descrito por Davis. Nascimento e Gonçalves explicam que

as mulheres negras continuam a ocupar os lugares subalternos, estão entre as maiores taxas de desemprego e permanecem por mais tempo desocupadas. Quando estão empregadas, lhes são reservadas as ocupações de menor qualidade, status e remuneração (...). Além disso, há uma preponderância de negras na atividade doméstica, categoria historicamente reconhecida como o segmento mais inferiorizado do mercado de trabalho<sup>132</sup> (2021, p. 282).

---

<sup>131</sup> A autora afirma que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (Davis, 2016, p. 17).

<sup>132</sup> Nesse sentido, “desde a abolição da escravatura, a entrada das mulheres no trabalho remunerado se dá em atividades voltadas ao cuidado das famílias, sobretudo de crianças, enfermos/as e idosos/as. Com ela, multiplicam-se os trabalhos remunerados em casas de família, de babás, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, cuidadoras,

Com base nos referenciais teóricos sobre trabalho apresentados até aqui, reafirmamos, então, que é classe trabalhadora todas as pessoas que, ao longo da vida, participaram da totalidade da reprodução social, mesmo que o trabalho não tenha sido remunerado (Bhattacharya, 2023b). Em relação ao trabalho, produtivo ou reprodutivo, da mulher negra, González afirma que

“é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática” (2020b, p. 83).

Na citação acima, González dá indícios da discussão que faremos no próximo capítulo, articulando o trabalho das mulheres negras com o controle punitivo de homens negros, um fator essencial que o capitalismo no Brasil tem utilizado para assegurar essa superexploração via sistema penal, isto é, a exploração do trabalho de reprodução social das famílias de pessoas presas.

Antes, contudo, apresentaremos os Enxertos III e IV.

---

empregadas domésticas etc. Esse tipo de inserção no trabalho passará a orientar a entrada das mulheres em atividades relacionadas aos cuidados” (Leite, 2023, p. 13).

### ***Enxerto III - A fila começa bem antes...***

*Sexta-feira. Dia de visita social na Nelson Hungria. 7h.*

*O ponto de ônibus na rua Guaicurus, número 244, no Centro de Belo Horizonte, estava relativamente cheio. Cheguei ali por volta de 7h, já sabendo que a linha 6780, Ipê Amarelo, passaria em breve por ter pegado ele no mesmo horário na semana anterior. Indo de 6780, após descer, ainda tem uma caminhada de cerca de 10 minutos.*

*Enquanto esperava pelo ônibus, avistei uma mulher vestindo uma calça e blusa - ambas de tecido moletom na cor rosa - e calçando um chinelo estilo havaianas. Logo veio um 6780, porém o seu letreiro indicava que estava indo para a garagem, como costuma acontecer. Quando ele apareceu na rua, a mulher chamou duas pessoas que estavam na esquina do lado contrário para se aproximarem avisando que o ônibus estava chegando. Era um homem e uma criança de 10 anos - mais tarde, eu descobriria que eram seu marido e sua filha. Eles vieram na direção do ônibus, a mulher deu sinal, porém o motorista logo informou que estava indo para a garagem. Ouvi a mulher comentando com o homem que precisava chegar rápido por causa de sua senha.*

*Eu me aproximei e perguntei se ela estava usando algum aplicativo para olhar o horário do ônibus e comentei que achava os aplicativos muito imprecisos para pegar os ônibus ali para ir para a Nelson Hungria. Ela perguntou se eu estava indo visitar alguém. Disse que não, que estava indo para fazer uma pesquisa e perguntei se ela visitaria alguém, no que ela respondeu que sim, que seu irmão está preso lá há quatro anos. A conversa foi interrompida, pois o ônibus chegou. Enquanto subíamos, perguntei se ela era de Belo Horizonte, respondeu que sim, mas não seguiu a conversa, foi ajudar sua filha a subir também.*

*No ônibus, a família se sentou mais na frente. Eu me sentei na parte de trás.*

*Essa foi apenas a segunda vez que fui para Nova Contagem de 6780, mas me recordava de onde desceria e do caminho que faria até a penitenciária. Seu trajeto é bem parecido com o do 6820, só tendo diferenças já em Nova Contagem. O 6820, quando entra no bairro, segue a VP-1 completamente até chegar na pracinha da penitenciária, enquanto o 6780 passa apenas pelo*

*início da rua, logo entrando à esquerda para dentro do bairro e segue até chegar no Ipê Amarelo.*

*Ao longo do caminho, fui ouvindo música e pensando se seria possível conversar com a família no trajeto do ponto até a Nelson Hungria. Quando o ônibus saiu da VP-1, eu sabia que logo menos teria que dar sinal para descer, mas, antes do esperado, vi que a família se levantou e desceu no ponto em que o ônibus estava parado. O ônibus arrancou e, então, eu me levantei e dei sinal. Pensei que pudesse ter perdido o ponto, então tentei dar sinal o mais rápido possível para não parar muito longe. Ele parou em seguida, desci, porém não reconheci onde estava. Fui caminhando no sentido contrário para tentar encontrar os três.*

*Eles estavam logo atrás, então disse que desci para encontrá-los. Perguntei por que haviam descido ali. A mulher contou que achou que tinha que descer naquele local, pois raramente vai para a Nelson Hungria de 6780 e, da última vez, o motorista havia avisado onde era para descer. Então, seguimos o trajeto a pé.*

*Ela contou que se chamava Isabela, seu marido era Maurício e a filha, Lavínia. Os dois estavam acompanhando Isabela, mas eles não entrariam para a visita, ficariam do lado de fora aguardando. Enquanto andávamos, eu e Isabela ficamos atrás. Maurício e Lavínia iam mais na frente.*

*Isabela contou que visitaria seu irmão e que é a única pessoa da família que visita, porque a esposa dele não gosta de ir. Também comentou que estava receosa em começar a trabalhar, pois, dessa forma, não conseguiria mais visitar nas sextas-feiras, apenas aos domingos, então o irmão receberia somente uma visita por mês.*

*No trajeto, Isabela comentou que estava com muita fome. Ela chegaria no entorno da unidade e teria tempo apenas para comprar uma garrafa de refrigerante e outra de água para levar para dentro da prisão e, quem sabe, algum lanche para comer durante o tempo de espera na fila. Ela tinha que chegar até 9h, pois sua senha era de número 61 e teria que estar na fila quando chamasse seu número, pois, de outra forma, perderia seu lugar e teria que esperar junto com as familiares sem senha. Também comentou que gostaria de entrar para a visita antes de o caminhão com o almoço dos presos chegar, pois, quando ele chega, a entrada das visitantes fica*

*suspensa e sem previsão de retornar até o caminhão entrar na unidade, o que costuma levar pelo menos uma hora.*

*Nesse momento, olhei as horas no celular e vi que tínhamos apenas vinte minutos antes das 9h. Caminhamos um pouco, quando Isabela sugeriu que entrássemos em uma rua. Um homem veio andando do outro lado da rua, sugeri que perguntássemos a ele sobre o trajeto para a Nelson Hungria. Ele disse que deveríamos seguir na rua, mas frisou que ainda andaríamos muito. Ele apontou para duas torres que estavam bem distantes de nós, perguntou se estávamos vendo e afirmou que lá era a penitenciária.*

*Isabela comentou, mais uma vez, que gostaria de chegar rápido para dar tempo de comprar algum lanche. Disse que a última coisa que havia comido tinha sido um ovo no dia anterior. Também disse que, em algumas semanas, não come nada e que seu corpo avisa com antecedência quando se aproxima o dia da visita e, então, fica sem comer e sem dormir por umas duas ou três noites. Disse que, nessas noites, só consegue dormir se tomar algum remédio, mas que preferiu não tomar na noite anterior, pois teve receio de dar alguma mancha no body scan e ser barrada de entrar na prisão. Estava sem comer e sem dormir. Perguntei por que ela achava que não conseguia dormir ou comer antes da visita, no que ela disse que era por ansiedade, mas não sabia por quê ficava ansiosa.*

*Ao longo do trajeto, Maurício e Lavínia foram andando mais na frente, brincando. Ele levantava ela pelo braço toda vez que aparecia um degrau e, pela naturalidade em que eles faziam isso, parecia uma brincadeira comum. Reparei que ele estava carregando uma sacola, mas não consegui ver o que tinha dentro, então perguntei a Isabela se era alguma comida para levar para a visita. Ela disse que sim, mas que somente carne, pois seu irmão pede para ela levar apenas isso, que não gosta que Isabela leve outras coisas como arroz ou macarrão. Ela explicou que ele usa a carne para fazer sanduíches com os pães que ela manda pelo kit.*

*Perguntei se Isabela tinha o hábito de comprar comida em algum dos trailers. Ela disse que sim, que fica muito no trailer da Paula, mas que, naquele dia, como só compraria as garrafas de refrigerante e de água, passaria em um supermercado, pois seria mais barato. Eu comentei que sabia de um supermercado bem próximo da pracinha chegando na penitenciária. Isabela respondeu que lá era mais caro, que tinha outro na rua atrás dele.*

*Andamos mais um pouco, quando eu avistei, de longe, um morro e me lembrei que, no alto desse morro, é onde eu havia descido da outra vez que havia ido de 6780. Comentei disso, mas, como o morro ainda estava distante, Isabela disse que perguntaria alguém na rua por um caminho mais rápido, então parou uma mulher que estava andando, no que a mulher disse que o trajeto mais rápido seria pelo morro. Isabela se voltou para mim e comentou, desconfiada, que cada pessoa responde uma coisa sobre o trajeto. Logo, avistamos uma mercearia, então ela entrou e perguntou, mais uma vez, se havia outro caminho mais rápido para chegar na Nelson Hungria ou se poderíamos pegar algum ônibus. A moça da mercearia falou que não conhecia outra opção mais rápida, além de que o único ônibus que poderíamos pegar seria o 6780, mas que demoraria a passar e apenas nos deixaria no final do morro, depois disso, entraria para o Ipê Amarelo.*

*Isabela se despediu e apressou o passo. Ela me perguntou o horário, no que respondi que já era 9:05. Perguntei se tinha algum problema ela chegar depois das 9:00, ela disse que não, que estava tudo bem desde que chegasse pelo menos antes do caminhão da comida. Comentou que apenas não daria mais tempo de comer antes de entrar na prisão.*

*Depois que saímos da mercearia, Isabela passou a andar na frente, com pressa. Até aquele momento, eu havia conversado mais com ela, mas, depois de saber o horário, parecia preocupada em acelerar o passo e, quando fazia algum comentário, parecia estar sem fôlego. Então, fui andando atrás com Maurício e Lavínia e conversando com eles. Perguntei se eles sempre acompanhavam Isabela nas visitas, no que Maurício respondeu que sim, que já estão acostumados e que ele não gostaria de ir sozinho se estivesse no lugar dela. Disse que a parte ruim é ter que acordar muito cedo, pois estava com sono. Também disse que não tinha muita coisa para fazer do lado de fora da penitenciária enquanto aguardava, apenas ficar sentado ou fazendo alguma brincadeira com Lavínia.*

*Subimos o morro e, logo em seguida, chegamos ao supermercado. Assim que Isabela pagou pelas garrafas, saiu apressadamente do supermercado. Ela foi andando na nossa frente na direção oposta de onde estava a prisão. Eu a chamei para atravessarmos a rua. Ela não respondeu, seguiu andando. Eu, Maurício e Lavínia nos olhamos como sem entender para onde Isabela estava indo. Maurício a chamou e disse que ela estava indo para o lugar errado, no que ela atravessou para nos encontrar e comentou, sem fôlego, que não tinha percebido para onde estava indo.*

*Chegamos no entorno da Nelson Hungria às 9:20 e Isabela comentou que ainda passaria na Lanchonete do Tiago, um pouco antes de chegar nos trailers. Ela entrou na lanchonete junto com Lavínia para comprar um pastel, enquanto Maurício e eu ficamos do lado de fora esperando. Ele comentou que estava muito suado da caminhada, que estava uma manhã muito quente. Ao lado da lanchonete, havia uma mulher lavando a calçada de sua casa com uma mangueira, então Maurício foi até ela e perguntou se ela poderia molhá-lo um pouco. Ele segurou a mangueira, jogou a água em sua cabeça, voltou e disse que estava se sentindo bem melhor.*

*Ouvi Isabela, do lado de dentro, impaciente com Lavínia, pois a filha não havia decidido o sabor do pastel frito que elas comprariam. Isabela gritou para que Maurício fosse lá dentro para ajudar. Logo depois, saíram. Lavínia segurava um pastel frito em uma mão e uma lata de refrigerante na outra. Isabela deu uma mordida no pastel de Lavínia e saiu andando apressadamente em direção à entrada da prisão enquanto tentava organizar as sacolas, uma com a marmitta de carne e a outra com as garrafas de água e refrigerante. Não tivemos uma despedida propriamente, ela apenas disse tchau, com a boca ainda cheia do pastel, para mim, Maurício e Lavínia enquanto ela já estava andando.*

*Nós três fomos caminhando devagar em direção aos trailers. Perguntei a Maurício o que ele faria até 15h, horário do término da visita, se ele se sentaria no trailer da Paula. Ele disse que ficaria no galpão mais próximo da entrada da unidade, onde as obreiras da Universal costumam ficar entre 7h e 8h. Ele disse que, lá, tem mais sombra e ele pretendia cochilar.*

*Nos despedimos, eu disse que ficaria um tempo sentado no trailer. A entrada para o galpão é voltada para a prisão, então, do trailer da Paula, não era possível ver o que tinha do lado de dentro. Os dois seguiram andando, sempre brincando um com o outro. Vi quando eles viraram para onde fica a entrada do galpão. Não vi se Isabela conseguiu entrar com sua senha.*

#### ***Excerto IV - Os encontros com Sofia***

*A primeira vez que conversei com Sofia foi na casa de Pedro e Cristina, os responsáveis pelo nosso encontro. Sofia é esposa de Vinícius, que está preso na Nelson Hungria desde 2023. Ela mora na Vila Ipê Amarelo, próxima da prisão e tem um filho, Rafael, de quase dois anos com Vinícius.*

*Sofia conta que ser familiar mudou muito sua rotina. Ela fazia curso de enfermagem três vezes na semana, na parte da noite, chegava em casa às 23h, depois de ter trabalhado em uma farmácia ao longo de todo o dia. Antes de Vinícius ser preso, ele era o responsável por ficar com Rafael no período em que ela estava no curso. Ao longo do dia, Rafael costumava ficar com a mãe de Sofia. Depois da prisão, no entanto, ela teve que sair do curso, pois não teria com quem deixar o filho na parte da noite.*

*Sofia trabalha em uma farmácia no Eldorado. No trabalho, ninguém sabe que seu marido está preso. Eu perguntei como ela faz nos dias de visita durante a semana, ela disse que sempre pega atestado ou falta. Comentou que tem ido muito no médico para pegar atestado e inclusive chegou a tomar injeções para manter a mentira de que estava passando mal. Disse que acha melhor não contar porque as pessoas a julgariam por ser familiar de preso, achariam que ela é criminosa. Ela trabalha no setor financeiro da farmácia, então tem receio de as outras pessoas acharem que, por ela ser familiar de preso, vai roubar o dinheiro.*

*Ela conta que é muito difícil não poder contar sobre sua situação no trabalho. Quando Vinícius foi transferido para a Nelson Hungria, ela pagou uma advogada particular para fazer um pedido no processo para que ele fosse escoltado para se casar no cartório. O pedido foi autorizado judicialmente, então Sofia fez todo o planejamento. Seria um casamento simples, apenas com as pessoas mais próximas, até porque Vinícius teria que retornar para a prisão logo depois. Ela contou que, no dia, quando estava no cartório, ele não apareceu e ela não recebeu nenhuma notícia. Ficou muito triste, contou que passou o dia chorando e que somente dias depois, na visita, Vinícius explicou que foi informado no dia que não havia viatura disponível para levá-lo no cartório. Eles se casaram, então, porque outra pessoa, com a procuração de Vinícius, foi ao*

*cartório. Sofia contou que, no trabalho, as colegas pediram para ela mostrar fotos do dia do casamento e questionaram por que ela não tinha nenhum registro. Ela respondeu que não tirou fotos porque estava muito emocionada no dia e não se atentou para isso.*

*Algumas amigas do trabalho já viram o kit com Sofia e perguntaram o que era e por que os itens estavam guardados daquela forma (cada item dentro de uma sacola plástica). Sofia mantinha a história que enviava os itens por Correio para sua família que mora na roça, pois eles não conseguiam encontrar os produtos lá e que ela guardava nos sacos plásticos para evitar que eles entornassem no envio.*

*Ela contou que uma das piores situações relacionadas ao sistema prisional diz respeito ao agendamento da visita íntima. Explicou que há um site em que as esposas acessam para fazer o agendamento, porém devem entrar nesse site todos os dias da semana, exatamente às 5h33min30s e, caso não entrem em até 30 segundos, o site fica indisponível. Porém, nesse intervalo, como há muitas pessoas acessando, o sistema normalmente cai. Então, é sempre uma luta para agendar a íntima.*

*No encontro que tivemos na casa de Cristina, estávamos sentados em volta daquela mesa do quintal eu, Sofia, Cristina e Carina. Cristina, além de ocupada com as tarefas de suas filhas crianças, naquele dia estava cuidando do bebê de uma prima. Carina também estava com um bebê, seu filho, no colo durante toda a conversa. Sofia não tinha levado Rafael nesse dia, que ficou com sua mãe, pois ela havia se organizado para poder conversar comigo com mais liberdade, sem se preocupar com o filho. Ao longo daquela tarde, elas compartilharam histórias sobre ser mãe, sobre ter que administrar as tarefas do lar e do trabalho fora de casa, das formas que encontram para se apoiar, assumindo a responsabilidade de cuidar dos filhos umas das outras quando necessário.*

*Nesse dia, Cristina comentou que Sofia, assim como ela, estava tentando auxílio-reclusão. Comentei que já fiz estágio na Defensoria Pública na área de previdenciário e fiz pesquisa sobre o auxílio, então tentaria ajudar. Sofia contou que já teve três pedidos indeferidos pelo INSS<sup>133</sup>.*

---

<sup>133</sup> Instituto Nacional do Seguro Social.

*Fez os três pedidos em nome de Rafael, pois, na época, ainda não era casada formalmente com Vinícius, então seria mais difícil de conseguir em seu nome. Contou que fez os dois primeiros pedidos sozinha pelo Meu INSS, mas foram negados por falta de comprovação da prisão. Depois, teve que procurar uma advogada, pois já não sabia mais como fazer. A advogada auxiliou, mas o pedido foi novamente negado, dessa vez sob a justificativa de que a média dos salários de contribuição de Vinícius estavam acima do limite legal previsto.*

*Cristina comentou que acha um absurdo as negativas e a demora. Contou que teve muitas dificuldades financeiras quando Pedro estava preso e o auxílio-reclusão teria sido muito importante. Depois de ter sido negado diversas vezes, Cristina ajuizou um processo judicial, que, coincidentemente, está sendo acompanhado por um advogado que já passou pelo Culthis. Conversei, então, com o advogado, pois ele é conhecido, para entender a situação atual. Ele explicou que provavelmente ela vai conseguir, depois de muitos recursos, mas, no momento, o caso está paralisado por causa da criação de um novo tribunal que será o competente para acompanhar o processo. Cristina conta que já não tem mais esperanças, se passou muito tempo. Ficará feliz caso consiga os valores retroativos, porém precisava mesmo do benefício lá atrás, quando Pedro estava preso.*

*Depois, eu combinei com Sofia de ir até sua casa, tanto para conversarmos mais, mas também para eu conhecer Rafael. Ela comentou poderíamos tomar um café da tarde, mas não sabia o que preparar para eu comer, pois não estava habituada a fazer lanches veganos. Eu disse que, se ela fizesse um café, eu poderia levar um bolo. Levei um bolo de limão que Rafael pareceu ter gostado. Sofia perguntou como fazia para o bolo crescer sem leite e sem ovo, disse que já tentou fazer bolo várias vezes e sempre dá errado.*

*Sofia foi uma das pessoas que manifestou curiosidade em relação aos meus registros das conversas. Ela sempre perguntava o que eu estava escrevendo e disse que gostaria de ler algum dia. Eu respondi que poderia enviar os diários de campo que elaborei a partir de nossos encontros, no que ela aceitou. Ela leu os diários e depois me encaminhou com algumas anotações. Inclusive, sugeriu que eu alterasse algumas partes e lembrou outras que não estavam registradas.*

*Numa sexta-feira de visita social, eu estava sentado em um dos trailers, quando Sofia chegou com Rafael. Ela já havia dito que iria naquele dia e que poderíamos nos encontrar para nos vermos antes de ela entrar para a prisão. Conversamos rapidamente e ela perguntou quando seria a apresentação da minha pesquisa. Eu disse que provavelmente em março de 2025, mas que eu avisaria a data exata caso ela conseguisse se organizar no trabalho para comparecer. Ela disse para eu avisar com antecedência para ela tentar uma folga no trabalho. Antes de nos despedirmos, ela comentou “quem sabe o Vinicius não consegue participar até também, né?”.*

## **6 “NÃO É FÁCIL CONCILIAR CADEIA E SERVIÇO”: O TRABALHO DE FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS**

No capítulo anterior, mostramos que uma das tarefas da TRS é “tornar visível o trabalho analiticamente oculto pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas públicas” (Bhattacharya, 2023a, p. 19), ou seja, o trabalho de reprodução social. Esse trabalho é realizado de diversas formas e por múltiplos atores, inclusive pelo próprio Estado. De forma global, mas com destaque na particularidade brasileira, o trabalho de reprodução social tem sido realizado predominantemente no interior dos núcleos familiares, porém não de forma igualitária entre todos os membros, mas majoritariamente pelas mulheres e, em especial, pelas mulheres negras, seja em seus próprios lares ou no de outras pessoas.

Nesse contexto, comentamos no final do último capítulo que a superexploração garantida pelo sistema penal brasileiro extrapola os muros das prisões e tem afetado de forma direta as famílias das pessoas encarceradas, em sua maioria mulheres negras. Buscamos, dessa maneira, analisar a realidade do trabalho dessas mulheres a partir da particularidade do entorno da Nelson Hungria.

Com base nos Enxertos II, III e IV, destacamos a necessidade de superação de um dado aparente da realidade, qual seja o de que o Estado, ao encarcerar uma pessoa, torna-se o responsável pela reprodução de sua vida, o que exigiria a realização de atividades como alimentação, vestuários, higiene etc. (Jeremias, 2022). Apresentamos, ao longo dos referidos Enxertos, situações que explicitam que são as famílias as principais responsáveis pelas tarefas de reprodução social das pessoas presas, o que é visível nos dias de filas das unidades prisionais, mas que não se restringe a elas.

No tópico abaixo, apresentaremos alguns dados sobre as famílias do entorno da Penitenciária Nelson Hungria.

### **6.1 QUEM SÃO AS FAMÍLIAS NO ENTORNO DA NELSON HUNGRIA?**

Como apresentamos nos Enxertos II, III e IV, nas filas de unidades prisionais, é fácil concluir que são as mulheres que caminham junto de seus entes presos, em especial as mães, esposas e namoradas. Apesar dessa constatação, não há dados oficiais publicados em relação a

quem são as familiares de pessoas presas no Brasil. Não obstante, especificamente em relação às familiares de presos na Nelson Hungria, obtivemos alguns dados por meio de pedido via LAI à Informação à Sejusp, como apresentaremos a seguir.

Em 1 de agosto de 2024, havia 4.363 visitantes cadastradas na Penitenciária Nelson Hungria<sup>134</sup>. Dessas, 3.500 são mulheres e 863 são homens, ou seja, mais de 80% das pessoas cadastradas para visitar são mulheres<sup>135</sup>.

Em relação ao grau de parentesco das visitantes adultas com a pessoa presa, a maioria são mães (26%) ou esposas, companheiras e namoradas (33%)<sup>136</sup>. As demais categorias se dividem em filhas, pais, tias, sobrinhas, irmãs, primas, amigas, cunhadas e “outro parente” (não especificado).

Ressaltamos que, dentre esposas, companheiras e namoradas, há apenas dois homens, na categoria “namorado”, ou seja, na Nelson Hungria, há apenas duas visitas LGBTQIAPN+. Em campo, as trabalhadoras dos trailers relataram que ali é mais complicado para homens gays visitarem. Paula contou que, alguns anos atrás, um homem gay tentou auxiliar na organização das filas, porém as mulheres não aceitavam a presença dele ali, então ele pediu a transferência de seu namorado preso para a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, localizada em São Joaquim de Bicas, considerada a unidade penal de público exclusivamente LGBTQIAPN+ de Minas Gerais<sup>137</sup>.

Dos(as) filhos(as) que visitam, a maior parte é menor de idade: 84%. São 663 filhos(as) cadastrados(as) no total, sendo 557 menores de 18 anos, ou seja, a visita da Nelson Hungria é marcada pela presença de muitas crianças, que devem ser acompanhadas de responsáveis adultos.

---

<sup>134</sup> Ressaltamos que o número de pessoas cadastradas para visitar não corresponde necessariamente à quantidade de pessoas que compõem as filas. A pessoa presa pode ter várias pessoas cadastradas para visitá-la ou entregar os kits, por exemplo a mãe, a esposa e os filhos. No entanto, somente é permitida a entrada de um adulto e uma criança por visita, ou seja, a mãe e a esposa não poderiam visitar no mesmo dia. Em diário de campo, registramos o encontro com uma mãe de pessoas presa na Nelson Hungria que encontramos em um dos trailers que contou que sempre vai para a fila, mas não entra para a visita, pois, pela limitação de apenas uma visitante por vez, seu filho tem optado que a esposa faça a visita. A mãe, então, fica do lado de fora, acompanha a organização da fila, mas vai embora quando as mulheres finalmente entram na prisão.

<sup>135</sup> Considerando apenas as pessoas adultas, são 3.204 mulheres e 602 homens.

<sup>136</sup> A divisão entre esposas, companheiras e namoradas é importante, pois apenas as cônjuges casadas ou as companheiras com união estável formalizada podem fazer a visita íntima. As demais, são permitidas as visitas sociais.

<sup>137</sup> Para mais informações sobre essa unidade prisional e reflexões sobre a criminalização de pessoas LGBTQIAPN+ em Minas Gerais: Vidal, 2020. Além disso, também indicamos a leitura da tese de Lago (2019) no que diz respeito às afetações de pesquisa com familiares de pessoas presas e a lesbofobia.

Em relação ao local de residência das visitantes<sup>138</sup>, a maior parte mora em Belo Horizonte (47,5%). Ainda, 10,7% moram no município de Contagem, onde está localizada a Penitenciária Nelson Hungria. Dos demais, 32,5% residem na RMBH e o restante em outras localidades. Na planilha encaminhada pela Sejusp, há apenas a indicação dos municípios, sem diferenciar em quais regiões se encontram. Assim, por meio da busca pelos municípios que compõem a RMBH, chegamos nesses dados. No entanto, como não é o foco neste momento, não aprofundaremos a discussão sobre as localidades de residência das famílias que visitam na Nelson Hungria, apenas ressaltamos que a maior parte não se encontra em Contagem e, portanto, devem se deslocar por grandes distâncias para chegar na prisão.

Nesse contexto, no Enxerto III, apresentamos um encontro de pesquisa com uma familiar que se deu no trajeto BH-Nova Contagem, no qual indicamos os impactos na vida das famílias em ter que se deslocar para as prisões que visitam ou entregam kits. Ao longo desta Dissertação, temos apresentado os obstáculos no trajeto que realizei para chegar no entorno da Nelson Hungria - como podemos perceber pela distância no mapa da Figura 3. Não obstante, destacamos que eu saía da região central de Belo Horizonte, ou seja, de um lugar com mais acesso ao transporte público, o que não é a realidade de todas as regiões da cidade.

Apesar de termos solicitado, não houve resposta quanto à raça das pessoas cadastradas para visitar na Nelson Hungria. Não obstante, considerando os dados acerca do aprisionamento seletivo de pessoas negras em relação às pessoas brancas no Brasil, podemos inferir que as famílias também são, em sua maioria, negras (Jeremias, 2022). Assim, com base nesses dados e na literatura sobre quem são as famílias de pessoas presas, concluímos que as familiares no entorno da Nelson Hungria são em sua maioria mulheres negras, com destaque para as mães, esposas, namoradas, companheiras e cônjuges.

A seguir, continuaremos na análise acerca da realidade do trabalho de familiares de pessoas presas.

## 6.2 O TERRITÓRIO PUNITIVO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS

---

<sup>138</sup> Na planilha encaminhada pela Sejusp, há a indicação de cinco visitantes que não possuem o local de residência informado e 40 visitantes com “município ignorado”, porém não há explicações sobre o motivo.

Como afirmamos, vivemos em um território punitivo no qual as relações sociais são pautadas por nossa sociabilidade baseada na visão de mundo da ideologia da defesa social. Assim, destacamos que o controle punitivo brasileiro não se restringe às pessoas encarceradas, mas extrapola os muros das prisões, estando presente nas diversas relações sociais. Não obstante, os territórios são conformados a partir de desigualdades hierarquizantes, ou seja, as pessoas não são atingidas pelo sistema penal da mesma forma - como demonstramos a partir das discussões sobre racismo e seletividade penal. Nesse sentido, além das pessoas encarceradas, o controle punitivo também tem atingido de forma direta suas famílias.

Percebemos, pelas conversas de pesquisa com as familiares e com base nas discussões sobre TRS, que o trabalho de reprodução social na prisão realizado pelas mulheres familiares acontece em uma extensão daquele trabalho realizado no âmbito privado. Assim, quando uma pessoa é encarcerada no Brasil, as mulheres são levadas a seguir exercendo as tarefas que já ocorriam antes do aprisionamento e, assim, acabam por acumular as atividades relacionadas à reprodução social tanto dentro de casa - em relação aos membros da família que moram junto - quanto fora - em relação aos entes presos. Ainda, como é perceptível em nossa realidade periférica e dependente, a atual configuração da divisão sexual e racial do trabalho impõe às mulheres pobres brasileiras a obrigação de não apenas ser “dona de casa”, mas também procurar por postos de trabalho assalariados fora de casa a fim de complementar, ou mesmo assumir completamente, a responsabilidade de trazer renda para a casa. Nesse contexto, a frase colocada no título deste capítulo foi dita por Sofia, em um dos encontros de pesquisa, quando

contou que, para ela, estava sendo muito difícil fazer a comida para a [visita] social, pois sai de casa todos os dias por volta de 5h e volta às 17h, então chega em casa, tem que cuidar de Rafael e ainda preparar a comida para a marmita. Disse que “não é fácil conciliar cadeia e serviço” (Trecho do diário de campo, 27 de outubro de 2024).

Vemos assim o que tem sido chamado, desde aquelas discussões do feminismo sobre o trabalho doméstico, de dupla (ou tripla) jornada de trabalho<sup>139</sup>. Sofia trabalha fora de casa de segunda-feira a sexta-feira, ao longo de praticamente todo o dia. Quando chega em casa, tem que se equilibrar entre todas as tarefas domésticas e de cuidado com seu filho pequeno, além de se

---

<sup>139</sup> Comentando sobre a ideologia patriarcal que associa as mulheres ao trabalho de cuidados do lar, Leite explica que essa situação não acontece de forma hegemônica nos diversos contextos, tendo em vista que “nos países periféricos, como os latino-americanos, a expressiva presença de família pobres obrigou as mulheres a também se dedicar ao trabalho remunerado como forma de garantir o sustento de suas famílias, provocando, desde então, para uma parcela significativa de mulheres, a dupla jornada de trabalho, com o acúmulo do trabalho produtivo e reprodutivo na mesma jornada” (2023, p. 13).

preocupar com as questões relacionadas ao seu marido preso. Nesse mesmo sentido, no Enxerto I, contamos de um encontro de pesquisa no qual Cristina compartilhou ter sido muito difícil ter tido uma filha justamente quando seu marido estava preso, pois, além de todo o trabalho - seja o trabalho de reprodução social dentro de casa, aquele relacionado ao seu marido preso ou às atividades como cabeleireira -, ela não contava com o apoio de seu esposo para os cuidados com a filha.

O trabalho de reprodução social, no geral, é perpassado por uma contradição inerente ao modo de produção capitalista, tendo em vista que ele visa, ao mesmo tempo, atender às necessidades humanas e (re)produzir a força de trabalho que será (super)explorada pelo capital, ou seja, há “[um]a relação contraditória-porém-necessária existente entre os processos de produção de valor e os processos de produção da vida (o que implica a desvalorização da vida e processos múltiplos de controle e desumanização)” (Ruas, 2020, p. 397).

No caso do trabalho de reprodução social realizado pelas familiares de pessoas presas, além dessa contradição inerente, há outras relacionadas à particularidade do sistema penal, perpassado por diversas violências. As violências, assim, não se restringem às pessoas encarceradas, alcançando também às formas como as famílias são convocadas a realizar esse trabalho.

Nesse sentido, Pádua discute os impactos psicossociais do cárcere na vida de familiares de pessoas presas em Minas Gerais, indicando que “os efeitos de tantos impactos, acumulados e conjugados vão tornando existências inteiras atravessadas pela prisão, conectadas a ela, numa relação simbiótica que provoca sofrimentos e limitações diversas a essas famílias” (Pádua, 2021, p. 75-76)<sup>140</sup>. Nesse contexto, comentamos sobre um verbo que as pessoas que circulam pelo território do entorno da Nelson Hungria usam para se referir aos impactos da prisão em suas vidas, qual seja “chapar”, sendo as famílias as que mais usam o termo. Assim, como vimos nos Enxertos III e IV, o trabalho de reprodução social de familiares de pessoas presas é mediado pela prisão e, dessa maneira, o intuito de, por meio desse trabalho, produzir e reproduzir a vida dos entes presos, é estruturalmente submetido às arbitrariedades e violências advindas do sistema penal.

---

<sup>140</sup> Em sua Dissertação, com fins didáticos, o autor apresenta os impactos psicossociais divididos em categorias: impactos financeiros, na saúde das famílias, nas relações afetivas, relacionados às punições, na vida laborativa e no estigma, sobre as crianças da família e os impactos da pandemia (Pádua, 2021).

Essas violências podem ser percebidas de diversas formas. No Enxerto II, por exemplo, narramos um momento em que as trabalhadoras dos trailers sugeriram que uma familiar tirasse o caldo e o tempero com cheiro forte da marmitta, pois, de outra forma, ela poderia ser barrada ao entrar na prisão. Assim, no cotidiano do entorno prisional, como extensão do que ocorre dentro das prisões, são comuns as arbitrariedades. Os agentes de segurança pública, sob o argumento de “defesa da ordem” - muito similar aos discursos sobre ideologia da defesa social -, conseguem impor às famílias praticamente qualquer regra, mesmo que ela não houvesse sido estabelecida ou publicizada anteriormente.

Ainda no Enxerto II, nos referimos à sugestão das trabalhadoras dos trailers sobre a familiar ser barrada em função da roupa que estava usando. O ReNP, como indicamos, prevê as normas e procedimentos relacionados às visitas em prisões, inclusive no que diz respeito ao vestuário permitido. Contudo, a normativa abre margem para que cada unidade prisional ou cada policial penal use da arbitrariedade para enquadrar se uma peça de roupa atende ou não às exigências do ReNP. Na Nelson Hungria, por exemplo, foi divulgado um Informativo Interno (Anexo D) vedando o uso de calça jeans, mesmo que não tenha previsão normativa específica para isso.

As arbitrariedades, assim, são estruturantes do *espaço-tempo* das filas e transbordam para outros momentos da realização do trabalho de reprodução social por parte das famílias. Assim, em uma sexta-feira de visita social,

era por volta de 10:30 e ainda havia uma familiar sentada no trailer da Paula, ela estava lá desde a hora que eu cheguei. Perguntei para ela se visitaria, pois já era quase 11h [horário em que as familiares não podem mais entrar para a visita]. Ela disse que não, que foi para visitar seu primo, mas que, chegando na entrada da penitenciária, descobriu que ele estava de castigo. Eu perguntei se ela morava por ali, no que ela disse que não, que morava próximo à estação São Gabriel, em Belo Horizonte. Perguntei se a unidade costuma avisar as famílias quando esse tipo de situação acontecia, no que ela respondeu que não, que achava um absurdo com as famílias, pois ela teve muitos gastos para ir até ali, além de ter perdido o dia. Disse que seu esposo havia a levado de carro cedo, mas fora embora e já estava em casa. Teria que esperar ele retornar para buscá-la (Trecho do diário de campo, 18 de outubro de 2024).

No trecho acima, vemos uma prática comum por parte das unidades prisionais: a falta de comunicação com as famílias quanto à situação de seus entes presos. Assim, não são raras as situações de as familiares irem até a fila com o objetivo de visitar ou entregar o kit e, ao chegarem, descobrirem que seu preso não poderá receber visita, seja porque está de castigo ou até mesmo porque foi transferido para outra unidade prisional. Então, além da angústia em não poder

encontrar seu ente preso, as famílias, ao irem para as filas, também sofrem impactos financeiros e em seus trabalhos.

Além de casos como o descrito no trecho do diário de campo acima, é comum também as próprias familiares serem barradas ao entrar na unidade. Nesse contexto, no processo de entrada na prisão, as visitantes devem passar pela revista - com fins de identificar se estão transportando algum “ilícito” para dentro ou para fora -, que, em Minas Gerais, tem sido realizada pelo *body scan* por meio de raio-X. Os policiais, durante a revista, argumentam que o aparelho indica “manchas” no interior do corpo das mulheres, sem apresentar explicações sobre o que seriam essas manchas, e, por consequência, as impedem de visitar. O procedimento previsto no ReNP, para casos de suspeita de “ilícitos”, é que os policiais penais conduzam a familiar para uma delegacia a fim de que seja feito boletim de ocorrência e eventuais perícias para constatar a suposta ilicitude. Entretanto, em vez de seguir os procedimentos previstos, os policiais usam de sua autoridade, principalmente sob a ameaça da suspensão da visita ou de maus tratos contra os familiares presos, para exercer a arbitrariedade.

As revistas não se restringem ao corpo das familiares, estendendo-se às marmitas e aos itens dos kits. Em relação às marmitas, elas representam um momento em que as pessoas presas têm acesso a uma alimentação para além da fornecida pela prisão. É estrutural o contexto das péssimas condições da alimentação nos presídios mineiros (MNPCT, 2022; LabTrab, 2024). Na Nelson Hungria, o assunto da comida estragada aparece em praticamente todas as filas, sendo comuns os relatos das famílias de que estão preocupadas com seus homens presos, pois estão se alimentando mal, sendo que alguns apenas se alimentam das marmitas e dos alimentos dos kits. Assim, a entrada desses alimentos apresenta-se como a possibilidade de as familiares (re)produzirem a vida de seus entes encarcerados.

No entanto, há diversas arbitrariedades na revista das marmitas e dos kits. Além das regras injustificadas acerca do que pode e o que não pode entrar na prisão, há relatos, por exemplo, de os policiais enfiando as mãos dentro da comida, jogando parte dela fora, bem como danificando os itens do kit - por exemplo, jogando pasta de dente fora, quebrando os biscoitos, misturando sabonete com comida ou quebrando os cigarros no meio.

Aproveitando o exemplo de os policiais quebrarem os cigarros dos kits, outra forma como o sistema prisional mineiro - e na Nelson Hungria particularmente - tem imposto violências para as relações entre pessoas presas e suas famílias diz respeito à recente proibição dos cigarros nas

unidades prisionais do estado. Em julho de 2024, durante o período de realização do trabalho de campo, foi publicado um Informativo na Nelson Hungria (Anexo E) acerca dessa proibição. De acordo com familiares com quem conversei nas filas da Nelson Hungria, elas informaram que os cigarros ainda estavam entrando, mesmo que não por meio das visitas, e que a única consequência da proibição foi o aumento do preço do cigarro no interior prisional, intensificando os impactos financeiros para as próprias famílias. Em encontro na casa de Sofia,

ela falou que acha que esse tipo de proibição não faz sentido, que ela e Vinícius particularmente não fumam, mas que sabe que outras pessoas fumam e que não adianta tirar o cigarro, pois os presos vão arrumar outras coisas. Falou que eles têm um fumo que se chama “Sabiá”, mais barato do que o cigarro, ou tinham que pagar mais caro. Perguntei se ela sabia o preço do maço de cigarro na Nelson Hungria, no que ela disse que está por volta de R\$300,00 (Trecho do diário de campo, 27 de outubro de 2024).

Ainda, a proibição dos cigarros acarreta problemas de saúde para as pessoas presas, trazendo ainda mais preocupações para as famílias. Em uma conversa que tive com um policial penal que trabalha na entrada da Nelson Hungria,

eu perguntei como estava a situação das pessoas presas por causa da retirada dos cigarros, no que ele respondeu que está muito ruim, que alguns presos tentaram suicídio, outros estão ficando mais agitados e que ele achou tudo muito ruim, pois entende que a questão do vício não deveria ser tratada dessa forma, que a unidade não oferece atendimento médico, não há acompanhamento psicológico” (Trecho do diário de campo, 4 de outubro).

Percebemos, então, as formas como a violência estrutural do sistema penal traz impactos não só para as pessoas encarceradas, mas perpassa, também, o trabalho de reprodução social das familiares, que sofrem de diversos impactos, inclusive financeiros. Neste subtópico, apresentamos algumas das violências e arbitrariedades específicas em relação às famílias e, a partir disso, indicamos como elas vão moldando as subjetividades dessas mulheres, demandando uma certa exigência psíquica ao realizar o trabalho de reprodução social no território punitivo, tendo em vista tudo que o cárcere demanda das familiares na realização de seu trabalho de reprodução, tendo impactos diretos na construção de suas subjetividades e sociabilidades.

Essas demandas se apresentam em diversos momentos, mas, principalmente, nos discursos das famílias sobre ficarem ansiosas - e até perderem a fome e o sono - nos dias que antecedem a visita, como apresentamos no Enxerto III. A ansiedade se dá pelas preocupações com as arbitrariedades e violências que atravessam o trabalho das famílias, sobre a ausência de informações concretas sobre a realidade do ente preso, o anseio em saber se será ou não barrada

na visita, se a marmita preparada entrará, se os itens do kit estão corretos, se o ente preso está tendo alguma crise pela abstinência do cigarro, se sua roupa está adequada para entrar na prisão, se o *body scan* apontará alguma mancha, enfim, são diversos os impactos do cárcere na vida das famílias, evidenciando as contradições presentes em seu trabalho de reprodução social.

Nesse contexto, as filas em unidades prisionais conformam um *espaço-tempo* propício para visualizarmos como se dá essa exigência psíquica do trabalho de reprodução social por parte das famílias, como descrevemos no Enxerto II. Não obstante, da mesma forma como o território do entorno da Nelson Hungria não se resume às filas, o trabalho das familiares também não se resume a elas.

Nos Enxertos III e IV, apresentamos com mais detalhes as formas como a prisão perpassa o trabalho de reprodução social das familiares para além das filas. Vemos que a preparação para os dias de visita e de entrega de kits atravessam a semana das mulheres, sendo que elas, inclusive, perdem o sono e a fome nos dias que antecedem às visitas por ficarem ansiosas com a ida para a Nelson Hungria. A exigência psíquica, nesse sentido, ocorre porque as famílias, ao serem inseridas dessa forma no território punitivo, passam por diversas violações como a falta de alimentação durante o período da visita, gastos extremos, longos trajetos, impossibilidade de tempo etc.

Além disso, não raro, as familiares de presos se dedicam a outras atividades de trabalho - seja no âmbito produtivo ou também da reprodução social. No Enxerto IV, apresentamos um dos encontros de pesquisa no qual estive com Sofia, Cristina e Carina enquanto elas cuidavam de crianças pequenas e conversávamos sobre as atividades que envolvem ser mãe. Sofia não estava com Rafael, seu filho pequeno, no momento daquela conversa, mas havia o deixado em casa com sua mãe para que ela pudesse ter mais liberdade para conversarmos. Durante a conversa,

elas também contaram que está muito caro criar um filho e que não têm muito tempo. Sofia disse que perdeu a primeira vez que Rafael andou e que ele não fala a palavra “mãe”, mas fala a palavra “vó”, que é com quem o bebê passa a maior parte do tempo. Sofia comentou que, apesar das dificuldades, ela pode contar com suas amigas que também são mães, tanto porque elas ajudam a cuidar das crianças que uma mãe está ocupada quanto porque elas compartilham as roupas dos bebês umas com as outras. Cristina deu alguns exemplos de filhos de outras amigas que usaram as roupas de suas filhas quando elas começaram a crescer (Trecho do diário de campo, 3 de julho de 2024).

Elas, assim, acumulam tarefas no que tem sido chamado de dupla ou tripla jornada de trabalho, uma vez que, além de se dedicarem a atividades remuneradas para complementar ou

bancar as despesas da casa, também são convocadas a realizar a reprodução social, que, no caso das familiares de pessoas presas, envolvem tanto o trabalho em casa e de cuidado com as crianças como aquelas relacionadas à prisão. O cuidado com as crianças demanda ainda mais dessas mulheres, tendo em vista que não podem contar com o apoio dos pais, que estão encarcerados e, assim, o trabalho relacionado à prisão se intensifica a partir do acúmulo com as demais atividades que elas realizam:

Sofia comentou que entende quando vê notícias de mães que surtam com os filhos, deixam cair ou agridem. Ela disse que, principalmente quando o filho está passando mal e não consegue dormir, que a mãe também não consegue dormir. E aí a mãe fica dias dormindo mal, cansada com todo o trabalho da casa, que, no caso dela, também trabalha fora e que, às vezes, ela surta, fica muito estressada e gostaria de descontar tudo na criança. Disse que, antes de Vinícius ser preso, ela chamava ele para ajudar nesses momentos, mas que agora ela não tem tanto apoio (Trecho do diário de campo, 3 de julho de 2024).

As dificuldades em equilibrar todas essas tarefas são ainda mais acentuadas porque as mulheres, muitas vezes, não compartilham sua situação de familiares de pessoas presas com outras pessoas e nos seus espaços de trabalho. No Capítulo 3, por exemplo, comentamos que Sofia não sabia dizer se havia muitas familiares de presos morando próximo da Nelson Hungria, pois, de acordo com ela, as famílias sofrem do estigma por acompanharem um ente preso.

No Enxerto IV, nesse sentido, Sofia relata as estratégias que cria cotidianamente para esconder que é esposa de um homem que está preso. Essas estratégias, no entanto, são perpassadas pelas angústias relacionadas ao trabalho de reprodução social, uma vez que Sofia sente que não pode compartilhar a informação por receio de ser estigmatizada e, possivelmente, perder o seu trabalho. Assim, ela se submete a situações como tomar injeções apenas para manter a ideia de que está passando mal e a necessidade de atestado médico para poder faltar um dia de trabalho para fazer a visita. Ainda, passa por diversas situações violentas sem ter com quem compartilhar por medo de como os relatos serão recebidos, como no caso do dia de seu casamento.

Além disso, as mulheres, apesar de não contarem mais com o apoio financeiro do membro da família encarcerado, são submetidas a diversas despesas que comprometem a situação dentro de casa: a compra dos itens para os kits, o envio dos kits (no caso de enviar por Correio), o transporte para as filas, os alimentos para as marmitas, a roupa para as prisões, os gastos com hospedagens quando a prisão é longe de casa, despesas para deixar os filhos enquanto estão visitando, custos com advogados etc.

Nesse sentido, Jeremias comenta que

o sistema penal não apenas retira das famílias um de seus potenciais provedores e colaboradores da subsistência familiar como, ainda, aumenta os gastos dessas pessoas, traz impacto direto em suas relações de trabalho, torna ainda mais aguda a sua vulnerabilidade social e não consegue neutralizar esses efeitos de maneira minimamente impactante, seja com o trabalho exercido durante o cumprimento de pena, seja com o auxílio-reclusão (2022, p. 106).

Nesse contexto, o auxílio-reclusão, como benefício previdenciário, é uma das possibilidades que atualmente temos em nossa sociedade brasileira de uma parcela específica da classe trabalhadora - qual seja as familiares de pessoas presas - melhorar, mesmo que parcial e minimamente, suas condições de vida.

As famílias de pessoas presas, com base nos indicadores relacionados à população prisional, são majoritariamente pobres, logo, com o encarceramento de um membro que potencialmente contribuiria na renda das famílias, elas se encontram mais financeiramente impactadas. Além disso, o encarceramento também impõe novos gastos, como exemplificamos anteriormente.

O auxílio-reclusão, dessa maneira, é a possibilidade de as famílias receberem alguma compensação com os gastos que têm e, assim, possivelmente, melhorar suas condições de vida. No caso, sem aprofundar nos critérios legais específicos, o benefício só é pago às familiares de presos que estavam contribuindo para a previdência antes da prisão, ou seja, que estavam trabalhando de forma minimamente estável e remunerada<sup>141</sup>. No entanto, essa forma de trabalho é raridade no Brasil e mais ainda para as pessoas que são o alvo do sistema prisional em função da divisão racial e sexual do trabalho.

Nos últimos anos, o auxílio-reclusão passou por alterações restritivas em relação aos seus critérios de acesso, dificultando ainda mais o acesso por parte das famílias. Nesse contexto, no Enxerto IV, apresentamos um encontro de pesquisa no qual Sofia e Cristina contavam que não haviam conseguido o auxílio-reclusão e sobre as dificuldades em cumprir os critérios previstos.

O benefício está de fato mais difícil de ser acessado em função de restrições legais (Queiroz, 2019). No Enxerto II, afirmamos que, nas conversas de pesquisa nas filas da Nelson Hungria, não conheci nenhuma familiar que relatou receber o auxílio-reclusão e, nesse mesmo sentido, Jeremias conta, em sua pesquisa de Mestrado, que, “questionadas [as familiares] acerca

---

<sup>141</sup> Por exemplo, as pessoas que trabalham com carteira assinada estão automaticamente contribuindo para a Previdência Social, mas, mesmo aquelas que trabalham de outras formas também podem fazer contribuições e, assim, estarem aptas a receber os benefícios previdenciários.

do recebimento de auxílio-reclusão, todas as participantes negaram o recebimento do benefício, sendo que uma delas informou que espera o resultado da análise há cerca de 2 anos” (2022, p. 128).

Não obstante o trabalho de reprodução social das familiares acontecer no território punitivo e, portanto, circundado por violências, ele não é realizado passivamente, tendo como um de seus elementos as possibilidades de resistência e mobilização. Nesse sentido, as discussões sobre a TRS apontam que a luta por melhores condições no campo da reprodução social está ontologicamente articulada com a superação do modo de produção capitalista, tendo em vista as contradições inerentes desse trabalho de ser (re)produtor de vida ao mesmo tempo que a (re)produz para que seja explorada<sup>142</sup>. Assim, apesar de ser (super)explorado e atravessado pelas arbitrariedades e violências do território punitivo, ele é marcado por essas contradições, tendo em vista que visa à (re)produção da vida dentro do cárcere e, de alguma forma, buscam melhorar as condições de vida das pessoas presas.

Nesse contexto, as famílias são as pessoas que mais têm possibilidades de conhecer a realidade do sistema prisional de perto em razão de sua entrada no espaço e contato com as pessoas presas durante as visitas e a entrega dos kits. Além disso, são as pessoas que se importam pessoalmente com a vida daqueles que estão do lado de dentro da prisão. As famílias, então, têm sido as principais responsáveis pela fiscalização e pelas denúncias às violações que ocorrem no cárcere.

Ao longo dos encontros de pesquisa, as familiares e as trabalhadoras dos trailers questionaram acerca dos canais de denúncias para procurarem, pois têm muito a dizer sobre a situação da Nelson Hungria. No entanto, elas nem sempre dão seguimento com o anseio de denunciar, pois têm receios das diversas retaliações que a prisão pode impor de forma arbitrária e violenta<sup>143</sup>.

---

<sup>142</sup> Ferguson explica que “uma perspectiva feminista da reprodução social está especialmente bem equipada para destacar as *contradições* arraigadas na reprodução sistêmica do capitalismo, pois tem como pressuposto uma definição abrangente de trabalho. Embora predominem as formas de trabalho produtivas, de valor, o capitalismo não existe - e de fato não pode existir - sem outras formas de trabalho. Essa perspectiva insiste que esses trabalhos, e os processos e instituições de reprodução social que eles sustentam, sejam direcionados para navegar pela contradição sistêmica entre atender às necessidades humanas e produzir mão de obra para o capital” (2023, p. 183-184).

<sup>143</sup> Dando seguimento às discussões do capítulo anterior, indicamos que a ideologia da defesa social, por vezes, pode ser um obstáculo à essas contestações, pois não raramente as famílias não se mobilizam pela melhora nas condições de vida de seus entes presos por naturalizarem as arbitrariedades e violências. Ressaltamos, então, a importância de grupos de familiares de pessoas presas que se norteiam pelo(s) abolicionismo(s) penai(s), como é o caso da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais.

Em geral, uma das formas que as familiares se organizam para compartilhar informações sobre as visitas, os kits, as filas ou a demais questões sobre sistema prisional é por meio de grupos em aplicativos de mensagem. Na Nelson Hungria, em particular, há uma quantidade maior desses grupos - pelo menos é o que dizem as pessoas que circulam pelo território. Por ser a unidade com a maior quantidade de pessoas presas do estado, pressupomos que também é a unidade com a maior quantidade de familiares entrando na prisão e se organizando virtualmente.

Por coincidência, um dos extensionistas de graduação do Culthis, ao longo dos meses de pesquisa, comentou que estava acompanhando Natália, esposa de um homem preso na Nelson Hungria, e que poderia conversar comigo para a pesquisa caso eu quisesse. Mandeí uma mensagem para ela e passamos a conversar virtualmente. Natália era uma das cinco familiares que participava da “comissão de familiares” que se organizava para fazer reuniões presenciais com a direção da unidade a fim de levar reivindicações das demais familiares.

Quando conversamos pela primeira vez, ela relatou sobre a reunião mais recente, que havia ocorrido poucos dias antes de nossa conversa. A reunião teve como pautas principais o atraso nas obras da cozinha na penitenciária - que teria o objetivo de encerrar o contrato com empresa privada de entrega de alimentação e passar a responsabilidade do preparo dessa comida para os próprios presos -, a retirada dos cigarros da unidade e a criação de um site para as famílias agendarem as visitas íntimas de forma mais eficaz de como é o site disponibilizado pela Sejusp atualmente, como apresentamos no Enxerto IV.

Em relação à comida, a mobilização não se restringiu ao grupo do qual Natália fazia parte. Paula, dona de um dos trailers, havia me perguntado se eu poderia ajudar as familiares a entender como a Nelson Hungria poderia encerrar o contrato com a empresa fornecedora das marmitas, pois, há anos, os presos recebem alimentação de péssima quantidade. Em conjunto, encontramos os documentos relacionados ao contrato entre Estado e setor privado e buscamos as possíveis instituições que levariam adiante as reivindicações.

Essa faceta da mobilização do trabalho de reprodução social, no entanto, não é uma tarefa fácil. As famílias dificilmente têm tempo para se dedicar às atividades de mobilização, pois, como apresentamos, elas, em sua maioria, ocupam seu tempo em diversas jornadas de trabalho. Aquelas que possuem algum tempo são poucas e, dessa forma, estão mais expostas às retaliações por parte do sistema penal.

Apesar, assim, de o atual contexto capitalista em que vivemos dificultar as possibilidades de mobilização, consideramos importante frisar, aqui, as potencialidades dessas mobilizações com base na discussão da TRS acerca da contradição ontológica do trabalho de reprodução social em nosso atual modo de produção.

A seguir, antes de adentrarmos no Capítulo 7, apresentaremos os Enxertos V e VI.

### ***Enxerto V - Paula e seu trailer***

*O dia em que conheci Paula foi muito marcante. Foi naquele 3 de junho de 2023, a primeira vez que fui na fila da Nelson Hungria como extensionista do Culthis. Lembro que, quando chegamos lá, estranhamos a movimentação. Havia familiares se organizando para entrar para a visita, como ocorria nas outras filas que estávamos habituados, mas elas estavam majoritariamente em volta dos trailers, seja pesando as marmitas, sentadas nas mesas enquanto tomavam um gole de café, caminhando para a entrada da Penitenciária ou retornando de lá por terem sido barradas.*

*O trailer da Paula foi o primeiro que me aproximei. Naquele primeiro dia, não falei nada, mas, depois de um tempo, comentei que havia estranhado a presença dos trailers no espaço, pois usualmente, nas filas, as familiares não têm onde ficar, onde se alimentar, onde deixar seus pertences, onde ir ao banheiro, onde tirar dúvidas sobre a prisão, onde se sentar para conversar um pouco antes da entrada, onde deixar seus filhos ou netos pequenos. Enfim, perguntei se ela tinha notícia de outras prisões que tivessem algo parecido com os trailers. Ela disse que sabia que a fila da Nelson Hungria era diferente, que ali as familiares “têm sorte, têm com quem contar, têm os trailers”.*

*Uma das conversas com ela naquele dia foi sobre a situação do lado de dentro da Nelson Hungria. Depois de eu apresentar o Culthis, Paula perguntou se eu sabia de algum lugar onde as famílias pudessem fazer denúncias sobre o sistema prisional, então apresentei a Plataforma Desencarcera! e entreguei alguns panfletos. Ela falou que os pregaria no trailer para todas as familiares terem acesso.*

Figura 15 - Foto dos panfletos do Culthis pregados no trailer



Fonte: autoria própria

Como muitos(as) dos(as) extensionistas do Culthis estão na graduação em Psicologia, as pessoas se referiam a mim como psicólogo das primeiras vezes que fui nos trailers. Gustavo,

*certa vez, quando eu havia acabado de chegar, chamou Paula e falou “vem aqui se abrir, seu psicólogo chegou”. Ela respondeu que eu não era psicólogo, mas advogado, mas que eu poderia cumprir os dois papéis, pois ela queria desabafar.*

*Paula é uma mulher de 51, quase 52 anos. Nasceu fora de Minas Gerais, mas, atualmente, mora no bairro Retiro, em Contagem, na entrada para o bairro Nova Contagem, porém do lado oposto à prisão. Ela veio para Minas em 2003, quando morava em uma favela bem próxima à Nelson Hungria. Achava muito perigoso, tinha medo das rebeliões. Contou que, em 2013, viu as pessoas presas em cima do telhado durante a rebelião. Depois, começou a achar o bairro violento, então retornou para seu estado, mas ficou pouco tempo, voltou para Contagem em 2018.*

*2018 também foi o ano em que seu filho foi preso lá no outro estado. Paula tem quatro filhos, um homem e três mulheres. Apenas uma das filhas, Eduarda, veio para Minas com ela. Paula conta que comprou o trailer para ajudar Eduarda, que, antes da pandemia, vendia salgados para festas, mas não tinha tanta saída. Então, em 2019, passaram a trabalhar juntas no trailer.*

*As duas passam bastante tempo ali, mas Paula é a referência. Todas as familiares e outras pessoas que circulam pelo território param para cumprimentá-la, fazer alguma brincadeira ou para comprar alguma coisa. Rosana, mulher que já foi familiar de pessoa presa na Nelson e que agora trabalha no trailer, diz que Paula é conversada, se dá bem com todo mundo.*

*Antes do trailer, Paula trabalhava em uma fábrica de costura, era bordadeira, mas teve um problema no braço por fazer muitos movimentos repetitivos. Ela disse que chegou a assinar a carteira, mas ficou pouco tempo, saiu antes de terminar o período de experiência. Disse que não dava conta de seguir as regras e os horários da empresa, prefere ter mais autonomia em relação a suas tarefas e horários.*

*Ela resume seu trabalho no trailer dizendo que “aqui a gente vende de tudo um pouco para apoiar as visitantes”. No entanto, não tem hora para começar e acabar. Pelo menos, não segue o horário estabelecido pela prisão para a visita. Assim como o trabalho das familiares, o trabalho nos trailers começa bem antes do horário da visita e termina bem depois de seu fim.*

*O horário de fila e de saída da visita são os mais agitados, mas, no resto do tempo, Paula e sua filha seguem trabalhando. Vão ao supermercado fazer compras, preparam alimentos, limpam o espaço, conversam com alguma familiar que, por ter sido barrada ou por estar ali apenas acompanhando, ficou do lado de fora.*

*Conversando com as duas em um dia que não tinha visita, um homem se aproximou e perguntou, olhando para elas, “qual de vocês é Paula?”. Ele era fornecedor de salgados congelados, apresentou seu cardápio, seus preços. Paula fez algumas perguntas, queria saber se ele tinha pão de queijo recheado com requeijão. Ele passou as informações e deixou seu cartão para o pedido ser feito posteriormente. Algum tempo depois, chegou outro homem, dessa vez um fornecedor de bebidas. Eduarda, no entanto, informou que os preços dele estavam acima do que o do fornecedor atual.*

*Noutro dia, enquanto eu estava sentado tomando um café, vi que tinha uma criança do lado de dentro do trailer assistindo vídeos no celular. Perguntei se era alguém da família, Paula disse que não, era a filha de uma mulher que foi visitar, mas não tinha com quem deixar a criança. O cuidado com as crianças não era um serviço divulgado e cobrado pelos trailers, mas era comum. Noutra vez, dia de visita social, uma senhora levou sua neta, mas não sabia que precisava de um cadastro específico para fazer visita com criança. Quem deu essa explicação foi Gustavo, que estava lá na hora. Para a senhora não perder a viagem de longe, Paula ficou com a criança durante o tempo da visita.*

*Paula contou que é muito frustrante não ter tempo pra ela. Disse que não tem férias, as prisões estão de pé o tempo inteiro, as visitas estão de pé o tempo inteiro, os trailers também ficam de pé o tempo inteiro. Ela disse que o trabalho é tranquilo, mas é estressante lidar com as familiares o tempo inteiro. O pior, para ela, é que passa o dia ouvindo relatos de tristeza.*

*Paula, assim como as outras mulheres que trabalhavam nos trailers, contavam dos sofrimentos das familiares de forma muito íntima. Elas entendiam das dinâmicas da Nelson Hungria, dos impactos da prisão nas famílias e falavam sobre isso como se elas mesmas fossem visitar*

*O filho homem de Paula, de 27 anos, estava preso em uma prisão de segurança máxima, assim como a Nelson Hungria era considerada até uns anos atrás. Ela não falava muito dele, mas certa vez perguntou se eu poderia ler uma carta que ela escreveu para encaminhar ao juiz solicitando a transferência do filho para Contagem, para ela poder visitar.*

*Paula conta que, daqui alguns anos, não quer trabalhar ali, quer ficar numa roça balançando em uma rede e ouvindo os cânticos dos pássaros, muita paz. Lembrei de quando Poliana compartilhou desse sentimento, de ficar mal em ouvir tantas histórias tristes e comentou que gostaria de vender os lanches do trailer, porém em uma praia: “as pessoas vão à praia porque querem; ninguém vem na fila porque quer”.*

### ***Enxerto VI - O término da fila***

*Domingo. Dia de visita social na Nelson Hungria. 15h da tarde.*

*Podemos dizer que nesse horário também tem um tipo de fila, porém para sair da prisão. O entorno da Nelson Hungria fica tão movimentado quanto de manhã. Se pudéssemos ver os acontecimentos de cima, seriam parecidos. Porém, quando nos aproximamos e ouvimos o que as pessoas estão falando e fazendo, vemos que a dinâmica é bem diferente da manhã.*

*As visitantes, assim como de manhã, estão andando de um lado para o outro. Porém, não mais para pesar as marmitas ou conferir os itens do kit, mas para acertar as contas nos trailers, pegar seus pertences e arrumar uma forma de voltar para casa.*

*Às 15h, há mais homens circulando pelo espaço. Agora, são muitos os motoristas e também há mais homens trabalhando no lava-jato. Muitos motoristas já haviam combinado um horário de antemão com as familiares; outros, estão ali contando com a movimentação para conseguir clientes. Alguns passam o dia no território. Gustavo é um deles.*

*Eu conheci Gustavo em uma das primeiras vezes que fui para Nova Contagem. Eu estava sentado nos trailers, em um dia de visita; ele estava na mesa ao lado. Perguntei se ele visitaria alguém, ele disse que estava apenas esperando, que era motorista de aplicativo e levava as familiares para as visitas. Ele contou que trabalha com isso há três anos e que, por causa desse trabalho, tem muito contato com o sistema prisional. Disse que cria laços com as familiares e até com as próprias pessoas presas, pois, ele escuta falar tanto delas que é como se as conhecesse. Inclusive, quando elas saem da prisão, ele gosta de encontrá-las. Como tem criado vínculos com as famílias que leva, quase não tem rodado de aplicativo. Além disso, conta que tem movimentação nas prisões todos os dias, seja para a íntima, a social ou para a entrega dos kits. Ele também leva as famílias para filas em unidades de Ribeirão das Neves e em Formiga, mas seu foco é a Nelson Hungria. Lá, ele tem um lugar para deixar o carro enquanto espera, pode se sentar no trailer e ficar conversando com outras pessoas, lava seu carro no lava-jato,. Gustavo também ajuda no lava-jato durante o tempo em que espera, ele pega a esponja, o balde e a*

*mangueira e trabalha como se estivesse ali para isso. Como ele passa mais tempo no território do que outros motoristas, conhece as familiares, as trabalhadoras dos trailers e os do lava-jato. Ele, então, assume uma tarefa: organizar os carros e as caronas. Ele sabe quais familiares vão para Betim, quais vão para Belo Horizonte, quais vão para mais longe. Faz a ponte entre as familiares e os motoristas que ainda não se conhecem.*

*Algumas familiares já deixam combinado umas com as outras que voltarão juntas. Isso facilita o momento da saída da prisão, pois não têm que se preocupar em encontrar carona. Por vezes, pode ser demorado. É possível dar 16h e ainda não ter aparecido alguém para dividir o carro. No entanto, mesmo aquelas que deixam combinado com outras, por vezes também esperam. É o caso de uma mãe, que estava aguardando sua vizinha nos trailers desde às 14h. Ela disse que não gosta de ficar muito tempo dentro da prisão, o espaço a deixa ansiosa, que gostaria de não ter que visitar, mas também não consegue ficar sem ver seu filho. Como tem senha de prioridade, consegue entrar mais rápido de manhã e, no máximo às 13h, já está saindo. No entanto, tem que esperar sua vizinha também sair para retornarem juntas. Uma esposa também aguardava nos trailers, porém saiu mais cedo porque estava com seu filho pequeno, que adorava visitar o pai, mas cansava rápido de ficar no pátio da Nelson Hungria sem muito o que fazer.*

*Nessas horas, o melhor mesmo era morar perto. Sofia voltava para casa andando e chegava na Vila Ipê Amarelo rapidinho, em 15 minutos, andando devagar. Ela gostaria que Vinícius fosse transferido para uma unidade melhor, que tenha trabalho, mas sabe que vai dificultar sua situação. Talvez não consiga mais ir em todas as visitas. Seria muito caro, muito longe.*

*Enquanto as mulheres se organizam para ir embora, há um assunto que permeia praticamente todas as conversas: as visitas que foram barradas de entrar ao longo do dia. Uma familiar contou que já discutiu diversas vezes com os policiais penais na fila, que ela não acata tudo que falam com ela. Disse que, naquele dia, foi barrada e tomou uma suspensão de seis meses. Perguntei o que havia acontecido, ela respondeu que foi implicação do policial, que apontou manchas no body scan, mas tem certeza que é só implicação. Quando passou no body scan, a policial informou das manchas, no que a familiar solicitou que fossem tomadas as providências previstas no ReNP, que ela gostaria de ser levada a uma delegacia para ser registrado um*

*boletim de ocorrência, já que ela estava sendo acusada de tentar entrar na prisão com um suposto ilícito. A policial, então, respondeu que a familiar era muito atrevida e que, por isso, ficaria seis meses sem a visita.*

*Ela contou que ficou muito tempo sem visitar, pois também estava presa, em Vespasiano. Demorou para conseguir fazer a carteirinha de visitante, pois dependia de um documento no processo judicial. Depois que a familiar foi embora, Eduarda comentou que “ela era muito doida” de ficar discutindo com os policiais, pois, por já ter sido presa, tem que tomar mais cuidado do que as outras.*

*Outras familiares contavam suas histórias de como foram barradas ao longo do dia. Uma contou que conseguiu entrar na unidade às 11h, foi barrada, porém a deixaram esperando até 14:40 lá dentro. Uma delas abriu uma lata de cerveja e disse que começaria a beber para esquecer da Nelson Hungria, não queria mais saber de fila. Outra comentou que só estava esperando chegar em casa para abrir uma cerveja. Logo passou uma familiar comentando que tomou uma suspensão por causa de manchas no body scan, mas que estava feliz, pelo menos teria alguns meses de férias da fila.*

*Uma esposa de homem preso na Nelson subiu na garupa da moto que a levaria para casa e, enquanto colocava o capacete, gritou para Paula “me manda quanto ficou minha conta por mensagem”, no que Paula respondeu que mandaria e, rindo, disse que se ela não pagasse rápido, colocaria seu nome nas redes sociais para todos saberem que estava devendo.*

*Conforme se aproximava das 16h, o movimento já diminuía bastante. Nesse horário, os carros já se foram, os trabalhadores do lava-jato já estão parando o trabalho e as trabalhadoras dos trailers estão organizando o espaço para irem para casa. Eduarda recolhia as mesas e as cadeiras. Paula varria o chão e tirava o lixo. Elas me perguntaram como eu voltaria para Belo Horizonte, pois era domingo e os ônibus quase não passavam. Eu disse que estava de carro naquele dia. Paula comentou que, nos domingos de noite, chega em casa e apaga. Senta no sofá, na frente da televisão, mas não dá conta de assistir nada, de tão cansada. O final de semana costuma ser mais cheio. No dia seguinte, poderia dormir até um pouco mais tarde, pois só teria*

*visita íntima a partir das 18h. No entanto, ela precisava passar no supermercado, comprar alguns produtos, ir para o trailer, preparar os lanches encomendados, organizar as mesas e as cadeiras do lado de fora e começar tudo de novo.*

## 7 “AQUI SÓ EXISTE POR CAUSA DA PRISÃO”: O TRABALHO NOS TRAILERS

Nos Enxertos V e VI, descrevemos alguns elementos sobre a realidade do trabalho nos trailers e apontamos que, na particularidade do entorno da Penitenciária Nelson Hungria, o trabalho reprodutivo das familiares - presente de forma estrutural em todas as unidades prisionais do estado (e do país) - se articula com o trabalho nos trailers. A frase escolhida para o título deste tópico foi dita por Patrícia, mulher que trabalha no trailer de Poliana:

Perguntei à Patrícia se as clientes são apenas familiares ou se outras pessoas consomem ali, no que ela disse que era praticamente só familiares. Afirmou: “aqui só existe por causa da prisão, se não é familiar consumindo, é algum policial, mas, mesmo assim, é mais raro” (Trecho do diário de campo, 16 de julho de 2024).

Como apresentaremos abaixo, a história dos trailers é construída a partir da memória das pessoas que circulam pelo espaço atualmente e, por isso, não há uma definição exata de quando e como surgiram, mas a ideia de que existem em função da presença de uma prisão no território é compartilhada por todos(as). Assim, em conversa com um trabalhador do lava-jato,

[ele] contou que, antes de trabalhar no lava-jato, tinha um *delivery* de pizza que ficava embaixo de onde é uma das pensões, mas disse que já estava falindo há um tempo, então foi melhor fechar. Perguntei se as familiares consumiam pizza dele nos dias de visita, no que ele disse que não, nem na época que elas passavam mais dias nas pensões, pois elas já eram atendidas pelos trailers. Ele comentou que, na Nelson Hungria, as coisas são diferentes [das outras prisões] por causa dos trailers, que ali as familiares são especificamente atendidas por eles (Trecho do diário de campo, 4 de outubro de 2024).

O entorno da Penitenciária Nelson Hungria, como temos indicado ao longo desta Dissertação, se diferencia muito do que ocorre nos arredores de outras prisões do estado<sup>144</sup>. De uma forma geral, o lado de fora das prisões é palco para as diversas filas, que, no entanto, se organizam de diferentes maneiras, tendo em vista que não há uma estrutura destinada às familiares. Assim, o trabalho de reprodução social das familiares se articula de diversas formas

---

<sup>144</sup> Pela atividade extensionista do Culthis de ida até as filas para fazer acolhimento psicossocial, conhecemos apenas os arredores de prisões da RMBH. Não obstante, pelas conversas de pesquisa com as familiares, elas demarcam que não há outras prisões no estado com um entorno tão particular quanto ao da Nelson Hungria. No diário de campo de 24 de novembro, há o registro de uma conversa com uma familiar que relatou que, no entorno de uma unidade prisional em São Joaquim de Bicas, também tem pessoas vendendo alimentos, mas não tem a estrutura dos trailers. Pela experiência no Culthis, sabemos que, em determinadas filas, algumas pessoas vão para vender café e algum lanche como ambulantes, mas não apresentam a estrutura e dinâmica do que ocorre com os trailers na Nelson Hungria. Além disso, sabemos que há, em outros lugares, serviços similares ao que é realizado nos trailers da Nelson Hungria, como mostra Lago em sua tese de Doutorado (2019), porém não são tão constitutivos do território do entorno da prisão como ocorre em Contagem.

com o trabalho nos trailers no sentido de reproduzir a vida dentro da prisão. Apesar de, em um primeiro momento, o foco do trabalho dos trailers não ser diretamente a reprodução da vida das pessoas presas, mas sim a fonte de renda das trabalhadoras - também, em sua maioria, mulheres -, quando nos aproximamos da realidade do trabalho, vemos que, ali, tirando o fato de que as mulheres dos trailers não entram para a visita, não há uma separação explícita do que é o trabalho das famílias e o que é o trabalho nos trailers. Na particularidade da Nelson Hungria, não existe fila sem trailer, não existem familiares sem as trabalhadoras dos trailers e não existem os trailers sem a prisão.

Nesse sentido, antes de aprofundarmos nas reflexões sobre esse trabalho propriamente dito, apresentaremos um mosaico construído pela memórias das pessoas que circulam pelo território acerca da história dos trailers e sobre como o entorno da Nelson Hungria foi e é constituído por eles.

## 7.1 A HISTÓRIA DOS TRAILERS NO ENTORNO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA

No capítulo anterior, apresentamos o trecho de um diário de campo no qual Rosana, mulher que já visitou na Nelson Hungria e atualmente trabalha no trailer de Paula, lembrou que, em 2008, na época em que visita seu falecido marido, não havia trailers no espaço. Conversando com outras pessoas, entretanto, elas apresentam lembranças diferentes e que, em conjunto, dão base para o que apresentaremos neste tópico.

Quando Rosana afirma que não havia trailers em 2008, ela estava se referindo às dinâmicas e estruturas da forma como há hoje. Atualmente, há três trailers: da Paula, da Poliana e da Priscila. Elas, no entanto, não trabalham ali desde sempre. Outras pessoas já foram responsáveis pelo trabalho, além de que a disposição deles nem sempre foi a mesma. Contudo, uma lembrança que parece ser compartilhada por várias pessoas que circulam pelo território é a de que tudo começou com o pai de Poliana:

Patrícia, uma das mulheres que trabalha no trailer de Poliana, contou que tudo começou com o pai de Poliana, que ficava com uma Belina bem em frente à prisão vendendo alguns produtos. Ela não soube dizer exatamente quais produtos e para quem ele vendia, mas sabia que estava ali por causa da prisão. Disse que, depois de um tempo, por questões com a administração prisional, ele começou a se afastar da entrada da prisão, passando a ficar onde hoje é o ponto de ônibus e,

depois, construiu o trailer onde está localizado atualmente (Trecho do diário de campo, 16 de julho de 2024).

Nesse sentido, Poliana conta que seu pai iniciou o trabalho que hoje é o trailer no início dos anos 2000. Naquela época, como ela informou, “a entrada da Nelson Hungria era bem mais embaixo. Com o tempo, o Estado foi subindo com a entrada para ficar mais afastada de onde se encontram os pavilhões” (trecho do diário de campo, 16 de agosto de 2024). Seu pai tinha uma Belina, carro popular nas últimas décadas do século passado, e a estacionava onde era a entrada da penitenciária para vender lanches. O público-alvo inicial, no entanto, não eram as famílias, mas os agentes penitenciários<sup>145</sup> que trabalhavam na Nelson Hungria.

Poliana conta que a relação de sua família com a prisão é anterior ao trabalho do lado de fora. Sua mãe trabalhou por 24 anos nos serviços gerais da unidade, tendo iniciado já em 1988, quando a prisão foi inaugurada. Depois disso, sua irmã mais velha também passou a trabalhar na unidade, porém como agente penitenciária. Assim, como seu pai já trabalhava com a venda de lanches no bairro, entendeu que seria proveitoso ir vender seus produtos na porta da penitenciária para os agentes que chegavam para trabalhar. Com o tempo, ele foi conhecendo as famílias nos dias de visita e, então, mudou a sua clientela, passando a vender os lanches para elas.

Henrique, dono do lava-jato que fica próximo aos trailers, conta que mora ali desde que nasceu e tem muitas lembranças do pai de Poliana. Ele falou que o lava-jato existe desde 2001, mas antes era apenas uma “barraquinha”, a estrutura atual começou a ser montada a partir de 2012. Ele disse que tem lembranças do pai de Poliana vendendo seus lanches ali mesmo antes do lava-jato, ou seja, antes de 2001, mas não tem certeza e não sabe precisar a cronologia do que veio antes, se foi a Belina ou a “barraquinha” do lava-jato.

A memória sobre o pai de Poliana é parte constitutiva da história do entorno da Penitenciária Nelson Hungria. Muitas pessoas comentam lembrar da Belina. Da primeira vez que conversei com Patrícia sobre a história dos trailers, ela contou que achou muita coincidência, pois, na semana anterior, uma familiar perguntou pelo pai de Poliana, disse que visitou na Nelson Hungria muitos anos atrás e que gostava muito dele e gostaria de vê-lo. Ele, contudo, havia falecido no final de 2023.

---

<sup>145</sup> Naquela época, não havia a denominação “policial penal”, que só passou a existir a partir de 2019 em substituição do termo “agente penitenciário”.

Os lanches vendidos pelo pai de Poliana, no entanto, não eram os únicos destinados no espaço para as familiares. Conversando com Rosana,

perguntei se ela se lembrava de como tinha surgido os trailers, no que ela disse que não lembra exatamente, mas que tem uma senhora que mora no bairro há muitos anos, na casa que fica em frente ao trailer da Paula, que fazia comida para as familiares comerem antes de entrarem na prisão (Trecho do diário de campo, 1 de novembro de 2024).

Pelos relatos, então, ao longo dos anos 2000, havia pelo menos três pontos de comércio e prestação de serviços para as familiares: a Belina do pai de Poliana, a “barraquinha” do lava-jato e a senhora que vendia marmitas para as mulheres visitantes.

O pai de Poliana ficou como responsável do trailer - que ainda não era trailer - por oito anos, quando, então, passou a tarefa para outra filha, irmã de Poliana, que ficou ali por cinco anos. Poliana é a responsável pelo trailer desde 2018 e conta que a estrutura física do trailer passou a existir no espaço por volta de 2012, quando os outros também surgiram.

Priscila, dona de um dos trailers mais recentes, conta que está ali desde 2012 e que, antes, trabalhava como catadora de materiais recicláveis. Tem a lembrança de um senhor que vendia alguns alimentos e cigarros na porta da prisão, mas não soube dizer se era o pai de Poliana. Ela também já administrava uma “vendinha” que ficava próxima de onde é a pracinha que entra para a Nelson Hungria.

Paula, por sua vez, chegou ao território apenas mais tarde, em 2019, como apresentamos com mais detalhes no Enxerto V. Assim como as outras pessoas que trabalham ou trabalharam nos trailers, ela também já tinha histórico de trabalho com venda de alimentos - na realidade, sua filha, Eduarda, trabalhava vendendo salgados para festas, então as duas resolveram trabalhar vendendo comida para as famílias no entorno da prisão.

Pela história apresentada neste tópico, vemos que o espaço do entorno da Nelson Hungria sempre se constituiu de forma atrelada à presença da prisão ali. As pessoas que moraram ou trabalharam no território articulavam suas atividades com a prisão, porém, em especial, com uma faceta específica do cárcere, qual seja, os seus transbordamentos para o trabalho de reprodução social realizado pelas familiares, que estruturam o território por meio das filas.

Nova Contagem, conforme discutimos anteriormente, apresenta-se como um espaço periférico, nos termos de Bonduki e Rolnik (1979). Assim, a junção de elementos como crescimento demográfico acelerado no espaço, a ausência de oportunidades de trabalho formal e

a demanda por fontes de sobrevivência via renda resultou na proliferação de uma gama de atividades urbanas que abarcariam essas pessoas. Percebemos, então, em Nova Contagem de forma particular - mas também de forma geral em outros espaços urbanos brasileiros -, um “inchaço” do setor terciário, que engloba diversas atividades, como o comércio, os serviços em geral, o trabalho doméstico e o trabalho autônomo (Alemany, 2019).

Esse setor terciário “inchado”, nesse sentido, apesar de não compor a esfera propriamente produtiva, é resultado direto do modo de produção capitalista em nossa realidade periférica e dependente. Assim, a partir do processo de formação socioespacial de Nova Contagem, vemos atualmente um território densamente marcado pela presença de trabalhos no setor comercial e de prestação de serviços, como é o caso daquele realizado nos trailers. Ainda, como indicamos anteriormente, a Penitenciária Nelson Hungria, apesar de afastada das áreas mais centrais da RMBH, está no centro de um bairro referência dentro de sua Regional e próxima à VP-1, a rua mais movimentada do bairro, onde há diversos polos relacionados ao setor terciário.

Indicamos, então, o surgimento dos trailers na particularidade do entorno da Nelson Hungria, território que, como vimos, foi se constituindo na mesma medida em que o próprio bairro crescia. Nesse contexto, as trabalhadoras (e os poucos trabalhadores homens) dos trailers já exerciam alguma atividade relacionada ao setor terciário e, a partir disso, encontraram na dinâmica das filas da prisão um espaço propício para desenvolver seus trabalhos.

Milton Santos, teorizando sobre urbanização nos países de “terceiro mundo”<sup>146</sup>, indica que, nos espaços urbanos, ocorre uma complementaridade entre dois circuitos da economia: o superior e o inferior. O autor explica que, a partir dos processos de industrialização tardia de capital estrangeiro, a produção capitalista do espaço urbano se dá de forma a excluir grande parte da classe trabalhadora dos ciclos propriamente produtivos e, assim, criar uma massa de pessoas dependentes de um sistema de distribuição particular (1979).

É um sistema que provoca esse “inchaço” do setor terciário, atendendo, de certa forma, às necessidades da classe trabalhadora - mesmo que de forma muito precarizada e abaixo das possibilidades concretas desenvolvidas em nossa sociabilidade - e, ao mesmo tempo, é benéfico

---

<sup>146</sup> Apesar de não ser nosso foco adentrar nessa discussão, ressaltamos que, em regra, as análises teóricas que utilizam do termo “terceiro mundo” vinculam-se a uma noção de subdesenvolvimento em relação aos países centrais do capitalismo. Nesta Dissertação, por outro lado, temos nos vinculado à teoria da dependência e, portanto, o que usualmente é considerado como “terceiro mundo” são justamente as economias de capitalismo periférico e dependente.

para um outro sistema, o circuito superior da economia, que não está preocupado com a parcela da sociedade que vive em territórios periféricos.

Com base em Santos, Sato explica que

o “circuito inferior” orienta sua atividade para a população e economia locais; é trabalho-intensivo utilizando tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários em termos de proteção social; a atividade comercial dirige-se, prioritariamente, para as camadas médias e populares e visa, também prioritariamente, garantir a sobrevivência (2007, p. 96).

O trabalho nos trailers, dessa maneira, se enquadra no que Milton Santos chamou de circuito inferior da economia urbana e visa ser um polo comercial e de prestação de serviços para outra parte da classe trabalhadora, também caracterizada pela exclusão do setor formal de trabalho, qual seja as familiares de pessoas presas.

Com base nessa história do trabalho nos trailers e nos Enxertos V e VI, apresentaremos, a seguir, algumas discussões sobre a realidade desse trabalho.

## 7.2 O TRABALHO NOS TRAILERS EM ARTICULAÇÃO COM O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMILIARES

O trabalho nos trailers, como temos mostrado, é elemento central na particularidade do entorno da Nelson Hungria em comparação com o que ocorre nos arredores das demais prisões do estado de Minas Gerais. Em conversa com Patrícia, trabalhadora de um dos trailers,

perguntei como é sua rotina de trabalho, no que ela disse que, em geral, é tranquila, que aperta mais de sexta até domingo. Contou que tem familiar ali quase todos os dias para a entrega de kits; de segunda a sexta, tem visita íntima e sexta e domingo tem visita social. Vai para o trailer cedo todos os dias, pois sempre tem familiares na parte da manhã, seja entregando kit, saindo da íntima ou chegando para a social. Disse que não tem muita relação com a administração prisional, mas que os policiais tomam café lá de vez em quando e às vezes passam para comprar um refrigerante. No final das tardes, ela prepara lanches para as familiares levarem para a íntima e, nos dias de social, faz comida para a marmitta, mas é comida simples: macarrão, arroz, feijão e um churrasco, feito por Lucas, marido de Poliana. Informou que, no trailer, são vendidos itens para compor os kits: “não vendemos tudo, mas vendemos muita coisa”. (Trecho do diário de campo, 16 de julho de 2024).

Com base na descrição da rotina de trabalho no trecho acima, vemos que ela é ditada pelas filas, mas, assim como ocorre com o trabalho das familiares, não se resume a ele. Nos Enxertos V e VI, por exemplo, indicamos algumas tarefas do trabalho que não dizem respeito aos

momentos específicos das filas: o preparo das marmitas, a compra dos produtos a serem comercializados, as negociações com distribuidores, o recebimento de encomendas (de marmitas e lanches para as visitas) e a limpeza do espaço de trabalho.

Nesse sentido, assim como afirmamos em relação ao trabalho das famílias, o trabalho no trailer também não para quando acabam as filas. Como exemplo dessa realidade, durante os encontros que ocorreram no espaço dos trailers, mesmo para além das filas, eram raros os momentos que as trabalhadoras podiam se dedicar exclusivamente para as conversas de pesquisa. Mesmo quando a movimentação de familiares diminuía, outras pessoas permaneciam no espaço e, inclusive, demandavam das trabalhadoras, seja as famílias que ficavam do lado de fora aguardando, as crianças que foram barradas de entrar na prisão, os distribuidores de mercadorias, os trabalhadores do lava-jato, os motoristas etc.

Não obstante, as filas seguem estruturando as demais atividades de trabalho. É nesse *espaço-tempo* que as trabalhadoras dos trailers têm mais responsabilidades. Como apresentamos nos Enxerto II e VI, durante as filas, as trabalhadoras se ocupam da venda de lanches e dos itens para os kits, do preparo das marmitas (seja cozinhando os alimentos, colocando nos potes adequados e fazendo a pesagem), a prestação de serviços como empréstimo de prancha de cabelo ou utilização do microondas para as familiares esquentarem alguma comida, disponibilização de banheiro e dormitório e, também, o guarda-volumes para as visitantes deixarem seus pertences enquanto estão dentro da prisão.

Nos trailers, as trabalhadoras entendem as dinâmicas da Nelson Hungria, sabem das diversas regras relacionadas à entrada das famílias, tanto das regras previstas no ReNP, mas também daquelas não ditas que são pautadas pela imposição de arbitrariedades e violências pelo sistema penal. Parte constitutiva do trabalho é conversar e ouvir os relatos das famílias. As trabalhadoras dos trailers, dessa maneira, desempenham essa função, que não é particular e subjetiva de cada trabalhadora, como se algumas fossem mais abertas a ouvir os relatos das familiares e outras não. A escuta integra as atividades do trabalho, é uma das tarefas, assim como a pesagem das marmitas. Por exemplo, no Enxerto VI, ao descrevermos algumas situações em que as familiares foram barradas de entrar na Nelson Hungria, vimos que os trailers desempenham um papel fundamental nesses momentos, pois é onde as famílias vão para desabafar sobre como estão se sentindo, seja sobre a angústia por não terem entrado ou o alívio de não terem que retornar em função da suspensão da visita.

Nesse contexto, um dos elementos que nos chamou a atenção ao longo do trabalho de campo foi sobre a implicação das trabalhadoras dos trailers nas dinâmicas relacionadas às famílias. A tarefa de escuta não se encerrava em si mesma, elas eram afetadas pelos relatos. As afetações se manifestavam de formas similares ao que ocorria com as próprias familiares, pois, assim como o trabalhos destas, o trabalho nos trailers também apresenta uma exigência psíquica atravessada pelo território punitivo, tendo em vista que a construção de suas subjetividades e sociabilidades também dependem de determinadas demandas do cárcere.

Como exemplo, no Enxerto V contamos de um encontro de pesquisa em que Paula, indignada com os relatos de violações de direitos na Nelson Hungria, me perguntou se eu poderia indicar espaços para as famílias fazerem denúncias. Na ocasião, apresentei a Plataforma Desencarcera!, site administrado pelo Culthis<sup>147</sup>, e o próprio acompanhamento psicossocial realizado pelos(as) extensionistas de graduação. Além disso, conversamos sobre os órgãos responsáveis pela fiscalização do sistema prisional.

No decorrer da pesquisa, compreendi que as trabalhadoras dos trailers, mais do que telespectadoras dos acontecimentos do *espaço-tempo* das filas, participavam ativamente neles. Na particularidade do entorno da Nelson Hungria, então, o trabalho de reprodução social das familiares se articula indissociavelmente com o trabalho nos trailers, não há um sem o outro.

Ainda, as trabalhadoras dos trailers possuem relações com o universo prisional para além desse trabalho. Como mostramos no início deste tópico e no Enxerto V, as trabalhadoras conhecem pessoalmente pessoas que estão presas em outras unidades prisionais e, não raro, também são familiares de pessoas presas. Assim, poderíamos nos perguntar o que é a causa e o que é a consequência: as trabalhadoras foram trabalhar nos trailers por também serem familiares e compreenderem as dinâmicas da prisão ou é apenas uma coincidência? Pelo que temos exposto até aqui, não importa tanto responder essa pergunta, mas indicar as formas como esses trabalhos foram se articulando na história da Nelson Hungria.

Essa forma de trabalhar faz com que a relação entre as trabalhadoras e as familiares não se restrinja a uma mera prestação de serviços. Por exemplo, no Enxerto V, contamos dos momentos em que Paula assumiu a responsabilidade de cuidar das crianças que foram barradas de entrar para as famílias poderem entrar e não perderem o dia. As trabalhadoras dos trailers, com suas vivências no território, compreendem os impactos de uma familiar chegar na fila, ser barrada

---

<sup>147</sup> Ver Figura 15 da Dissertação.

e ter que voltar para trás sem entrar na prisão. E, nesse sentido, assumem algumas responsabilidades pontuais na intenção de colaborar no trabalho de reprodução social por parte das famílias.

Outra tarefa central no trabalho é a orientação para as visitantes acerca do que devem ou não fazer, especialmente no momento de entrada na prisão. Elas informam se os kits estão de acordo com o previsto, se as marmitas poderão entrar, se as roupas estão adequadas, como as famílias fazem para fazer ou regularizar o cadastro para a visita etc. Em regra, elas sabem do que estão falando, e sabem também do caráter arbitrário das filas. Assim, ao olhar para uma peça de roupa da familiar, conseguem dizer se ela será barrada ou, pelo menos, saberá dizer que, apesar de a roupa estar de acordo com o permitido, há policiais penais específicos que têm barrado a entrada. Nos casos em que as famílias foram barradas de entrar na prisão, como descrito no Enxerto VI, as trabalhadoras dos trailers não raro haviam alertado as familiares no momento antes da entrada, seja sobre suas roupas, sobre algum item do kit, sobre a marmita ou sobre as arbitrariedades do sistema.

Além disso, a relação entre os trailers ocorre por meio de uma articulação entre competitividade e solidariedade, tendo em vista que, apesar de o trabalho ainda ter o seu caráter primordial como fonte de sobrevivência via renda para as trabalhadoras, não há a pretensão - nem a possibilidade material, tendo em vista ser um trabalho situado no circuito inferior da economia - de gerar lucro por meio da exploração de trabalho alheio, portanto a competitividade não diz respeito à eliminação dos outros trabalhos.

A solidariedade, por sua vez, pode ser visualizada em diversos momentos. Paula, por exemplo, por seus motivos, optou por não vender ou alugar roupas para as visitas, então, quando informa a uma familiar que sua vestimenta não está adequada, ela orienta a visitante a procurar o trailer da Poliana ou o da Priscila para adquirir a roupa correta. Ainda, conforme descrito no Enxerto VI, as trabalhadoras dos trailers auxiliam as familiares na busca pela forma de voltar para casa e, nesse sentido, orientam as visitantes a procurarem os outros trailers que possuem mais informações sobre pessoas que moram em municípios específicos.

Nesse sentido, os três trailers disponibilizam basicamente os mesmos produtos e serviços por preços similares, então não há tantos elementos que os diferenciem. As familiares mais frequentes nas filas, em regra, optam por se relacionar com apenas um dos trailers, mas isso se dá

mais pelas relações pessoais que vão construindo com as trabalhadoras do que pelos eventuais benefícios econômicos que terão com essa escolha.

Essas relações entre familiares e trabalhadoras dos trailers, como temos afirmado, é central na constituição do território no entorno da Nelson Hungria. De forma muito singular em comparação ao que ocorre nas outras unidades prisionais, na PNH, o território do entorno é constituído por esse entrelaçamento de trabalhos: o realizado pelas familiares e aquele realizado nos trailers, indicando que, no território punitivo, apesar das violências, as pessoas seguem produzindo e reproduzindo suas vidas. Nesse contexto, em um momento em que eu estava nos trailers,

Poliana comentou que passa muito tempo conversando com as familiares, que escuta seus relatos de dor e tristeza, mas que, apesar disso, elas conseguem se divertir, conseguem conversar sobre outros assuntos. De tempos em tempos, quando elas davam risadas sobre algo que alguém disse, Poliana se virava para mim e comentava “tá vendo? A gente também se diverte” (Trecho do diário de campo, 16 de agosto de 2024).

A seguir, apresentaremos nossas considerações finais.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DO TERRITÓRIO NÃO PUNITIVO

Escrever as considerações finais, assim como ocorreu nas Primeiras Palavras, também apresenta desafios, pois finalizar a Dissertação é, ao mesmo tempo, afirmar que a pesquisa não se encerra. O tempo institucional do Mestrado - ou de qualquer outra experiência acadêmica - não esgota a realidade estudada. Ainda, pelo acúmulo das pesquisas militantes, entendemos que a pesquisa transborda o texto escrito, além de trazer mais provocações e desejos de seguir a jornada.

Ao longo desta Dissertação, buscamos nos aproximar do trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria. A pesquisa teve seu início a partir de atividades em extensão universitária, no Culthis, de ida até as filas em unidades prisionais na RMBH a fim de fazer acolhimento psicossocial com familiares de pessoas presas nos dias de visita e de entrega de kits. Na particularidade estudada, todavia, percebemos a imbricação entre o trabalho de reprodução social das familiares e o trabalho nos trailers, que tem cumprido com a função de prestar apoio material e emocional para as famílias que circulam pelo território.

Nesse sentido, discutimos a relação entre trabalho, sociabilidade e território, demarcando que território é trabalho materializado, é território usado, nosso quadro de vida. Somos nós quem construímos nossos territórios na medida em que trabalhamos, em que produzimos nossas vidas, sempre em sociedade. Ainda, com base na Teoria da Reprodução Social, procuramos ampliar a noção de classe trabalhadora para compreender quem são as pessoas que (re)produzem a vida atualmente, considerando, assim, os diversos trabalhos de reprodução social, inclusive aquele realizado pelas familiares de pessoas presas, especialmente pelas mulheres, sejam mães, esposas, companheiras, filhas, irmãs etc.

Esse trabalho é perceptível no *espaço-tempo* das filas nas unidades prisionais - mas não se limita a ele - e, na particularidade da Penitenciária Nelson Hungria, se articula indissociavelmente com o trabalho nos trailers. Ali, as famílias têm um lugar para ficar enquanto aguardam o momento de entrada na prisão, podem usar um banheiro, comprar um alimento, guardar seus pertences, tirar dúvidas sobre as dinâmicas da visita e da entrega dos kits. Ainda, têm pessoas com quem compartilhar sobre as angústias relacionadas ao cárcere.

Por sua vez, as trabalhadoras dos trailers, em sua maioria também mulheres, articularam suas trajetórias laborais no setor terciário com a presença da prisão no centro do bairro de Nova

Contagem a fim de prestarem o trabalho que hoje realizam. Seus trabalhos, contudo, não se limitam a uma mera prestação de serviços ou venda de produtos para as famílias, mas se imbricam ao trabalho de reprodução social das familiares no entorno da Penitenciária Nelson Hungria no sentido de também (re)produzirem as relações sociais que dão base à construção do território punitivo. Elas participam ativamente nas dinâmicas da unidade prisional naquele espaço, seja orientando as familiares acerca do cárcere, se mobilizando contra as violências da prisão ou tendo elas mesmas vivências em conhecer um ente encarcerado.

Buscamos, então, conhecer a história da Penitenciária Nelson Hungria, a fim de melhor compreender os processos que resultaram na particularidade do território. Nesse contexto, a prisão surgiu em um momento de aumento das políticas carcerárias no estado como resposta a uma suposta crise do sistema prisional mineiro. Não obstante, entendemos que a crise é estrutural às prisões e, dessa forma, com base nas discussões sobre Criminologia Crítica e Economia Política da Pena, apontamos que o cárcere tem cumprido com outros papéis que não os anunciados pela ideologia da defesa social, especialmente no sentido de manter a (super)exploração da classe trabalhadora brasileira, inclusive das familiares e das trabalhadoras dos trailers.

A Nelson Hungria, então, foi construída em Nova Contagem, no mesmo período em que o bairro estava crescendo enquanto um espaço periférico na dinâmica urbana da RMBH. O processo de formação socioespacial do bairro se deu a partir do contexto da não absorção de trabalhadores nas fábricas da região industrial de Contagem e sua consequente migração para lugares afastados dos centros. Ao longo dos anos, em articulação a esses processos, ocorreu um aumento de trabalhos relacionados ao setor terciário no território, como no comércio e na prestação de serviços.

Com base no Materialismo Histórico Dialético, então, partimos de todas essas determinações para compreender o trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria, destacando os seus processos particulares em articulação indissociável com os processos universais que compõem a *Totalidade-Mundo*.

Como metodologia, partimos centralmente das conversas situadas no cotidiano a fim de nos aproximarmos dos objetivos de pesquisa. Fizemos uma defesa do cotidiano como uma maneira de se estar no campo-tema de forma horizontal, não por estamos todos em situações iguais, mas por estarmos disponíveis ao diálogo e à construção do conhecimento em conjunto.

Ainda, apresentamos as formas como a pesquisa se articulou indissociavelmente à extensão no Culthis, indicando as potencialidades para uma pesquisa militante comprometida com a relação entre teoria e práxis. A pesquisa militante, no entanto, apresentou diversos desafios, principalmente no que diz respeito ao tempo e ao financiamento. Assim, indicamos, ao longo da Dissertação, que este Mestrado, da forma como foi realizado, só foi possível em razão de financiamento por meio de bolsa de Mestrado, de bolsa de extensão na pós-graduação e de auxílios para o trabalho de campo. Esses fatores contribuíram para uma maior disponibilidade em se estar no campo-tema de forma mais livre, sem seguir técnicas metodológicas prescritivas.

Outro desafio da pesquisa militante se deu em relação ao que usualmente chamamos de devolutivas. Retomando um trecho de diário de campo no qual Henrique me perguntou como a pesquisa ajudaria na vida das pessoas que circulam pelo território do entorno da Nelson Hungria, ressaltamos que as devolutivas de pesquisa, assim como os modos de fazê-la, devem ser construídas dialogicamente. Dessa forma, não há uma resposta pronta sobre como devemos fazer nossas devolutivas, além de que estas não precisam se limitar ao *espaço-tempo* das instituições acadêmicas e do Mestrado. Compreendemos que o elemento central nas pesquisas militantes - e em relação à devolutiva - é a própria construção de vínculos com os(as) interlocutores(as) e a disponibilidade para a produção de ciência no cotidiano.

Nesta pesquisa, com fins de explicitar a importância da construção dos vínculos, optamos pela exposição dos enxertos como forma de apresentar com mais detalhes os contextos em que se deram os encontros e as conversas. Assim, não obstante os enxertos terem servido de pontapé para as discussões da pesquisa - inclusive sobre os modos de fazer pesquisa -, eles serviram para mostrar as possibilidades de se fazer ciência no cotidiano do campo-tema, de priorizar as metodologias mais abertas aos encontros, a potência que os vínculos têm para a pesquisa-militante e também apresentar mais aprofundadamente os(as) interlocutores(as).

Buscamos, ainda, com os enxertos, discutir os usos do diário de campo nas pesquisas como forma de registrar os encontros e as conversas. Assim, essa técnica metodológica foi central para a construção dos modos de fazer a pesquisa, para basear as reflexões e conversas e como fonte para os enxertos - que também apresentaram descrições feitas pelos(as) próprios(as) interlocutores(as).

A ordem dos enxertos também narra, de certa forma, os caminhos trilhados na pesquisa, em especial as discussões sobre território no Enxerto I, a apresentação das filas no Enxerto II, a

descrição sobre elementos do trabalho de reprodução social das familiares de pessoas presas nos Enxertos III e IV, bem como o trabalho nos trailers nos Enxertos V e VI.

Nesse contexto, no Enxerto VI, buscamos indicar que o território do entorno da Penitenciária Nelson Hungria não se esgota nesta Dissertação. Como exemplo, descrevemos alguns elementos que não foram foco desta pesquisa, como o trabalho no lava-jato e o trabalho dos motoristas, que também têm se articulado na particularidade daquele espaço geográfico na construção do território punitivo.

Retomando, então, o que afirmamos no início destas considerações finais: a pesquisa não se encerra com a Dissertação. Ao longo das discussões, visualizamos pontos que podem e devem ser desenvolvidos. Como exemplo, há necessidade de discussões que articulem o trabalho de reprodução social de familiares de pessoas presas com a categoria raça. Nas conversas de pesquisa - inclusive quando solicitamos diretamente aos(as) interlocutores(as) que contassem sobre si -, o assunto não foi central. Ainda, ao solicitarmos dados à Sejusp acerca de quem são as famílias que visitam na Nelson Hungria, a categoria raça não foi respondida. Portanto, apesar de haver certa concordância nos textos acadêmicos sobre as familiares serem mulheres negras e essa afirmação ser visível nos dias de fila, é importante que a questão racial seja posicionada mais centralmente nesse debate a fim de melhor compreendermos como essa categoria tem influenciado na construção de nosso território punitivo.

Além disso, fizemos algumas reflexões sobre como a religiosidade tem se articulado com a ideologia da defesa social no sentido de produzir visões de mundo que legitimam as relações sociais que dão base ao território punitivo. Assim, também defendemos a importância de desenvolvimento de estudos nessa área, por exemplo buscando conhecer como as familiares lidam com a religiosidade ou como líderes religiosos se beneficiam com o aumento do encarceramento.

Ainda, apesar de termos indicado as particularidades que acontecem no entorno da Penitenciária Nelson Hungria, entendemos que há outras realidades que podem ajudar a compreender o território punitivo. Por exemplo, questionamos se há trabalhos similares aos trailers em outras unidades prisionais da RMBH que ainda não conhecemos. Ou, ainda, como têm se dado outros trabalhos relacionados ao suporte material e emocional para as familiares, como os serviços de entrega de kits ou comércios especializados em itens que compõem os kits.

Ademais, um dos pontos centrais nesta Dissertação que deve ser desenvolvido diz respeito ao convite das autoras da TRS acerca das potências do trabalho de reprodução social como forma de superação de nossa atual sociabilidade capitalista e punitiva. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às mobilizações de familiares de pessoas presas contra as violências do cárcere, bem como da luta pelo acesso ao auxílio-reclusão como forma de o Estado garantir, mesmo que minimamente, melhores condições de vida para as trabalhadoras, no caso, as familiares.

A partir dessas reflexões, frisamos que, ao longo da Dissertação, partimos da categoria trabalho em seu caráter ontológico e em sua relação com o desenvolvimento da sociabilidade na mesma medida em que também se desenvolve o ser social. Com base nisso, compreendemos que a realidade em que vivemos é o produto da forma como nós, enquanto sociedade, a produzimos. Assim, se pretendemos uma pesquisa-militante comprometida com a transformação do concreto, é importante pautarmos a possibilidade ontológica dessa transformação.

Nesse sentido, apesar de os encontros realizados ao longo desta pesquisa terem ocorrido no território punitivo - pressupondo, assim, uma sociabilidade pautada também na violência, superexploração, opressão e discriminação -, temos defendido o caráter radicalmente histórico de nossa humanidade e, portanto, a esperança na possibilidade de mudança. Assim, concordamos com Freire que,

sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica (Freire, 2021, p. 14).

A desesperança aparece em diversos momentos da Dissertação, pois compreender o trabalho e a sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria nos apresentou o território punitivo. Não obstante, também apresentou a esperança ontológica em sua superação, especialmente com o(s) abolicionismo(s) penal(is) e a sugestão de Davis (2020) acerca da constelação de estratégias abolicionistas na busca pelo território não punitivo.

## REFERÊNCIAS

- ALEMANY, F. R. **Punição e estrutura social brasileira**. 2019. 368p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ALMEIDA, R. Religião na metrópole paulista. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 19, nº 56, 15-27, 2004.
- ANDRADE, V. R. P. A mudança do paradigma repressivo em segurança pública: reflexões criminológicas críticas em torno da proposta da 1ª conferência nacional brasileira de segurança pública. **Sequência**. Santa Catarina, v. 67, p. 335-356, 2013.
- ANDRADE, V. R. P. Funcionalidade e eficácia do sistema de justiça criminal face à violência sexual contra a mulher no Brasil. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 4, p. 122-130, 2018.
- ANDRADE, V. R. P. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª reimpressão, 2017, 416p.
- ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni - a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **Argumentum**, v. 2, n. 2, p. 9-15, 2010.
- ANTUNES, R. ; DRUCK, G. A terceirização como regra? **Revista TST**, Brasília, vol. 79, n. 4, p. 214-231, 2013.
- ÁVILA, P. R. **Perspectivas abolicionistas a partir da crítica marxista do direito**. 2023. 102. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.
- AZEVEDO, U. R. ; COSTA, D. M. Expansão urbana e conservação ambiental: geotecnologias como subsídio às políticas de ordenamento territorial em Vargem das Flores - Contagem/MG. **Cuardenos de geografia: Revista Colombiana de Geografia**. P. 206-225, 2022.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 6ª edição, 8ª reimpressão, 2021, 256p.
- BARROS, C. R. ; CARDOSO, G. S. A. ; DIAS, G. L. B. Acolhimento psicossocial nas filas de unidades prisionais: relato de experiência de extensão universitária. **Estudos & pesquisas em psicologia**, v. 24, 2024, p. 1-20.
- BARROS, C. R. ; CARDOSO, G. S. A. ; FARIA, B. A. S (Orgs). **Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2024, 216p.
- BARROS, V. A. ; NOGUEIRA, M. L. M. O mundo do trabalho na vida cotidiana: a experiência de mobilidade psicossocial em espaço de desqualificação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 151-168, 2004.

BATISTA, N. C. S. **Pegando fila: contando um pouco da cotidianidade do trabalhador desempregado na cidade de São Paulo.** 2005. 132p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BATISTA, N. C. S. ; BERNARDES, J. ; MENEGON, V. S. M. As conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. *In:* SPINK, M. J. P. ; BRIGAGÃO, J. I. M. ; NASCIMENTO, V. L. V. ; CORDEIRO, M. P. (Orgs). **A Produção de Informação na Pesquisa Social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1ª edição, 2014, p. 97-122.

BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 3ª reimpressão, 2018, 128p.

BHATTACHARYA, T. Introdução: remapeando a teoria da reprodução social. *In:* BHATTACHARYA, T. (Org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão.** São Paulo: Elefante, 1ª edição, 2023a, p. 17-42.

BHATTACHARYA, T. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. *In:* BHATTACHARYA, T. (Org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão.** São Paulo: Elefante, 1ª edição, 2023b, p. 119-153.

BONDUKI, N. ; ROLNIK, R. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. **Cadernos de estudo e pesquisa ambiental.** São Paulo, 1979, 130p.

BRAGA, A. G. M. **Reintegração social: discursos e práticas na prisão - um estudo comparado.** 2012. 371p. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. **Lei de Execução Penal,** de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1984.

BRASIL. **Relatório de informações penais: 16º ciclo Sisdepen, 1º semestre de 2024.** Brasília, 2024, 334p.

CAMPOS, G. A. ; MORAIS, L. C. A. Racializar e latinizar a economia política da pena? Debates sobre racismo e capitalismo dependente desde a periferia do capital. *In:* MEDRADO, N. R. ; TEIXEIRA, L. E. ; SERRA, M. A. S. ; MARTINS, C. B. (Orgs). **Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro.** São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 203-228.

CARDOSO, G. S. A. **A Medida Provisória nº 871/2019 e o auxílio-reclusão: restrição de direitos de familiares de pessoas presas em Minas Gerais.** 2022. 76p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CARDOSO, G. S. A. ; MOREIRA, P. M. A metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis: reflexões a partir de dois casos. *In:* BARROS, C. R. ; CARDOSO, G. S. A. ; FARIA, B. A. S. (Orgs). **Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática.** Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2024, 216p.

CASTRO, L. A. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª reimpressão, 2015, 288p.

CONTAGEM, Prefeitura Municipal. **Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural**. Acervo Cultural Brasileiro. Belo Horizonte, 2009.

CORDEIRO, M. P. ; FREITAS, T. R. ; CONEJO, S. P. ; LUIZ, G. M. Como pensamos ética em pesquisa. *In*: SPINK, M. J. P. ; BRIGAGÃO, J. I. M. ; NASCIMENTO, V. L. V. ; CORDEIRO, M. P. (Orgs). **A Produção de Informação na Pesquisa Social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1ª edição, 2014, p. 31-56.

COUTINHO, M. C. ; OLIVEIRA, F. ; SATO, L. Olhar o cotidiano: percursos para uma psicologia social do trabalho. **Psicologia USP**, v. 27, 2016, p. 289-295.

COUTINHO, M. C. ; OLIVEIRA, F. Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de identificação e identidade. *In*: COUTINHO, M. C. ; BERNARDO, M. H. ; SATO, L. (Orgs). **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017, 178 p.

DANDREA, I. G. ; SILVA JUNIOR, N. G. S. ; TANNUS, R. W. Dupla condenação: famílias, cárcere e violações aos direitos humanos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, p. 95696-95711, 2020.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Traduzido por Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 5ª edição, 2020, 144p.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DINIZ, A. M. A. ; OLIVEIRA, V. ; DUARTE, T. ; RIBEIRO, L. Territórios do cárcere: a realidade do Complexo Penitenciária Nelson Hungria. **Eure-Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 49, p. 1-21, 2023.

DUARTE, E. P. **Criminologia & racismo**. Curitiba: Juruá, 2ª edição, 2017, 336p.

DUARTE, T. L. ; ARAÚJO, I. C. A. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC por Minas Gerais. **Tempo social**, v. 32, n. 3, p. 173-196, 2020.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado [Être Affecté]. Traduzido por Paula Siqueira. **Cadernos de campo**, n. 13, 2005, p. 155-161.

FELTRAN, G. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas** (Unicamp). Campinas, v. 15, n. 30, p. 11-50, 2007.

FERGUSON, S. Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social. *In*: BHATTACHARYA, T. (Org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 1ª edição, 2023, p. 181-207.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13–38, 2017.

FERNANDES, P. C. M. **O trabalho encarcerado análogo à escravidão no movimento de acumulação do capital**. 2023. 192p. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: rediscutindo categorias**. 2010. 274p. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, H. M. **A inserção de Contagem no contexto urbano da RMBH: reflexões sobre as transformações sócio-espaciais recentes**. 2002. 330p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FERREIRA, H. M. **Desigualdades urbanas: reflexões sobre o acesso à terra e à moradia na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG**. 2019. 355p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRANKLIN, R. S. P. O que é superexploração? **Economia e sociedade**. Campinas, v. 28, n. 3(67), p. 689-715, 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28ª edição, 2021, 333p.

FREITAS, R. M. Ciências e relações sociais no capitalismo: elementos para o debate. **Revista Sociais & Humanas**, v. 30, n. 2, p. 138-151, 2017.

GÓES, L. A. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? **Revista InSURgência**. Brasília, ano 3, v. 3, n. 2, p. 94-124, 2017.

GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, F. ; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p. 49-74.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, L. ; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 15-83.

- GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, F. ; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, 75-93.
- HERNANDEZ, I. A. **Memória Operária**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004, 248p.
- HISSA, C. E. V. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª reimpressão, 2019, 197p.
- HULSMAN, L. ; CELIS, J. B. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. Traduzido por Maria Lúcia Karam. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 3ª edição, 2019, 161p.
- JEREMIAS, J. J. **Encarceramento masculino e suas implicações na reprodução social da classe trabalhadora**: diálogos entre a economia política da pena e a teoria unitária da reprodução social. 2022. 224p. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022.
- JÚNIOR, F. N. M. Mais abismos, menos pontes: teses para um programa contraliberal de pesquisa em criminologia crítica. *In*: MEDRADO, N. R. ; TEIXEIRA, L. E. ; SERRA, M. A. S. ; MARTINS, C. B. (Orgs). **Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro**. São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 95-118.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1993, 205p.
- LABTRAB. **Relatório Semestral da Plataforma Desencarcera!**: Janeiro a Junho de 2024. Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos. Belo Horizonte, 2024, 23p.
- LAGO, N. B. **Jornadas de visita e de luta**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. 231p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- LEAL, J. S. ; ROSA, A. Neopentecostais e o poder punitivo: a religião como palanque político. **Prim@ facie**, v. 19, p. 165-194, 2020.
- LEAL, J. S. ; JEREMIAS, J. D. Articulações entre a economia política da pena e gênero: reflexões teóricas acerca do encarceramento. *In*: MEDRADO, N. R. ; TEIXEIRA, L. E. ; SERRA, M. A. S. ; MARTINS, C. B. (Orgs). **Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro**. São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 229-253.
- LEITE, M. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. **Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 11-32, 2023.
- LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, 240p.

- LESSA, S. Reprodução e ontologia em Lukács. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, v. 17, p. 63-79, 1994.
- LESSA, S. Trabalho, sociabilidade e individuação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 231-246, 2006.
- LHUILIER, D. O agir em psicossociologia do trabalho. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 295-311, 2017.
- LIMA, M. E. A. A questão do método em psicologia do trabalho. *In*: GOULART, I. B. (org.). **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1ª edição, 2002a, p. 123-131.
- LIMA, M. E. A. Os sentidos trans-histórico e histórico do trabalho e sua importância para o psicólogo. Belo Horizonte (mimeografado), 2002b.
- LIMA, M. L. C. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 2013. 185p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez Editora, 16ª edição, 2003, 127p.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo, Boitempo, 2012, 431p.
- LUNA, S. A. A. **“A porta da senzala abriu, nega”**: racismo, divisão sexual do trabalho e direitos trabalhistas a partir da experiência sindical das trabalhadoras domésticas. 2017. 211p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- MACHADO, B. A. A Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 26-49, 2023.
- MACHADO, T. A. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**. Niterói, nº 38, p. 71-98, 2016.
- MACHADO, T. A. **Milton Santos, intérprete do Brasil: uma contribuição geográfica ao estudo da realidade brasileira**. 2019, 251p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- MAGALHÃES, F. R. A Cidade Industrial de Contagem: da produção da metrópole via industrialização à reordenação recente das antigas áreas industriais. **Revista de Geografia**, v. 31, p. 243-275, 2014.
- MAGALHÃES, A. C. F. **As gangues e os homicídios nos bairros e vilas da Regional Vargem das Flores em Contagem**. 2019. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000, 295p.

MARTINS, C. B. **Distribuir e punir?** Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). 2018. 353p. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MARTINS, C. B. Totalidade não totalitária: retorno ao método marxista e inflexões da economia política da pena desde o Brasil. *In*: BENITEZ, C. M. *et al* (org.). **Economia política da pena e capitalismo brasileiro**. 1ª ed, São Paulo: Dialética, 2021, p. 121-152.

MARX, K. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011, 788p.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Traduzido por Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, 173p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, 894p.

MCNALLY, D. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. *In*: BHATTACHARYA, T. (Org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 1ª edição, 2023, p. 155-179.

MEDEIROS, J. L. ; BONENTE, B. I. M. Considerações sobre o método de Marx a partir da Ontologia de Lukács. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 55, 2020, p. 13-48.

MEDRADO, B. ; SPINK, M. J. ; MELLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: SPINK, M. J. P. ; BRIGAGÃO, J. I. M. ; NASCIMENTO, V. L. V. ; CORDEIRO, M. P. (Orgs). **A Produção de Informação na Pesquisa Social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1ª edição, 2014, p. 273-294.

MEDRADO, N. R. **Crime, indivíduo e punição**: a questão penal em Marx (1842-1853). 2018. 137p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MEDRADO, N. R. Marx e Engels como inauguradores de uma economia política da pena. *In*: MARTINS, C. B. ; TEIXEIRA, L. E. ; SERRA, M. A. S. ; MEDRADO, N. R. (Orgs.). **Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro**. São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 21-42.

MENEGON, V. M. **Menopausa**: imaginário social e conversas no cotidiano. 1998. 164p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

MINAS GERAIS. **Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais**, de 2016. Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); Subsecretaria de Administração Prisional, 2016.

MINAS GERAIS. **Relatório final**: CPI do sistema prisional. Minas Gerais, 2002, 138p.

MIRABETE, J. F. **Execução penal**: comentários à Lei nº 7.210, de 11/07/1984. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição, 1992, 496p.

MNPCT. **Relatório de Inspeção**. Unidades dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado de Minas Gerais. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Brasília, Distrito Federal, 2022, 280p.

MORAIS, A. R. ; SANTANA, J. C. ; CATÃO, A. L. Entre a ideia e a matéria: ideologia e subjetividade a partir da ontologia do ser social. *In: Anais do Colóquio Marx e o marxismo 2023: democracia contra capitalismo? Renovando o materialismo histórico*, Niterói/RJ, 2023.

NASCIMENTO, T. G. ; GONÇALVES, R. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. **O público e o privado**, n. 40, p. 271-287, 2021.

NAVARRO, V. L. ; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, 64p.

NEVES, M. A. **Trabalho e cidadania**. Trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1994, 292p.

NOGUEIRA, M. L. M. **Mobilidade psicossocial**: a história de Nil na cidade vivida. 2004. 146p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal**: Revista de Psicologia. Niterói, v. 21, p. 69-85, 2009.

OLIVEIRA, N. A. **Presa ou morta**: o trabalho da mulher no tráfico de drogas. 2020. 140p. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, T. F. O materialismo histórico e dialético e a pesquisa em educação: considerações metodológicas a partir das obras de Marx. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 15, n. 2, p. 407-429, 2023.

OLIVEIRA, V. N. Mudanças na administração prisional: os agentes penitenciários e a construção da ordem nas prisões de Minas Gerais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, v. 11, n° 3, p. 412-434, 2018.

OLMO, R. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 2017, 328p.

PÁDUA, T. A. “**Somos todos réus primários**”: o impacto da prisão no cotidiano de familiares pobres de pessoas presas. 2021. 125p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PÁDUA, T. A. ; BARROS, V. A. Considerações sobre o trabalho nas prisões e os equívocos da ressocialização. **Trabalho (en)cena**, v. 3, n. 3, p. 57-75, 2018.

PAIVA, I. L. ; OLIVEIRA, I. F. ; VALENÇA, D. A. Marxismo e psicologia: aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo. **Direito e práxis**. Rio de Janeiro, v. 9, n 3, p. 1794-1811, 2018.

PASSETTI, E. (Org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 2012, 168p.

PEREIRA, C. S. N. **A criminalização da violência doméstica contra as mulheres**: elos entre feminismos e delegacias de polícia. 2023. 136p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

QUEIROZ, C. C. O benefício previdenciário de auxílio-reclusão: os efeitos restritivos da Lei N. 13.846/2019. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 27, p. 362-372, 2019.

RABELO, L. B. C. ; BARROS, V. A. ; CUNHA, D. M. A metodologia de pesquisa entre o prescrito e o real. *In*: LIMA, F. ; RABELO, L. ; CASTRO, M. (org.). **Conectando saberes**: dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho. Belo Horizonte: Fabrefactum, 1ª edição, v. 1, 2015, p. 379-402.

RAUTER, C. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª reimpressão, 2021, 128p.

RIBEIRO, L. ; CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. Política pública penitenciária: o caso de Minas Gerais. *In*: XXVIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2004.

RIBEIRO, L. ; OLIVEIRA, V. N. ; BASTOS, L. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. *In*: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, Brasília, 2019.

ROLNIK, R. ; BONDUKI, N. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 2ª edição, 1979, 166p.

RUAS, R. Teoria da reprodução social: apontamentos desde uma perspectiva unitária das relações capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, 2020, p. 379-415.

RUSCHE, G. ; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 2004, 282p.

SANTOS, A. B. S. **Olhar por entre grades, vidas em poemas**. Salvador: Reaja, 2020, 80p.

SANTOS, A. L. V. **Impactos ambientais da ocupação na APA Vargem das Flores**: Município de Contagem/MG. 2016. 123p. Dissertação (Mestrado em Geografia - Tratamento da Informação Espacial). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 2ª edição, 1996, 332p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4ª edição, 2014, 392p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979, 345p.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 54, p. 81-99, 2017.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & sociedade**, v. 19, p. 95-102, 2007.

SATO, L. Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, p. 99-110, 2013.

SILVA, T. L. **As transformações socioespaciais no entorno da Penitenciária Nelson Hungria em Contagem-MG**: um estudo de caso sobre os impactos da interiorização dos presídios em Minas Gerais. 2024. 125p. Dissertação (Mestrado em Geografia - Tratamento da Informação Espacial). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

SERRA, M. A. S. **Economia política da pena**. Rio de Janeiro: Revan, 2009. 294p.

SOUZA, C. L. S. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço social & sociedade**, v. 146, p. 16-35, 2023.

SOUZA, M. D. ; FERRAZ, D. L. S. A (im)produtividade do trabalho reprodutivo e a exaustão das mulheres na contemporaneidade. **Revista de Administração Contemporânea**, p. 1-21, 2023.

SPINK, P. K. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-Construcionista. **Psicologia e sociedade**, v. 15, n. 2, 2003, p. 18-42.

SPINK, P. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e sociedade**, v. 20, 2008, p. 70-77.

TANNUSS, R. W. ; SILVA JUNIOR, N. G. S. ; ESTRELA, M. L. P. Pesquisa e extensão universitária na interface com o sistema prisional: relato de experiências do LAPSUS/UFPB. In: III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANDHEP, 2017. p. 64-81.

TANNUS, R. W. ; SILVA JUNIOR, N. G. S. ; OLIVEIRA, I. M. F. F. Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. **Direito e Sociedade**, Canoas, v. 6, n. 2, p. 203-218, 2018.

TJMG. **Mutirão carcerária do TJMG**: relatório final - diagnóstico do sistema, sugestões e recomendações. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. 2019, 22p.

TRINDADE, G. A. O processo de metropolização do território brasileiro: uma abordagem para ampliar o debate no ensino da Geografia. In: TRINDADE, G. A. ; MOREIRA, G. L. ; ROCHA, L. B. ; RANGEL, M. C. ; CHIAPETTI, R. J. N. (Orgs.). **Geografia e ensino**: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula. Ilhéus: Editus, 2017, p. 87-105.

TRINDADE, G. A. Milton Santos e a noção de espaço enquanto um meio técnico-científico-informacional. **Estudos geográficos**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio Claro, v. 20, p. 264-282, 2022.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**. Belo Horizonte, v. 12, 40-64, 2011.

VALLORY, L. T. **A privatização dos presídios**: a experiência americana e a sua introdução no Brasil. 2020. 187p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VARELLA, R. V. S. ; JAUMONT, J. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, 2016, p. 414-464.

VAZ, L. P. Déficit ou superávit? Interpretações acerca da superlotação prisional. **Transgressões: Ciências Criminais em Debate**. Natal, v. 3, p. 312-330, 2015.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. ; ALVITO, M. (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV, 2ª edição, 2000, 372p.

VIDAL, J. S. **Criminalização operativa**: travestis e normas de gênero. 2020. 163p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**. Traduzido por Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 5ª edição, 6ª reimpressão, 2018, 281p.

## APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

### Carta de Apresentação

Meu nome é Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso, faço Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Não pertencço a nenhum órgão público, a qualquer polícia ou ao poder judiciário. Também faz parte desse projeto, como orientadora do mestrado, Carolyne Reis Barros, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Estamos realizando a pesquisa “**Trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria**”. O objetivo geral é compreender o trabalho e a sociabilidade que se dão no entorno da unidade prisional e, como objetivos específicos, pretendemos conhecer a história da Penitenciária Nelson Hungria e sua relação com seu entorno, compreender as formas de trabalho que se dão no território, articular as atividades de familiares de pessoas presas com as noções de trabalho reprodutivo e de cuidado e compreender as relações entre trabalho e sociabilidade.

Gostaríamos de te convidar a participar voluntariamente desta pesquisa e conversar com você, caso queira, sobre a temática pesquisada. Assim, podemos conversar sobre a história da Penitenciária Nelson Hungria, como a prisão influenciou as dinâmicas do bairro e as pessoas que ali moram/trabalham, os impactos da prisão na vida de familiares de pessoas presas e de outras pessoas que ocupam o território no entorno da unidade prisional, como são as filas nos dias de visita e de entrega de *kits*, o que acontece no espaço no entorno da prisão tanto nos dias de filas quanto nos dias que não tem fila, dentre outros assuntos correlatos.

Os resultados desta pesquisa contribuirão para a produção acadêmica sobre o tema dos impactos da prisão para além de seus muros, incluindo aí o trabalho e a sociabilidade no entorno da unidade prisional em questão. Assim, convidamos você a participar da pesquisa para a construção de conhecimento sobre essas experiências.

Ressaltamos que as informações fornecidas durante as conversas não serão divulgadas nem identificadas, caso você não queira, respeitando sempre o direito ao anonimato. As conversas poderão ser registradas (por texto, áudio, imagens ou vídeo) caso seja autorizado por você e esses registros também serão sigilosos e apenas constarão no texto final desta pesquisa se houver expressa autorização.

A participação neste estudo é de caráter voluntário, sem custos pessoais e sem remuneração financeira. Garantimos que as informações colhidas serão sigilosas e que as mesmas serão utilizadas somente para fins técnicos e científicos. Garantimos que nenhuma conversa será levada ao conhecimento de outras pessoas não envolvidas na pesquisa. Não levaremos suas informações para pessoas do seu convívio ou trabalho, tampouco para trabalhadores e gestores do sistema prisional. Suas informações e opiniões ficarão em sigilo e sob anonimato, caso necessário.

A participação na pesquisa pode provocar algum risco relacionado a incômodos e desconfortos emocionais e psicológicos que poderão surgir durante as conversas. Nesse caso, como procedimento para minimizar esses riscos, as conversas serão realizadas em condições e local adequado visando o conforto e o sigilo das informações. Você poderá interromper a conversa a qualquer momento e, caso sinta algum desconforto emocional ou psicológico, será providenciado pelos pesquisadores o encaminhamento para atendimento adequado. Como exemplo, podemos encaminhar para a equipe do Culthis - que é um programa de extensão da UFMG que faz acolhimento psicossocial com pessoas afetadas pelo cárcere -, para o Centro de Aplicação da Psicologia (Ceap) da UFMG, para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e para outros serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial os Centros de Saúde, todos de forma gratuita.

Você terá o esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos, valendo a desistência a partir da data de notificação desta. Como devolutiva, os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, bem como pretendemos realizar atividades com as pessoas envolvidas para apresentar e discutir os resultados. Você não será identificada nominalmente em nenhuma publicação que essa pesquisa possa resultar, caso assim o deseje.

Para confirmar as informações contidas nesta carta ou para o esclarecimento de eventuais dúvidas, disponibilizo o e-mail [briguissac@gmail.com](mailto:briguissac@gmail.com), meu contato de wpp 31992335608 e os contatos do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos - LabTrab: [ufnglabtrab@gmail.com](mailto:ufnglabtrab@gmail.com); (31) 3409-6288.

Muito obrigado,

Guilherme Cardoso

Carolyne Barros

## APÊNDICE B - PEDIDO VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

### Dados do Pedido

Protocolo	01451000367202463
Solicitante	Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso
Data de Abertura	25/07/2024 18:29
Orgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	14/08/2024
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Parcialmente Concedido (Parte da(s) informação(ões) solicitada(s) inexistente)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Detalhamento	<p>Prezados(as),</p> <p>Com base no art. 5º, XXXIII, CF/88 e nos art. 10, 11 e 12, todos da Lei 12.527/2011, requer-se:</p> <p>Informações sobre o perfil das pessoas atualmente cadastradas para visitar e/ou entregar itens de complementação na Penitenciária Nelson Hungria, da 2ª Risp, localizada no Município de Contagem/MG, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade de pessoas cadastradas para visitar e/ou entregar itens de complementação na unidade prisional referida;</li> <li>- Quantidade de pessoas cadastradas por modalidade de visita (social ou íntima);</li> <li>- Gênero das pessoas cadastradas;</li> <li>- Raça das pessoas cadastradas;</li> <li>- Relação de parentesco das pessoas cadastradas para visitar e/ou entregar itens de complementação na unidade prisional referida em relação à pessoa presa (por exemplo, se é mãe, pai, esposa, companheira, amigo, etc.);</li> <li>- Idade das pessoas cadastradas;</li> <li>- Município de residência das pessoas cadastradas;</li> <li>- Bairro de residência das pessoas cadastradas;</li> <li>- Ocupação das pessoas cadastradas para visitar e/ou entregar itens de complementação na unidade prisional referida (se estão trabalhando, formal ou informalmente, em qual área, dentre outras informações disponibilizadas sobre o trabalho)</li> </ul> <p>Solicito que os dados sejam fornecidos preferencialmente em formato aberto (planilha em .csv, .ods, etc) de acordo com o determinado no art. 8º, §3º da Lei Federal 12.527/11, o item V do art. 24 da Lei Federal 12.695/14.</p> <p>Caso algum desses dados contenha informações sigilosas, solicita-se que sejam tarjadas ou removidas. Além disso, caso esse não seja o Órgão responsável pelas informações demandadas, solicita-se, por obséquio, que o requerimento seja encaminhado à autoridade competente.</p>

**Dados da Resposta**

Data de Resposta 06/08/2024 08:13  
 Tipo de Resposta Acesso Parcialmente Concedido  
 Classificação do Tipo de Resposta Parte da(s) informação(ões) solicitada(s) inexistente

Resposta Prezado (a) Solicitante,  
 A resposta completa e outros detalhamentos estão em arquivo .odt anexo.

Atenciosamente,

**Diretor-Geral do Departamento Penitenciário**  
*Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)*

Importante: Caso entenda que a informação solicitada não foi fornecida, você tem 10 (dez) dias para entrar com recurso à autoridade hierárquica imediatamente superior por meio do e-SIC. Para que um recurso seja atendido ele precisa conter questões tratadas no pedido inicial ou no recurso de instância anterior. Novos questionamentos devem compor outra solicitação no sistema e-SIC.

Portal da Transparência: <http://www.transparencia.mg.gov.br/>  
 Fale com a Controladoria-Geral do Estado pelo telefone (31) 3915-9622.  
 Portal de Dados Abertos do Estado de Minas Gerais:  
<https://dados.mg.gov.br/>

Responsável pela Resposta Diretor-Geral do Departamento Penitenciário  
 Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública  
 Prazo Limite para Recurso 19/08/2024

**Classificação do Pedido**

Categoria do Pedido Defesa e Segurança  
 Subcategoria do Pedido Segurança pública

Número de Perguntas 9

**Histórico do Pedido**

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
25/07/2024 18:29	Pedido Registrado para para o Órgão Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	SOLICITANTE
06/08/2024 08:13	Pedido Respondido	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES

### Roteiro de perguntas – Familiares

- Quais são as atividades que envolvem ser familiar de pessoa presa? (Kits, visita, marmita, instituições de justiça/advogados, políticas públicas, etc.)
- Como é sua rotina de preparo para visitar e entregar o kit?
- Você trabalha atualmente? (Se sim, no que?) (Se sim, como a pessoa faz com o trabalho para visitar e entregar kit?)
- As visitas e os kits consomem qual parte da sua renda? (Até um, dois, três salários mínimos)
- Você mora por aqui? De onde você vem?
- Como é sua relação com a cidade/bairro? Como as pessoas aqui te tratam?
- Quanto tempo você passa no entorno da penitenciária?
- Tem uma roupa específica para usar para entrar na prisão? Você já vem com essa roupa ou troca no meio do caminho?

## APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADORAS DOS TRAILERS

### Roteiro de perguntas - trailers/pensões:

#### I - Trajetória laboral até o trailer

- Me conte sobre sua trajetória laboral. Com o que você já trabalhou?
- Você sabe se tinha outras atividades de trabalho antes dos trailers?
- Desde quando você trabalha no trailer?
- Como foi o surgimento desse trabalho?
- Você já trabalhava com isso antes? Seja em outra unidade prisional ou no setor de comércio em outro contexto?

#### II - O trabalho no trailer / pensão

- Me conte sobre o seu trabalho no trailer/na pensão.
- Como é a disposição dos trailers? (Cozinha, banheiro, dormitório, etc.) É assim desde a chegada do trailer? Como essa disposição do trailer foi se alterando ao longo do tempo?
- Quais são as atividades de trabalho? O que você faz no dia a dia? Como é a rotina de trabalho? (Rotina semanal - horários - diferença entre os dias da semana/qual dia é mais movimentado e por que?)
- Quais são os serviços/bens vendidos nos trailers? Quais são os serviços inclusos nas pensões?
- Quais os valores dos serviços/bens?
- Quantas pessoas trabalham nos trailers?
- As marmitas são encomendadas com antecedência? Como funciona?
- Quais alimentos as familiares consomem antes de entrar na prisão? E na hora da saída?
- Como é o fornecimento de produtos para o trailer? Você compra ou alguém entrega?
- Quais serviços são prestados por wpp?

#### III - Relação trailer/pensão-entorno

- O trailer existe por causa da prisão ou existia antes?
- Como foi/é a aceitação do funcionamento dos trailers por parte da administração prisional?

- Como é a relação com a prisão? O funcionamento do trailer depende de autorização da administração prisional?
- Você tem contato com a administração? Algum trabalhador da prisão já foi conversar com você sobre o funcionamento do trailer?
- Outras pessoas que não familiares consomem os produtos/serviços dos trailers? Os trabalhadores da prisão consomem produtos/serviços dos trailers?
- Como é a relação com os serviços de envio de kits?
- Há alguma relação entre as pessoas que trabalham nos trailers e as hospedagens/pensões?
- Como é a relação entre as trabalhadoras dos outros trailers?
- Como é a relação das trabalhadoras dos trailers com as familiares?
- Quem são as familiares? Mulheres?
- O trailer é sua única forma de obter renda?
- Conhece outras unidades prisionais que têm trailers ou serviços similares?
- As regras prisionais sobre o que pode ou não, nas marmitas e nos kits, variam muito?
- Como vocês ficam sabendo das alterações das regras?
- Como ficaria a situação dos trailers/pensões se a unidade prisional deixasse de existir?

## APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES(AS) DO BAIRRO

### Roteiro de perguntas - Moradores(as)

- 1) Me conte um pouco sobre sua trajetória de vida, onde você nasceu? Em quais lugares já morou?
- 2) Desde quando você mora aqui?
- 3) Quando você veio morar aqui, já sabia da existência de uma unidade prisional?
- 4) Você sabe como surgiu a prisão?
- 5) Os moradores do bairro participaram de alguma forma na decisão de construção da prisão?
- 6) Como é morar ao redor de uma prisão?
- 7) A existência da prisão no bairro tem algum impacto na sua vida?
- 8) Você lembra como era o entorno das prisões antes? (Pensando nos trailers e nas pensões)
- 9) A existência da prisão costuma ser um assunto entre os moradores do bairro?
- 10) Como é a relação da cidade com as pessoas que circulam pela prisão (tanto com familiares quanto com as trabalhadoras do trailer)?

## APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM HENRIQUE

### Roteiro de perguntas – Henrique

- Me conte um pouco sobre você!
- Quando e onde você nasceu?
- Sempre morou no mesmo lugar?
- Com quem você mora/morou?
- Você comentou que começou a trabalhar no lava-jato aos cinco anos. Quem era o principal responsável pelo lava-jato naquela época?
- Você gostava/gosta de trabalhar no lava-jato?
- Você comentou que, naquela época, na barraquinha/lava-jato, já eram oferecidos serviços/produtos para as famílias. Você lembra quais eram esses produtos/serviços?
- Desde quando você se lembra dos trailers?
- Você se lembra como começou a demanda por esse tipo de serviço/comércio dos trailer?
- Você se lembra das filas de familiares quando era criança?
- O que mais mudou no entorno da Nelson Hungria desde que você era criança?
- Da última vez que conversamos, você comentou sobre episódios de violência no entorno da Nelson (fugas, rebeliões, mortes). Você considera o entorno/bairro violento?
- O que mais mudou no bairro de Nova Contagem desde que você era criança?
- Você havia me perguntado como essa pesquisa pode ajudar as pessoas que circulam pelo entorno da Nelson Hungria. Eu gostaria de saber como você acha que a pesquisa pode ajudar!

**ANEXO A - PORTARIA DE INTERDIÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA**

SEEU - Processo: 4401001-64.2024.8.13.0079 - Assinado digitalmente por WAGNER DE OLIVEIRA CAVALIERI - \*\*\*.\*\*\*.056-87  
[28.2] DEFERIDO O PEDIDO - Decisão em 16/12/2024

## PORTARIA 05/2024

O Dr. Wagner de Oliveira Cavaliéri, Juiz de Direito Titular da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no art. 65, no art. 66, incisos VI, VII e VIII, todos da lei 7210, de 11 de julho de 1984, bem como no art. 61 da Lei Complementar 59, de 14 de agosto de 2008 e do art. 449 e seguintes do Provimento CGJ 355/2018;

CONSIDERANDO que nas visitas de inspeção realizadas por este juízo no Complexo Penitenciário Nelson Hungria tem sido constatado que o número de presos está bastante acima da capacidade daquela unidade prisional;

CONSIDERANDO que 142 agentes de segurança prisional serão exonerados no próximo mês de janeiro;

CONSIDERANDO que não há notícia de plano de recomposição do efetivo de agentes/policiais penais;

CONSIDERANDO que o número de servidores remanescentes ficará muito abaixo do ideal para o bom funcionamento da unidade prisional;

CONSIDERANDO decisão exarada nos autos SEEU 4401001-65.2024.8.13.0079;

RESOLVE:

Art. 1º – **limitar o número de presos a 2200 (dois mil e duzentos)**;

Art. 2º - Fica vedado, sob as penas da lei, o recebimento e matrícula de novos presos no Complexo Penitenciário Nelson Hungria de Contagem sempre que o número de presos for igual a 2200 (dois mil e duzentos);

Art. 3º - No caso de surgimento de vagas em decorrência da soltura dos presos que se encontram naquela unidade, fica permitido o recebimento de presos, respeitando-se o limite do art. 1º;

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006.  
Validação em <https://seu.pje.jus.br/seau/> - Identificador: P16WV1YYCP7MDV58GVZCU



SEEU - Processo: 4401001-64.2024.8.13.0079 - Assinado digitalmente por WAGNER DE OLIVEIRA CAVALIERI - \*\*\*.\*\*\*.056-87  
[28.2] DEFERIDO O PEDIDO - Decisão em 16/12/2024

Art. 5º – Fica autorizado o recebimento e matrícula de presos oriundos da Polícia Federal, independentemente do limite do art. 1º;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, remetendo-se cópia à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Corregedoria Geral de Justiça, ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), ao secretário de segurança pública e justiça, ao diretor geral do DEPEN, ao diretor geral da PNH.

Publique-se e cumpra-se.

Contagem, 20 de dezembro de 2024

Wagner de Oliveira Cavaliéri

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006.  
Validação em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: PJ6WWW YYCP7 MDV58 GV2CU



## ANEXO B - DECISÃO JUDICIAL DE INTERDIÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA

SEEU - Processo: 4401001-64.2024.8.13.0079 - Assinado digitalmente por WAGNER DE OLIVEIRA CAVALIERI - \*\*\*.\*\*\*.056-87  
[28.1] DEFERIDO O PEDIDO - Decisão em 16/12/2024

### COMARCA DE CONTAGEM VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

AUTOS: 4401001-64.2024.8.13.0079

Vistos, etc.

O presente procedimento foi instaurado por este juízo, de ofício, tendo em vista a proximidade de exoneração de 142 agentes de segurança prisional da Penitenciária Nelson Hungria, bem como diante da ausência de notícia de providências por parte do Estado para recomposição dos quadros da referida unidade prisional.

Foi determinada a expedição de ofícios para a SEJUSP, DEPEN e PNH, requisitando-se informações a respeito da situação.

Apenas a direção da PNH respondeu ao juízo, sendo que a SEJUSP e o DEPEN ficaram-se inertes.

Este juízo concedeu prazo para que os órgãos estatais esclarecessem a situação e informassem qual seria o planejamento da Administração Prisional para mitigar os problemas decorrentes da exoneração de 142 servidores da maior unidade prisional de Minas Gerais.

A SEJUSP e o DEPEN não se dignaram a trazer tais informações para o juízo corregedor da PNH, presumindo-se não haver plano para recomposição do efetivo mínimo necessário para o regular funcionamento da unidade prisional em condições de segurança e atendimento aos seus fins.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006.  
Validação em <https://seu.pje.jus.br/seu/> - Identificador: PJY6W 6G4QU RKUSP 28T8Y



A direção da PNH respondeu no seq. 6, deixando evidente que a situação de funcionamento atual está muito acima da sua capacidade projetada e que haverá perda de 23,75% do efetivo de policiais penais/agentes prisionais.

Ou seja, dos atuais 598 servidores, 142 serão exonerados no mês de janeiro de 2025.

**A perda de 23,75% da força de trabalho da unidade não pode, nem de longe, ser tratada como fato de menor importância. Os impactos negativos em todas as áreas de atuação da unidade prisional são inegáveis.**

Haverá prejuízo para os setores de segurança e disciplina, de atendimento interno, de atendimento aos advogados, de atendimento a escoltas para diversos fóruns, de atendimento aos visitantes, das parcerias de trabalho e da escola interna.

**Este juízo realizou, na data de hoje, visita de inspeção à PNH e constatou que vários desses reflexos negativos já estão ocorrendo. O banho de sol não está sendo concedido diariamente, o que contraria frontalmente a lei vigente. Os servidores já estão tendo dificuldades para as movimentações internas e externas de presos. Estão aumentando os casos de indisciplina como, por exemplo, o ocorrido na data de ontem no Anexo II.**

No retorno ao fórum, este juízo flagrou viatura da PNH estacionada defronte à UPA de Nova Contagem, seqs. 26.2 e 26.3, local onde estava em escolta a preso para atendimento médico, ressaltando-se que a PNH encontra-se sem um único médico para atendimento aos quase 2700 internos.

**Além da ausência de médico do estado para atendimento interno, também há que se lamentar a não renovação do PNAISP pela prefeitura municipal de Contagem até o presente momento.**

Com a diminuição drástica do efetivo e diante da não renovação do PNAISP, o atendimento médico externo ficará prejudicado e prevê-se que nem sempre será possível atender a tempo todos os problemas de saúde que os internos apresentarem.

**A lotação da unidade na presente data é de 2690 presos, conforme relatório anexado no seq. 26.1.**



As exonerações que ocorrerão no presente mês vão além do ferimento aos direitos básicos dos presos, previstos na Lei de Execução Penal, atingindo também o direito daqueles que trabalham na unidade prisional.

**O absenteísmo atual tem sido de 40 a 50 faltas de servidores por dia, a maioria deles em decorrência de afastamentos médicos. A tendência, diante da inegável deterioração das condições de trabalho, é de agravamento, o que potencializará ainda mais os problemas de funcionamento da UP.**

A ausência de respostas da SEJUSP e do DEPEN deixa claro que não houve a devida preparação para o momento.

**O problema que se apresenta no horizonte era previsível, ou seja, todos sabiam que ocorreriam tais exonerações. O Estado deveria ter se preparado e tomado providências para mitigar os seus efeitos. Mas, ao que parece, não o fez.**

Os documentos dos seqs. 26.4 e 26.5 demonstram claramente que este juízo vem alertando, desde o mês de março do corrente ano, e cobrando medidas para combater o efetivo precário de agentes/policiais da PNH.

A Penitenciária Nelson Hungria não é uma unidade comum. Portanto, a relação entre o número de agentes e presos não pode ser aquela aplicada a unidades comuns (5 x 1), pois em razão da sua enorme estrutura física surge a necessidade de maior efetivo para o funcionamento regular.

A PNH possui uma muralha externa de aproximadamente 4 km (seq. 27.2). No seu interior estão situados 12 pavilhões (seq. 27.3) que deveriam ter celas individuais, mas que abrigam atualmente 2 IPLs (indivíduo privado de liberdade) por cela. Possui, ainda, 4 anexos que possuem celas coletivas. Uma enfermaria/hospital e um COC (centro de observação criminológica). Todos esses edifícios (pavilhões) estão espalhados no terreno, conforme se pode ver em foto aérea no seq. 27.1.

Ou seja, em razão das características estruturais da PNH, surge a necessidade de um número maior de servidores para manter a segurança, a disciplina, bem como para manter todas as atividades da unidade em curso, sobretudo as de atendimentos e projetos ressocializadores.



Tal problema é agravado pela falta do CFTV, o qual não funciona há meses e, até a presente data, sem solução de restabelecimento.

Embora já dito alhures, impõe-se ressaltar que o banho de sol diário já está sendo prejudicado pela insuficiência de servidores.

O que preocupa ainda mais é que parte dos servidores que serão exonerados ainda estão trabalhando, mas logo todos estarão de férias e não mais retornarão à unidade. Ou seja, a situação que já está ruim certamente irá se agravar ainda mais.

Conforme bem observado pelo *Parquet* no seq. 23, a PNH conta atualmente com um número de presos 61,3% acima de sua capacidade projetada, o que demandaria um número de servidores ainda maior, mas que, ao contrário, tem sofrido reduções constantes ao longo do tempo.

A conclusão a que se chega diante da previsibilidade de tantos problemas que serão agravados com as exonerações, bem como diante da ausência de perspectiva de designação oportuna de novos servidores, é a de que a unidade precisará diminuir o quantitativo de presos, a fim de diminuir os riscos e de se tentar manter o respeito aos direitos básicos da massa carcerária, assim como diminuir os impactos sobre as condições de trabalho dos servidores remanescentes.

**A situação que se desenha exige ação imediata**, pois, além de tudo até aqui registrado, não se pode desconsiderar que já estamos às vésperas do final de ano, oportunidade em que a situação do sistema prisional fica ainda mais crítica, sobretudo porque em uma semana todos os exonerandos já não estarão mais prestando serviços na unidade, pois entrarão em gozo de férias regulamentares e não mais retornarão ao trabalho prisional.

**No que tange aos requisitos do art. 450 do Provimento 355/18, verifica-se que, em razão da natureza da interdição, não se aplicam, smj, os seus incisos III, IV e VI.**

As informações e relatório tratados nos incisos I e II encontram-se nos seqs. 6.1 e 26.1.



O parecer do GMF, inciso VII, deverá ser colhido nos termos do inciso I do §1º do art. 450 do Provimento em razão do caráter emergencial da presente interdição.

**ISSO POSTO, nos termos do inciso VII do art. 66 da LEP e do §1º do art. 450 do Provimento CGJ 355/2018, INTERDITO PARCIALMENTE a Penitenciária Nelson Hungria nos seguintes termos:**

**1 – Fica vedada a matrícula de novos presos na PNH sempre que o número de lotação atingir 2200 (dois mil e duzentos) presos;**

2 – A presente interdição parcial poderá ser revista ou adequada no caso do Estado apresentar proposta de solução para o problema;

3 – A presente interdição parcial será reavaliada no prazo de 3 (três) meses, independentemente de manifestação das partes interessadas;

Lavre-se portaria.

**Encaminhe-se, imediatamente, cópia integral do presente feito à Corregedoria Geral de Justiça, nos termos do inciso I do §1º do art. 450 do Provimento 355/2018, inclusive para colheita de parecer do GMF.**

Comunique-se, com cópia desta decisão e da portaria, a direção geral da PNH, SEJUSP e DEPEN, para imediato cumprimento.

Dê-se ciência à Defensoria Pública e à Comissão de Assuntos Carcerários da OAB Contagem.

Intime-se o Ministério Público.

Contagem, 16 de dezembro de 2024



SEEU - Processo: 4401001-64.2024.8.13.0079 - Assinado digitalmente por WAGNER DE OLIVEIRA CAVALIERI - \*\*\*.\*\*\*.056-87  
[28.1] DEFERIDO O PEDIDO - Decisão em 16/12/2024

Wagner de Oliveira Cavaliere  
Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006.  
Validação em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: PJJ6W 6G4QU RKU5P 28T8Y



## ANEXO C - INFORMATIVO SOBRE VISITA NA NELSON HUNGRIA (2023)

**POLÍCIA  
PENAL**

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SEJUSP  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS – DEPEN/MG  
COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA

# INFORMATIVO VISITANTES

Contagem, 27 de Outubro de 2023

Informamos que, a partir de **27/10/2023** iniciaremos o agendamento facultativo das visitas sociais, o agendamento não é obrigatório, contudo será necessário para o bom andamento no acesso à Unidade. Ressalto ainda, que a marcação ocorrerá em livro próprio através do **INFOPEN** do sentenciado e seguirá ordem numeral de chamada, iniciando pelo 01. Vale ressaltar, que o visitante terá a opção de marcar para as sextas-feiras ou aos domingos, seguindo o cronograma de visitas disponível no seguinte LINK: [linktr.ee/visitascpnh](https://linktr.ee/visitascpnh)

Informamos ainda, que a chamada iniciará as 08 h, sendo chamado a senha 01 até a 10 e intercalando com as **prioridades**, que são descritas na “carteirinha de visitantes” e pessoas com crianças menores de 03 anos. Não havendo prioridades seguirá a chamada normal das senhas. Finalizado as chamadas das visitantes **agendadas** e **prioridades**, iniciaremos a chamadas das visitantes que não realizaram o agendamento.

Esses visitantes seguirão o fluxo de ordem de chegada, contudo somente será permitido a entrada até as 10 h, e desde que estejam na fila. As **10 H e 00 min** haverá marcação da última pessoa na fila de espera do não agendamento, e após essa marcação em nenhuma hipótese será liberado a entrada de visitantes. As visitas iniciarão as **08 H com término as 15H**.

Atenciosamente,

Roberto Dias da Silva  
Diretor de Segurança

  
Saulo Vinício de Castro  
Diretor Geral  
Masp: 1210969-0

  
Charley Soares Lima  
Diretor de Segurança  
MASP 1210734-7

Charley Soares Lima  
Diretor de Segurança

Complexo Penitenciário Nelson Hungria – Avenida VP1, s/º – Bairro: Nova Contagem -  
Contagem/MG – Telefone: (31) 2129-9545 – Fax: (31) 3361-4441 – E-mail:  
gabpnh@seguranca.mg.gov.br

## ANEXO D - INFORMATIVO SOBRE CALÇA JEANS

**POLÍCIA PENAL** **MINAS GERAIS**

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS  
COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA

### INFORMATIVO INTERNO 019/2024

Contagem, 26 de agosto de 2024

**Para:** Diretoria de Segurança  
Diretoria de Humanização e Atendimento  
Diretoria Administrativa  
**C/C:** Equipe Feminina/AlI/Equipe Externa

### **Assunto: Proibição de entrada de visitantes trajando calça jeans**

Considerando as diretrizes estabelecidas no Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP), em sua **Seção III - DA VISITA SOCIAL**, em especial o que versa o **artigo 522**;

**Art. 522.** É vedado ao **visitante do preso** adentrar à Unidade Prisional trajando:


- I - bermuda ou short;
- II - saias ou vestidos curtos, ou seja, acima do joelho;
- III - roupas decotadas ou transparentes;
- IV - camisas curtas, ou seja, acima do cós da calça;
- V - camiseta sem manga;
- VI - roupas justas ou insinuantes;
- VII - roupas acolchoadas ou com forro;
- VIII - roupas que tenham acima de 04 (quatro) bolsos;
- IX - roupas com detalhes em metal;
- X - roupas vermelhas ou pretas; e
- XI - roupas íntimas com aro ou metais.

Considerando que faz-se necessário regularizar permissões, bem como prover orientações aos Policiais Penais quanto a procedimentos de revista e outros;

Esse Diretor-geral no uso de suas atribuições e em atendimento as normas vigentes, resolve;

- Fica **proibido** a partir de 02/09/2024, o ingresso de visitantes neste estabelecimento prisional, trajando **calça jeans** ou vestimenta que esteja em desacordo com as normas estabelecidas no Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP).

Publique-se e cumpra-se.

  
Saulo Vinício de Castro  
Diretor-geral  
Complexo Penitenciário Nelson Hungria

Saulo Vinício de Castro  
Diretor Geral  
Masp: 1210969-0

## ANEXO E - INFORMATIVO DA NELSON HUNGRIA SOBRE A PROIBIÇÃO DOS CIGARROS NAS UNIDADES PRISIONAIS DE MINAS GERAIS

**POLÍCIA  
PENAL**

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SEJUSP  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS – DEPEN/MG  
COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA

INFORMATIVO 14/2024

Para: Visitantes do CPNH

Contagem, 31 de julho de 2024

Assunto: **Suspensão da Entrada de Cigarros e Isqueiros.**

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, conforme protocolo operacional para retirada total dos cigarros em estabelecimentos prisionais, informo que:

- A partir do dia 01/08/2024, **qualquer cigarro**, similar ou outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, estará proibido de ingressar nesta Unidade Prisional (U.P.) assim, o **isqueiro também estará proibido.**
- Ressalta-se que, a proibição abrange o Kit, SEDEX, Visitação Social e Íntima. Ou seja, **os materiais mencionados não serão permitidos em nenhuma hipótese.**
- O cigarro, similar e/ou isqueiro enviado, via SEDEX, até o dia 31/07/2024 será recebido normalmente, após essa data será retido.
- Importante apontar que, **a partir do dia 26/08/2024, os IPL's flagrados em posse ou uso de cigarros, similares ou isqueiros, serão submetidos ao Conselho Disciplinar para apuração de falta disciplinar.**

Sem mais, para o momento, permanecemos a disposição para esclarecimentos que fizerem necessários.

Atenciosamente,



Saulo Vinício de Castro  
Diretor Geral  
Masp-1210969-0

**Saulo Vinício de Castro**  
Diretor-Geral  
Complexo Penitenciário Nélon Hungria

---

Avenida V.P. I, s/nº - Nova Contagem - MG - CEP.: 32050-030  
ne: (31) 2129-9545 - Fax (31) 3361-4441 – e-mail: gabpnh@seguranca.mg.gov.br